Fundado em
15 de junho de 1901

Correio da Manhã

Fundador:
Edmundo Bittencourt

EDIÇÃO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, Segunda-feira, 30 de Junho de 2025 | www.correiodamanha.com.br | Ano CXXIV | Nº 24.798 | Rio: R$ 4,00

Embaixadas viram agentes funerários. Decreto do Planalto irrita Itamaraty por falta de critérios

CORREIO BASTIDORES (FERNANDO MOLICA) - PÁGINA 5

Lula cogita enfrentar o Centrão

Depois da derrota na semana passada, presidente pede aval da AGU para entrar com recurso no STF e intensifica discurso de pobres contra ricos. Tensão entre poderes deverá aumentar

PÁGINA 5

Em ato na Paulista, Tarcísio critica Lula

Neste domingo (29), em ato na Avenida Paulista, em São Paulo, organizado por Silas Malafaia, o governador Tarcísio de Freitas criticou o governo Lula, gritou "Fora PT" e pediu "resposta" em 2026.

PÁGINA 4

O reverso da Operação Sem Desconto

Se por um lado visam proteger aposentados de novos golpes, bloqueios feitos de forma generalizada travam ações e benefícios de associações sindicais e outras instituições, gerando demissões e a interrupção de ações sociais.

PÁGINA 8

Cerne da briga é o poder sobre orçamento

Audiência na sexta-feira discutiu o tema no Supremo Tribunal Federal. Valores das emendas aumentaram 700% desde 2026, tirando do Executivo boa parte da definição sobre políticas públicas. Essa é a principal razão da disputa.

POLÍTICO (LAGO) E PÁGINA 4

MPRJ solicita revisão do Plano Diretor em Friburgo

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) recomendou à Câmara de Vereadores de Nova Friburgo que suspenda a tramitação de um anteprojeto de lei que muda partes do Plano Diretor da cidade. A proposta foi enviada pela Prefeitura.

PÁGINA 13

Caderno Agro: ação social em Itabapoana

CADERNO AGRO

13º Fórum de Lisboa reúne lideranças do Brasil e da Europa nesta semana

Liliana Rodriguez



A Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa volta a ser palco de um dos principais encontros luso-brasileiros de debate jurídico, político, económico e institucional. Organizado pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), pelo Lisbon Public Law Research Centre (LPL) da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e pelo Centro de Inovação, Administração e Pesquisa do Judiciário – FGV Justiça, o XIII Fórum de Lisboa acontece nos dias 2, 3 e 4 de julho, reunindo acadêmicos, gestores, especialistas, autoridades e representantes da sociedade civil organizada do Brasil e da Europa. O Correio da Manhã fará uma cobertura especial do Fórum com a presença dos jornalistas Claudio Magnavita e Liliana Rodrigues, que já estão em Lisboa.

MAGNAVITA - PÁGINA 3

Gilvan de Souza/Flamengo



Harry Kane e os alemães eliminaram o Flamengo

Bayern elimina o Flamengo do Super Mundial

Nem o mais otimista flamenguista sonhava com a classificação contra o Bayern de Munique, um dos times mais letais e imponentes do planeta. Mas em sua eliminação por 4x2, os rubro-negros poderão dizer que tentaram. O problema é que no meio do caminho tinha um Harry Kane. E ele não perdoa. Com Flamengo e Botafogo eliminados, o Rio agora é representado pelo Fluminense, que encara a Inter de Milão nesta segunda.

PÁGINA 7

FERNANDO MOLICA

Por mais eventos literários

PÁGINA 2

SÉRGIO CABRAL

Explorar já Margem Equatorial

PÁGINA 2

2º CADERNO

Divulgação



Marieta Severo reinou nas bilheterias nacionais com 'Carlota Joaquina'

Marco da Retomada do nosso cinema, há 30 anos, 'Carlota Joaquina', o cult de Carla Camurati com estupenda Marieta Severo no papel-título, volta ao circuito em agosto com cópia remasterizada em 4k

PÁGINA

Demi, o boteco com aquele jeito de bistrô francês, em pleno Catete

PÁGINA 7

Hernane Cardoso/Divulgação



Chico Diaz adaptou e encena 'A Lua vem da Ásia', texto do autor mineiro Campos de Carvalho, mestre do surrealismo em nossa literaura

PÁGINA 5

Eufrázio

Fernando Molica

Eventos literários precisam transbordar

O sucesso de público dos recentes eventos literários no Rio e em São Paulo revela que a queda no número de leitores no Brasil (atestada pelo mercado editorial) não está relacionada ao livro em si, mas aos nossos tradicionais obstáculos educacionais, sociais e econômicos. São barreiras que precisam ser superadas pelo esforço da sociedade e do Estado.

Essas grandes feiras cumprem um papel fundamental ao ajudarem a colocar livros e autores ao rés do chão. Num país que ainda hoje exibe taxas vergonhosas de analfabetismo e de analfabetismo funcional, livros são quase sinônimos de exclusão, objetos associados a uma determinada elite, inalcançáveis. Traduzem mais uma opressão do que uma possibilidade de encantamento.

A própria associação entre livros e um determinado conceito de cultura (no sentido mais pesado da palavra) contribui para o afastamento de um público mais amplo. Isso dá um peso excessivo às publicações, delas retira o componente de prazer, de diversão, de parceria, de descoberta, de emoção, de aventura.

A ambientação de muitas de nossas melhores livrarias é acolhedora apenas para os leitores tradicionais, chega a ser hostil à grande parcela da população que não tem o hábito de frequentá-las. São pessoas que nelas se sentem como ateus num templo religioso, reservado para alguns escolhidos.

A realização de eventos literários em áreas públicas e em parques de exposição alivia o caráter intimidatório de livrarias, é como se o público se sentisse autorizado a caminhar descalço entre as estantes.

A informalidade das conversas permite um contato direto com os autores, retira deles uma indevida aura de pessoas dotadas de conhecimentos mágicos e superiores.

O problema — e aí entra o Estado — é permitir que essas festas sejam incorporadas ao cotidiano dos cidadãos. Isso passa pela compra e distribuição de livros para escolas e bibliotecas, pela formação de profissionais — bibliotecários, professores, agentes comunitários — capazes de ajudar novos leitores a descobrirem as infinitas possibilidades oferecidas pela leitura.

Orientadores que conheçam nossos clássicos e que estejam atualizados com a produção contemporânea, que dialoga com dilemas e possibilidades de nosso dia a dia.

Pessoas despidas de preconceitos de viés moral e religioso, já que a boa ficção não é feita para reiterar certezas, dar lições de bom comportamento, para apresentar respostas, mas para dialogar com nossas dúvidas, entreter, provocar, gerar questionamentos, possibilitar encontros com aqueles que consideramos diferentes.

Fruto de uma tecnologia simples e que resiste aos séculos, livro é portátil, não precisa ser ligado na tomada, é compartilhável, faz companhia no transporte, na praia e no bar.

Livro, os eventos mostram isso, é pop, mas precisa de ajuda para ganhar ainda mais as ruas, para transbordar os limites das feiras literárias.

EDITORIAL

O respeito para com as diferenças

O princípio de que todos os seres humanos possuem direitos iguais é a base essencial para uma convivência justa, pacífica e harmoniosa em sociedade. Esse ideal, consagrado em documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, deve nortear nossas atitudes diárias, nossa forma de enxergar o outro e a maneira como organizamos coletivamente a vida em comunidade. Viver respeitando essa norma significa compreender que ninguém é superior a ninguém, independentemente de cor, gênero, orientação sexual, religião, nacionalidade ou condição social.

Quando se reconhece que os direitos de todos são iguais, abre-se espaço para a empatia, para a justiça e para o diálogo. O respeito à diversidade não deve ser apenas um discurso, mas uma prática constante que se reflete nas leis, nas instituições e nas relações pessoais. Isso implica, por exemplo, garantir que todas as pessoas tenham acesso a educação, saúde, segurança e oportunidades dignas de trabalho, sem sofrer discriminação ou exclusão.

A igualdade de direitos também exige uma postura ativa contra qualquer forma de preconceito ou opressão. Não basta apenas não praticar atos discriminatórios: é necessário combatê-los quando os vemos acontecer. A omissão diante da injustiça perpetua sistemas de desigualdade. Portanto, viver com base nesse princípio requer coragem para se posicionar, solidariedade com os que sofrem e disposição para construir uma sociedade mais inclusiva.

Além disso, é fundamental que o respeito aos direitos iguais esteja presente nas pequenas atitudes do cotidiano: ouvir com atenção quem pensa diferente, não interromper falas alheias, dividir espaços de maneira justa, respeitar o corpo e os limites dos outros. Esses gestos, embora simples, reforçam a cultura da igualdade.

Assim, o respeito mútuo, independente da cor, raça, religião, orientação sexual, nacionalidade ou padrão de vida social merece todo o apoio para que se possa construir um mundo melhor, sem desavenças, e com a educação digna para se respeitar as diferenças e as ideais contraditórias, com lealdade e parcimônia.

Sergio Cabral*

Margem Equatorial

Somente a cegueira proposital ou fruto da ignorância permitam que se diga que não há maior calor em nosso planeta, que o nível do mar não subiu desproporcionalmente nas últimas décadas e que os verões pelo mundo não estão cada vez mais ferozes na sua quentura.

Mas, também, somente a cegueira deliberada e de má fé ou a ignorância são capazes de condenar o desejo do governo brasileiro de explorar o óleo e o gás da Margem Equatorial brasileira.

Vivemos a transição energética. O Brasil, aliás, é exemplo de matriz diversificada. Devemos seguir, sem dúvida, no caminho da substituição da dependência dos combustíveis fósseis.

Entretanto, deixar de explorar o óleo e o gás da nossa Margem Equatorial é um equívoco grave. Do Amapá ao Rio Grande do Norte temos uma nova fronteira de riqueza energética a ser explorada. De maneira controlada pelas mais rígidas regras ambientais e tecnológicas. Mas chega a ser surreal que uma região cuja população tem o IDH, o Índice de Desenvolvimento Humano, dos mais baixos do país, seja privada de receber o grande impacto positivo que a exploração do óleo e do gás pode gerar na alavancagem dos setores industrial e de serviços. Serão gerados milhares de empregos diretos e indiretos.

A questão ambiental não pode impedir a exploração da Margem Equatorial. Como também a indústria do petróleo não pode prejudicar o colosso ambiental da região. Há legislação e tecnologia disponíveis para essa adequação.

Temos cinco bacias sedimentares importantes: Foz do Amazonas, Pará-Maranhão, Barreirinhas, Ceará e Potiguar. À espera da exploração da indústria do óleo e gás.

E o tempo não para! O valor do barril do petróleo não será o mesmo daqui a 30 anos. Será menor. O investimento em energias alternativas não para de crescer. A China produz aproximadamente 4,9 milhões de barris de petróleo por dia e importa cerca de 11,3 milhões de barris/dia. Isso faz da China o maior importador mundial de petróleo. Por isso mesmo, a superpotência asiática é a maior investidora do planeta em energias alternativas.

O Brasil não pode se dar ao luxo de ignorar a Margem Equatorial. Será de profunda injustiça com os milhões de habitantes do Norte e Nordeste brasileiros.

***Jornalista. Instagram: @sergiocabral_filho**

O novo patamar da desinformação

As eleições brasileiras se aproximam, e com elas ressurge uma preocupação já conhecida, mas que agora ganhou contornos ainda mais preocupantes: a disseminação de desinformação em larga escala. Se em pleitos anteriores as chamadas fake news já representavam um risco concreto à integridade democrática, hoje a situação é ainda mais delicada diante da ascensão veloz da inteligência artificial generativa.

Estamos diante de uma nova era da manipulação digital. Imagens hiper-realistas, áudios forjados e vídeos deepfake circulam nas redes sociais com espantosa naturalidade — muitos deles indistinguíveis da realidade aos olhos do cidadão comum. Em segundos, a IA pode produzir conteúdo falso com aparência legítima, capaz de induzir o eleitor ao erro, reforçar discursos extremistas ou atacar reputações públicas.

Nesse contexto, é urgente que os órgãos de justiça do Brasil — em especial o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Ministério Público e o Supremo Tribunal Federal (STF) — assumam uma postura proativa, coordenada e firme. Não se trata apenas de reagir após o dano consumado, mas de estabelecer desde já diretrizes claras, mecanismos de identificação e punição eficazes, além de promover campanhas de conscientização sobre os perigos dessa nova fronteira tecnológica.

A responsabilidade institucional é enorme. Não podemos aceitar que a IA seja usada como arma de guerra política, capaz de distorcer fatos e manipular multidões. Se a regulação da tecnologia ainda engatinha em nível global, cabe ao Judiciário brasileiro estabelecer jurisprudências sólidas e firmar parcerias com plataformas digitais para rastrear e conter conteúdos enganosos, independentemente de sua origem.

OUTRAS PÁGINAS NO BRASIL E NO MUNDO

José Aparecido Miguel (*)

Bancos e débitos indevidos: queixas dispararam.

1 - BANCOS E DÉBITOS INDEVIDOS. Queixas de clientes dispararam após 2020, e bancos atribuem a mudança de norma do BC. Dados de plataformas de proteção ao consumidor registraram aumento no número de reclamações por cobranças indevidas. Por Nayara Felizardo. Segundo o diretor executivo da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Amaury Oliva, uma mudança em uma norma do Banco Central (BC) pode estar por trás do aumento das reclamações. A resolução 4.790/2020 permitiu que uma instituição financeira solicitasse inclusão de débito automático na conta de um cliente de outro banco. Após a norma, se tornou possível fazer a compensação entre bancos. Já a obrigação de ter autorização do cliente para o desconto passou a ser da outra instituição financeira, chamada de destinatária, e não do banco no qual a pessoa tem a conta. Dados de duas plataformas da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) - Consumidor.gov.br e ProConsumidor - confirmam que, depois 2020, aumentou o número de reclamações por cobrança de serviço ou produto não reconhecido, não contratado ou não solicitado. As empresas reclamadas são bancos, financeiras e administradoras de cartão. O g1 mostrou casos em que a autorização para fazer o débito automático não é comprovada pelas instituições financeiras. Reclamações aumentaram 376%. Na plataforma Consumidor.gov.br, usada diretamente pelos consumidores para registrar queixas, o número de reclamações saltou de quase 12 mil, em 2019, para cerca de 56 mil, em 2021, ano com mais registros. É um aumento de 376%. A partir de 2022, os números começaram a cair, mas ainda se mantiveram cerca de 180% maiores que em 2019, quando não havia a resolução do Banco Central. (...) (g1)

2- ORKUT VAI RETORNAR AO BRASIL. Rede social coloca o país como prioridade e aposta em comunidades e interação real. A rede social que marcou uma geração está sendo relançada pelo criador, Orkut Büyükkökten, com uma proposta atualizada e segura. O país, que concentrou mais de 34 milhões de usuários, tornou-se o principal mercado-alvo para a nova fase da plataforma. Embora o projeto ainda não tenha data oficial para estreia, a equipe já trabalha com especialistas em São Paulo e no Vale do Silício para preparar um produto robusto e confiável. Com o apoio de inteligência artificial, o Orkut promete combater discursos de ódio, desinformação e comportamentos abusivos. O novo Orkut também quer conquistar a Geração Z, que busca experiências digitais mais sinceras e menos exaustivas. (Com informações do BP Money)

(*) José Aparecido Miguel, jornalista, diretor da Mais Comunicação-SP, trabalhou em todos os grandes jornais brasileiro - e em todas as mídias. E-mail: jmigueljb@gmail.com

Opinião do leitor

Juliana Marins

Não sei se é por lealdade ao mandato ou por gesto de solidariedade, mas o que o prefeito Rodrigo Neves, de Niterói, está fazendo por Juliana Marins merece reconhecimento. Pagar a transladação do corpo da brasileira prova que o seu gesto foi o mais significativo da ordem política até agora sobre o caso.

Conrado Tokilo Athonis
São Paulo - São Paulo

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA

HÁ 95 ANOS: REVOLUÇÃO BOLIVIANA GANHA MAIS ADEPTOS

As principais notícias do Correio da Manhã em 27 de junho de 1930 foram: Julio Prestes chega a Paris e visita o túmulo do soldado desconhecido. Escola Militar de La Paz e Sindicato dos Aviadores também aderiram aos revolucionários contra o governo Siles. Futuro cardeal brasileiro, Sebastião Leme chega à Itália. Reforma da Lei Orgânica do DF prevê a criação de três novas subprefeituras.

HÁ 75 ANOS: NOVA CRISE POLÍTICA INSTALADA NA FRANÇA

As principais notícias do Correio da Manhã em 27 de junho de 1950 foram: Eduardo Gomes confirma presença nas convenções estaduais da UDN no Paraná e em Santa Catarina. Caderno especial mostra a força do universo feminino. Por 353 a 230, Congresso francês destitui Georges Bidault do cargo de primeiro-ministro e conferência do Plano Schuman é formalmente suspensa. Guerra da Coreia está iminente.

Correio da Manhã
Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929)
Paulo Bittencourt (1929-1963)
Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@jornalcorreiodamanha.com.br
Redação: Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro e Rafael Lima

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação) e Thiago Ladeira
Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452
Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057
Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-202
www.correiodamanha.com.br
Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.

Fórum de Lisboa chega à 13ª edição

Consolidado como um espaço de referência para reflexão sobre questões atuais, o evento ocorre nos dias 2, 3 e 4 de julho, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com
@colunamagnavita

Fotos Liliana Rodriguez



A edição do Fórum de Lisboa 2025 contará com mais de 50 painéis durantes os três dias

Ernesto Carriço | Paulo Pinto/Agência Brasil | Liliana Rodriguez | Liliana Rodriguez



O governador do Estado do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, confirmou presença na 13ª edição do Fórum de Lisboa

Tarcísio de Freitas, governador do Estado de São Paulo, também está entre os Chefes do Executivo Estadual presentes ao Fórum

Entre os nomes do Judiciário brasileiro confirmados para o fórum está o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, também teve sua participação confirmada no Fórum de Lisboa 2025

A Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa volta a ser palco de um dos principais encontros luso-brasileiros de debate jurídico, político, econômico e institucional. Organizado pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), pelo Lisbon Public Law Research Centre (LPL) da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e pelo Centro de Inovação, Administração e Pesquisa do Judiciário – FGV Justiça, o XIII Fórum de Lisboa acontece nos dias 2, 3 e 4 de julho, reunindo académicos, gestores, especialistas, autoridades e representantes da sociedade civil organizada do Brasil e da Europa. A expectativa é receber cerca de 3 mil pessoas nos três dias.

Espaço de referência para a reflexão sobre questões atuais, o Fórum de Lisboa tem como tema da sua 13.ª edição "O mundo em transformação — Direito, Democracia e Sustentabilidade na Era Inteligente". Em um cenário cada vez mais moldado pela automação, pelos algoritmos e pelas urgências climáticas, o evento propõe reflexões sobre o impacto das novas tecnologias, especialmente da inteligência artificial, na configuração das relações entre Estados, instituições, empresas e cidadãos.

Os keynote speakers deste ano serão Mike Pompeo, ex-secretário de Estado dos Estados Unidos; Ilan Goldfajn, presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento; Luís Marques Mendes, advogado e ex-Ministro Adjunto do Primeiro Ministro de Portugal; e Almirante Henrique Gouveia e Melo, Almirante da Marinha Portuguesa e ex-Chefe do Estado Maior da Armada.

A 13ª edição do Fórum de Lisboa contará com mais de 50 painéis que buscarão lançar luz sobre os dilemas éticos, jurídicos e institucionais que emergem desse novo contexto. Entre os temas das mesas estão: Cooperação internacional na nova ordem mundial; Economia verde, mudanças climáticas e transição energética; Jornalismo, checagem de factos e deep fakes na era da IA; Economia de dados e regulação de mercados digitais; Jogos e apostas online: desafios regulatórios; Inovação na Justiça: desenvolvimento e uso da IA no Direito; Cidades em transformação – sustentabilidade na era inteligente; A actividade jurídica e a formação profissional no ambiente digital; Dilemas da soberania digital: big techs e governos; Regulação da inteligência artificial: desafios e tendências globais; Democracia combativa: desafios e perspectivas atuais; Educação e inovação na era inteligente.

Estão confirmadas as participações de importantes nomes do cenário jurídico e político brasileiro, como os ministros do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, Luiz Roberto Barroso, Alexandre de Moraes, André Mendonça e Flávio Dino; o procurador-geral da República Paulo Gonet; os ministros do Superior Tribunal de Justiça Luis Felipe Salomão, Rogerio Schietti, Antônio Saldanha e Benedito Gonçalves; o presidente da Fundação Getulio Vargas, Carlos Ivan Simonsen Leal; o desembargador federal Marcus Abraham e os desembargadores do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro Humberto Dalla e Denise Nicoll. Estão confirmados também os governadores Tarcísio de Freitas (São Paulo), Mauro Mendes (Mato Grosso), Claudio Castro (Rio de Janeiro), Helder Barbalho (Pará), Ronaldo Caiado (Goiás), Eduardo Leite (Rio Grande do Sul) e Rafael Fonteles (Piauí).

Do país anfitrião, participarão do Fórum o professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, coordenador científico do Lisbon Public Law Research Center e consultor sénior do Centro Jurídico da Presidência do Conselho de Ministros de Portugal, Carlos Blanco de Morais; e o presidente do Fórum de Integração Brasil Europa (Fibe) e professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Vitalino Canas.

Estão igualmente confirmados outros nomes portugueses de grande destaque no panorama nacional e internacional, como Gonçalo Saraiva Matias, ministro Adjunto e da Reforma do Estado; José João Abrantes, presidente do Tribunal Constitucional de Portugal, membro do Conselho de Estado e professor catedrático da Universidade Nova de Lisboa; Maria Lúcia Amaral, ministra da Administração Interna; e Nuno Piçarra, juiz do Tribunal de Justiça da União Europeia.

Entre os representantes de outros países, além do ex-secretário de Estado dos EUA Mike Pompeo, participarão do Fórum de Lisboa o professor catedrático de Direito Constitucional da Universidade de Direito de Buenos Aires, Raúl Gustavo Ferreyra; e o professor decano da Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires, Leandro Vergara.

O Fórum de Lisboa tem atraído cada vez mais participantes interessados nos debates e discussões de temas contemporâneos do Brasil e da Europa. Além de proporcionar enorme intercâmbio de ideias, estudantes e instituições, a mobilização por ocasião do Fórum de Lisboa tem impactado fortemente a economia, especialmente dos setores aéreo, hoteleiro e de restauração de Portugal. A Fundação Getulio Vargas fez um estudo de impacto econômico na última edição e constatou que esses setores movimentaram mais de 15 milhões de euros (cerca de R$ 100 milhões) na economia.

Autoridades na abertura da Bauernfest 2025

Autoridades, políticos e empresários estiveram presentes na abertura da 36ª edição da Bauernfest, tradicional Festa do Colono Alemão de Petrópolis, na noite da última sexta-feira, 27 de junho, com o Palácio de Cristal. O prefeito Hingo Hammes e o secretário de Turismo Pablo Kling, ao lado do cônsul geral da Alemanha Jan Freigang; do senador Portinho; do vice-presidente da TurisRio, Marco Paes; além de representantes da Caixa, da Águas do Imperador, da ONU Turismo e vereadores municipais, prestigiaram o hasteamento das bandeiras, apresentações musicais e folclóricas, e a sangria do primeiro barril de chope. O evento segue até o dia 13 de julho, com mais de 200 atrações.



Durante a abertura da BauernFest 2025, em Petrópolis, o prefeito Hingo Hammes, ao centro, com o secretário municipal de Turismo, Pablo Kling e o vice-presidente da TurisRio, Marco Paes



Na cerimônia de abertura da tradicional festa, o vice-presidente da TurisRio, Marco Paes, durante discurso



Fotos CM

Primeiro dia de Bauern reuniu autoridades, políticos e empresários no Palácio de Cristal, em Petrópolis

PINGA-FOGO

■ **EMPREENDEDORISMO FEMININO - A Rota da Empreendedora, um movimento global capitaneado pela empresária brasileira Mayara Marinov, a partir de Portugal, chegou a Brasília neste fim de semana. Mulheres se reuniram no domingo (29) na Casa Doce, na Asa Sul, para discutir alternativas para ações de empreendedorismo feminino. Desde sua primeira edição, em fevereiro de 2022, a Rota da Empreendedora já passou por cidades como Miami e Nova York, nos Estados Unidos; Lisboa, em Portugal, Paris, na França, e diversas capitais brasileiras. Em julho, haverá uma reunião em Araçatura (SP) e outra em Milão, na Itália.**

■ MEIA PARALISAÇÃO - Após um mês de greve por tempo indeterminado, os profissionais da Educação de Barra Mansa, cidade no interior do Estado, decidiram adotar uma nova estratégia: a meia paralisação a partir desta segunda-feira (30). A mudança foi comunicada pelo Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (Sepe), que informou ainda a realização de uma audiência marcada para esta quarta-feira (2) com o prefeito Luiz Furlani. O encontro busca avançar nas negociações com o governo municipal.

■ **A mobilização da categoria começou após a aprovação, em primeira discussão na Câmara Municipal, de uma mensagem enviada por Furlani. O projeto, segundo o Governo Municipal, busca adequar o sistema previdenciário dos servidores às diretrizes da Reforma da Previdência. No entanto, a proposta foi duramente criticada pelos educadores, que alegam falta de diálogo e denunciam o aumento da carga horária sem acréscimos salariais. A medida enviada ao Legislativo foi apelidada pela categoria como "pacote de maldades".**

■ ENERGIA LIMPA - No encerramento do Energy Summit 2025, o governador Cláudio Castro assinou dois novos decretos elaborados pela Secretaria de Energia e Economia do Mar para fomentar a geração de energia limpa e a transição energética no estado do Rio de Janeiro. O primeiro, regulamenta a lei de incentivo do ICMS para o consumo de gás natural por usinas termelétricas, sancionada em 2024. O segundo, regulamenta uma lei de 2012 voltada à produção e distribuição de biometano no estado.





Eufrázio

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Motta e Alcolumbre emparedam Lula

Orçamento virou tremenda encalacrada

Os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), desistiram de ir pessoalmente à audiência pública marcada no Supremo Tribunal Federal (STF) pelo ministro Flávio Dino para discutir o sistema orçamentário brasileiro. Tanto melhor, porque evitou acirramentos na guerra entre os poderes. As posições do Congresso foram defendidas por advogados das duas Casas. Discursos de que o grande volume de emendas parlamentares torna o processo mais justo e mais capaz de chegar às periferias e aos pequenos municípios. Talvez, se parte não fosse desviada em esquemas como o desbaratado na sexta-feira na Bahia. Mais um, porque já haveria mais de 80 parlamentares investigados.

Quem cede?

Não parece haver a essa altura muita dúvida de que é necessário um ajuste nesse sistema. O problema é: quem cede? O que está por trás dos arreganhos do Congresso esta semana contra o governo foi isso. Câmara e Senado não querem ceder um milímetro.

Poder

Um poder imenso. A capacidade de interferência no orçamento brasileiro dos parlamentares é nove vezes maior que o dos Estados Unidos, por exemplo. Está nas mãos dos parlamentares cerca de 27% das obras públicas, do orçamento de investimentos.

Lula Marques/Agência Brasil



Comissão de Orçamento: onde tudo se define

Valor das emendas cresceu 700% desde 2016

Na audiência, o economista Felipe Salto, informou que o valor das emendas cresceu nada menos que 700% entre 2016 e o ano passado. Diversos problemas advêm daí, desconsiderando os desvios que a PF apura. O primeiro é a pequena capacidade do Executivo para definir políticas públicas. O segundo está nessa postura do Congresso, que obriga o governo a cortar ainda mais. O resultado disso, alertou Salto, é que acabe havendo um travamento total da máquina pública. Para o advogado e analista Melillo Dinis, do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), tentar achar um termo para isso é a "via crucis" de Flávio Dino.

Diálogo

O MCCE é um dos autores das ações que vêm sendo julgadas por Dino. "Tenho para mim que será necessário muito mais que uma audiência", observa Melillo. "É preciso mais diálogo, mais política e mais precisão dos diversos atores acerca do papel das emendas".

Coação

"É preciso sair do parlamentarismo de coação orçamentária". Assim Melillo define o que Dino chamou de "sistema brasileiro". Para o ministro, entre os sistemas que há no mundo – presidencialismo, parlamentarismo, semipresidencialismo –, o Brasil inventou o seu.

Ônus

Para Melillo, o Parlamento se encontra numa posição confortável. Tem o bônus de determinar onde colocar R$ 50 bilhões sem os ônus. Mais ainda se parte disso acabe destinado de forma secreta. Se o Congresso não quer abrir mão disso, precisa assumir a responsabilidade.

Clima

Haverá, no entanto, clima para isso, diante do que aconteceu na semana passada no Congresso? Essa parece ser a grande questão. "Diante do quadro, penso que está difícil essa discussão", observa o advogado do MCCE. "Mas é o ímpeto do ministro Flávio Dino".

Motta e Alcolumbre faltam à audiência sobre emendas

Eles designaram os advogados-gerais das duas Casas

Por Karoline Cavalcante

Fellipe Sampaio/STF



Audiência convocada por Dino discutiu o modelo orçamentário

Em meio ao crescente clima de tensão entre o governo federal e o Congresso Nacional, os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), decidiram não participar de uma audiência pública convocada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para discutir a constitucionalidade da execução das emendas parlamentares impositivas, aquelas cujo pagamento é obrigatório pelo Executivo.

Inicialmente incluídos na programação oficial, os dois haviam planejado utilizar a ocasião para reforçar a importância desses repasses como instrumento de autonomia do Legislativo. Contudo, com a desistência, decidiram enviar seus representantes: o advogado-geral da Câmara, Jules Pereira, e a advogada-geral do Senado, Gabriele Pereira. Também participaram do encontro especialistas convidados, além dos autores das ações e entidades como o Tribunal de Contas da União (TCU), a Confederação Nacional de Municípios (CNM), o Fórum de Governadores e a Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP).

A audiência, convocada pelo ministro Flávio Dino, relator dos três processos sobre o tema, aconteceu na sala de sessões da Segunda Turma do STF, na última quinta-feira (27). O objetivo foi reunir informações técnicas e apresentar diversas perspectivas para embasar o julgamento do caso pelo Plenário da Corte.

Ação policial

A questão orçamentária tem sido o cerne dos embates entre os poderes. Está na raiz da derrota que o governo sofreu no Congresso no início da semana passada, com a derrubada do decreto presidencial que aumenta o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e outros tributos. Embora o Congresso defenda e nao abra mão do poder que conquistou nos últimos anos na destinaçao das verbas públicas, o modelo tem sido alvo de diversas operações policiais que apontam desvios e corrupção.

Enquanto acontecia no STF a audiência pública, uma operaçao policial deslindava uma quadrilha que desviou recursos de emendas orçamentarias na Bahia. Não foi a primeira operaçao do tipo. Estima-se que hoje já haja mais de 80 parlamentares sendo investigados.

Sociedade

Na abertura, Dino ressaltou que o tema transcende governos e partidos, pois afeta diretamente toda a sociedade brasileira e lembrou que o Supremo já aprovou — com o voto de cinco ministros indicados por cinco diferentes presidentes da República — um plano de trabalho para alinhar as emendas aos princípios constitucionais de transparência e rastreabilidade. Para ele, a questão exige um diálogo construtivo, onde a Constituição seja a única autoridade que define os limites, sem imposições de qualquer natureza.

"A dimensão da harmonia envolve esse diálogo franco, direto e sem nenhuma tentativa de interdição ou de imposições quanto ao debate. Quem diz o que pode ou não é a Constituição", afirmou o ministro.

O magistrado também sublinhou que os debates da sessão são de natureza abstrata, sem relação com investigações concretas sobre desvios, mas alertou que, quando algum dos Poderes comete erros, é o povo quem arca com as consequências.

Defesa

Na avaliação de Jules Pereira, a fragmentação das despesas, muitas vezes vista como ineficaz por atender interesses locais, na verdade representa um efeito positivo, pois garante que as demandas regionais sejam ouvidas.

"Evidentemente, seria o ideal que pudesse se concentrar nos grandes projetos nacionais de defesa, de energia. Mas o 'seu' Joaquim, lá da minha Mossoró, no Rio Grande do Norte, tem seus anseios. E, por conta do princípio da dignidade da pessoa humana, os anseios do 'seu' Joaquim são relevantes na democracia constitucional", disse o advogado-geral da Casa Baixa.

Pereira também explicou que, embora a Câmara receba cerca de dez mil pessoas por dia com pedidos para os deputados, isso não gera vantagens eleitorais adicionais, pois a taxa de renovação de parlamentares é alta, cerca de 40%. Ele reiterou que os deputados são responsáveis pela aplicação das emendas, que passam por rigorosos critérios de aprovação técnica estabelecidos pela Lei Complementar 210/2024.

Ações

As Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 7688, 7695 e 7697 questionam a obrigatoriedade das emendas parlamentares impositivas e foram ajuizadas pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), pela Procuradoria-Geral da República e pelo Partido Socialismo e Liberdade (Psol), respectivamente.

O Psol, na ADI 7697, alega que as emendas impositivas limitam a discricionariedade do Executivo na gestão orçamentária, afetando a independência dos Poderes.

Já as outras duas ADIs questionam dispositivos que regulam a distribuição de recursos federais a estados, Distrito Federal e municípios por meio das emendas individuais, conhecidas como "emendas Pix".

Tarcísio critica Lula na Paulista e pede 'resposta' ano que vem

Bia Borges/Ofotográfico/Folhapress



Tarcísio: "A gente está aqui para pedir justiça'

Enquanto Jair Bolsonaro (PL), inelegível, mantém incerto o nome de seu herdeiro nas urnas do ano que vem, Tarcísio de Freitas (Republicanos) reforça sua fidelidade ao padrinho político, intensifica a promoção das ações de seu governo e evita os temas mais polêmicos relacionados ao bolsonarismo.

Ambos estiveram presentes no último domingo (29) em um ato organizado pelo pastor Silas Malafaia, na Avenida Paulista. A manifestação contou com discursos do governador Tarcísio de Freitas (SP), dos deputados Sóstenes Cavalcante, Gustavo Gayer, Flávio Bolsonaro e Bia Kicis, além do senador Magno Malta e do próprio Malafaia. Assim como em mobilizações anteriores, um dos principais objetivos do ato foi pedir anistia para os envolvidos nos ataques de 8 de janeiro.

Discurso

O discurso de Tarcísio durou poucos minutos, mas incluiu uma série de ataques ao governo Lula. O governador criticou prejuízos nos Correios, falou em corrupção na gestão e disse: "Fora, PT".

Tarcísio também tentou puxar coro do público. "O Brasil não aguenta mais a corrupção, o governo gastador, o juro alto", disse o governador, que falou ainda em "dar uma resposta no ano que vem".

Agendas

Considerado por dirigentes de centro-direita como Valdemar Costa Neto (PL) e Ciro Nogueira (PP) o nome mais capaz de concorrer contra Lula (PT) no ano que vem, o governador de São Paulo ampliou nos últimos dias suas agendas no interior do estado, em movimento similar ao de antecessores que disputaram a reeleição.

O aumento das atividades ocorreu após ele avisar aliados que não queria ouvir falar sobre Presidência, o que foi interpretado por seu entorno como parte de uma estratégia para reforçar a lealdade ao ex-presidente e não fechar portas a uma eventual indicação.

Neste mês, Tarcísio visitou 16 municípios paulistas (sem contar os eventos na capital) e, até sexta-feira (27), havia publicado 61 vídeos em suas redes sociais dos quais cinco tiveram mais de 1,6 milhão de visualizações. Em junho do ano passado.

Entregas

As mensagens divulgadas pela equipe enfatizam duas ideias centrais: que sua gestão é mais eficiente e, por isso, realiza mais entregas. Elas destacam marcas de seu mandato que ele planeja levar às urnas, como o Tabela SUS Paulista (que aumenta repasses à saúde), o SuperAção (de assistência social) e o Casa Paulista (de moradias populares em parceria com a iniciativa privada).

"A gente não é pautado pelo discurso, pela narrativa. A gente é pautado pela entrega. E os resultados estão aí para quem quiser ver", disse Tarcísio, em um vídeo gravado em São José do Rio Preto, a 438 km da capital, em uma publicação da última semana.

As agendas geram, contudo, situações inesperadas. Na visita a Rio Preto, ao tirar uma selfie, um eleitor gritou de forma espontânea ao microfone: "Futuro presidente do Brasil". Surpreso, Tarcísio retrucou de pronto: "Não, sou nada, que é isso", enquanto o público riu.

Tarcísio e Bolsonaro estiveram juntos há duas semanas em Presidente Prudente, onde visitaram uma feira agropecuária. No ato público, o governador – que costuma manter tom descontraído em eventos – concordou em soltar um "ihuuu" típico de cowboys, a pedido do ex-presidente.

De acordo com duas pessoas ouvidas pela reportagem, nos encontros entre Bolsonaro e Tarcísio não houve qualquer discussão sobre sucessão presidencial.

Com informações de Bruno Ribeiro (Folhapress)

Recurso de Lula sobre IOF depende de aval da AGU

Judicialização, porém, poderá agravar o momento delicado

Por Karoline Cavalcante

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



O AGU Jorge Messias dará o aval técnico ao recurso

Se contar com o aval da Advocacia-Geral da União (AGU), o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve acionar o Supremo Tribunal Federal (STF) para discutir a constitucionalidade do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) que derrubou a proposta da equipe econômica para compensar o aumento das alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Ainda que ocorra a judicialização, ela não deverá solucionar o momento delicado da relação entre o Executivo e o Legislativo.

Na última sexta-feira (27), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que Lula solicitou à AGU uma análise sobre a possível usurpação de prerrogativas do Executivo por parte do Congresso ao barrar o decreto. Caso a AGU conclua que houve invasão de competência, o presidente deve recorrer à Suprema Corte. Segundo Haddad, Lula "não pode abrir mão" de fazê-lo, pois prometeu "cumprir a Constituição Federal". A declaração foi dada à GloboNews.

Haddad também negou omissão por parte do presidente nas tratativas em torno do decreto. "Eu não vejo omissão, muito pelo contrário. Tudo passou pela mesa do presidente. Inclusive a renegociação do decreto sobre o IOF", afirmou.

Surpresa

O ministro demonstrou surpresa com a reviravolta no Congresso e reiterou que a reunião de 8 de junho com os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), indicava um caminho de diálogo. "Saí da casa do presidente Hugo Motta com a certeza de que tínhamos dado um encaminhamento para as questões, que iam ser debatidas. Porque ninguém ali fechou questão, fechamos um encaminhamento", relatou. Ele também alertou que a decisão provocará uma perda de R$ 20 bilhões na arrecadação federal.

A AGU estuda o caso, mas antecipou que a decisão será técnica e ouvirá a equipe econômica.

Cenário sensível

O Correio da Manhã ouviu especialistas, que foram unânimes ao classificar o cenário como politicamente delicado, exigindo ações coordenadas por parte do Palácio do Planalto.

Na mesma sexta-feira, o Partido Socialismo e Liberdade (Psol) entrou com ação no STF para suspender a derrubada do decreto. Ao jornal, o cientista político Isaac Jordão avaliou que o governo pode tanto ingressar com uma ação própria — assumindo o protagonismo do embate — quanto deixar o Psol conduzir o processo, minimizando o desgaste político. Segundo ele, o governo deve "pagar pesado" em emendas parlamentares do segundo semestre até o início de 2026, o que pode ajudar a aliviar a crise.

Já a cientista política Raquel Mendes, da BMJ Consultores Associados, acredita que as emendas, por si só, não resolverão o impasse, embora veja espaço para reconstrução. "Depois de uma crise, há sempre um anel de oportunidade para o governo se reorganizar e, com isso, retomar a relação com o Legislativo, que desde o início da gestão é bastante maleável e sem bases sólidas. O Executivo vai precisar ter mais cautela e elaborar bem como será essa reconstrução", afirmou.

Raquel destacou ainda que o governo tem uma agenda prioritária importante para aprovar após o recesso parlamentar, o que será fundamental para recuperar popularidade e preparar o terreno para as eleições de 2026. "Então, o presidente Lula, a partir de agora, vai ter que olhar com bastante cautela para o Poder Legislativo, para que outras crises não surjam. Crises sempre aparecem, mas é preciso criar um ambiente menos volátil", disse à reportagem.

Lula 3

Na análise do cientista político Rócio Barreto, o terceiro mandato de Lula difere significativamente dos dois primeiros, marcados por negociações eficazes e conquistas legislativas. Segundo ele, a atual crise de articulação é agravada por derrotas sucessivas no Congresso e pela liberação de emendas sem retorno político. Apontou ainda que a judicialização da queda do decreto do IOF "é uma solução paliativa".

Lula decide encarar briga com o Centrão e a oposição

Reprodução/vídeo



Vídeo mostra carga impostos sobre mais pobres

O presidente Lula (PT) tem encorajado ministros e aliados a expor divergências com o Centrão e a oposição depois da série de derrotas impostas pela própria base ao governo no debate sobre mudanças no Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Segundo auxiliares do petista, a orientação é argumentar que parlamentares de centro e da direita – inclusive integrantes de partidos aliados – resistem à implementação de justiça tributária no Brasil.

Nas palavras de um colaborador direto do presidente, o governo quer dizer que tem lado e que não vai admitir cortes de programas sociais para manter privilégios.

Mais pobres

Outro integrante da equipe do presidente afirma que Lula está decidido a travar essa disputa. Segundo ele, o petista adotou nos dois primeiros anos de governo uma política econômica de inclusão dentro das limitações do arcabouço fiscal. Seu limite seriam medidas que restringem os direitos dos mais pobres.

Ainda segundo aliados, o presidente tem incentivado o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), a falar mais e apresentar argumentos em favor da incidência de tributos sobre os mais ricos para desoneração dos mais pobres.

O chefe da equipe econômica, defensor há anos de impostos progressivos, passou a se colocar de forma ainda mais assertiva sobre o tema.

"Quem está condoído [com o projeto de aumentar impostos para ricos], quem faz propaganda contra são os 140 mil [super-ricos]. Eu estou tranquilo em relação a isso, porque eu sou ministro da Fazenda para enfrentar os 140 mil. Eu estou aqui para fazer justiça tributária", disse Haddad em entrevista ao jornal Folha de S.Paulo na quinta-feira (26).

Vídeo

Além disso, o PT divulgou na última semana um vídeo sobre pagamento de impostos no qual fala em "taxação BBB: bilionários, bancos e bets".

"O governo vai passar a taxar quem sempre pagou pouco ou quase nada: os super-ricos", diz o vídeo.

Um ministro afirma que, ainda que não houvesse um incentivo de Lula, seus auxiliares passariam a reproduzir esse discurso de tanto ouvir essa avaliação do próprio presidente.

Marco

Aliados apontam o debate do IOF como um marco para o endurecimento do discurso governista, especialmente depois de a cúpula do Congresso colocar em votação na última semana o projeto que derrubaria as mudanças feitas pelo Executivo sem avisar ao Planalto.

Aliados do presidente enxergam as digitais de seus opositores na atuação do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), em uma clara antecipação da disputa eleitoral do ano que vem. Haveria uma tentativa de enfraquecer o governo para que o grupo político de Lula chegue em 2026 com chances reduzidas de vencer a eleição.

A ordem do presidente é ir a público dizer que a gestão petista quer taxar milionários para bancar serviços, programas sociais e redução de impostos para os mais pobres. A mensagem a ser transmitida é que as forças políticas que se opõem a isso defendem privilégios para poucos setores da sociedade.

Aderência

Governistas detectaram há algumas semanas que a pauta da taxação dos mais ricos tem aderência nas redes sociais e passaram a apostar no tema para enfrentar a oposição.

Ainda que a ideia seja fazer um enfrentamento público de ideias, há uma preocupação da cúpula do governo em não causar um rompimento político definitivo.

Catia Seabra e Caio Spechoto (Folhapress)

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Arquivo pessoal



Morte de Juliana fez governo alterar decreto

Autorização para traslados irrita Itamaraty

A decisão do presidente Lula (PT) de assinar decreto que permite ao governo bancar, em algumas situações, o traslado de corpos de brasileiros mortos em outros países gerou muita irritação no Ministério de Relações Exteriores.

Desde a última quinta-feira, quando a medida foi anunciada, que o Itamaraty passou a receber pedidos para o transporte de corpos.

Segundo o decreto, cabe ao ministério decidir os casos excepcionais em que traslado deverá ser feito com recursos públicos.

Isso poderá ocorrer em casos em que a família do morto comprovar incapacidade financeira, quando um seguro de viagem não houver sido contratado ou em "em circunstâncias que causem comoção".

Fragilidade

Essa última condição, por seu caráter subjetivo, foi a que mais gerou revolta no Itamaraty. Para alguns petistas, o decreto reforçou a fragilidade do governo, criticado em redes sociais por uma suposta falta de iniciativa para salvar Juliana Marins, que se acidentou na Indonésia.

Balão

Esses parlamentares do PT ressaltam que a movimentação das redes em torno do caso abafou a repercussão do acidente com balão em Santa Catarina que deixou oito mortos. O estado, lembram, é governado pelo bolsonarista Jorginho Mello (PL).

Andressa Anholete/Agência Senado



Alcolumbre ficou irritado por ter levado a culpa

Reação do governo não anula erros de articulação

A tentativa do governo de usar o mote da luta entre pobres e ricos para justificar a necessidade de aumentar o IOF gera desconfianças até entre petistas. Para eles, a iniciativa é a única que restou ao Planalto, mas não apaga as trapalhadas feitas na articulação política.

O maior erro, frisam, foi o governo ter feito acordo para derrubada dos vetos de Lula ao projeto que trata da energia eólica e, depois, fingido que nada tinha a ver com a história. No fim das contas, a bomba foi jogada no colo do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). Ele pressionou pelo acordo, mas não perdoa o governo por trair o que havia sido combinado.

Culatra

Líder do PL no Senado, Carlos Portinho (RJ) avalia foi um tiro no pé a decisão do Planalto de recorrer à Justiça para tentar barrar a decisão do Congresso de impedir o aumento do IOF. Para ele, isso complica a vida do governo junto aos parlamentares e à população.

Mais pobres

Ressalta que, diferentemente do que diz o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o aumento do imposto não atinge apenas os mais ricos. O IOF, lembra, também incide sobre dívidas do cheque especial e do cartão de crédito. "Pega o pobre endividado", frisa.

Aliado

Para Portinho, ao recorrer ao Supremo Tribunal Federal, o governo diminui sua base, acirra a disputa com deputados e senadores, mostra "que não respeita o Congresso, que, por sua vez está muito unido". E acrescenta: indica que seu grande aliado político é o STF

Virada de fio

Além de todos os problemas, o Planalto ainda lida com o esgotamento de Haddad. No centro da crise que envolve as dificuldades de caixa do governo, o ministro demonstra estar muito cansado. Antecipou as férias de julho para junho para tentar dar uma respirada.

Eufrázio

CORREIO ECONÔMICO

POR MARTHA IMENES

Divulgação/Sindicombustíveis



Aumento da mistura foi autorizado pelo CNPE

Sindicombustíveis: redução não vai chegar ao consumidor

O aumento do etanol anidro na gasolina de 27% para 30% reduziria, segundo estimativa do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) reduziria o combustível em R$ 0,11 (onze centavos). No entanto, essa economia deve passar longe da bomba nos postos de gasolina. O alerta foi feito pelo presidente do Sindicombustíveis do Distrito Federal, Paulo Tavares.

Ele contesta e reduz a projeção de economia para cerca de R$ 0,02 (dois centavos). "Não é possível essa redução (de R$ 0,11), ela somente vai ocorrer em impostos federais porque, na prática gasolina e etanol têm valores aproximados", explica. No caso do biodiesel, que é quase 60% mais caro que o diesel, haverá um reajuste para maior. Ou seja, vai aumentar.

Mistura

"Quando aumenta a mistura em 1% o biodiesel utilizado no diesel acaba subindo R$ 0,02", diz Tavares. Isso porque o diesel que vem da refinaria da Petrobras está R$ 3,90 e o biodiesel R$ 5,70. No cálculo percentual para aplicação do valor, acaba ficando mais caro.

Distribuidoras

Ele ressalta que o posto de gasolina não compra produto nas refinarias, mas sim de distribuidoras, que têm o preço livre.

"O reajuste é praticado nas distribuidoras que vendem aos postos de gasolina, esse valor, na minha avaliação, não chegará na bomba", finaliza.

Marcello Casal JrAgência Brasil



Mesmo com alta, dívida está abaixo do previsto

Dívida Pública sobe 0,71% e chega perto de R$ 7,7 trilhões

Impulsionada pelos juros, a Dívida Pública Federal chegou perto de R$ 7,7 trilhões em maio. Segundo números do Tesouro Nacional, a dívida passou de R$ 7,617 trilhões em abril para R$ 7,67 trilhões no mês passado, alta de 0,71%. Em junho do ano passado, o indicador superou pela primeira vez a barreira de R$ 7 trilhões.

Mesmo com a alta, a dívida continua abaixo do previsto. De acordo com o Plano Anual de Financiamento, apresentado no início de fevereiro, o estoque deve encerrar 2025 entre R$ 8,1 trilhões e R$ 8,5 trilhões. A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna (DPMFi) passou de R$ 7,31 trilhões em abril para R$ 7,361 trilhões.

Resgate

Conforme o relatório, no mês passado, o Tesouro Nacional resgatou R$ 25,03 bilhões em títulos a mais do que emitiu, principalmente em papéis atrelados ao índice de preços. No entanto, a dívida interna subiu por causa da apropriação de R$ 75,86 bilhões em juros.

Correção

Por meio da apropriação de juros, o governo reconhece, mês a mês, a correção dos juros que incide sobre os títulos e incorpora o valor ao estoque da dívida pública. Com a Taxa Selic em 15% ao ano, a apropriação de juros pressiona o endividamento.

Queda

Após uma alta em abril, o colchão da dívida pública (reserva financeira usada em momentos de turbulência ou de forte concentração de vencimentos) voltou a cair em maio. Essa reserva passou de R$ 904 bilhões em abril para R$ 861 bilhões em maio, o maior nível desde agosto.

Colchão

O principal motivo, segundo o Tesouro Nacional, foi o resgate líquido (resgates menos emissões) no mês passado. Atualmente, o colchão cobre 8,77 meses de vencimentos da dívida pública. Nos próximos 12 meses, está previsto o vencimento de R$ 1,229 trilhão em títulos federais.

Com bandeira vermelha, veja como economizar luz

Dicas de consumo ajudam a gastar menos com energia elétrica

Por Martha Imenes

Copel



Com poucas chuvas, reservatórios ficam abaixo da capacidade e isso impacta a energia

A bandeira tarifária para o mês de julho vai continuar vermelha patamar 1, a mesma de junho. Com isso, as contas de energia elétrica continuarão recebendo adicional de R$ 4,46 para cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos. Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a continuidade do cenário de chuvas abaixo da média em todo o país reduz a geração de energia por hidrelétricas. Diante desse cenário, o Correio da Manhã pegou dicas com economistas para que o consumidor economize até 40% na conta.

A melhor forma de economizar é priorizar o controle dos aparelhos classificados como vilões do consumo. São eles: chuveiro, geladeira, iluminação, ar-condicionado, ferro elétrico e computadores.

"Diminuir o tempo de banho quente para quem tem chuveiro elétrico, e trocar a iluminação para lâmpadas de led também podem fazer com que a conta dê um alívio no bolso", explica o economista e professor do Ibmec, Gilberto Braga.

Usando o chuveiro elétrico de maneira consciente, o consumidor diminui os gastos de energia em 30%. A orientação é manter a chave seletora do aparelho na posição "morno" ou "verão".

Para chegar a uma economia de 40% na conta de luz, os consumidores podem adotar outras medidas. Uma delas, por exemplo, é acumular a roupa lavada para passar e não ligar o ferro em várias etapas.

Para economizar mais uns trocados de energia elétrica vem uma das dicas mais populares e que muitas pessoas nem ligam: tirar os aparelhos eletrônicos da tomada. Em média, 12% da energia consumida em casa é gasta por aparelhos que ficam no chamado modo stand by.

Uma residência, normalmente, tem 15 equipamentos que utilizam essa tecnologia. Um decodificador de TV a cabo só é usado cerca de cinco horas por dia. Retirá-lo da tomada nas outras 19 horas gera uma boa economia de energia.

Fiquem 'ligados' nas recomendações

1. A dica é ficar o mínimo possível no banho se tiver chuveiro elétrico. Os aparelhos mais comuns têm potência de, aproximadamente, 5.500W. Se utilizar o chuveiro elétrico na posição morno ou verão, haverá uma economia de cerca de 30%.

2. Os aquecedores, em dias mais frios, podem chegar a corresponder a 1/3 do gasto doméstico com eletricidade, conforme a utilização. Evite deixar o aquecedor ligado por longos períodos e utilize-o apenas quando estiver no ambiente.

3. Troque lâmpadas incandescentes e fluorescentes por modelos de LED, que consomem de 60% a 80% menos energia.

4. Utilize a capacidade máxima das máquinas de lavar e secar. Nas máquinas de lavar, fique alerta à quantidade de sabão, evitando repetir a operação de enxágue. Quanto às secadoras, use apenas quando necessário.

5. Não deixe a TV ligada sem que haja alguém assistindo. Programe o timer (desligamento automático) antes de dormir.

6. Desligue o computador sempre que ficar mais de 2 horas sem utilização. Desconecte o monitor a partir de 15 minutos de inatividade.

7. Não abra a porta da geladeira desnecessariamente para não forçar o motor do eletrodoméstico.

8. Verifique se a borracha de vedação da porta da geladeira está cumprindo sua função. Nunca utilize a parte traseira do equipamento para secar roupas ou sapatos.

Taxa de desemprego fecha em 6,2%

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Desemprego chegou ao menor índice desde maio de 2012

A taxa de desemprego ficou em 6,2% no trimestre encerrado em maio de 2025. Esse patamar é o menor registrado para o período desde o início da série histórica, iniciada em 2012. Os dados foram divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No trimestre anterior, encerrado em fevereiro, a taxa era de 6,8%. Já no mesmo período do ano passado, 7,1%, informa a Agência Brasil.

Além de ser recorde para o período, o IBGE aponta que outros dados da pesquisa são também os melhores já registrados, como o patamar de empregados com carteira assinada, o rendimento do trabalhador, a massa salarial do país e o menor nível de desalentados - pessoas que, por desmotivação, sequer procuram emprego - desde 2016.

A desocupação de 6,2% no trimestre representa 6,8 milhões de pessoas. Esse contingente fica 12,3% abaixo do apurado no mesmo período do ano passado, ou seja, redução de 955 mil pessoas à procura de emprego. O Brasil terminou o período com 103,9 milhões pessoas ocupadas, alta de 1,2% ante o trimestre anterior.

Mercado aquecido e resistente

De acordo com o analista da pesquisa William Kratochwill os dados mostram a economia aquecida, resistente a questões externas do mercado do trabalho. Segundo ele, as informações retratam que efeitos da política monetária (juro alto) não afetou o nível de emprego.

"Observando os dados, está claro que o mercado de trabalho continua avançando, resistindo", disse.

Ele acrescenta que é esperado para os trimestres mais próximos do fim do ano novos recuos na taxa de desocupação, mas que isso depende de medidas do poder público.

Desde setembro do ano passado, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) tem mantido trajetória de alta da taxa básica de juros da economia, a Selic, de forma a conter a inflação, que está acima da meta do governo. A inflação oficial acumula 5,32% em doze meses, acima da meta.

Bolsa Família vai pagar NIS final 0

A Caixa Econômica Federal paga nesta segunda-feira (30), a parcela de junho do Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 0.

O valor mínimo corresponde a R$ 600, mas com o novo adicional, o valor médio do benefício sobe para R$ 666,01. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do governo federal alcançará 20,49 milhões de famílias, com gasto de R$ 13,63 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R$ 50 a mães de bebês de até 6 meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

De acordo com informações da Agência Brasil, os beneficiários do Bolsa Família de 30 cidades receberam o pagamento no último dia 16, independentemente do NIS.

A medida beneficiou moradores de seis estados, afetados por chuvas ou por estiagens ou com povos indígenas em situação de vulnerabilidade:

– Alagoas (cinco municípios), Amazonas (quatro), Paraná (seis), Roraima (um), São Paulo (município de Diadema) e Sergipe (oito).

CORREIO ESPORTIVO

F1


Bortoleto pontuou pela primeira vez

PONTUOU

Em sua 11ª prova da Fórmula 1, Gabriel Bortoleto pontuou pela primeira vez. O brasileiro da Sauber chegou na oitava colocação no GP da Áustria, disputado no circuito de Spielberg no domingo (29), corrida que terminou com a vitória do pole position Lando Norris, da McLaren.

Bortoleto manteve a posição em que largou e fez uma prova sem percalços. Norris enfrentou a pressão do seu companheiro de equipe, Oscar Piastri, segundo colocado na linha de chegada, que ultrapassou na largada Charles Leclerc, da Ferrari, terceiro no pódio.

Na primeira volta, Max Verstappen, da Red Bull, foi atingido por Andrea Antonelli, da Mercedes, e seu carro rodou. O safety car entrou na pista, e os dois pilotos tiveram que abandonar a corrida.

Com o resultado na Áustria, Piastri se mantém na liderança do Mundial de Pilotos, com 216 pontos. Norris tem 201 e segue na segunda colocação, seguido de Max Verstappen, com 155.

Desfalques na Inter de Milão

Adversária do Fluminense nesta segunda (30), a Inter de Milão terá quatro desfalques para a sequência da Copa do Mundo de Clubes. Lesionados, Pavard, Bisseck, Çalhanoglu e Zielinski já voltaram para a Itália. A informação é do jornal italiano Gazzetta dello Sport.

Pavard e Çalhanoglu são titulares da Inter. Eles, por exemplo, começaram jogando contra o PSG pela final da Liga dos Campeões. O francês chegou a atuar no Mundial, contra o Monterrey, já o turco sequer foi a campo. Bisseck e Zielinski também não estrearam na competição da Fifa.

Pavard tem um problema no tornozelo, Çalhanoglu lesionou a perna direita já nos Estados Unidos. Bisseck foi diagnosticado com uma lesão na panturrilha e Zielinski voltou machucado após servir à seleção polonesa.

Os italianos ainda não oficializaram o retorno do quarteto. Desfalcado, o time se prepara para enfrentar o Fluminense às 16h, pelas oitavas de final.

Bayern manda o Fla para casa

Com placar de 4 a 2, Bávaros eliminam o Flamengo do Mundial

Por Pedro Sobreiro

Bayern de Munique


Com dois gols, Harry Kane pôs fim à passagem do Flamengo por esse Super Mundial da Fifa

Existem times no futebol que carregam uma aura mística que transcende o futebol. Equipes como Real Madrid, Milan e Barcelona já entram em campo contando com o medo do adversário. Porém, mesmo dentre os gigantes, existe um bicho-papão chamado Bayern de Munique.

Os bávaros são sinônimo de perfeição, até mesmo em temporadas abaixo. Se equipes mais fracas entram em campo sonhando em ganhar de um Real Madrid, no caso do Bayern, elas entram sonhando perder de pouco.

A filosofia alemã, aliada com a melhor estrutura do planeta, cativa jogadores de todo o mundo, que creem no projeto e entendem o tamanho da instituição que defendem.

Neste domingo (29), o Flamengo foi apresentado ao Bayern. O time carioca entrou em campo já com a cara da eliminação. Jogadores mais jovens tremiam e até os mais experientes sentiram o peso da partida.

Isso refletiu diretamente no placar. Em menos de 10 minutos, os alemães já venciam por 2x0, com um gol contra de Pulgar e outro em tiro letal de Harry Kane, craque subestimado.

Mas cabia lutar. E assim o Fla tentou. Aos 33 minutos, Gerson carimbou a rede de Neuer. O 2x1 trouxe esperança, mas Goretzka, em um típico gol de treino, botou água no chope rubro-negro oito minutos depois, levando o jogo para o intervalo com um avassalador 3x1.

Na volta do intervalo, o Flamengo tentou reagir. Enquanto isso, o Bayern fazia algo que irrita a muitos: cozinhava o adversário. Nesses 20 minutos iniciais, os bávaros afrouxaram a marcação e deixaram os cariocas jogarem. Em um momento de desatenção, Olise pôs a mão na bola. Pênalti para o Flamengo convertido por Jorginho. 3X2. Sentindo o bom momento, Filipe Luís trocou Arrascaeta por Bruno Henrique, tentando repetir o sucesso que teve contra o Chelsea, mas foi em vão. Do outro lado, não era o campeão da 'Série C' europeia, era o Bayern de Munique.

O técnico Vincent Kompany trouxe craques como Sané e Musiala a campo, oxigenando ainda mais o ataque. Aos 28 do segundo tempo, Harry Kane bombardeou Rossi com mais um de seus foguetes, pondo fim ao sonho rubro-negro. Bayern de Munique 4x2 Flamengo. O bicho-papão segue vivo.

Com o resultado, o Flamengo volta para casa junto ao Botafogo. Com isso, o Rio de Janeiro conta com o Fluminense para seguir no Super Mundial. O Tricolor entra em campo nesta segunda (30) para enfrentar a Inter de Milão, justamente o time que eliminou o Bayern da última Champions. Para eles, o sonho ainda não acabou.

Já o Bayern terá um tempo para se preparar para o PSG, outro pesadelo europeu na temporada, nas quartas de final do Super Mundial d Fifa.

Botafogo: despedida amarga nos EUA

No mais recente capítulo da rivalidade entre Palmeiras e Botafogo, deu alviverde. Os paulistanos derrotaram os cariocas por 1 a 0, no Lincoln Financial Field, na ensolarada tarde de sábado (28) da Filadélfia, e avançou às quartas de final da Copa do Mundo de Clubes.

O placar foi definido por Paulinho, que enfrenta claras limitações físicas e não suporta muito mais do que meia hora dentro de campo. O atacante de 24 anos foi acionado aos 18 do segundo tempo e teve de ser substituído ainda na etapa inicial da prorrogação. Antes, marcou um bonito gol de pé esquerdo, aos dez do primeiro tempo extra.

Substituído, foi ao banco de reservas com semblante de dor. Ele será submetido a nova operação, porém, enquanto isso não acontece, Paulinho vai fazendo o que pode.

O carioca já havia sido importante na partida anterior, comandando a reação do Palmeiras, que perdia por dois gols para o Inter Miami e buscou o empate por 2 a 2. O resultado deu à formação alviverde a liderança do Grupo A e estabeleceu o confronto com o Botafogo, diante de 33.657 espectadores na Filadélfia.

O Palmeiras voltará a campo na próxima sexta (4), às 22h (de Brasília), novamente na Filadélfia. O adversário será o Chelsea, da Inglaterra.

O Botafogo volta ao Brasil e inicia a preparação para o duelo contra o Vasco, no sábado (12/7) no Mané Garrincha, mas sem seu artilheiro.

Igor Jesus, vendido ao Nottingham Forest antes do Mundial, se despediu do clube na derrota para o Palmeiras. Ele seguirá direto para a Inglaterra.

CORREIO NO MUNDO

Clauber Cleber Caetano/PR


Elon Musk voltou a criticar Trump

FARPAS

Elon Musk criticou a mais recente versão do projeto de lei de impostos e gastos de Donald Trump divulgada pelo Senado dos EUA, chamando-o de "completamente insano e destrutivo".

As críticas ocorreram semanas depois de o bilionário e o presidente protagonizarem uma disputa provocada pela oposição de Musk ao projeto.

"O mais recente projeto de lei do Senado destruirá milhões de empregos na América e causará imenso dano estratégico ao nosso país", escreveu Musk em post no X. "Ele oferece benefícios às indústrias do passado enquanto prejudica severamente as indústrias do futuro."

Musk anunciou há um mês a saída do governo Trump, após liderar a iniciativa radical de corte de gastos, conhecida como Doge (Departamento de Eficiência Governamental, em inglês), que teve como principais alvos programas de diversidade no governo dos EUA e a agência de ajuda externa Usaid.

Parada LGBT I

Dezenas de milhares de pessoas foram às ruas em Budapeste, capital da Hungria, para participar da parada LGBTQIA+ no Dia do Orgulho -desafiando uma lei recente de Viktor Orbán, que proíbe essas manifestações.

Parada LGBT II

A marcha levou às ruas de Budapeste bandeiras LGBT e cartazes contra Órban, primeiro-ministro da Hungria há mais de 15 anos. À Reuters, um dos participantes disse que é "o último momento para defendermos nossos direitos".

Parada LGBT III

Os organizadores da marcha dizem que cerca de 100 mil pessoas compareceram - um número que, se confirmado, tornaria o evento um dos maiores protestos da história da Hungria após a queda do comunismo.

Parada LGBT IV

O governo de Órban é visto por especialistas em democracia como cada vez mais autoritário, controlando em larga medida a imprensa do país, restringindo a oposição e gradualmente eliminando os direitos de pessoas LGBT+.

Qatar vê chance de trégua

Novos ataques de Israel mataram pelo menos 60 pessoas em Gaza

Reuters/Folhapress


Israel atacou Gaza de novo, deixando ao menos 60 mortos

Novos bombardeios de Israel mataram pelo menos 60 pessoas no sábado (28) na Faixa de Gaza, de acordo com médicos e trabalhadores de saúde ouvidos pela agência de notícias AFP. Os ataques atingiram um campo de refugiados erguido no Estádio da Palestina, na Cidade de Gaza. Prédios residenciais também foram bombardeados.

De acordo com os profissionais de saúde, pelo menos 20 corpos foram levados para o hospital Nasser, e outros, para o Al-Shifa. O Ministério da Saúde do território, controlado pelo grupo terrorista Hamas, contabiliza 81 mortos.

Os novos ataques acontecem dias após o cessar-fogo entre Israel e o Irã - depois de doze dias de guerra e um ataque direto dos Estados Unidos contra o regime iraniano, os países, por pressão de Donald Trump, interromperam a troca de mísseis. Agora, mediadores dizem que há uma janela de oportunidade para uma nova trégua também em Gaza.

O Ministério das Relações Exteriores do Qatar, país que tem atuado como intermediário entre Tel Aviv, os Washington e o grupo terrorista Hamas, disse que, se a janela para diálogos não for utilizada, "haverá outra oportunidade desperdiçada, como tantas no passado".

Trump também disse ver possibilidade de um cessar-fogo em Gaza. "Acho que estamos perto disso. Acabo de conversar com as pessoas envolvidas", disse o republicano na sexta (27). "Acredito que, na próxima semana, teremos [uma trégua]", afirmou o presidente americano, sem dar mais detalhes.

A situação humanitária em Gaza atinge níveis cada vez mais catastróficos, de acordo com as Nações Unidas. Toda a população do território enfrenta insegurança alimentar, e entregas de ajuda se transformaram em massacres desde que Israel monopolizou o trabalho humanitário na controversa FHG (Fundação Humanitária de Gaza).

Tel Aviv diz que essa é a única maneira de garantir que os suprimentos não sejam roubados pelo Hamas, uma acusação negada pelo grupo terrorista. A ONU diz que a FHG não age com imparcialidade e fere os princípios do trabalho humanitário.

Na sexta, a ONG Médicos Sem Fronteiras acusou a FHG de manter uma "farsa de distribuição de alimentos que provoca massacres em série" e pediu que a entidade seja fechada.

Atentado a bomba mata paquistaneses

Um carro cheio de explosivos se chocou contra um comboio militar do Paquistão no sábado (28), matando pelo menos 16 soldados, de acordo com autoridades do país ouvidas por agências de notícias. O atentado suicida aconteceu na região do Waziristão do Norte, na fronteira com o Afeganistão, um local conhecido pela atuação de grupos terroristas.

Pelo menos dez militares paquistaneses ficaram feridos, e muitos deles estão em estado crítico. Eles foram resgatados de helicóptero e levados para um hospital militar, segundo autoridades. Oficialmente, o governador da província de Khyber Pakhtunkhwa anunciou que oito pessoas morreram no atentado.

"Houve uma enorme explosão, e uma coluna de fumaça que podia ser vista a uma grande distância", disse um servidor público ouvido pela Reuters. Um morador disse que a detonação destruiu telhados e quebrou vidros de casas próximas.

Até aqui, nenhum grupo assumiu a responsabilidade pelo atentado. O Waziristão é conhecido por ser refúgio de vários grupos islâmicos radicais que atuam tanto no Paquistão quanto no vizinho Afeganistão. Segundo o governo em Islamabad, os terroristas treinam em bases em território de Cabul para lançar ataques contra o Paquistão, uma acusação que o governo do Talibã nega.

O grupo paquistanês TTP, que reúne uma série de facções islâmicas radicais, tenta derrubar o governo em Islamabad há décadas com o objetivo de estabelecer uma teocracia em seu lugar. O exército paquistanês costuma ser alvo de atentados do TTP.

A explosão aumenta a tensão na região, que recentemente viveu uma escalada entre o Paquistão e a Índia, dois países que possuem armas nucleares. No dia 10 de maio, Islamabad e Nova Déli anunciaram um cessar-fogo depois de chegarem muito perto de sua quarta guerra direta. Em quatro dias, 66 pessoas dos dois lados do conflito morreram.

No dia 21 de maio, outro ataque suicida, na ocasião contra a um ônibus escolar, matou cinco pessoas no Paquistão. O país culpou a Índia e "representantes do terrorismo indiano" pelo ocorrido, o que o governo indiano negou veementemente.

Eufrázio

O reverso da Operação Sem Desconto

Entidades idôneas foram niveladas com associações de fachada

Tomaz Silva/Agência Brasil



Bloqueios estão gerando riscos ao atendimento de aposentados e trabalhadores rurais que são associados e dependem dos serviços oferecidos

Sindnapi



Colônia de férias do Sindnapi, uma das entidades com repasse bloqueado

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



Investigações vêm sendo conduzidas pela Polícia Federal

Antonio Cruz/Agência Brasil



Pelos Correios aposentados podem conferir se há desconto

Por Martha Imenes

A suspensão dos Acordos de Cooperação Técnica (ACT) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com entidades no âmbito da Operação Sem Desconto trouxe à tona faces distintas de uma mesma realidade: o nivelamento de associações que prestavam serviços aos aposentados, inclusive de saúde e jurídico, com entidades de fachada, levando ao desamparo de aposentados e ao colapso financeiro dessas empresas.

Com repasse de descontos suspensos, contas bancárias bloqueadas, várias unidades de atendimento estão fechando as portas, e contratos com médicos, fisioterapeutas, advogados e outros prestadores de serviço a aposentados e pensionistas, foram encerrados.

Uma das entidades às quais o Correio da Manhã teve acesso, com oferta de serviços e atividades em todo o país, teve que demitir 1,1 mil de um total de 1,6 mil funcionários. Grandes ou pequenas, associações que prestavam serviços aos aposentados, estão "pagando o preço" por conta de entidades de fachada.

Exclusão de ação cautelar

Quatro entidades citadas pela Controladoria-Geral da União (CGU) em abril, e investigadas pela Polícia Federal (PF), foram retiradas da ação cautelar protocolada pela Advocacia-Geral da União (AGU) em maio por não figurarem no que a AGU chama de "núcleo do esquema de fraudes" em descontos associativos. E, mesmo assim, continuam sem repasse de mensalidades associativas e algumas com as contas bancárias bloqueadas, o que dificulta a manutenção dos serviços, unidades e funcionários.

Na primeira lista divulgada pela CGU em abril figuravam 11 entidades: AAPB, Aapen, AAPPS Universo, ABCB, Apdap Prev, Ambec, CAAP, Conafer, Contag, Sindnapi e Unaspub. No entanto, após levantamento minucioso realizado pela autarquia previdenciária, a AGU refez a relação de entidades citadas no processo. Ficaram de fora da ação protocolada: ABCB/Amar Brasil, Conafer, Contag e Sindnapi.

O recorte, agora com 12 entidades, foi divulgado pelo advogado-geral da União, Jorge Messias, no início de maio. De acordo com ele, o levantamento considerou a existência de "fortes indícios de terem sido criadas com o único propósito de praticar a fraude (entidade de fachada), com sua constituição utilizando 'laranjas' (art. 5º, III, da LAC)". Com base nesse levantamento outras cinco associações foram incluídas na ação cautelar: Asbrapi, Asabasp, Ap Brasil, CBPA e Cebap.

Margem consignável

Um ponto destacado por Yedda Gaspar, presidente da Federação das Associações de Aposentados do Estado do Rio de Janeiro (Faaperj) é a retomada de assédio de instituições financeiras sobre aposentados com a oferta de empréstimo consignado.

Com o fim da mensalidade no contracheque, a margem consignável do beneficiário naturalmente é recomposta, explica Yedda, e isso fez aumentar a busca de instituições para fazer o consignado.

"O endividamento dos idosos já é alto, muitos nem têm recursos suficientes para se manter porque estão com empréstimos descontados direto no contracheque. Com esse aumento de margem, vão se endividar ainda mais", explica.

"Há mais de 50 anos prestamos serviços aos aposentados e pensionistas, principalmente nas áreas médica, odontológica e fisioterapêutica. Com o nivelamento por baixo de todas as entidades sérias com as criadas exclusivamente para extorquir aposentados, muitas pessoas estão ficando sem atendimento", lamenta.

Conforme a federação, com o fim do repasse de mensalidades não é possível pagar instalações, funcionários e manter as contas para manutenção dos espaços.

Demissões

O dirigente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais do Brasil (Conafer), Carlos Roberto Lopes, lamenta a demissão de 1,1 mil funcionários e a parada de serviços prestados em todo país. "São pais e mães de família sem emprego".

Ele explica que o INSS já havia feito contato com a confederação para que fossem apresentadas as fichas cadastrais de filiados e que a autarquia já havia exigido a implantação de biometria para liberação de novas filiações. Segundo ele, as exigências foram cumpridas.

E acrescenta: "O grande problema que vejo nessa situação é a paralisação de serviços prestados aos aposentados e pensionistas e populações vulneráveis porque colocaram em um mesmo contexto entidades estabelecidas, que pagam impostos e as de fachada".

Previdência pública

Outra entidade afetada é a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag). Ela é composta por 27 federações estaduais e quase 4 mil sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

"O sistema Contag não é associação que tem acordo com o INSS para vender serviços. Somos um sistema sindical com registro público e exercemos tarefa pública relevante. Inclusive, temos um acordo firmado com o INSS Digital para executar tarefas do instituto. Nossa capilaridade e o reconhecimento dos nossos associados e associadas ao longo de mais de 60 anos de atuação balizam esse acordo", explica em nota.

De acordo com a Contag, os sindicatos de trabalhadores rurais atuam nos municípios que compõem o sistema coordenado pela confederação. Ou seja, 1/3 de todos os sindicatos no país (12 mil). "Essa rede interiorizada nos municípios é responsável por orientar e organizar o trabalhador para acessar as principais políticas públicas existentes", acrescenta.

"Previdência pública só chega ao campo nos pequenos municípios pela ação de nossos sindicatos, e isso vai parar diante da atual situação", pontua.

E finaliza: "Com todo esse cenário de impacto no trabalho dos sindicatos, esses serviços fundamentais para os trabalhadores rurais agricultores familiares irão parar".

Sem repasse

Com 25 anos de história, 21 sedes próprias e 80 subsedes, o Sindicato Nacional de Pensionistas e Idosos (Sindnapi) teve que fechar 30 subsedes e desativar duas colônias de férias no litoral paulista, e também suspender uma apólice de seguros que garantia assistência e auxílio funeral para os associados. "Mesmo quando o filiado pagava as despesas do funeral, o sindicato fazia o reembolso".

Demissões também ocorreram na entidade sindical, "que não recebeu a visita da Polícia Federal em nenhuma de suas sedes e subsedes, não teve contas bloqueadas e não está listada como entidade de fachada", disse uma fonte, que pediu anonimato. Segundo ela, por ser "de verdade" o sindicato sobrevive das mensalidades, suspensas na Operação Sem Desconto, e agora sem o repasse a manutenção dos serviços está comprometida. "Colocaram todos no mesmo balaio e fizeram com que todos, sem exceção, fossem tratados como bandidos", diz.

Questionada sobre o desbloqueio de contas e de repasses para entidades fora da ação cautelar, a AGU não se manifestou até o fechamento desta edição.

Circula em conjunto com: CORREIO PETROPOLITANO

CORREIO FLUMINENSE

POR MARCELLO SIGWALT

Prefeitura de São Gonçalo



Crianças do bairro curtiram brincadeiras e diversão

Guaxindiba curte atrações da 'Caravana de Arte e Lazer'

O campo da Rua 12, em Guaxindiba, recebeu a Caravana de Arte e Lazer na manhã deste sábado (28). As crianças do bairro curtiram muitas brincadeiras, diversão e lanche. Domingo (29), os moradores do bairro Vila Três terão acesso às atividades na Praça do Fumacê, das 9h às 13h.

Em Guaxindiba, a alegria ficou por conta do projeto da Fundação de Artes, Esporte e Lazer (Faelsg) da Prefeitura de São Gonçalo, com direito à Caravana de Arte e Lazer, personagens infantis, animadores, além de pula-pula, escorrega, cama elástica e piscina de bolinhas.

No dia de pura diversão, houve brincadeiras lúdicas, guerra de cotonetes, atividades artísticas e esportivas, dança, oficinas de pintura e desenhos, pintura facial e aulas de dança.

Araruama debate superdotação

Conhecido pelo alto potencial intelectual e rendimento acadêmico, os superdotados foram o assunto-chave do VII Simpósio de Altas Habilidades ou Superdotação da UFF, em conjunto com simpósio similar da Região dos Lagos, realizado nos dias 26 e 27 de junho, no Teatro Municipal de Araruama, no cento da cidade.

Na oportunidade, professores, pedagogos e pesquisadores falaram sobre as experiências concretas envolvendo mitos e desafios da superdotação, pesquisas científicas em processo ou concluídas.

Prefeitura de Itaboraí



Itaboraí segue Maricá e aplica tarifa zero para ônibus

Itaboraí anuncia tarifa zero para ônibus do município

Em uma conquista histórica que marca um novo tempo para Itaboraí, a cidade comemora seus 192 anos com um presente inesquecível para a população: a partir da meia-noite do dia 23 de maio, ninguém mais paga passagem para circular de ônibus dentro do município. Agora, todas as linhas municipais passam a ser tarifa zero, ampliando ainda mais o alcance do transporte gratuito.

"Esse é o presente da Prefeitura para o povo de Itaboraí. A partir da meia-noite, ninguém mais paga passagem de ônibus. Toda a nossa cidade tem ônibus de graça. Parabéns, Itaboraí", expressou, emocionado, Marcelo Delaroli.

Casimiro é o 1° em compra pública

Auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ), realizada nos 91 municípios fluminenses, apontou que Casimiro de Abreu ficou em primeiro lugar nas compras públicas fluminenses. Para chegar a esse resultado, o TCE avaliou 200 editais publicados ao longo de 2024, por meio de um formulário técnico com 33 blocos temáticos que analisaram aspectos como integridade, governança e gerenciamento de riscos. O objetivo foi monitorar a condução das compras públicas e identificar boas práticas na gestão dos recursos.

Cabo Frio reativa cadastro PCD

Importante ferramenta para elaboração e ampliação de políticas públicas para o segmento PCD, o Cadastro Municipal de Inclusão da Pessoa com Deficiência on-line acaba de ser reativado. O banco de dados gerido pela Secretaria Adjunta de Políticas Públicas da Pessoa com Deficiência e Autismo encontra-se atualizado e disponível para consultas na página da Prefeitura de Cabo Frio, no link https://cadastropcd.cabofrio.rj.gov.br/.

O cadastro visa facilitar o acesso das pessoas com deficiência às políticas públicas e garantir seus direitos.

Rio sediará conferência de desenvolvimento sustentável

Para o governo fluminense, escolha da Unesco é reconhecimento pelos esforços de transformar a capital em uma 'Metrópole Azul'

RW - Governo do Rio



Castro quer "impulsionar economia do mar e tornar o Rio uma referência em sustentabilidade"

O Rio de Janeiro vai sediar a terceira Conferência da Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável, em 2027 – um reconhecimento internacional que dialoga com os esforços do Governo do Estado para transformar o território fluminense em uma metrópole azul. A escolha pelo Rio de Janeiro foi anunciada, nesta sexta-feira (27), na assembleia da Comissão Oceanográfica da Unesco, em Paris.

"Essa escolha da Unesco é motivo de grande orgulho para o povo fluminense e um reconhecimento do trabalho sério e comprometido que temos feito para proteger nossos mares, nossas baías e nossas futuras gerações. O Rio de Janeiro está cada vez mais preparado para liderar a transformação ambiental que o Brasil e o mundo precisam", declarou o governador Cláudio Castro.

Essa conquista está alinhada a uma série de ações e iniciativas estratégicas que vêm sendo conduzidas para impulsionar a economia do mar, consolidar o Rio como referência em sustentabilidade costeira e, principalmente, para avançar na despoluição da Baía de Guanabara.

Mais de R$ 6 bilhões vindos da concessão do saneamento estão sendo investidos em projetos ambientais na Baía de Guanabara. Com isso, o Estado do Rio tem conseguido resgatar a qualidade da água de praias da Zona Sul, de Niterói e da Ilha de Paquetá, que voltaram a ser balneáveis, e trazer de volta a vida marinha para a Baía. Além disso, até 2046, R$ 25 bilhões serão os ganhos socioeconômicos com a redução da poluição.

Secretário estadual do Ambiente e Sustentabilidade, Bernardo Rossi celebra a conquista e destaca que, ao investir na recuperação e no uso sustentável dos recursos hídricos, o Rio fortalece diversas atividades rumo ao desenvolvimento econômico, sustentável e social, como o turismo, a pesca, o mercado imobiliário, os esportes e o transporte.

-O Governo do Estado está sendo marcado pela Virada Azul. O Rio de Janeiro adotou a Economia Azul não como conceito abstrato, mas como uma política pública concreta e transversal", diz Rossi.

Lucro líquido da Cedae dobra em um ano, superando a marca de R$ 1 bi

Carlos Magno



Resultado foi apresentado no Palácio Guanabara

A Cedae teve lucro líquido de R$ 1.020.258.000, em 2024. O anúncio foi feito nessa sexta-feira (27), no Palácio Guanabara, pelo Secretário de Estado da Casa Civil, Nicola Miccione, e pelo presidente da companhia, Aguinaldo Ballon. O resultado é mais que o dobro do valor registrado no ano anterior (R$ 453,9 milhões) e o maior desde 2019.

O salto de 125% no lucro líquido decorreu, principalmente, do resultado operacional da Companhia (indicador dos ganhos obtidos com a atividade-fim, sem considerar impacto de juros e impostos), que fechou o ano em R$ 627,3 milhões, contra resultado negativo em R$ 36,7 milhões em 2023.

O governador Cláudio Castro avaliou o resultado como mais uma prova do acerto da concessão dos serviços de distribuição de água, realizada em 2021. "Eu disse que não faria um mau negócio na concessão da Cedae, e não fiz. Hoje, o que vemos é uma companhia pública mais eficiente, com resultados operacionais sólidos, que permitiram o lucro histórico de R$ 1 bilhão. Essa é a prova de que é possível modernizar o Estado com responsabilidade, garantir investimentos e preservar o interesse público. O salto de 125% no lucro mostra que tomamos o caminho certo: um modelo que fortalece o papel estratégico da Cedae, focada em sua atividade-fim que é a produção de água.

Parte desses recursos está sendo reinvestido em melhorias operacionais, com ampliação do tratamento de água e modernização das estruturas. É o Rio avançando com gestão responsável e visão de futuro", afirmou o governador.

Para a virada de chave da Companhia foi fundamental a queda de quase 20% nas despesas e custos operacionais. Entre os itens que contribuíram essa redução, destaques para gastos com material (-20%); serviços de terceiros (-14%); e provisões de contingências (-67,3%).

RJ detém 23,7% da produção nacional de aço ou 643 mil ton

O Rio de Janeiro produziu 643 mil toneladas de aço bruto em maio, sendo responsável por 23,7% da produção nacional do mês. Nos primeiros cinco meses do ano, o estado acumulou 3,6 milhões de toneladas produzidas, o que representa uma alta de 5,5% em comparação ao mesmo período do ano passado. Os dados são do Instituto Aço Brasil, que representa as empresas siderúrgicas brasileiras.

"O crescimento da produção fluminense de aço bruto reforça o papel estratégico do estado no cenário nacional e a importância da nossa indústria siderúrgica para a economia nacional. Demonstra, também, a vitalidade do setor e sua capacidade de resposta às demandas do mercado, além de gerar emprego e renda, e movimentar cadeias produtivas associadas, criando condições para que o Rio de Janeiro continue crescendo e ocupando seu lugar de destaque no Brasil", afirmou o governador Cláudio Castro.

Em 2024, o Rio de Janeiro produziu 8,8 milhões de toneladas de aço, registrando um crescimento de 2,4% em relação a 2023. Com isso, o estado se consolidou como o segundo maior produtor do país, respondendo por 26,2% da produção nacional – atrás apenas de Minas Gerais.

"O Brasil é o principal produtor de aço na América Latina e o nono maior produtor mundial, atrás da China, Índia, Japão, Estados Unidos, Rússia, Coreia do Sul, Turquia e Alemanha. Esta posição se deve, em grande parte, ao robusto parque siderúrgico fluminense", destacou Fernanda Curdi, secretária interina de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços.



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO - AVISOS

A COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO/SES torna pública as seguintes licitações:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 161/25.
OBJETO: Aquisição de complexo polivitamínico lipossolúvel vitaminas A, D, K e E indicado no tratamento para Fibrose Cística, visando suprir as necessidades da Superintendência de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, na forma estabelecida neste Edital e seus anexos.
PROCESSO Nº SEI-080001/026807/2024
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 16/07/2025, às 09h00
ETAPA DE LANCES: 16/07/2025, às 09h00

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 162/25.
OBJETO: Aquisição de medicamento (ENZALUTAMIDA 40 MG CÁPSULA), para atender à Assessoria de Atendimento às Demandas Judiciais, nas quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.
PROCESSO Nº SEI-080001/006446/2025
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 16/07/2025, às 10h00
ETAPA DE LANCES: 16/07/2025, às 10h00

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 163/25.
OBJETO: Registro de preços para aquisição de medicamentos (NIVOLUMABE 40 MG SOLUÇÃO INJETÁVEL E NIVOLUMABE 100 MG SOLUÇÃO INJETÁVEL), para atender à Assessoria de Atendimento às Demandas Judiciais, na forma estabelecida neste Edital e seus anexos.
PROCESSO Nº SEI-080017/005400/2020
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 16/07/2025, às 10h00
ETAPA DE LANCES: 16/07/2025, às 10h00

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites: www.compras.rj.gov.br, https://sei.fazenda.rj.gov.br e www.gov.br/pncp/pt-br. Podendo também ser retirado de forma impressa, na Coordenação de Licitação, mediante a entrega de 01 (uma) resma de papel tamanho A4, sito à Rua Barão de Itapagipe, 225, 7º Andar - Rio Comprido - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20261-901, de 2ª a 6ª feira, das 10h00 às 16h00, informações pelo e-mail: licitacao@saude.rj.gov.br.

Eufrázio
Circula em conjunto com: CORREIO PETROPOLITANO

CORREIO CARIOCA

POR REDAÇÃO

Prefeitura do Rio



Avanço do Rio de Janeiro supera a média nacional

Economia carioca cresceu 2% no primeiro trimestre

A economia da cidade do Rio de Janeiro registrou um crescimento real de 2,0% no primeiro trimestre de 2025, em comparação com o último trimestre de 2024, superando o desempenho nacional, que foi de 1,4% no mesmo período.

Os dados são do Indicador de Atividade Econômica do Rio, ferramenta que monitora mensalmente o comportamento da economia carioca, consolidada pela Prefeitura do Rio, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

A taxa é uma combinação de dados da arrecadação de impostos – ISS e ICMS recolhido na cidade – com números do IBGE referentes a serviços e comércio.

O resultado expressivo reflete a força e a dinâmica da economia local, resultado de uma gestão comprometida com o desenvolvimento sustentável da cidade e com políticas públicas voltadas à promoção de um ambiente propício para os negócios e a geração de emprego e renda.

O resultado do Rio foi maior do que do crescimento do PIB do Brasil, que aumentou 1,4%, segundo o IBGE, nessa mesma base de comparação.

Em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, o avanço da atividade econômica foi ainda mais significativo: 4,1% no Rio, enquanto o crescimento brasileiro foi de 2,9%, segundo dados do IBGE.

Roberto Moreyra/SMTE



Melhor patamar de emprego dos últimos nove anos

Número de desempregados no Rio recua 52% em 4 anos

O número de cariocas desempregados despencou 52% nos últimos quatro anos, caindo de 539,8 mil, no quarto trimestre de 2020, para 255,6 mil, no final de 2024.

O levantamento feito pela Prefeitura do Rio, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, mostrou que a taxa de desemprego recuou, nesse período, 9,3 pontos percentuais, alcançando 6,9% no quarto trimestre de 2024 – o menor patamar dos últimos nove anos. No mesmo intervalo, o número de pessoas ocupadas, formais e informais, cresceu em 641,6 mil, totalizando 3,4 milhões de trabalhadores na cidade.

Na média anual, a taxa de desemprego em 2024 foi de 8%, uma queda de 7 pontos percentuais em relação a 2020, quando chegou a 15%. A estimativa da Prefeitura é que esse índice fique em torno de 7% em 2025, uma redução de 1 ponto percentual em relação ao ano anterior.

No quarto trimestre de 2020, a taxa nacional de desemprego era de 14,2%, enquanto a taxa da capital fluminense alcançava 16,2%: uma diferença de 2 pontos percentuais. Já na média do período entre 2021 e 2024, essa diferença caiu para 1,1 ponto percentual. No fim de 2024, a distância entre os índices foi ainda menor: apenas 0,7 ponto percentual, com o Brasil registrando 6,2% de desemprego e o Rio, 6,9%.

Jornada Transfero-Senac

O Senac RJ, em parceria com a Transfero - empresa que conecta os sistemas bancários, cripto e financeiro a partir de soluções financeiras em tecnologia blockchain -, realizaram na quinta-feira, dia 26 de junho de 2025, no auditório da unidade Senac RJ de Copacabana, cerimônia de formatura de 46 alunos que concluíram a segunda edição da jornada Transfero-Senac. A iniciativa ofereceu cursos de capacitação profissional gratuitos na área de tecnologia em programação de aplicações web com cripto para jovens de baixa renda.

Castro entrega 175 moradias no Complexo do Alemão

Outras 760 novas construções estão em andamento no local

Governo do Rio



Governador Cláudio Castro entrega o apartamento a Jacilene de Souza

O governador Cláudio Castro entregou, neste sábado (28), 175 moradias em condomínio residencial, no Complexo do Alemão. A ação é da Secretaria de Habitação de Interesse Social e faz parte dos três empreendimentos que serão construídos na comunidade. Com investimento global de mais de R$ 200 milhões, os apartamentos vão beneficiar famílias que recebem aluguel social do Estado e foram realocadas por causa das obras de urbanização implementadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Outras 760 novas unidades estão em fase de construção.

"Entregar essas moradias é mais do que cumprir um compromisso com a população, é transformar vidas. Essas famílias, que há anos aguardavam por um lar digno, agora têm a oportunidade de recomeçar com segurança, estabilidade e esperança. É um sonho que hoje se tornou realidade. Estamos reconstruindo laços com o território e com a dignidade. E ainda vem mais por aí, com as outras unidades que estão a caminho, reforçando o nosso compromisso com a habitação social e com o desenvolvimento das comunidades do Rio", declarou o governador Cláudio Castro.

Com 40 metros quadrados, cada apartamento possui dois quartos, sala, banheiro social e cozinha. Na área comum, o Condomínio Habitacional José Augusto Francisco conta com guarita, centro comunitário, duas churrasqueiras, espaço kids e academia. O primeiro empreendimento entregue teve o aporte de R$ 33 milhões e marca uma nova fase na vida das famílias contempladas com os imóveis.

"A entrega de hoje só foi possível graças ao comprometimento e dedicação de todos, desde o engenheiro do projeto até o pedreiro, que colocou a mão na massa e fez acontecer. Parabéns a todos os moradores! E ainda iremos entregar mais residenciais aqui no Complexo do Alemão", disse o secretário de estado de Habitação de Interesse Social, Bruno Dauaire.

Sonho realizado

Foram 17 anos de espera, mas, a partir de hoje, Jacilene de Souza pode dizer que tem casa própria. Emocionada, ela conta que sente muita gratidão por, finalmente, poder ter um lugar seguro para receber sua neta, que tem microcefalia e precisa de cuidados especiais.

"Foram anos de muita luta, vi muitos vizinhos e amigos partirem e não terem a oportunidade de viver esse sonho. Sou nascida e criada no Complexo do Alemão, e nunca imaginei que teria uma casa linda, mobiliada. É muita alegria, vou poder receber minha família e minha neta, que é tudo pra mim. Tenho certeza que vou ser muito feliz nesse lugar", relatou.

Também nascido e criado no Alemão, Caio Lucas trabalha na gestão do almoxarifado da obra. Segundo ele, é muito gratificante poder participar desse momento especial para os moradores, além de celebrar junto à sua mãe, que também receberá um apartamento.

"Minha mãe e eu sempre corremos atrás e batalhamos. Passamos bastante tempo recebendo o auxílio do Aluguel Social, e achávamos que o sonho da nossa casa própria ficaria só na promessa. Mas o governador nos ouviu e nos atendeu. Estou muito feliz de trabalhar nessa obra e de poder também participar disso, vendo minha mãe ganhar a moradia. Às vezes parece até que estou sonhando", celebrou.

Prefeitura divulga plano operacional do Brics

A Prefeitura do Rio apresentou, nesta sexta-feira (27), o plano operacional para os eventos do BRICS, o grupo das maiores economias emergentes do mundo. Os principais encontros começam na sexta-feira, dia 4 de julho, ponto facultativo no município, e terminam na segunda-feira, dia 7 de julho, feriado na cidade. Delegações começam a chegar à cidade no dia 30 de junho para reuniões preparatórias do BRICS, culminando na Cúpula dos Chefes de Estado do grupo (6 e 7 de julho).

O plano operacional foi apresentado pelo vice-prefeito Eduardo Cavaliere e por secretários e gestores de órgãos municipais, no Centro de Operações e Resiliência, na sala especial criada para monitorar as operações do G20, que será agora usada para os eventos do BRICS.

A agenda do BRICS, no Rio, começa no início da próxima semana. Os sherpas (representantes de cada país nas discussões do grupo) se encontram, a partir de segunda (30 de junho), no Hotel Nacional, em São Conrado, até sábado (05 de julho). São encontros preparatórios para a Cúpula dos chefes de Estado. Em paralelo, a Zona Portuária também vai receber conferências do BRICS, na sexta (4 de julho), no Museu de Arte do Rio (MAR), o Encontro de Negócios WBA BRICS, evento voltado para empresas lideradas por mulheres, e, no sábado (5 de julho), no Píer Mauá, o Fórum Empresarial do BRICS. Nos dias 6 e 7 de julho, vai ocorrer também o Fórum dos Jovens Líderes do BRICS, no Palácio do Comércio, no Centro.

Nos dias 4 e 5 de julho, o Rio vai receber outras grandes reuniões do BRICS, que fazem parte da trilha de finanças, no Hotel Fairmont, em Copacabana. Na sexta (4 de julho), o hotel será o palco do Encontro dos Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais dos países do grupo. No sábado (5 de julho), será a vez do Encontro dos Governadores do Board do New Development Bank, o banco do BRICS, reunindo autoridades e organizações financeiras internacionais. São aguardados dois mil participantes, de mais de 21 países, nos dois dias de reunião no Fairmont.

Com seis eventos no total, essa programação do BRICS no Rio, em julho, fecha o ano da presidência brasileira do BRICS, grupo que representa 46% da população mundial, 27% do PIB mundial e 72% das reservas de terras raras mundiais. A Prefeitura do Rio tem trabalhado para transformar grandes eventos em catalisadores de desenvolvimento urbano e econômico. A realização da Cúpula dos Líderes do BRICS fortalece essa estratégia e projeta o Rio, mais uma vez, como vitrine internacional.

No dia 4, segundo o decreto Rio nº 56.278, será ponto facultativo nas repartições públicas municipais e as escolas municipais não funcionarão. São excluídos desta medida os expedientes nos órgãos cujos serviços não admitam paralisação, incluindo as unidades de saúde municipais, que funcionarão normalmente. O dia 7 de julho foi instituído, pela lei nº 8.058/2025, como feriado municipal regional, por área de atividade.



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO
AVISO DE LICITAÇÃO

A SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO, através da Subsecretaria de Gestão Administrativa, comunica aos interessados que será realizada a licitação, na modalidade pregão eletrônico, para Sistema de Registro de Preços, especificado no site www.compras.rj.gov.br, na forma abaixo indicada:

PREGÃO ELETRÔNICO: PERP nº 002/2025.
TIPO: Menor preço por item.
OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual contratação de Empresa especializada na prestação de serviço de Locação de veículo automotor do tipo motocicleta, de forma contínua, para atender as demandas da Secretaria de Estado de Governo - SEGOV.
VALOR MÁXIMO ADMITIDO: R$ 41.096.768,40 (quarenta e um milhões, noventa e seis mil setecentos e sessenta e oito reais e quarenta centavos).
DATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO: 14/07/2025, às 10h00.
PROCESSO: SEI-420001/004342/2024

O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico: https://www.compras.rj.gov.br.



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL
2ª COMISSÃO DE PREGÃO - AVISOS

A 2ª COMISSÃO DE PREGÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL, situada na Rua do Lavradio, 162, 1º andar, Centro, RJ, e-mails dgcc.dlca@pcivil.rj.gov.br e licitacao.sepol@outlook.com, torna público que fará realizar no Portal de Compras SIGA, no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br, a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, abaixo mencionada:

PREGÃO ELETRÔNICO - PE 010/2025
TIPO: menor preço por item
DATA DO INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir das 15h00 do dia 30 de junho de 2025.
DATA DO PREGÃO: 14 de julho de 2025, às 13h00.
OBJETO: Aquisição de paletes de plástico.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 89.037,50 (oitenta e nove mil trinta e sete reais e cinquenta centavos).
PROCESSO SEI-360018/000478/2024

O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos www.compras.rj.gov.br e https://pncp.gov.br/app/editais

A 2ª COMISSÃO DE PREGÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL, situada na Rua do Lavradio, 162, 1º andar, Centro, RJ, e-mails dgcc.dlca@pcivil.rj.gov.br e licitacao.sepol@outlook.com, torna público que fará realizar no Portal de Compras SIGA, no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br, a dispensa na modalidade PROCESSO ELETRÔNICO DE DISPENSA, abaixo mencionada:

PROCESSO ELETRÔNICO DE DISPENSA - PD 011/2025
TIPO: menor preço por item
DATA DO INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir das 11h00 do dia 30 de junho de 2025.
DATA DA SESSÃO: 07 de julho de 2025, às 13h00.
OBJETO: Aquisição de câmeras fotográficas.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 26.904,79 (vinte e seis mil novecentos e quatro reais e setenta e nove centavos).
PROCESSO SEI-360018/000143/2025

O Termo de Referência e seus anexos encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos www.compras.rj.gov.br e https://pncp.gov.br/app/editais

PETROPOLITANAS

POR REDAÇÃO

Divulgação



Objetivo é trazer investimento para Petrópolis

CDL Petrópolis articula parceria com Federação

O presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Petrópolis (CDL), Cláudio Mohammad, esteve na última sexta-feira (27) na Feira Brasileira de Franchising, realizada no Expo Center Norte, em São Paulo, para avançar na articulação de uma nova parceria estratégica para a cidade. Ele se reuniu com Fabiano Gonçalves, presidente da Federação das CDLs do Rio de Janeiro, e Clodoaldo Nascimento, presidente da Associação Brasileira de Franchising no estado, com o objetivo de é abrir caminho para a chegada de novas franquias a Petrópolis, em diferentes setores da economia, como alimentação, vestuário, academias, serviços e cuidados pessoais. A iniciativa, que está sendo construída por meio da Federação das CDLs, visa impulsionar a atração de investidores.

Ações intensificadas

O Procon Petrópolis intensificou as ações para a Bauernfest. A equipe esteve na abertura do evento, orientando os barraqueiros sobre os direitos dos consumidores e deveres dos comerciantes. A equipe do Procon Petrópolis também vai realizar ações de sensibilização durante a Bauern, com o apoio da Vigilância Sanitária, da Secretaria de Defesa do Consumidor do Estado e do Procon RJ. "Estamos atuando para garantir os direitos dos consumidores durante a festa. É uma satisfação contar com o apoio dos órgãos estaduais", destacou o coordenador do Procon, Fafá Badia.

TV Câmara



PL segue para o executivo

Capacitação em primeiros socorros nas maternidades

A Câmara Municipal de Petrópolis aprovou o Projeto de Lei de autoria da vereadora Gilda Beatriz que torna obrigatória a orientação e o treinamento em primeiros socorros para pais, mães ou responsáveis por recém-nascidos nas maternidades e hospitais públicos e privados do município. A proposta estabelece que as unidades de saúde deverão, antes da alta hospitalar, prestar orientações sobre como agir em casos de engasgo, aspiração de corpo estranho, asfixia e prevenção da morte súbita em bebês. O treinamento poderá ser oferecido individualmente ou em turmas, e deve ser realizado por enfermeiras do setor ou profissionais indicados pela unidade de saúde.

Petrópolis no COMPOL

A consultora petropolitana de comunicação política e eleitoral Flavia Petersen marcou presença na edição nacional do COMPOL Brasil, realizada de 24 a 26 de junho, em Florianópolis (SC). O evento, considerado o maior congresso de comunicação política e institucional do país, reuniu especialistas de diversas regiões para debater tendências, estratégias e inovações do setor. Durante o encontro, Flavia participou de painéis, palestras e rodas de conversa com profissionais referência no Brasil. A edição de 2025 também integrou a programação do Summit Cidades.

Mais visitantes

A decisão da Prefeitura do Rio de Janeiro em decretar ponto facultativo na sexta-feira, 4 de julho, por conta da realização da Cúpula dos Brics, deve beneficiar diretamente o turismo em Petrópolis. Com o feriado municipal na capital previsto para o dia 7, a folga prolongada cria um "feriadão" de quatro dias para cerca de 130 mil servidores ativos, abrindo uma janela importante para o turismo regional. Segundo o Petrópolis Convention e Visitors Bureau, a expectativa é de aumento expressivo na ocupação hoteleira durante o período.

Prisões por tráfico de drogas aumentam 33% em Petrópolis

Autoridades alertam sobre uso entre jovens e classes mais altas

Por Richard Stoltzenburg

TV Câmara



De janeiro a junho deste ano, 26° BPM apreendeu mais de 245 quilos de drogas na cidade

O consumo de drogas em Petrópolis preocupa autoridades e especialistas. Segundo dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), o número de prisões por tráfico cresceu 33,1% entre janeiro e abril de 2025, na comparação com o mesmo período do ano passado. Ao todo, mais de 245 quilos de entorpecentes foram apreendidos na cidade pelo 26º Batalhão de Polícia Militar apenas no primeiro semestre.

Atualmente, 9.607 pessoas estão em tratamento contra a dependência química em Petrópolis. O tema foi debatido em audiência pública na Câmara Municipal, presidida pelo vereador Dr. Aloísio Barbosa, presidente da Comissão de Saúde. Participaram representantes da OAB, Polícia Militar, Guarda Civil, Conselho Tutelar de Itaipava, além dos vereadores Octávio Sampaio e Tiago Leite.

Durante a audiência, a Tenente Úrsula Curi, destacou que, embora Petrópolis tenha sido considerada a cidade mais segura do Estado do Rio de Janeiro pela terceira vez consecutiva, o consumo de drogas atinge todas as classes sociais. "Os usuários atualmente não são apenas aqueles em situação de vulnerabilidade, mas também pessoas da classe social mais alta", alertou.

O Secretário de Segurança e Ordem Pública (SSOP), Marcelo Chitão, defendeu maior integração entre escolas, conselhos tutelares, forças de segurança e famílias para combater o problema. "Precisamos aumentar os programas nas escolas com palestras, com o conselho tutelar, as polícias", afirmou. Ele também criticou a ausência de políticas federais e pediu reformulação do Código Penal, mencionando o que classificou como "romantismo do uso de drogas". . "O Governo Federal não está se preocupando com esse tema e não adianta somente o município buscar essas medidas, mas é preciso que a União adote medidas, é preciso que uma reformulação do Código Penal. Hoje existe um romantismo do uso de drogas", finalizou.

PROERD nas escolas

Um dos principais programas de prevenção citados foi o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência), criado no Rio de Janeiro em 1992. Voltado para alunos do 5º ano do ensino fundamental das redes pública e particular, o programa oferece um curso de quatro meses ministrado por policiais militares capacitados pedagogicamente. As aulas ensinam estratégias de prevenção ao uso de drogas, combate à violência e fortalecimento de vínculos familiares.

Drogas mais pesadas já são realidade

O comandante da Guarda Civil Municipal, Eliel Silveira Ramos, afirmou que o tipo de droga consumida pelos jovens também mudou. "O uso de entorpecentes ilícitos começa com o consumo de drogas lícitas, ou seja, cigarro, álcool, e hoje avaliando minha trajetória na guarda, não só o uso está aumentando, mas também o tipo de droga mais pesada. Há alguns anos, durante as patrulhas, os jovens eram abordados embriagados e com maconha, atualmente a guarda flagra cocaína", explicou.

Medidas propostas

Entre as ações sugeridas para combater o avanço das drogas em Petrópolis estão:

- Integração entre secretarias municipais
- Fortalecimento de atividades educativas e preventivas;
- Ampliação do tempo de permanência dos alunos nas unidades de ensino;
- Integração entre diferentes setores públicos e a sociedade civil
- Projetos esportivos voltada as adolescentes e jovens

Petrópolis homenageia Major Koeler em solenidade

Divulgação



Nascido na Alemanha, Koeler era militar e engenheiro

As celebrações pelo Dia do Colono e os 180 anos da colonização alemã em Petrópolis começaram neste sábado (28/06) com homenagens ao Major Júlio Frederico Koeler, engenheiro militar responsável pelo planejamento urbano da cidade em 1843, e um culto ecumênico no Palácio de Cristal.

"Estamos hoje diante do monumento que guarda a memória do homem que concebeu não apenas ruas e praças, mas o próprio espírito desta cidade. Major Koeler foi um verdadeiro estadista à frente de seu tempo, cuja genialidade se manifestou tanto no traçado urbano quanto na escolha criteriosa dos colonos que dariam vida a seu projeto. As famílias que aqui chegaram em 1845, trouxeram na bagagem muito mais que ferramentas - trouxeram valores de trabalho, resiliência e amor à terra que se tornaram os alicerces do nosso caráter petropolitano", afirmou o prefeito Hingo Hammes.

Major Julio Frederico Koeler foi uma figura importante na história do Brasil no século XIX, especialmente ligado à cidade de Petrópolis. Nascido na Alemanha, Koeler era militar e engenheiro, e imigrou para o Brasil ainda jovem, onde passou a servir ao Exército Imperial.

Se destacou como um dos principais responsáveis pela implementação do projeto de colonização da região serrana do Rio de Janeiro. Foi nomeado pelo imperador Dom Pedro II como administrador da criação da Colônia de Petrópolis, voltada à instalação de imigrantes alemães. Nessa função, Koeler ficou encarregado de planejar a urbanização da área, organizar os lotes para os colonos e supervisionar a construção das primeiras vias e edificações. Seu trabalho de topografia e organização territorial deu origem ao traçado urbano inicial da cidade de Petrópolis. "Koeler inovou ao batizar os quarteirões com nomes das regiões de origem dos colonos - como Mosela, Renânia e Westfália - para facilitar sua adaptação. Essa sensibilidade humana complementava sua genialidade técnica", ressaltou Luis Carlos Gomes, diretor do Clube 29 de Junho.

Roman Reisky, representante do Clube 29 de Junho, complementou. "Koeler inovou ao propor uma cidade planejada nas montanhas, diferente do modelo colonial português. Sua visão incluía desde o traçado das ruas até a distribuição dos lotes para os imigrantes".

Após as homenagens no monumento do Major Koeler na Praça Princesa Isabel, no Centro, foi realizado no Palácio de Cristal, um culto ecumênico com o Coral Deutscher Siedler, mantendo a tradição religiosa dos primeiros colonos. O vice-prefeito Albano Filho Baninho; secretários municipais; o presidente do Clube 29 de Junho, Mauricio Haubrich; a representante do Instituto Histórico de Petrópolis (IHP), Elisabeth Maller; e a realeza da Bauernfest - Tânia Leonardis Mello, Manoela Borré e Eduarda Spangenberg rainha e princesas, respectivamente - participaram das homenagens. A Banda do 32º Batalhão de Infantaria Leve de Montanha também se apresentou nas comemorações.

Bauernfest segue até dia 13 de julho

A 36ª Bauernfest vai contar com mais de 200 atrações ao longo dos 17 dias do evento. A Festa do Colono Alemão é a maior da cidade e segunda maior do país voltada para a cultura germânica. A expectativa é de que a festa atraia mais de meio milhão de pessoas, movimentando o turismo e a economia de Petrópolis.

Promovida pela Prefeitura de Petrópolis e Clube 29 de Junho, a Bauernfest tem o patrocínio da Águas do Imperador, Embratur, Caixa, TurisRio, Governo do Estado do Rio de Janeiro e Ministério da Cultura. A Império é a fornecedora do chope oficial da Bauern.

Feirão de empregos na Cidade Imperial

A Casa do Trabalhador vai receber na segunda-feira (30), um Feirão de Empregos. A ação irá oferecer vagas para mais de 12 cargos. "Essa ação é uma oportunidade para aquelas pessoas que estão tentando retornar ao mercado de trabalho. São ações de cidadania como esta que queremos desenvolver durante o ano ", destacou o prefeito Hingo Hammes.

A ação será promovida pelo Grupo GPS e oferecerá vagas para: auxiliar de manutenção, auxiliar de elétrica, mecânico de manutenção, técnico de eletromecânica I, serralheiro, pintor, eletricista, oficial de manutenção, meio oficial de manutenção, vigilante, porteiro, recepcionista e recepcionista bilíngue.

"A Casa do Trabalhador é um equipamento que oferece oportunidades para todos. É uma ferramenta que democratiza o acesso ao primeiro emprego e à recolocação profissional, sempre buscando as melhores oportunidades", acrescentou a secretária de Assistência Social, Adriana Kreisher.

Os interessados devem comparecer à Casa do Trabalhador, no Terminal do Centro, Rua Dr. Porciúncula - 75, Centro (antigo Detran), com currículo, carteira de trabalho e identidade.

Eufrázio
Circula em conjunto com: CORREIO PETROPOLITANO

TERESOPOLITANAS

Ascom/PMT



As motos elétricas oferecem diversas vantagens

Sustentabilidade: Prefeitura adquire motos elétricas

A Secretaria Municipal de Segurança, Ordem Pública e Mobilidade de Teresópolis anunciou que adquiriu duas motos elétricas, com recursos próprios da Prefeitura. Segundo a administração municipal, os veículos já estão nas ruas para auxiliar no ordenamento e fiscalização do trânsito na área central da cidade. As motos elétricas oferecem diversas vantagens, incluindo sustentabilidade, economia e menor necessidade de manutenção. Elas não emitem poluentes, são mais silenciosas e podem gerar economia significativa em combustível e manutenção.

Melhorias em estradas rurais

A Secretaria Municipal de Agricultura de Teresópolis realizou uma série de melhorias em estradas da zona rural, beneficiando diferentes localidades. As ações incluíram roçada, colocação de bica corrida, patrolamento, manutenção de pontes e melhorias em vias públicas. Os trabalhos foram feitos em regiões como Córrego das Pedras, Andradas, Bonsucesso, Santaninha, Vale dos Cedrinhos, Albuquerque e Bengalar. As intervenções visam melhorar o acesso, garantir mais segurança para os moradores e facilitar o escoamento da produção agrícola local.

CORREIO SERRANO

Divulgação



Prefeitura de Cantagalo

CONTAS

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) emitiu parecer favorável às contas do município de Cordeiro referentes ao ano de 2023. É o terceiro ano que a gestão do Prefeito Leonan Melhorance (2021, 2022 e 2023) tem as contas aprovados por unanimidade pelo TCE-RJ. "É o reconhecimento, do nosso trabalho com dedicação, seriedade e transparência com a população de Cordeiro", afirmou Leonan.

Feira de Negócios do Projeto Florescer

A Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos de Nova Friburgo, por meio do Cras de Conselheiro Paulino, realiza na próxima sexta-feira, dia 5 de julho, a primeira Feira de Negócios do Projeto Florescer, iniciativa que promove o empreendedorismo feminino no município. O evento acontece das 9h às 16h, na Quadra da Alunos do Samba (Alunão), em Conselheiro Paulino, e será aberto ao público.

Projeto I

No local, alunas e ex-alunas do projeto vão expor e comercializar uma variedade de produtos, incluindo vestuário, artesanato, itens de decoração, além de churros doces e salgados. Com duração de quatro meses, o curso é dividido em quatro módulos.

Projeto II

O Projeto Florescer é desenvolvido desde fevereiro de 2024 e é coordenado pela psicóloga Andréa Araújo. A iniciativa atende mulheres a partir de 18 anos que estão fora do mercado de trabalho formal e desejam empreender.

Educação I

Os profissionais da Educação do município de São José do Vale do Rio Preto visitaram a Bienal do Livro, na capital, no dia 21 de junho de 2025. A iniciativa foi da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia.

Educação II

Além de explorarem esse grande evento literário, eles tiveram a oportunidade de assistir à palestra do professor e filósofo Mário Sérgio Cortella. "Investir em formação e inspiração também é cuidar da educação", afirmou a Prefeitura em nota.

MPRJ recomenda suspensão de PL que muda Plano Diretor

Promotoria de Friburgo cobra mais participação da população na revisão

Por Gabriel Rattes

Ascom/CMNF



MPRJ recomenda que o Capítulo III do anteprojeto seja paralisado até que a população seja devidamente ouvida

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) recomendou à Câmara de Vereadores de Nova Friburgo que suspenda a tramitação de um anteprojeto de lei que muda partes do Plano Diretor da cidade. A proposta foi enviada pela Prefeitura e trata da criação de um conselho, além de alterar regras sobre o crescimento urbano. Segundo a 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva, a mudança está acontecendo sem garantir a participação da população, o que fere leis federais.

De acordo com a 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Nova Friburgo, tanto a Constituição quanto o Estatuto da Cidade exigem a escuta da sociedade por meio de audiências públicas e consultas populares antes de qualquer alteração no Plano Diretor. O documento reforça que esse tipo de revisão é uma das decisões mais importantes para o futuro da cidade, pois define como o solo urbano será usado e ocupado, com impactos no meio ambiente e na qualidade de vida.

O MPRJ recomenda que o Capítulo III do anteprojeto — que trata do crescimento vertical da cidade — seja paralisado até que a população seja devidamente ouvida. O órgão quer que a Prefeitura organize reuniões públicas, eventos participativos e divulgue todas as informações em canais acessíveis, como o site oficial, com um plano de trabalho transparente.

Também foi orientado que a Câmara Municipal não leve o texto à votação enquanto não forem cumpridas todas as exigências legais de transparência e participação. O Ministério Público deu um prazo de dez dias para que a Prefeitura informe quais providências adotou para cumprir a recomendação e peça sua ampla divulgação à população.

O MPRJ ainda alertou que o desrespeito à participação popular em processos como esse pode ser considerado ato de improbidade administrativa, o que pode trazer consequências legais aos responsáveis.

Procurada pela redação do jornal, a Câmara Municipal de Nova Friburgo não respondeu sobre as medidas adotadas até o fechamento do jornal.

O que diz a Prefeitura?

A Prefeitura de Nova Friburgo, por meio da Procuradoria-Geral do Município, informou que recebeu a recomendação na quinta-feira (26/06) e está analisando o documento. A administração afirmou que vai responder ao Ministério Público o mais rápido possível.

Teresópolis e Sebrae-RJ firmam parceria para capacitação de empreendedores

Por Redação

Jorge Maravilha



Objetivo é que eles se tornem fornecedores de produtos e serviços para as unidades de ensino municipais

A gestão do Prefeito Leonardo Vasconcellos acaba de firmar parceria com o Sebrae-RJ, por meio da assinatura de Termo de Cooperação Técnica, para a implementação de diversos projetos em Teresópolis. Entre eles, a cooperação técnica para otimizar o uso dos recursos enviados às unidades de ensino para gestão própria. Após o diagnóstico do cenário, o Sebrae vai propor uma série de ações para que o objetivo seja alcançado, como a capacitação dos empreendedores das comunidades escolares para que se tornem fornecedores de produtos e serviços para as unidades de ensino do município, através de recursos federais, como o PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) e municipais, como o GFED (Gestão Financeira Descentralizada), que passará por reformulações.

"Seguindo a orientação do Prefeito Leonardo, nosso objetivo é disponibilizar aos diretores da Rede Municipal ferramentas que facilitem o uso dos recursos federais e municipais que as escolas recebem para realização de serviços que devem ser executados pela unidade, por meio da contratação de fornecedores das comunidades. Para isso, o site oficial da PMT terá um conteúdo específico para que os diretores, empreendedores e SME possam otimizar os trâmites para execução desses serviços", pontuou o secretário de Ciência e Tecnologia e de Governo, André Muniz.

A secretária de Educação, Carla Rabello, destacou a importância de incentivar os empreendedores locais a participarem do projeto. "A ideia é envolver os pequenos empresários, empreendedores e pais de alunos, formatar uma base de dados com fornecedores locais que permita aos nossos diretores terem acesso rápido aos orçamentos para aquisição de produtos e execução de serviços para a unidade. Toda a comunidade escolar ganha com este movimento".

Também participaram da reunião de 'Diagnóstico da Situação Atual do PDDE em Teresópolis' a coordenadora técnica do Setor de Prestação de Contas, Karla Fernandes, e Márcia Miranda, servidora do Setor. "A partir do resultado do levantamento feito pelo Sebrae hoje, serão elaboradas oficinas para os diretores das unidades de ensino e capacitação para os fornecedores locais", explicou Karla Fernandes, destacando que a formalização através do MEI, a participação efetiva dos conselhos escolares nas decisões sobre o uso dos recursos e as cotações exigidas para contratação de serviços e produtos estarão entre os assuntos a serem abordados nas oficinas e capacitações.

Representaram o Sebrae na reunião o coordenador regional, Bruno Souza, e a consultora técnica Necisia Aguiar.

Consulta pública aberta em Três Rios

O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA) está realizando uma consulta pública para a elaboração da Resolução Municipal que irá regulamentar os procedimentos de poda e corte de árvores no município.

Prazo de inscrição

A população tem até o dia 21 de julho de 2025 para participar enviando sugestões através de formulário online. A iniciativa visa criar normas mais técnicas, justas e adequadas à realidade local, garantindo a preservação ambiental junto ao desenvolvimento urbano. "Queremos ouvir a comunidade para construir uma resolução que equilibre as necessidades da cidade com a proteção do meio ambiente", explica Tiago Cardoso, gestor ambiental da secretaria de Meio Ambiente.

A participação da comunidade é importante, tendo em vista que a consulta pública é o caminho ideal para definir critérios para autorizações de poda e supressão vegetal; regular as situações de preservação e de risco (árvores em áreas urbanas); e, da qualidade da arborização urbana

Como participar

Para enviar as sugestões, a população trirriense de preencher um formulário online, disponível em: https://forms.gle/fq7VyuprPVVAQvnt8

CORREIO DO VALE

POR ANA LUIZA ROSSI

Reprodução/Redes sociais



Luiz Furlani passa a ser prefeito mais seguido da região

Prefeito de Barra Mansa chega a 100 mil seguidores

Um feito e tanto. O prefeito de Barra Mansa, Luiz Furlani, chegou ao marco de 100 mil seguidores no Instagram - ou melhor dizendo, 101 mil seguidores, pelo menos até este sábado (28). Isso implicaria que quase 60% da população de toda cidade segue o Chefe do Executivo se comparar ao Censo de 2022, em que registrou uma população de 169.899 pessoas na cidade. Ele passa ser o prefeito mais seguido da região Sul Fluminense, na frente de Neto (Volta Redonda), com 30,1 mil seguidores, e de Kátia Miki (Barra do Piraí), com 26,7 mil.

Acompanhando tendências

É possível atribuir que Furlani realmente está empenhado em ficar de olho nas tendências de comunicação para anunciar os feitos da prefeitura de Barra Mansa, que agora, completa quase 7 meses sob sua gestão. Um exemplo recente foi a publicação que anunciou a segunda edição do Car Fest, evento automotivo que acontece em julho. O vídeo alcançou cerca de 100 mil curtidas.

Medicamentos gratuitos 24h

Aliás, em suas redes sociais, o prefeito também anunciou que agora moradores podem ter acesso a medicamentos gratuitos dentro da farmácia da própria Unidade de Pronto Socorro (UPA). “À noite ou nos fins de semana, quando a farmácia estava fechada, muitas pessoas acabavam tendo que comprar remédios em drogarias. Agora, queremos garantir o tratamento completo”, disse.

Montagem/CSF



Gisele Klinger, à esquerda, e Carla Duarte, à direita

Vereadoras são ‘ignoradas’ em PL na Câmara de V. Redonda

As vereadoras da Câmara de Volta Redonda, Gisele Klinger e Carla Duarte, que também fazem parte da Comissão da Mulher, foram as redes sociais para expor que não foram envolvidas durante a construção de um Projeto de Lei (PL) e também foram contrárias na votação sobre o tema, um tanto quanto polêmico no Brasil. O PL, que foi votado em regime de urgência e preferência, tornaria em obrigatoriedade para que o município fixe cartazes nas unidades de saúde em locais de fácil visualização com mensagens contrárias ao aborto, que, segundo Carla, estaria sob justificativa a defesa da vida e valores da família.

‘É um retrocesso’

Segundo as vereadoras, os cartazes poderiam expor e constranger mulheres em momentos de dor, além de revitimizá-las. “Defender a vida vai muito além de fixação de cartazes, nas unidades de saúde. A gente precisa garantir acesso a saúde e que nós mulheres não sejamos vítimas de estupro. Precisamos garantir acolhimento nas unidades hospitalares”, defendeu Gisele, que ainda disparou: “É um retrocesso a vida da mulher disfarçado de proteção a vida. É uma tentativa de transformar o assunto em um palanque ideológico”.

Falta de remédios

Após uma fiscalização na Farmácia Municipal, o também vereador de Volta Redonda, Raone Ferreira, anunciou nesta sexta (27) que foi aprovado um requerimento cobrando esclarecimentos urgentes sobre a falta de medicamentos no local. O vereador pediu que o Governo Municipal responda informações detalhadas sobre o estoque atual, o cronograma de reposição e por qual motivo a falta de remédios acontece com tanta frequência. “A falta de remédios compromete o tratamento contínuo de várias pessoas”, disse Raone.

Usina Presidente Vargas é fiscalizada pelo Ibama e Inea

Objetivo foi acompanhar medidas adotadas pela CSN contra ‘pó preto’

Por Redação

Divulgação/Jari Oliveira



Iniciativa foi do deputado estadual Jari Oliveira, que reforçou a cobrança contra poluição

Foi realizada nesta sexta-feira (27) uma fiscalização na Usina Presidente Vargas (UPV), da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda. A ação, que foi realizada pelo deputado estadual Jari Oliveira (PSB), presidente da Comissão de Saneamento Ambiental da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), contou com o apoio técnico do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Estadual do Ambiente (Inea).

O objetivo foi acompanhar as medidas adotadas pela siderúrgica no combate à poluição atmosférica e cobrar providências concretas para a melhoria da qualidade do ar no município.

- Volta Redonda não pode continuar sendo marcada pela poluição. É urgente que a CSN adote medidas reais e eficazes para reduzir os impactos ambientais que afetam diretamente a saúde da população - afirmou o deputado.

Segundo Ilona Sá, analista ambiental do Ibama, um relatório será elaborado pelo órgão e apresentado às Comissões de Saneamento Ambiental e de Meio Ambiente da Alerj.

Durante a visita, Jari e os técnicos ambientais inspecionaram áreas estratégicas da usina, como as unidades de Sinterização 2 e 4. Também foram solicitadas informações técnicas sobre investimentos em controle de emissões, monitoramento de partículas e ações de mitigação. O parlamentar defendeu maior rigor na fiscalização e mais transparência nas ações ambientais da companhia.

Novos filtros

Durante a visita, técnicos da CSN apresentaram algumas das medidas que estão sendo adotadas para mitigar a poluição em Volta Redonda, entre elas a instalação de um novo conjunto de filtros na Usina Presidente Vargas. A iniciativa integra o plano de modernização das unidades de sinterização da usina e tem como principal objetivo a redução das emissões de material particulado, conhecido como pó preto.

O conjunto de equipamentos apresentado refere-se à Sinterização 2, que já está em operação e tem capacidade para tratar 1,6 milhão de metros cúbicos de gases por hora. Durante a reunião, a empresa também anunciou o cronograma das próximas etapas do projeto: o segundo conjunto de filtros, destinado à Sinterização 4, será entregue até o início de agosto deste ano; já o terceiro e último conjunto, que atenderá à Sinterização 3, tem previsão de entrada em operação em 2026.

Reforço do MPF e MPRJ

O parlamentar se reuniu recentemente com o superintendente regional do Ibama no Rio de Janeiro, Rogério Rocco, para reforçar o apoio à recomendação conjunta do Ministério Público Federal (MPF) e do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), que solicita a atuação supletiva do órgão federal na fiscalização da unidade industrial.

A recomendação, que foi assinada em maio pelo Procurador da República Jairo Silva e pela Promotroa de Justiça, Luana Cruz Cavalcanti, pediu para que o Ibama atue de forma supletiva quando houver omissão ou insuficiência na fiscalização por parte do órgão originalmente competente. O ente federativo também poderia adotar medidas cabíveis em casos de infrações, lavratura de autos e aplicação de sanções.

Na época, em nota enviada ao Correio Sul Fluminense, a CSN contrariou a avaliação do MPF e MPRJ e reafirmou que a siderúrgica seguia em conformidade com a legislação ambiental, além de atender ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com o Inea.

“Mais de 92% das ações previstas no TAC Inea nº 7/2018 já foram integralmente cumpridas. O atraso na conclusão das ações remanescentes decorreu exclusivamente dos impactos provocados pela pandemia de COVID-19, que àquela época impactaram o fornecimento e a instalação de equipamentos de grande porte, como os precipitadores eletrostáticos das sinterizações”, afirmou a assessoria.

Miki anuncia projeto para melhorar unidades escolares em Barra do Piraí

Divulgação/PMBP



Projeto foi oficialmente anunciado nesta sexta-feira (27)

Em uma coletiva de imprensa organizada nesta sexta (24), a prefeita de Barra do Piraí, Kátia Miki, anunciou o lançamento oficial do Projeto “Minha Escola + Bonita”. A iniciativa visa promover melhorias estruturais, visuais e organizacionais nas escolas da rede municipal.

Segundo Miki, o projeto, que começou a ser formulado no período de transição do governo, foi desenvolvido para suprir uma grande carência de estrutura e organização de unidades escolares. Uma estratégia, foi destinar os royalties - um recurso do Governo Federal - para dar início a atuação contra a precariedade das escolas.

Fundo para Educação

- Criamos um fundo chamado ‘Royalties de Educação’, na qual depositamos parte do recurso todos os meses, e até o final do ano, estimamos que conseguiremos depositar mais de R$ 7 milhões para darmos mais conforto e segurança para os nossos alunos da rede pública - declarou a prefeita, que ainda explicou que os investimentos são destinados para obras de melhorias, construção de escolas, compra de mobiliário, climatização e outros objetivos. “Será através desses royalties que daremos andamento ao projeto Minha Escola Mais Bonita”, concluiu.

Retomada de obras

Outro destaque, foi a continuidade de obras paralisadas, como da Escola Estadual Municipalizada Jeovah Santos, no Bairro São João, e a Escola Arlindo Rodrigues, na Oficina Velha. Além disso, foi anunciado pela prefeita a construção de uma nova escola e creche integral no bairro Vale do Ipiranga. O processo de homologação já está em fase final.

A Secretária de Educação, Cleide Mara Rocha, destacou a equipe do Executivo para levar o projeto ao sucesso. “Essa melhoria ocorrerá também na atividade pedagógica, pois buscamos sempre evoluir em nosso aprendizado para formarmos cidadãos inovadores, respeitosos e conscientes quanto a seus direitos e deveres. Em Barra do Piraí a entrega dos profissionais deve ser excepcional, e garanto que cumpriremos com as expectativas”, concluiu a professora Cleide.

Segurança física e nuclear em Angra

O encontro anual de embaixadores do World Institute for Nuclear Security (Wins), sediado pela Eletronuclear, aconteceu entre os dias 24 e 25 de junho, na Vila Residencial de Praia Brava, em Angra dos Reis. Realizado pela primeira vez fora da cidade de Viena, na Áustria, sede da organização, o evento reuniu especialistas em segurança física e nuclear de diferentes países.

Com quatro representantes brasileiros, sendo três da Eletronuclear, os 15 embaixadores da organização internacional participaram de palestras e sessões técnicas, e visitaram as instalações da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA).

O diretor executivo do Wins, Lars van Dassen, elogiou a experiência e destacou a estrutura da Unidade de Armazenamento Complementar a Seco de Combustível Irradiado (UAS), onde ficam armazenados os elementos combustíveis utilizados pelas usinas após o processo de resfriamento nas piscinas especiais.

- Fiquei fascinado pelo profissionalismo, pela disciplina e pela confiança que se percebe entre os colaboradores. Há um sentimento claro de pioneirismo aqui, por estarem trabalhando nas únicas usinas nucleares do Brasil. A estrutura da UAS, por exemplo, é de nível internacional”, declarou.

Com a presença de profissionais da Colômbia, Geórgia, Itália, México, Nigéria, Paraguai, Reino Unido e Sérvia, o encontro reforçou o papel da Eletronuclear como um polo de referência para a segurança nuclear no Hemisfério Sul e um exemplo de cooperação internacional no setor. O superintendente de Coordenação da Operação da Eletronuclear, Luciano Calixto, valorizou o reconhecimento.

- Isso demonstra a confiança da comunidade internacional na nossa estrutura, nos nossos profissionais e no compromisso com a melhoria contínua. Essa troca de experiências é fundamental para seguirmos como referência em segurança nuclear - afirmou.

Eufrázio
Circula em conjunto com: CORREIO PETROPOLITANO

CORREIO VALE PARAÍBA

Reprodução



Sede da Nissan, localizada no município de Resende

Nissan oferece vagas de emprego em Resende

A Nissan Resende abriu processo seletivo para as vagas de Engenheiro de Inovação Sr, Retocador (Estamparia), Operador de Cabine (Pintura e Plástico) e Retocador (Pintura e Plástico). A vaga de Engenheiro exige formação superior em Engenharia; experiência sólida em engenharia, P&D, inovação ou áreas correlatas; experiência em avaliação e aplicação de novas tecnologias (automação, IA, IoT, etc.); experiência com projetos de inovação; inglês avançado; e experiência na área de logística e/ou processos logísticos. O trabalho será feito de forma híbrida.

Cargos e exigências

O cargo de Retocador (Estamparia) exige Ensino Médio Completo; experiência em retrabalho, inspeção de painéis e componentes; e disponibilidade de horário. O cargo de Operador de Cabine (Pintura e Plástico) exige Ensino Médio Completo; experiência com pintura automotiva e/ou operação em cabine de pintura; conhecimento das normas de meio ambiente; e disponibilidade de horário.

Processo de inscrição

Por fim, o cargo de Retocador (Pintura e Plástico) exige Ensino Médio Completo; experiência com pintura automotiva e/ou retoque; e disponibilidade de horário. As inscrições para as vagas podem ser feitas pelo site https://alliance.wd3.myworkdayjobs.com/pt-BR/nissanjobs, até o dia 1º de julho (para as duas primeiras vagas) e o dia 3 (para as duas últimas).

Marcello Casal JrAgência Brasil



Pequenos negócios buscam mais funcionários

Sine atualiza Balcão de Empregos em Valença

O Sine Valença atualizou as vagas disponíveis em seu balcão de emprego. As vagas disponíveis são para os cargos de: Agente Funerário (CNH B); Auxiliar de Serviços Gerais; Agente de Fiscalização Ambiental (CNH B ou D); Empregado Doméstico; Operador de Empilhadeira; Técnico em Telecomunicação; Torneiro Mecânico ou Fresador; Copeiro (a) de Restaurante; Chapeiro (a) – Noturno (Lanchonete); Pizzaiolo (a) – Noturno (Lanchonete); Cozinheira de Restaurante; Recepcionista e Vendedora de Comércio. Os interessados podem realizar suas inscrições na sede do Sine, portando documentos como RG, CPF, Carteira de Trabalho (física ou digital) e Currículo atualizado.

Vagas em fabricante de Valença

A fabricante Litografia Valença se uniu ao Sine Valença para realizar o recrutamento de moradores para preencher vagas operacionais na unidade instalada no município. O processo seletivo acontece nesta segunda-feira (30), das 10h às 12h30, na Rua Comendador Araújo Leite, Nº 242, localizada no Centro de Valença. Os candidatos devem levar documentos como: cópia do RG, cópia do CPF, currículo atualizado e, para preenchimento das vagas destinadas a pessoas com deficiência (PCDs), cópia do laudo médico.

Cursos de qualificação em Valença

A Faetec Valença está com inscrições abertas para cursos gratuitos de qualificação profissional. As vagas são para os cargos de: Assistente Administrativo, Assistente de Recursos Humanos, CISCO CCNA - Introdução a redes, CICCO - IT PC Hardware e Software, Contador de Histórias, Conversação em Espanhol, Espanhol, Espanhol Aplicado a Serviços Turísticos, Eletricista e Instalador Predial de Baixa Tensão, Encadernador Artesanal, Inglês, Leitura Dramatizada e Operador de Computador. As inscrições vão até o dia 17 de julho e podem ser feitas pelo site oficial da Faetec.

Profissionais alertam para o golpe do 'falso advogado'

Criminosos usam processos em andamento para praticar estelionato

Arquivo - Cinthia Alvim



A moradora de Volta Redonda, Cinthia Alvim, foi uma das vítimas do golpe

Por Lanna Silveira

O "golpe do falso advogado" está se tornando cada vez mais comum entre pessoas que possuem processos em andamento na justiça. A fraude consiste em se passar pelo advogado de um autor de processo e informar que ele receberá um valor de ganho de causa, solicitando os dados bancários daquele cliente e concluindo, assim, a ação de estelionato.

Em Volta Redonda, a tatuadora Cinthia Alvim, que tinha um processo judicial em fase de conclusão, foi uma das vítimas. O grupo de criminosos entrou em contato com Cinthia pelo Whatsapp se passando por sua advogada, usando, inclusive, sua foto no perfil. A mensagem informava o ganho de causa do processo do cliente. Na ocasião, Cinthia havia trocado de celular recentemente e, por ainda não ter salvado o número de sua advogada e não possuir o histórico anterior de mensagens, acreditou que poderia ser ela.

Junto à mensagem inicial, os criminosos enviaram um arquivo em PDF do processo em questão, com assinatura digital. A advogada de Cinthia, Jéssica Lopes, explica como os golpistas conseguem ter acesso a todas as informações e documentos pessoais relacionadas aos trâmites: "os processos judiciais são públicos; qualquer advogado com um token (senha específica para acesso) consegue acessar qualquer processo judicial na íntegra. Existem sistemas como o Jusbrasil em que, se você pagar, você tem acesso na íntegra. Só não é possível acessar os processos em segredo de justiça, como os da área de família e criminal, por exemplo."

Cinthia acrescenta que, conforme explicado a ela por sua advogada, os golpistas dão preferência aos processos que estão próximos de serem concluídos, para passar mais veracidade. A vítima, que já passou por procedimentos de ganho de causa anteriormente, afirma que a simulação dos golpistas é muito próxima à realidade.

O golpe ocorreu quando os criminosos informaram à Cinthia que, para receber o valor da causa, ela primeiro precisaria passar por um protocolo de reconhecimento da titularidade de sua conta bancária, que seria feito por meio de uma transferência. Neste momento, os golpistas têm acesso aos dados bancários da vítima. Foi informado, ainda, que uma audiência online seria feita com um juiz para proteger o saldo do cliente - os criminosos utilizam essa chamada para ganhar tempo e conseguir acessar a conta da vítima. No caso de Cinthia, três links de pagamento foram gerados com a justificativa da validação da conta. As transferências feitas chegaram à ordem de R$ 9 mil.

Somente após a conclusão das transações, Cinthia percebeu que aquele não era o contato de sua advogada e reconheceu o golpe. Elas abriram um boletim de ocorrência para registrar o crime. Porém, a possibilidade de recuperação do valor perdido é baixa devido à dificuldade em localizar os criminosos, que aplicam os golpes em cidades distantes de onde moram e usam vários métodos para diminuir rastros. "Eles trocam de número de telefone a todo momento, e o pix é enviado para empresas fantasmas ou para pessoas físicas que não conseguimos encontrar", explica Jéssica.

Estácio Resende promoverá evento para impulsionar vagas de emprego e estágio

Divulgação - Estácio



Estácio em Volta Redonda promove evento interativo

A Estácio Resende realiza o "Match Day" - evento interativo voltado para a conexão de jovens e adultos a vagas de emprego e estágio na região - no próximo dia 19 de julho (sábado), das 9h às 13h. Empresas de diversas áreas, como comércio e indústria, marcarão presença e farão a captação de currículos e divulgação de vagas.

Os candidatos, jovens e adultos, que buscam emprego ou estágio na região podem se inscrever para participar do evento por meio do https://forms.office.com/r/0WMuvNuc2x até o dia 04 de julho. O Match Day acontecerá no campus da Estácio Resende, na Rua Zenaide Vilela, s/nº, no bairro Jardim Brasília.

O evento já conta com o cadastro de 14 empresas da região e as demais interessadas em participar podem realizar inscrição pelo link https://forms.office.com/r/Fgu2FE0W6Z até o dia 30 de junho.

Entre as atividades realizadas, o Match Day contará com desafios de Excel, criação de arte no Power Point, além de outras com foco em redes sociais, vendas, atendimento, montagem de currículo, empreendedorismo e liderança.

Iniciativa feita em parceria com outros órgãos

A ação é realizada pela Estácio em parceria com a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio de Resende, e conta com apoio do CDL, SICOMÉRCIO, SEBRAE, CIEE, ACIAR, Conselho de Mulheres Empreendedoras e Cultura (CMEC) e UERJ.

- Diferente de uma feira de empregos, onde as empresas e os talentos se encontram para que sejam expostas as vagas aos candidatos e eles se inscrevam para as oportunidades de emprego, o Match Day será um evento dinâmico, com total interação do candidato com a empresa que oferta a vaga - explica o diretor da Estácio Resende, Arthur Rosas.

Ainda sele ele, serão realizadas oficinas para talentos já durante o evento, onde o candidato poderá demonstrar as suas habilidades para as funções daquela vaga de estágio ou emprego que lhe interessar.

-É um formato inovador que irá promover conexão imediata, com a possibilidade de um candidato já sair do evento com uma oportunidade garantida - conclui o diretor da Estácio Resende, Arthur Rosas.

Projeto 'Da Terra à Mesa' muda escola

A Escola Vocacionada Socioambiental - Ciep 483 Ada Bogato, localizada no bairro Paraíso de Cima, em Barra Mansa, tem se destacado através de seu inovador projeto "Da Terra à Mesa: Ciclo Vivo de Semear, Colher e Comer". Nos últimos anos, a unidade vem recebendo destaque nacional com prêmios importantes com suas ações que integram práticas pedagógicas à sustentabilidade por meio da horta orgânica, do sistema de compostagem e de oficinas de educação alimentar.

Entre os destaques, neste ano a unidade foi vencedora do Prêmio Nacional do Desafio das Comunidades Sustentáveis Orizon, sendo contemplada com R$ 25 mil, valor que será destinado ampliar o projeto da horta, fortalecer a infraestrutura e desenvolver o sistema de compostagem.

A professora Julia Ferraz Pereira, responsável pela oficina de Agroecologia, ressalta a importância da iniciativa. "Estamos formando cidadãos conscientes e ativos, que entendem a importância de cuidar do meio ambiente e de valorizar o trabalho coletivo. A integração da horta, cozinha experimental e compostagem não é apenas uma atividade escolar, mas uma verdadeira transformação do nosso território", disse a professora.

O projeto tem como objetivo estabelecer um ciclo produtivo sustentável que conecta o plantio, o preparo e o reaproveitamento de alimentos, sempre com um olhar atento à educação alimentar e à equidade de gênero. "Ao fomentar a participação de alunos e de suas famílias, nós, enquanto escola, buscamos aumentar o consumo de alimentos orgânicos, preparados de forma integral, enquanto reduz a produção de lixo orgânico", destacou.

O Ciep 483 também promove a 'feirADA', uma ação permanente que visa comercializar o excedente da produção, promovendo uma economia sustentável e proporcionando aos alunos aprendizado sobre finanças solidárias. "Essa iniciativa também reforça o compromisso da escola com a inclusão e a justiça social", concluiu a professora Julia.



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta

Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4

www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

RELATORIO DA ADMINSTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

O Relatório de Administração que você está recebendo reúne as principais conquistas e desafios enfrentados pela Cedae ao longo de 2024, ano que as mudanças climáticas que há muito nos preocupam se fizeram presentes de forma avassaladora em nosso país, seja nas ondas de calor que atingiram o Rio de Janeiro, seja nas inundações que castigaram o Rio Grande do Sul, só para citar alguns exemplos.

Tais eventos ratificam e reforçam nossa decisão de priorizar as práticas ESG (Ambiental, Social e Governança, na sigla em inglês) em todos os setores da Companhia, conscientes de que ao lado de fazer da Cedae uma empresa moderna, bem gerida e lucrativa, o propósito do nosso trabalho é assegurar seu sucesso como provedora e guardiã da segurança hídrica da população fluminense. A Cedae existe para que os moradores do Rio tenham água de qualidade e em quantidade suficiente.

Focados nessas metas, avançamos no aprimoramento da gestão, investimos na melhoria e aumento da produção e na proteção ao meio ambiente, sobretudo nas áreas que abrigam nossos mananciais. Criamos uma governança ESG estruturada, incorporamos a sustentabilidade ao nosso planejamento estratégico e ampliamos nossas ações socioambientais. Ao longo do ano fomos reconhecidos com o Selo Ouro pelos inventários de emissões de gases de efeito estufa e com Selo Ouro de Empresa Amiga da Mulher.

Nosso maior desafio do ano envolveu a detecção precoce da presença de tolueno nas proximidades da área de captação do Sistema Imunana-Laranjal. Graças à capacidade e dedicação de nossos técnicos e à nossa agilidade para reagir a situações adversas, conseguimos evitar que o contaminante chegasse à estação de tratamento, que atende cerca de 2 milhões de pessoas, protegendo a saúde pública e minimizando os impactos no abastecimento.

Nossos resultados financeiros refletem o quanto avançamos. Encerramos 2024 com uma receita de R$ 3,24 bilhões e lucro líquido de R$ 1,020 bilhão, sendo mais da metade oriundo da nossa atividade-fim, o que comprova a viabilidade da empresa e a eficácia dos nossos investimentos em projetos sustentáveis.

Modernização e Expansão

O Sistema Novo Guandu - investimento de cerca de R$ 2 bilhões para beneficiar 3 milhões de pessoas na Baixada Fluminense e Zona Oeste do Rio – avançou, e lançamos o o edital de licitação para escolher a construtora que fará as obras. A nova estação de tratamento terá capacidade para tratar 7,5 mil litros de água por segundo, complementando a ETA Guandu, a maior da Cedae, e garantindo a produção de até 49 mil litros por segundo, suficiente para abastecer cerca de 12 milhões de pessoas. Projeto em sistema modular, o novo Guandu poderá se expandir conformes as demandas futuras por água, e produzir até 24 mil litros por segundo.

Além disso, investimos na modernização da ETA Guandu, no Sistema Imunana-Laranjal e avançamos das obras nas novas estações de tratamento na Baixada Fluminense: Tinguá e São Pedro, em Nova Iguaçu e Xerém em Duque de Caxias. Também iniciamos a troca dos motores para a Elevatória do Lameirão. As duas primeiras unidades instaladas custaram cerca de R$ 15 milhões, mas vão gerar uma economia anual de cerca de R$ 5 milhões no consumo de energia, além de garantir segurança ao bombeamento.

Essas medidas são essenciais para garantir a eficiência e qualidade do processo de tratamento e abastecimento de água e a resiliência do sistema.

Eficiência Operacional

Orgulho da Companhia pela sua reconhecida capacidade de assegurar a qualidade da nossa água, o Laboratório de Análise e Pesquisa da Água (Libra) é objeto de investimentos constantes . Em 2024, foram cerca de R$ 7 milhões para manutenção e compra de novos equipamentos, entre eles o ICP/MS (sigla em inglês para Espectrômetro de Massas por Plasma Acoplado Indutivamente),aparelho capaz de detectar a presença de metais e não metais em baixíssimas concentrações e um analisador de óleos e graxas por infravermelho, que reduziu de quatro para meia hora o tempo necessário para analisar presença de óleos na água.

O Libra ainda recebeu a acreditação ABNT NBR ISO/IEC 17025, que amplia de oito para 47 o número de parâmetros certificados, um salto de mais de 500%. Isso ratifica a precisão das análises e faz dele o laboratório público fluminense com o maior número de atividades certificadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).

No campo da eficiência operacional, a compra de energia elétrica no mercado livre resultou numa economia anual R$ 250 milhões, e a adoção de uma nova metodologia científica para dosagem de produtos químicos evitou gastos de R$ 100 milhões e o uso de 5,4 mil toneladas de produtos químicos por ano, ao mesmo tempo em que mantiveram a qualidade da água.

Ações Socioambientais

Nosso compromisso com a sustentabilidade gerou uma gama de novas ações e resultados. Um dos mais visíveis foi a recuperação da balneabilidade da Lagoa do Guandu, local de captação de água bruta. O trabalho realizado em parceria com o Instituto Estadual do Meio Ambiente (Inea) para reduzir a poluição, criou um ambiente favorável à recuperação da fauna e apropriado para banho e pesca. O aumento na quantidade e variedade da espécies, como o tucunaré, o jundiá, a traíra e camarão foi atestado pelos pescadores que atuam na região.

Em outra parceria, dessa vez com o ICMBio, (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), criamos uma Estação de Educação Socioambiental da Reserva do Tinguá, espaço dedicado à educação e conscientização ambiental. Por meio de exposições interativas, maquetes, realidade virtual e jogos educativos e jardins, os visitantes conhecem a história do saneamento e a biodiversidade da região. Também lançamos um edital para restaurar e revitalizar o Chafariz da Glória, local que já abrigou uma elevatória da Cedae.

Criamos o Programa Cedae+Sustentável, alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU. A primeira ação do programa foi um edital de R$ 1 milhão para apoiar a ações socioambientais de entidades sem fins lucrativos, voltadas para o desenvolvimento social, inovação, direitos humanos e cidadania.

Nosso principal programa socioambiental, o Replantando Vida, seguiu se fortalecendo e fazendo história. Só em 2024, recebeu mais quatro prêmios (Prêmio ESG, Selo Prosegh, Certificado de Tecnologia Social da Fundação Banco do Brasil e Prêmio Eco da Amcham). Em 23 anos de existência, o Replantando Vida conquistou de 33 prêmios, produziu 4,5 milhões de mudas, recuperou 2 mil hectares de áreas verdes e beneficiou cerca de 6 mil apenados.

Internamente mantemos firmes o propósito de valorizar os funcionários e combater todos os tipos de desigualdade. O Cedae Por Elas, voltado para a saúde e o bem-estar físico, mental e social das colaboradoras ganhou mais três unidades: na ETA Gandu, Imunana-Laranjal e Laboratório da Tijuca. O projeto Educação no Canteiro, que oferece aulas do ensino fundamental para operários de nossas obras, chegou à ETA Xerém, em Duque de Caxias. E o Programa Menor Aprendiz se desdobrou no Aprendi na Cedae, um treinamento robusto em diversas competências necessárias para a vida profissional dos jovens.

Hidratação e futuro

Não poderíamos e não ficamos indiferentes ao aumento das temperaturas e seus efeitos na vida da população. Por isso, assumimos a tarefa de levar água gelada potável aos grandes eventos do Rio. No carnaval estivemos presentes em 17 blocos de ruas e distribuímos cerca de 320 mil litros de água, o suficiente para encher 1,6 milhão de copos de 200 mil. Outros 80 mil litros de água foram usados para dar banhos de refresco nos foliões. As ações de hidratação se repetiram nos dias mais quentes nos pontos mais movimentados da cidade, no show da Madonna e do Bruno Mars.

2024 foi emblemático para a Cedae, com conquistas importantes em sustentabilidade, inovação, eficiência operacional. O ano de 2025 marca os 50 anos da Companhia e de uma história rica e fundamental para a população fluminense. Ao olhar essas cinco décadas, vemos a Cedae se transformando para dar conta das novas realidades sem nunca hesitar em seu propósito de garantir água e saúde para todos.

Os próximos 50 anos começam com um cenário de urgências climáticas e desafios inéditos que só fazem reforçar nosso compromisso com o trabalho baseado na responsabilidade socioambiental, governança sólida e um olhar atento às necessidades futuras.

Aguinaldo Ballon
Diretor Presidente

2. MENSAGEM DO DIRETOR ADMINISTRATIVO- FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Bem-vindos aos próximos 50 anos! É com imenso orgulho que apresento as demonstrações financeiras de 2024 da Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro que registra um lucro líquido de R$ 1 bilhão — o maior desde 2019. Destaco que a maior parte desse montante é proveniente da receita operacional, refletindo diretamente a atividade-fim da nossa companhia.

Este resultado expressa em números a virada de chave pela qual temos trabalhado desde a acertada decisão do governador Cláudio Castro e do secretário da Casa Civil Nicola Miccione de conceder parte dos serviços da Companhia à iniciativa privada. Assim, a CEDAE chega ao ano do seu cinquentenário como uma empresa lucrativa, sustentável, moderna e preparada para mais cinco décadas garantindo água de qualidade a população do Rio.

Vale ressaltar que essa cifra positiva não é resultado do trabalho de apenas um ano ou de um único gestor. Após a concessão, a CEDAE experimentou uma redução significativa em sua receita, mas implementou uma série de medidas de gestão pautadas na transparência e nas melhores práticas globais, combinadas com investimentos robustos em tecnologia e alinhamento às práticas ESG (Ambiental, Social e Governança). Essa evolução se expressa nos próprios resultados financeiros: R$ 1 milhão em 2022, R$ 454 milhões em 2023 e R$ 1 bilhão em 2024.

Entre os diversos fatores que contribuíram para esse desempenho notável, destaco com especial orgulho a consolidação da Assessoria Jurídica da Diretoria Financeira que teve papel essencial, especialmente na recuperação de créditos considerados perdidos. Em apenas três meses, a equipe identificou e recuperou R$ 80 milhões para a CEDAE e a previsão é que este número chegue a pelo menos R$ 100 milhões em 2025.

Também é com grande satisfação que registro a recuperação de nossas patrocinadas. A Prece, nosso fundo de previdência, se destacou gerando significativos rendimentos para seus participantes e se uniu ao restrito grupo de 30 fundações com selo da Associação Brasileira de Entidades de Previdência Complementar (Abrapp), num universo de 300 entidades do setor. De uma entidade que há dois anos estava sob intervenção da Previc, o órgão regulador, a Prece se tornou uma fundação sólida e com credibilidade.

Já a Cedae Saúde é hoje uma empresa superavitária, feito que não ocorria há muitos anos. É a responsável pela saúde dos funcionários da CEDAE, além de promover ações de prevenção e bem-estar que beneficiam a população em geral, como demonstrado por sua colaboração em iniciativas do governo estadual, como o programa "RJ para Todos".

Todos os aportes financeiros devidos pela CEDAE às suas patrocinadas foram realizados integralmente, sem comprometer o caixa da empresa, que se mantém robusto. Ao contrário: a CEDAE está gerando caixa e, possivelmente, vive seu melhor momento financeiro e estrutural, ao mesmo tempo que investe na qualidade de vida de seus colaboradores.

Parte dessa valorização e fundamental para o bom desempenho da companhia é o modelo de gestão colaborativo e descentralizado, onde todos os colaboradores têm espaço para contribuir com propostas, críticas e sobretudo projetos de inovação. É a gestão de portas abertas que defendo e adoto desde sempre.

Gostaria de registrar meu profundo agradecimento pelo assento destinado no Conselho de Administração da CEDAE, um reconhecimento inconteste do tamanho e importância do trabalho que estamos realizando. Agradecimento especial ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal e ao Comitê de Auditoria.

Esta Diretoria Administrativa-Financeira permanecerá empenhada em alcançar os melhores resultados, mantendo seu papel fundamental de integrar propostas e ações de todas as demais diretorias, pois sem essa colaboração o sucesso não seria possível. Agradeço e parabenizo os diretores Aguinaldo Ballon, Daniel Barbosa Okumura, Diogo Mentor de Mattos Rocha, Humberto de Mello Filho e Marco Aurélio Damato Porto. Sem vocês o caminho seria muito mais difícil.

Antônio Carlos dos Santos
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

3. PAINEL DE INDICADORES

Descrição	Unidade	2024	2023	Var. %
Informações Financeiras				
Ativo	R$/Milhares	14.449.298	13.868.396	4,2%
Patrimônio Líquido	R$/Milhares	6.417.328	5.429.268	18,2%
Receita Operacional Líquida	R$/Milhares	3.251.402	3.199.564	1,6%
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	R$/Milhares	627.397	(36.773)	1806,1%
Resultado Financeiro Líquido	R$/Milhares	509.512	530.181	-3,9%
EBITDA	R$/Milhares	780.944	100.550	676,7%
Lucro / (Prejuízo) Líquido	R$/Milhares	1.020.258	453.978	124,7%
Estrutura de endividamento				
Empréstimo e Financiamento	R$/Milhares	599.968	408.818	46,8%
Passivo Atuarial ¹	R$/Milhares	325.818	386.386	-15,7%
Total da Dívida Bruta	R$/Milhares	925.786	795.204	16,4%
Disponibilidade	R$/Milhares	(2.784.708)	(2.246.479)	24,0%
Total da Dívida Líquida	R$/Milhares	(1.858.922)	(1.451.275)	28,1%
Dívida Líquida / EBITDA	R$/Milhares	(2,4)	(14,4)	-83,5%
Dívida Líquida / PL	R$/Milhares	(0,29)	(0,27)	8,4%
Indicadores Operacionais				
Volume de Água Tratada	1000m³	1.836.003	1.895.741	-0,03%
Índice de Consumo de energia elétrica em sistemas de abastecimento de ágia INO58	Kwh/1000m³	435	432	0,01%

(1) Refere-se à Dívida da Prece – Previdência Complementar, conforme nota 19 das notas explicativas.

4. PERFIL DA COMPANHIA

A CEDAE é uma empresa de economia mista, sediada no município do Rio de Janeiro e tem como acionista majoritário o Estado do Rio de Janeiro. Hoje, no novo cenário pós-concessão, a Companhia é responsável, principalmente, pelo serviço Upstream, que compreende a reservação, a captação, a adução e o tratamento de água bruta, vendida às concessionárias.

Atualmente possui 673 acionistas minoritários com 0,0004% da totalidade das ações e o Estado do Rio de Janeiro como acionista majoritário possui 99,9996%.



5. DESEMPENHO OPERACIONAL

A CEDAE tem avançado continuamente na modernização de sua infraestrutura e na adoção de novas tecnologias para otimizar processos, aumentar a eficiência operacional e garantir a qualidade do abastecimento de água. Esses investimentos estratégicos são fundamentais para aprimorar a segurança hídrica, reduzir perdas e fortalecer a sustentabilidade dos recursos naturais. Além disso, a Companhia vem ampliando suas ações de monitoramento, controle de qualidade e capacitação de equipes, garantindo um serviço mais eficiente e confiável para a população. A seguir, destacamos as principais iniciativas inovadoras de 2024:

Modernização de Infraestrutura

- Reforma e atualização de equipamentos essenciais nos sistemas Guandu e Imunana-Laranjal;
- Modernização das mesas de comando na ETA Guandu;
- Aquisição de novos transformadores e modernização de painéis de controle das bombas de recalque;
- Aquisição de motores em bombas de grande porte na ETA Guandu e na Elevatória do Lameirão;
- Aquisição de novos motores para as unidades de Itaperuna e Macaé;
- Modernização e reforma de diversas unidades eletromecânicas do interior.

Monitoramento e Automação

- Instalação de sensores ultrassônicos e unidades de transmissão remota para entrega em tempo real do volume produzido e da qualidade da água em várias etapas dos sistemas de captação e tratamento;
- Implementação do sistema de monitoramento inteligente do Projeto IAGUAS, para prevenir anormalidades, como controle de cianobactérias ou ocorrência de contaminantes;
- Automação da operação da ETA Itaperuna e da ETA Paulo de Frontin, promovendo eficiência hidroenergética e redução de perdas físicas e de consumo de energia.

Capacitação e Gestão da Qualidade

- Criação de um posto avançado de capacitação na ETA Laranjal;
- Implantação da Gerência Geral de Controle de Qualidade e Tratamento central padronizando o controle da qualidade da água na Região Metropolitana;
- Busca pela acreditação dos laboratórios da Tijuca e Laranjal pelo INMETRO, em conformidade com a norma ISO 17025:2017;
- Expansão da capacidade de análise do LIBRA (Laboratório de Investigação Biológica e Rastreamento Ambiental);
- Início do processo de melhorias da certificação ISO 9001 na ETA Guandu.

Investimentos no Interior do Estado

- Investimentos nos Laboratórios Regionais de Controle de Qualidade com o objetivo de obter credenciamento junto ao INEA-RJ;
- Início das obras para criação do Laboratório de Análises Ambientais e Pesquisas Aplicadas (LAAPA);
- Aquisição de software de Gestão de Controle de Qualidade das Unidades de Produção e Rede Distribuidora, possibilitando agilidade no processo de transferência de dados para o SISAGUA;
- Aquisição de 84 macromedidores ultrassônicos para instalação nos sistemas do Interior, permitindo a medição em tempo real dos volumes produzidos de água tratada;
- Automação e controle operacional da ETA Itaperuna, da ETA Paulo de Frontin e seus respectivos reservatórios;
- Implantação de novas estações de tratamento de água no distrito de Itacurujá (município de Mangaratiba) e no município de Santa Maria Madalena.

Essas ações reforçam o compromisso da CEDAE com a inovação, a sustentabilidade e a melhoria contínua dos seus serviços.

6. CENÁRIO ECONÔMICO

A economia brasileira em 2024 foi caracterizada por um forte crescimento do PIB, com uma taxa de 3,4%, mercado de trabalho aquecido (nível de desemprego em mínimas históricas = 6,2% no 4T24). A inflação no ano se situou acima do teto da meta de 4,5% estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, indicando que a economia está em ritmo de crescimento acima do PIB potencial. O IPCA fechou o ano de em 4,83%.

Enchente de grandes proporções afetou praticamente todo o estado do Rio Grande do Sul no mês de maio. O fenômeno causou relevantes problemas sociais no estado e ampliou tendência de alta de preços de alimentos, que já ocorria em razão de uma safra historicamente menor.

As expectativas sobre a situação fiscal se deterioraram após o insucesso do governo no aumento de receitas e do insuficiente endereçamento de corte de despesas.

O real sofreu significativa desvalorização, parte por causas internas e parte por fatores globais.

Diante dessas circunstâncias e com as expectativas do mercado de que a inflação se mantenha acima da meta no horizonte de um ano, o Banco Central iniciou um ciclo de aumento de taxa de juros. Na reunião de dezembro o Comitê de Política Monetária decidiu realizar aumento de 100 bps na taxa SELIC, para 12,25% a.a. e elevou 100 bps nas duas primeiras reuniões de 2025.

Na economia internacional diversos fatores impactaram o Brasil. O ciclo de queda de juros implementado nos EUA que deveriam influenciar positivamente a economia global foi compensado pelo fortalecimento do dólar após a eleição de Donald Trump à presidência norte-americana. A adoção das medidas protecionistas defendidas pelo presidente eleito vem sendo considerada muito provável em decorrência da eleição com grande vantagem sobre a candidata adversária e a formação de um Congresso com maioria Republicana.

Principal importador de produtos primários brasileiros, a China seguiu em 2024 administrando uma crise de grande amplitude no setor imobiliário, retração do consumo das famílias a ameaça de deflação. Esses fatores fragilizaram os fundamentos econômicos ao longo de 2024. Visando estimular a atividade econômica, o governo chinês lançou pacotes econômicos no último trimestre. No entanto, as medidas vem sendo consideradas insuficientes para reverter as atuais tendências de arrefecimento do crescimento chinês.

Os conflitos geopolíticos passaram por várias ameaças de ampliação ao longo de 2024, afetando momentaneamente os preços do petróleo e de commodities agrícolas. A escalada dos conflitos, no entanto, não se concretizou.

PERSPECTIVAS PARA 2025

Externamente, o cenário é caracterizado pelo aumento da incerteza. As tensões geopolíticas no Oriente Médio e no Leste Europeu, as políticas comerciais agressivas do Governo dos EUA sobre os demais países e seus desdobramentos e impactos nas principais economias são importantes fatores de risco.

No ambiente doméstico, espera-se uma política monetária mais restritiva, tendo em vista a disseminação da elevação do nível de preços em todos os setores da economia e a desancoragem das expectativas de inflação. Dependendo da magnitude desse ajuste, pode ocorrer um impacto sobre consumo das famílias e os investimentos das empresas devido ao alto endividamento, o que pode ocorrer o arrefecimento da atividade econômica. Por outro lado, o lançamento pelo governo brasileiro do empréstimo consignado privado e possíveis impactos positivos da guerra comercial sobre o agronegócio brasileiro, podem favorecer a atividade econômica interna.

7. SITUAÇÃO HÍDRICA

A CEDAE, como responsável pelos sistemas de abastecimento de água na região metropolitana do Rio de Janeiro e parte dos municípios do interior do Estado, mantém uma vigilância constante sobre os mananciais utilizados para fornecer água tratada à população. Esse monitoramento contínuo é essencial na tomada de decisões estratégicas, principalmente diante das crescentes oscilações na qualidade e na quantidade de água, que são cada vez mais frequentes e agravadas por eventos climáticos extremos associados às mudanças climáticas.

Tendo em vista a relevância estratégica, um dos principais focos de atenção é a bacia do Rio Paraíba do Sul, o principal curso d'água do Estado, que abastece várias localidades, incluindo a região metropolitana, através da transposição de suas águas para a bacia do Rio Guandu, realizada na Usina de Santa Cecília, localizada no município de Barra do Piraí. Na bacia do Paraíba do Sul, considerando o volume do Reservatório Equivalente – que consiste na soma dos volumes úteis dos reservatórios de Paraibuna (SP), Santa Branca (SP) e Funil (RJ), no rio Paraíba do Sul; e pelo reservatório de Jaguari (SP), no rio Jaguari, que é afluente ao Paraíba do Sul – o ano de 2024 iniciou com vazões naturais muito favoráveis ao armazenamento no reservatório equivalente (somatório de toda água represada nos reservatórios de regularização da bacia). Este armazenamento ocorreu principalmente pela manutenção da aplicação da Resolução Conjunta ANA/DAEE/IGAM/INEA nº 1382/2015.

Nesse cenário permitiu-se atingir um volume equivalente de 92,23%, valor bem superior quando comparado ao mesmo período de 2023. Após este ciclo, seguiu-se um período seco muito favorável a manutenção do volume acumulado no reservatório equivalente, o que permitiu atingir um volume útil de 60,18%, ao final do ciclo seco. Este volume foi muito superior ao esperado para o final desse período. Devido a essa condição, os agentes que operam os reservatórios, perceberam a urgência de esvaziamento do Reservatório de Funil até o volume de 30,60%, cujo objetivo era a melhoria da segurança operacional, uma vez que este reservatório é o principal no amortecimento das cheias à jusante dele na bacia; isso motivou a necessidade de antecipação da preparação do controle de cheias do período úmido 2024-2025. Vale notar que essa operação foi realizada sem desperdício de água por vertimento e que não houve impacto significativo nos armazenamentos dos reservatórios de Paraibuna e Jaguari (principais da bacia).

Todavia, apesar das condições muito favoráveis observadas no ano de 2024 as quais sinalizaram o fim do fenômeno climático El Niño, não podemos garantir que os volumes de chuva observados se repetirão nos próximos anos. Portanto, a CEDAE continuará a manter uma abordagem proativa e adaptativa para lidar com possíveis desafios futuros, conforme os observados em anos anteriores, em especial o do ano de 2014, o qual trouxe imensos estresses operacionais a todos os usuários da bacia.

Em 2024, a CEDAE manteve diversas ações que visaram à melhoria contínua da qualidade das águas captadas no rio Guandu, cujo manancial abastece o sistema produtor Guandu-Lameirão, o maior da Companhia, responsável pelo abastecimento de cerca de 9 milhões de pessoas na região metropolitana do Rio de Janeiro. Dentre as principais ações que contribuem para a segurança hídrica e sanitária deste manancial, destacam-se a operação da Unidade de Tratamento (UTR) Queimados, a Remoção de Macrófitas Aquáticas e Resíduos Sólidos do espelho d'água a montante da captação, o bombeamento de até 3m³/s do rio Guandu para a Lagoa Grande do Guandu (encontra-se em implantação a ampliação deste sistema para até 5 m³/s) e a operação de boias flutuantes que controlam a proliferação das algas e realizam o monitoramento continuo de parâmetros de qualidade das lagoas afluentes ao Rio Guandu, além de realizar mais de 100.000 analises de qualidade das águas de 11 mananciais da bacia contribuinte a captação da ETA Guandu. A CEDAE realizou mais de 677.500 análises de qualidade de água bruta no exercício de 2024, visando o monitoramento dos mananciais utilizados pela Companhia nos sistemas produtores da região metropolitana e do interior do estado.

Em 2024, foi necessário acionar o plano de contingência para estiagens, conforme previsto no Procedimento Operacional Padrão (POP) de estiagens. O acionamento das bombas de recalque de fundo ocorreu de forma intermitente por 84 dias ao longo do período seco, distribuídos da seguinte forma: 2 dias em junho, 7 dias em julho, 22 dias em agosto, 29 dias em setembro, 16 dias em outubro e 8 dias em novembro. Dessa forma, o manancial de captação, Canal de Imunana, operou em nível crítico por aproximadamente 46% do tempo entre os meses de junho a novembro de 2024. A estiagem prolongada impactou diretamente a capacidade produtiva do sistema, exigindo a redução da vazão captada no manancial e, consequentemente, da vazão produzida na ETA Laranjal nos períodos de 12 a 17 e 26 a 28 de setembro, além de 2 a 4 de outubro de 2024. A maior redução registrada foi de aproximadamente 12% da vazão média de operação do sistema.

Outro evento relevante no exercício foi a contaminação dos rios Guapiaçu e Macacu com o composto orgânico volátil tolueno, que alcançou a tomada de água bruta do sistema localizada no Canal de Imunana. Em resposta, a CEDAE precisou interromper a captação de água do manancial e a produção de água tratada, intensificar o monitoramento da qualidade da água do manancial e implantar, de forma emergencial, uma planta de carvão ativado para mitigação da contaminação. A interrupção de todas as operações do sistema Imunana-Laranjal ocorreu entre os dias 3 e 5 de abril de 2024.

Outro sistema de relevância para a Região Metropolitana é o Sistema Acari, composto por 5 subsistemas: São Pedro, Rio d'Ouro e Tinguá, no município de Nova Iguaçu, e Xerém e Mantiquira, no município de Duque de Caxias. As captações desse sistema estão integralmente inseridas no interior da Reserva Biológica do Tinguá, uma unidade de conservação dedicada à preservação dos mananciais utilizados para o abastecimento público desde o período imperial. Apesar de sua localização em uma área com vegetação extremamente preservada e sem influência significativa de atividades humanas, o sistema registrou em 2024 uma estiagem severa, que durou de junho a outubro, afetando a disponibilidade hídrica dos mananciais. Em outubro, o mês em que ocorreu o ápice da estiagem, registrou-se uma redução de aproximadamente 40% em relação ao volume médio normalmente produzido neste período.

No interior do Estado do Rio de Janeiro, não foi verificado impacto significativo nas captações das unidades em que a CEDAE possui atividade, com exceções nos municípios de Mangaratiba, que enfrentou eventos no principal sistema de abastecimento do município devido a redução histórica da vazão do Rio do Saco durante o período seco, e em São João da Barra, localizado próximo à foz do Rio Paraíba do Sul, área influenciada pela estiagem dos afluentes mineiros Rios Pomba e Muriaé. A menor velocidade das águas e o avanço da intrusão da língua salina (região de estuário) nos momentos de maré cheia acarretaram interrupções esporádicas na produção do sistema de São João da Barra. A CEDAE vem trabalhando no aperfeiçoamento dos seus modelos operacionais com o objetivo de mitigar esses riscos e melhorar os sistemas de produção.

Quanto à participação institucional em colegiados, a CEDAE continua ativamente nos Comitês de Bacias Hidrográficas em todo o Estado, inclusive participando do Grupo Técnico de Acompanhamento da Operação Hidráulica da Bacia Hidrográfica do Rio

Eufrázio



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta

Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4

www.cedae.com.br



Paraíba do Sul – GTAOH, no âmbito do Comitê de Bacia CEIVAP. A Companhia vem atuando para reduzir perdas e fazendo campanhas de educação ambiental e conscientização para o uso racional da água, com o objetivo de garantir a segurança operacional e se preparar para eventuais déficits hídricos no futuro. Além disso, contribui, ao participar de reuniões e discussões com a Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, para o fortalecimento das políticas públicas no que tange à segurança hídrica do Estado do Rio de Janeiro.

8. RESULTADO FINANCEIRO

RECEITA LÍQUIDA
A receita líquida de 2024 totalizou R$ 3.251.402 mil, 1,6% superior ao ano de 2023, conforme gráfico apresentado abaixo:



Basicamente o fator que influenciou o aumento da receita líquida, nos períodos comparativos, foi uma redução nos cancelamentos e estornos de faturas em 2024 e aumento de consumo das concessionárias. Atualmente a Companhia tem o foco na prestação dos serviços de captação, adução e tratamento de água bruta e adução de água tratada até os pontos de entrega às concessionárias (serviços upstream).

CUSTOS E DESPESAS

Em 2024, os custos e despesas, que correspondem ao somatório dos custos dos serviços vendidos, despesas com vendas, despesas administrativas e outras despesas decorrentes da exploração dos serviços de água, totalizaram R$ 2.624.005 mil contra R$ 3.236.337 mil no ano de 2023, decréscimo de 18,9%. A tabela a seguir demonstra os custos e despesas nos períodos comparativos:

Descrição - R$ Milhares	2024	2023	Var. %
1. Pessoal	890.255	900.845	-1,2%
2. Material	222.326	277.190	-19,8%
3. Serviços de Terceiros	793.664	923.196	-14,0%
4. Despesas Gerais	110.905	66.193	67,5%
5. Depreciações e Amortizações	153.547	137.323	11,8%
6. Provisão para Devedores Duvidosos	(197.148)	(63.434)	210,8%
7. Provisões Contingências	281.173	859.765	-67,3%
8. Provisão Atuarial	293.719	228.138	28,7%
9. Outras despesas/(receitas) operacionais	75.564	(92.879)	-181,4%
Despesas e Custos Operacionais	**2.624.005**	**3.236.337**	**-18,9%**

A seguir, a Companhia apresenta os comentários sobre os itens que compõem os custos das vendas e dos serviços prestados, despesas com vendas e administrativas que apresentaram variações mais significativas:

i. Material: Os gastos com material em 2024 apresentaram redução de 19,8% em relação a 2023, motivado basicamente pelos produtos químicos utilizados no processo de tratamento de água.
ii. Serviços de Terceiros: Os gastos com serviços de terceiros em 2024, apresentaram redução de 14,0% em relação 2023, principalmente em função da redução do consumo de energia elétrica.
iii. Despesas Gerais: Os gastos com despesas gerais em 2024 apresentaram aumento de 67,55% em relação ao ano de 2023, em função da realização de aporte à Cedae Saúde.
iv. Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD): Em 2024 ocorreu aumento de 210,8%, reversão da PCLD, em relação a 2023, em função da mudança no modelo de negócios da Companhia trazida pelos leilões de concessão dos Blocos 1, 2, 3 e 4.
v. Provisões Contingências: A redução de 67,3% em relação a 2023, ocorreu principalmente em função da diminuição das execuções cíveis e trabalhistas de valores expressivos.
vi. Passivo Atuarial: O aumento de 28,7% em relação a 2023, ocorreu em função dos passivos em relação a Prece e a Cedae Saúde.
vii. Outras Despesas/Receitas Operacionais: Esta redução de 181,4% em relação a 2023, em função do aumento das reversões das provisões ocorridas em 2024, sobre outras despesas operacionais.

RESULTADO FINANCEIRO

O Resultado financeiro líquido reduziu 3,90% ou R$ 20.669 mil comparado com o exercício anterior de R$ 530.181 em 2023 para R$ 509.512 mil em 2024, conforme tabela a seguir:

Composição do Resultado Financeiro Líquido	Exercícios		
R$ milhares	2024	2023	Var. %
Receitas Financeiras	**608.073**	**680.385**	**-10,6%**
Atualização monetária8/	134.512	183.690	-26,8%
Rendimentos de aplicações inanceiras	271.454	303.803	-10,6%
Atualização monetária do Ativo Financeiro	178.832	157.934	13,2%
Juros auferidos	17.200	28.670	-40,0%
Multas por impontualidade	2.600	2.465	5,5%
Descontos obtidos e boniicações	3.475	3.823	-9,1%
Despesas Financeiras	**(98.561)**	**(150.204)**	**-34,4%**
Juros passivos s/parcelamentos tributários	(61.479)	(67.696)	-9,2%
Juros e variações monetárias s/empréstimos e inanciamentos	(34.270)	(39.927)	-14,2%
Multas, juros e acréscimos moratórios s/pagamentos em atraso das obrigações tributárias	(390)	(38.457)	-99,0%
Outras	(2.422)	(4.124)	-41,3%
Resultado Financeiro Líquido	**509.512**	**530.181**	**-3,9%**

i. Receitas Financeiras: A redução de 10,6% nas receitas financeiras, comparando-se ao ano anterior é decorrente, basicamente em função da redução da taxa média Selic.
ii. Despesas Financeiras: A redução de 34,4%, comparando-se ao ano anterior, é resultado, principalmente, pela influência nos juros sobre obrigações tributárias.

RESULTADO LÍQUIDO

A CEDAE registrou lucro líquido de R$ 1.020.258 em 2024, representando um acréscimo de 124,7% em relação ao lucro de R$ 453.978 registrado em 2023. Esse acréscimo decorre principalmente pelo aumento do resultado operacional, em virtude da redução das despesas no exercício, conforme tabela a seguir:

Composição do Lucro Líquido	Exercícios		
R$ Milhares	2024	2023	Var. %
(+) Resultado antes do resultado financeiro	627.397	(36.773)	1806,1%
(+/-) Resultado financeiro	509.512	530.181	-3,9%
(-) Contribuição Social e Imposto de Renda	(116.651)	(39.430)	195,8%
(=) Lucro/(Prejuízo) Líquido	1.020.258	453.978	124,7%

GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA (EBITDA)

Em 2024, a CEDAE apresentou aumento operacional consolidado de caixa de R$780.944 contra a geração operacional consolidada R$100.550 em 2023, ou seja, um aumento de 676,7% (ou R$ 680.394) ocorrida em função do aumento do resultado operacional. O EBITDA é uma medição não contábil adotada pela Companhia, calculada de acordo com a Instrução CVM 527/2012, consistindo no lucro líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro, depreciações e amortizações.

Descrição - R$ Milhares	Exercícios		
	2024	2023	Var. %
(=) EBIT	627.397	(36.773)	1806,1%
Margem EBIT (%)	19,3%	-1,1%	1778,9%
(+) Depreciação e amortização	153.547	137.323	11,8%
(=) EBITDA	780.944	100.550	676,7%
Margem EBTIDA (%)	24,0%	3,1%	664,3%

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS
No Exercício Social de 2024, a Companhia obteve Lucro Líquido de R$ 1.020.258 mil. Baseada no Estatuto Social da Companhia e na Lei Federal 6.404/76, e com base nos resultados do ano de 2024, a Companhia calculou a Reserva Legal, o Lucro Líquido Ajustado e o Dividendo Obrigatório, conforme descrito na tabela abaixo:

Lucro Líquido do Exercício - 2024	
(-) Reserva Legal (5%) (R$ Milhares)	51.013
(=) Lucro Líquido ajustado (R$ Milhares)	969.245
Dividendos Obrigatórios (25%) (R$ Milhares)	242.311
Quantidade de Ações Ordinárias	629.072
Valor dos Dividendos por ação ordinária (R$)	0,38519

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
Os Empréstimos e Financiamentos vigentes são as Cédulas de Crédito Bancário nº 433.257-52 (CCB FGTS 1ª tranche), n° 441.050-71 (CCB FGTS 2ª tranche) e n° 441.054-75 (CCB FGTS 3ª tranche). As CDBs referem-se às três tranches da operação de crédito de R$ 3 bilhões captada junto à Caixa Econômica Federal, sendo utilizada na ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense e na construção do Complexo Guandu 2. Cabe salientar que todas as tranches estão em fase de desembolso.

Empréstimos e Financiamentos	Credor	Objeto	Taxa Remuneratória	Saldo Devedor em 31/12/2024	Vencimento
CCB FGTS 1ª Tranche	Caixa Econômica Federal	Melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminese/RJ	TR + 8,5 a.a.	438.150	2038
CCB FGTS 2ª Tranche		Melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminese, com a construção de nova Estação de Tratamento de Água (ETA Novo Guandu)	TR + 8,5 a.a.	111.976	2039
CCB FGTS 3ª Tranche		Melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminese/RJ	TR + 8,7 a.a.	49.842	2041

9. INOVAÇÃO

A inovação é um dos pilares mais importantes para a competitividade e sustentabilidade das empresas. O setor de água e saneamento enfrenta mudanças estruturais significativas que afetam sua dinâmica a longo prazo. Entre essas mudanças, destacam-se desafios regulatórios, concorrenciais, ambientais e sociais, que tornam essencial a inovação para assegurar a gestão sustentável dos recursos naturais, a execução eficiente dos processos operacionais e a satisfação de clientes, acionistas e partes interessadas.

Em junho de 2024, a Companhia lançou o projeto “Cedae 2030”, desenvolvido em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), que estabelecerá o novo planejamento estratégico para os próximos cinco anos, guiado por diretrizes ESG e de inovação.

CENTRO DE INOVAÇÃO SOCIOAMBIENTAL - MANANCIAL

Inaugurado em 2022, o Manancial – Centro de Inovação Socioambiental – é um espaço de convivência, ambientação e ativação disruptiva, criado para incentivar todas as pessoas colabroadoras da CEDAE a embarcarem em uma jornada de fomento à cultura da inovação.

Em 2024, o Manancial recebeu importantes encontros sobre inovação no setor, liderados pelo CEO da Companhia e especialistas. Além disso, acolheu iniciativas voltadas à diversidade, bem-estar e desenvolvimento profissional, como as reuniões da Comissão Permanente de Diversidade e Gênero (CPDG), aulas de dança, ginástica laboral e práticas integrativas.

PROJETO IAguas

A CEDAE, na qualidade de interveniente cofinanciadora e com participação de 24,9% da propriedade intelectual, firmou parceria com duas startups (VM9 e NOAH) para apoiar o Projeto IAguas, aprovado em 1º lugar na categoria “Cidades Inteligentes”, da seleção pública promovida pela FINEP. Através de uma moderna aplicação de Inteligência Artificial (IA), o projeto está desenvolvendo um sistema de monitoramento inteligente da qualidade da água, baseado em um modelo computacional preditivo multivariável, que pretende identificar anormalidades em mananciais e ETAs, para tomada de decisões antecipadas.

Com investimentos tripartite (FINEP, startups e CEDAE), a Companhia investiu R$ 314 mil, e, durante o ano de 2024, o projeto foi orientado para promover o treinamento do modelo de IA, além de ações operacionais, sistematização de dados, interfaces do sensoriamento remoto e instalação dos sensores IoT na ETA Guandu, que auxiliarão no monitoramento em tempo real da qualidade da água e, principalmente, na previsão de cenários críticos que possam ocorrer no manancial de captação.

PROGRAMA “BLUERIO”

A CEDAE aderiu ao Programa BlueRio, edital que conecta empresas do Rio de Janeiro a startups globais para o desenvolvimento de soluções inovadoras na economia azul. A Companhia propôs três desafios estratégicos: aumentar a eficiência hidroenergética, reaproveitar o lodo das estações de tratamento e aprimorar a dosagem de produtos químicos no tratamento de água. Durante as fases de seleção, um comitê técnico avaliou as startups inscritas, selecionando quatro finalistas: CONFIRM8, SCUBIC, ALGR e ORBTY, que executarão as Provas de Conceito (PoC) visando solucionar os desafios propostos pela Companhia.

ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA EM ANDAMENTO

Ao longo do 2º semestre de 2024 e impulsionados pelas diretrizes da Política de Inovação recém aprovada, foram orientados os acordos de parceria e de cooperação técnica e científica com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Técnica Federal do Paraná e o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO).

10.. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A responsabilidade socioambiental é um pilar fundamental para empresas que buscam atuar de forma sustentável e gerar valor para a sociedade. No setor de saneamento, essa responsabilidade torna-se ainda mais relevante, uma vez que a gestão eficiente dos recursos naturais, a preservação ambiental e o impacto social positivo são essenciais para garantir qualidade de vida e desenvolvimento sustentável.
Nesse contexto, a CEDAE reafirma seu compromisso com a sustentabilidade, incorporando as melhores práticas ambientais, sociais e de governança (ESG) às suas operações e estratégias corporativas. Para fortalecer essa atuação, a Companhia instituiu, em janeiro de 2024, a Superintendência Executiva de Governança Socioambiental, uma área estatutária vinculada à Diretoria-Presidência.
A nova área tem como missão estruturar, implementar, gerir e monitorar ações socioambientais, garantindo a conformidade com regulamentações e com as diretrizes compromissadas na Política ESG da CEDAE, promovendo impactos positivos para o meio ambiente e a sociedade. A partir de uma abordagem integrada, a governança socioambiental da Companhia espelha o compromisso da empresa com a transparência, a inovação e o desenvolvimento sustentável, assegurando que suas operações estejam alinhadas às expectativas dos stakeholders e às melhores práticas do setor.
Abaixo, reportam-se os programas, projetos e ações socioambientais e de inovação da área:

PROGRAMA CEDAE POR ELAS

O Cedae Por Elas nasceu do compromisso e da responsabilidade com o pilar social do ESG e do compromisso às metas do ODS 5 para alcançarmos um modelo de negócio resiliente, de alto impacto, que adota ações e políticas corporativas sólidas para a promoção da igualdade de gênero, de eliminação de todas as formas de violência, assédio e discriminação contra nossas colaboradoras e as mulheres residentes nas áreas de maior vulnerabilidade social, contíguas às estações de tratamento de água e ao prédio-sede da Companhia.
Em 2024, o programa se consolidou com a inauguração de três novos espaços de acolhimento nas unidades da Tijuca, ETA Laranjal e ETA Guandu, além da certificação de 3 salas de amamentação pelo Ministério da Saúde, como espaços de apoio à mulher trabalhadora que amamenta (SAMTA), fortalecendo o suporte psicossocial e a promoção do aleitamento materno. Durante o ano, o programa alcançou ainda 3.748 participações em ações como atendimentos individuais, atividades coletivas e itinerâncias no interior, além de resultados expessivos no incentivo ao aleitamento materno, como a extração de 66 litros de leite e a doação de 13 litros para instituições e mulheres da comunidade. O Cedae Por Elas ainda foi reconhecido, pela Secretaria de Estado da Mulher, com o Selo Social “Empresa Amiga da Mulher”.

APRENDI NA CEDAE

O Aprendi na CEDAE é um projeto de capacitação e acompanhamento individual voltado para jovens aprendizes da Companhia, criado com o objetivo de associar formação profissional com um Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) ao jovem. O Aprendi tem como foco a inclusão produtiva de jovens em situação de vulnerabilidade social, especialmente os moradores do entorno da sede da CEDAE, na Cidade Nova, além de jovens já contratados pela Companhia. A formação acontece com trilhas multidisciplinares, aplicadas por colaboradores da Companhia, entre eles: direitos humanos, saúde e bem-estar, tecnologia, meio ambiente, comunicação, ciência de dados e cidadania, aliada ao PDI, com mentorias conduzidas por colaboradores da empresa.
O projeto teve início em 2023 e a primeira turma foi concluída em 2024 com 48 formandos, dos quais 23% ingressaram no ensino superior, 16,7% se prepararam para vestibulares e cinco conquistaram estágios remunerados na própria CEDAE. O projeto se tornou a porta de entrada para Jovens Aprendizes na CEDAE e a segunda turma do projeto foi iniciada em outubro de 2024 com 23 jovens aprendizes.

COMISSÃO PERMANENTE DE DIVERSIDADE E GÊNERO (CPDG)

Desde maio de 2023, a empresa instituiu a Comissão Permanente de Diversidade e Gênero (CPDG), que se reúne periodicamente para debater inclusão, diversidade étnica, racial, de gênero, sexual e reliogisa, bem como formular iniciativas voltadas para as mulheres, os idosos, a comunidade LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência e em situação de vulnerabilidade social.
Ao longo de 2024, a CPDG realizou diversos eventos de educação corporativa em temas de diversidade, equidade e inclusão, como a capacitação em letramento D&I aos colaboradores da Diretoria Administrativa-Financeira e de Relações com Investidores e aberta também aos demais empregados da empresa; o Cine Debate sobre visibilidade trans; a visita à Pequena África para uma imersão na história e cultura afrobrasileira em alusão ao Dia da Consciência Negra; e a roda de conversa "Acessibilidade em ação: superação e inclusão das pessoas com deficiência",

ESTAÇÃO DE EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DO TINGUÁ (EESA)

Em novembro de 2024, a CEDAE inaugurou a Estação de Educação Socioambiental (EESA), espaço dedicado à educação socioambiental, fruto da parceria entre a Companhia e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que marcou um avanço na promoção da educação ambiental com foco na preservação dos recursos hídricos e na valorização da memória histórica do Sistema Acari. A EESA fica localizada na Reserva Biológica do Tinguá, em Nova Iguaçu, e da um importante passo no compromisso da empresa com a sustentabilidade e a segurança hídrica, ao aliar educação, conservação e engajamento comunitário em um dos territórios ecológicos mais relevantes do estado. Até o final de 2024, a Estação já havia recebido 767 visitantes, estabelecendo seu papel como um espaço de referência para ações coletivas, sensibilização ambiental e fortalecimento da relação da CEDAE com a sociedade do estado do Rio de Janeiro.

PROGRAMA DE RESTAURAÇÃO FLORESTAL DO CORREDOR TINGUÁ BOCAINA

O Programa de Restauração do Corredor Tinguá-Bocaina, lançado em 2023 em parceria com a The Nature Conservancy Brasil (TNC), Governo do Estado e Municípios da região, é uma iniciativa que integra ações de restauração e conservação florestal, com o objetivo de promover segurança hídrica na região hidrográfica do Guandu, conservar a biodiversidade, mitigar as emissões de gases de efeito estufa e contribuir para a adaptação de comunidades aos desafios das mudanças climáticas globais, restaurando e conservando 30.000 hectares até o ano de 2050.
Ao longo de 2024, foram priorizadas as ações estruturantes do Programa como estudos e análises do território visando identificar as áreas com maior potencial de conexão florestal, além de capacitação das equipes, parceiros e avanços para formalização de acordos de cooperação técnica com SEAP, INEA, SENAR, Exército Brasileiro, Concessionárias e Prefeituras. Houve, ainda, a mobilização das primeiras áreas de plantio, com foco em propriedades que possam servir de modelo local e regional para o Programa somando um total de 295,65 ha. A restauração e conservação florestal são pontos centrais do Programa, que já conta com um total de 107ha de área restaurada e conservada, onde se encontram 21.200 mudas plantadas, sendo oito espécies ameaçadas de extinção.

ASSINATURA DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE A CEDAE E A ONU-HABITAT

Por meio da assinatura do Memorando de Entendimento (MoU), uma parceria estratégica com a ONU-Habitat para promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida nas comunidades urbanas do Rio de Janeiro, a CEDAE deu um passo significativo em sua trajetória de sustentabilidade e reforça o seu compromisso com a Agenda 2030 e a década de restauração proposta pela ONU, a partir da implementação de soluções inovadoras e integradas que abordam desafios ambientais, sociais e econômicos, contribuindo para a resiliência urbana e a inclusão social.

LANÇAMENTO DO PRIMEIRO EDITAL SOCIOAMBIENTAL DA CEDAE

Em 2024, a CEDAE lançou seu primeiro edital para financiamento de projetos socioambientais, iniciativa histórica que integra o Programa CEDAE + Sustentável. Com um investimento superior a R$ 1 milhão, o edital previu a seleção de até 11 projetos socioambientais de entidades privadas sem fins lucrativos voltadas para a proteção e recuperação ambiental, inclusão social, inovação tecnológica e desenvolvimento socioeconômico nos municípios de Rio de Janeiro, São Gonçalo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu, reforçando o compromisso da Companhia com os princípios ESG e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.
Ao final do chamamento público, foram selecionados 9 projetos de entidades privadas sem fins lucrativos que irão promover ações socioambientais voltadas para o desenvolvimento e inclusão sociais e a preservação do meio ambiente a serem executadas em territórios de vulnerabilidade no estado do RJ. A escolha foi conduzida por uma comissão técnica interna, que utilizou critérios rigorosos de impacto socioambiental. Os projetos contemplam três eixos temáticos: Meio Ambiente e Desenvolvimento Social (5 projetos), Cultura e Educação (2 projetos) e Direitos Humanos e Cidadania (2 projetos). Os recursos serão repassados em 2025, impulsionando iniciativas voltadas à proteção ambiental, inclusão e desenvolvimento sustentável.

CEDAE É CIÊNCIA

Em 2024, de forma pioneira e inovadora, a CEDAE lançou uma Chamada Interna para incentivo à produção científica dos seus colaboradores, objetivando selecionar artigos científicos inéditos, que irão compor a primeira coletânea de compartilhamento dos saberes dos empregados da Companhia no campo do saneamento, contribuindo, também, para o desenvolvimento da marca CEDAE como uma empresa pública de responsabilidade social e ambiental, comprometida com a disseminação do conhecimento



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta

Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4

www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO

e boas práticas dos seus empregados e colaboradores.
No total, 81 inscrições foram recebidas, das quais 78 submeteram artigos contemplando as seis linhas temáticas. Após a análise da Comissão Científica, 13 artigos foram selecionados para compor um livro intitulado "CEDAE é ciência: Inovação, Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental no Saneamento", que será lançado em 2025, demonstrando o compromisso da CEDAE com o debate qualificado sobre os avanços, desafios e boas práticas na área do saneamento, alinhados aos princípios de inovação, sustentabilidade e responsabilidade social.

DESAFIOS DE INOVAÇÃO SOCIOAMBIENTAL
Em 2024, a CEDAE promoveu, na UniverCEDAE, a Oficina de Ideias: Desafios de Soluções Socioambientais, reunindo jovens aprendizes, estagiários e representantes da sociedade civil para desenvolver soluções inovadoras para desafios ambientais da Companhia. Com a participação de 118 jovens, o evento contou com sessões de mentoria e culminou no "Pitch Day", onde foram apresentados 15 projetos, posteriormente publicados em formato e-book. Os três melhores projetos – "Caravana CEDAE - Caminho das Águas", "Renovando Vidas" e "EcoopGuandu" – receberam premiação como incentivo à inovação.

REPORT COMMUNICATION ON PROGRESS (CoP)
A elaboração da Comunicação de Progresso (CoP) representa um requisito obrigatório para todas as empresas vinculadas ao Pacto Global da ONU. Essa prática anual envolve a divulgação de resultados das empresas em relação aos compromissos nas áreas dos direitos humanos, do trabalho, do meio ambiente e combate à corrupção. Em 2024, de acordo com as premissas estabelecidas pelo Pacto Global, a CEDAE realizou a submissão do Communication on Progress (CoP), garantindo transparência no relato das ações e dos avanços no cumprimento dos Dez Princípios do Pacto Global e na promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE
Reforçando o comprometimento da Companhia de divulgar seus resultados sociais, ambientais e de governança, durante o ano de 2024, o Relatório de Sustentabilidade de 2023 foi elaborado, fruto de um esforço coletivo que envolveu diversas áreas da Companhia. A preparação do relatório foi guiada por diretrizes internacionais de boas práticas, como as normas da Global Reporting Initiative (GRI) e a ABNT 2030, o que eleva o nosso compromisso com a transparência e com a promoção de um impacto positivo nas comunidades que servimos.
Com o intuito de garantir a confiabilidade e transparência, o Relatório de Sustentabilidade de 2023, aprovado pelo Conselho de Administração em dezembro de 2024, está passando por um processo de acreditação realizado por auditores independentes, com o objetivo de avaliar a precisão, confiabilidade e conformidade das informações com as normas e padrões internacionais.

GESTÃO DE RISCOS AMBIENTAIS NO EPISÓDIO TOLUENO
Em abril de 2024, a contaminação por tolueno impactou o processo produtivo de água tratada no Complexo Imunana-Laranjal, que abastece Niterói, São Gonçalo e parte de Itaboraí e do Rio de Janeiro, causando danos socioambientais, como a contaminação do solo e a morte de ictiofauna.
Diante do ocorrido, a CEDAE, através da equipe da Gerência de Responsabilidade Socioambiental, elaborou o documento "Avaliação dos impactos do evento de contaminação por tolueno no canal de Imunana", detalhando os impactos e as medidas adotadas. O estudo subsidiou a criação de um comitê científico, reunindo especialistas da sociedade civil para avaliar as ações tomadas e propor estratégias futuras, reforçando o compromisso da Companhia com a gestão de riscos ambientais e a sustentabilidade.

ATIVIDADES SOCIOAMBIENTAIS
Para além dos programas e projetos, a Governança Socioambiental desenvolveu atividades educativas diversas para estimular a conscientização ambiental. Essa linha de intervenção visa proporcionar um ambiente saudável e divertido com programações específicas transversais a todo conteúdo trabalhado pela empresa na pauta do saneamento ambiental.
Dentre as principais ativações de educação socioambiental realizadas em 2024 destacam-se: a Colônia de Férias, o Intercâmbio entre jovens, a Semana do Meio Ambiente e a ativação "Amigos do Guandu". Ao total, foram alcançados mais de 600 participantes nessas atividades. O público prioritário são funcionários, filhos de funcionários e crianças e adolescentes das áreas vulneráveis no entorno da Cedae.

OPERAÇÃO DE HIDRATAÇÃO – MEGABLOCOS E GRANDES EVENTOS
Desde 2010, a CEDAE trabalha intensamente em operações de hidratação para a população fluminense no intuito de minimizar os efeitos do calor extremo durante ações e megaoperações, sob duas premissas: atender, com humanização e alegria, ao público dos eventos e fornecer água potável, de qualidade e gelada para a promoção da saúde coletiva e do bem-estar.
Os aguadeiros da Companhia atendem, prioritariamente, as ações do Governo do Estado do Rio de Janeiro ou também em eventos com situação de calor extremo. A CEDAE, em 2024, montou operação de hidratação em apoio ao Carnaval de rua e no Show da Madonna, realizado em maio na praia de Copacabana. Confiram os nossos resultados:

MEGABLOCOS
· presente em 14 megablocos,
· 30 mil litros de água por dia de bloco
· 80 mil litros de água para refrescar os foliões ("chuveirinho"),
· 31 pontos de hidratação
· mais de 70 colaboradores envolvidos por dia de operação.

SHOW DA MADONNA
· 50 mil litros de água potável ofertados
· kombi de hidratação
· 2 bicas d'agua
· 100 pessoas envolvidas

CENTROS DE VISITAÇÃO AMBIENTAL (CVAS) GUANDU E LARANJAL
Os Centros de Visitação Ambiental (CVAs) desempenham um papel fundamental na promoção da educação ambiental, fortalecendo a relação entre a CEDAE, a comunidade acadêmica e a sociedade civil. Em 2024, os CVAs da ETA Guandu e da ETA Laranjal registraram resultados expressivos:
· 11.284 visitantes de 132 instituições, abrangendo 29 municípios do Estado do Rio de Janeiro;
· 68% das instituições eram do ensino público, 11% do ensino particular e 20% de ONGs e outras entidades;
· Entre os visitantes, 54% eram do ensino fundamental, 18% do ensino médio, 3% do nível técnico e 3% do nível superior;
· 62% do público estava na faixa etária de 11 a 18 anos.

A CEDAE reafirma seu compromisso social ao fornecer transporte gratuito para instituições públicas, garantindo acesso ao programa de Educação Ambiental e reduzindo desigualdades sociais. A iniciativa está diretamente alinhada com os seguintes ODS:
· ODS 4 – Educação de qualidade;
· ODS 6 – Água potável e saneamento;
· ODS 10 – Redução das desigualdades;
· ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis;
· ODS 12 – Consumo e produção sustentáveis;
· ODS 17 – Parcerias e meios de implementação.

PROGRAMA DE GESTÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA DE UNIDADES OPERACIONAIS
A CEDAE consolidou sua política de monitoramento e mitigação de emissões de GEE, fortalecendo sua atuação na agenda climática. Em 2024, as principais ações foram:
· Inventários de Emissões de GEE (IGEEs) para os sistemas Guandu-Lameirão, Imunana-Laranjal e Edifício Sede, auditados por Organismo Verificador (OV) independente, acreditado pelo INMETRO;
· Adesão ao Programa Brasileiro GHG Protocol (PBGHGP) – Ciclo 2024, com registro público de emissões (RPE) e certificação selo ouro para os inventários dos sistemas Guandu-Lameirão e Imunana-Laranjal;
· Capacitação técnica com curso de "Elaboração de Plano de Mitigação/Compensação de Emissões de GEE", preparando a Companhia para estabelecer estratégias de redução de emissões em 2025.

BUSCA POR CERTIFICAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL
A CEDAE avançou no projeto de implementação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), visando a certificação na norma ABNT NBR ISO 14001:2015, um reconhecimento internacional que assegura:

· Melhoria contínua do desempenho ambiental da empresa;
· Redução de custos operacionais por meio da eficiência energética e controle de resíduos;
· Cumprimento rigoroso das legislações ambientais, evitando multas e passivos ambientais;
· Maior credibilidade e competitividade junto a investidores, clientes e fornecedores.

AÇÕES DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS REALIZADAS EM 2024
Alinhadas ao ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis, a Companhia reforçou a gestão ambiental com iniciativas voltadas ao descarte correto e reaproveitamento de resíduos sólidos:
· Coleta e destinação adequada de 12,3 toneladas de resíduos recicláveis gerados no Prédio-Sede, ETA Guandu e ETA Laranjal;
· Projeto de compostagem, com 3,3 toneladas de resíduos orgânicos transformados em adubo;
· Leilão de materiais inservíveis, arrecadando R$ 1,3 milhão;
· Coleta e tratamento de 3.402 lâmpadas fluorescentes para destinação ambientalmente correta.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA
Com o objetivo de redução significativa dos custos com energia elétrica, a CEDAE migrou suas quatro maiores unidades de produção de água para o Mercado Livre de Energia. Além da economia com a migração para o Mercado Livre de Energia, a Companhia também melhorou a eficiência operacional com contratos mais flexíveis, adaptando suas operações de acordo com a demanda e as condições do mercado. Em 2024, a Companhia alcançou avanços significativos na redução de custos com energia, sendo:
· Economia de aproximandamente R$ 220 milhões;
· Contratação de fornecimento de energia 50% incentivada (renovável), por meio da LIGHTCOM Comercializadora de Energia S.A.;
· Diversificação da matriz energética, com foco em fontes limpas como energia eólica e solar;
· Contratação energia convencional por meio da EDP Smart Energy, proveniente principalmente de fontes hídricas, que são consideradas limpas e renováveis.

ATIVIDADES DE MONITORAMENTO AMBIENTAL UTILIZANDO AERONAVES NÃO TRIPULADAS (DRONES)
O monitoramento ambiental é essencial para a preservação e gestão sustentável dos recursos naturais. Atualmente, com a utilização de drones, é possível de forma rápida e eficaz, realizar o monitoramento de corpos hídricos, avaliação das bacias hidrográficas, investigação de riscos ambientais, mapeamento do território em situações de contigenciamento, inspeções de infra-estrutura, acompanhamento do avanço de obras e projetos de restauração florestal, integridade das faixas de domínio das adutoras da Companhia, fornecendo dados precisos e em tempo real para a tomada de decisão. Em 2024, a CEDAE expandiu o uso de drones para monitoramento ambiental, resultando em:
· 492 voos realizados;
· 96 horas de monitoramento e 1.269 km percorridos;
· Aquisição de drone com câmera termal, permitindo inspeções em redes elétricas de média e alta tensão, reduzindo custos e aumentando a segurança operacional.

REPLANTANDO VIDA
O Programa Replantando Vida integra uma iniciativa socioambiental com a ressocialização de pessoas em cumprimento de pena. Atuando há mais de 20 anos, o programa oferece oportunidades de trabalho, capacitação profissional e inclusão social por meio de atividades ligadas à cadeia produtiva da restauração florestal, contribuindo com a recuperação de mananciais, a segurança hídrica e a redução da reincidência criminal. Em 2024, o Replantando Vida beneficiou diretamente 754 pessoas em cumprimento de pena em diferentes regimes. Elas atuaram em diversas funções, tanto em atividades de restauração ambiental quanto em setores operacionais e administrativos da empresa, distribuídos em diferentes municípios do estado do Rio de Janeiro.

VIVEIROS DE PRODUÇÃO DE MUDAS FLORESTAIS
Em 2024, apesar das dificuldades decorrentes da limitação no acesso ao lodo de esgoto, principal insumo para a produção de mudas, foi possível obter os materiais necessários à produção por meio de parcerias com concessionárias e empresas de compostagem, garantindo a continuidade da produção e o atendimento das solicitações de doações. Ao todo, foram produzidas 371.526 mudas destinadas à restauração florestal, educação ambiental e arborização urbana, com destaque para os viveiros localizados em unidades prisionais, como o Viveiro Dorothy Stang (122.275 mudas), o Viveiro Dante Luvisotto (95.585 mudas), além do Viveiro Roberto e Rodrigues (107.238 mudas), na ETA Guandu. A coleta de mais de 300 kg de sementes de 100 espécies nativas da Mata Atlântica também foi destaque assegurando a diversidade genética das mudas e fortalecer as ações de reflorestamento da Companhia.

PREMIAÇÕES E RECONHECIMENTO
Em 2024, o Programa Replantando Vida foi amplamente reconhecido por sua atuação inovadora na integração entre restauração florestal e ressocialização de pessoas privadas de liberdade, recebendo importantes premiações nacionais que destacam seu impacto ambiental, social e educacional. Os reconhecimentos mostram o programa como referência em responsabilidade socioambiental e atendimento social, além de evidenciar sua importância para a segurança hídrica e a preservação da biodiversidade no estado do Rio de Janeiro.

· Premiações e reconhecimentos recebidos em 2024:
· Prêmio ESG – Categoria Ambiental (Grupo Tribuna)
· Selo PROSEGH – Programa Estadual de Segurança Hídrica (SEAS)
· Certificação no Banco de Tecnologias Sociais (Fundação Banco do Brasil)
· Prêmio ECO – Sustentabilidade em Processos (AMCHAM Brasil)
· Finalista do Prêmio Crea de Meio Ambiente – Troféu Seriema (CREA-GO)

11. GESTÃO DE PESSOAS
A CEDAE conta com um corpo técnico qualificado, dividido entre as carreiras administrativa, operacional e universitária, além de 119 jovens inseridos nos Programas Jovem Aprendiz e 253 Estagiários todos alocados em municípios do Estado do Rio de Janeiro.

REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS
Na CEDAE, a Política de Salário e Remuneração, incluindo a Gratificação de Chefia, segue as diretrizes do Plano de Cargos e Salários e da Tabela Salarial, aplicáveis a todos os cargos e funções da organização. Dessa forma, não há distinção de salário-base entre gêneros, e os reajustes salariais são concedidos de maneira linear, com percentuais iguais para todos os colaboradores, conforme estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho.
Além da política salarial, a CEDAE ofereceu em 2024 um conjunto de benefícios aos seus colaboradores, garantindo mais qualidade de vida e suporte em diferentes áreas. Entre os principais benefícios estão:
· Vale Alimentação (Cesta Básica)
· Ticket Refeição
· Bolsa de Estudos
· Auxílio-Creche e Pré-Escolar
· Auxílio Funeral
· Vale Transporte
· Auxílio ao Dependente com Deficiência ou Doença Grave
Essas iniciativas reforçam o compromisso da Companhia com o bem-estar e a valorização de seus funcionários.

UNIVERCEDAE
A UniverCEDAE (Universidade Corporativa da CEDAE) desenvolve uma Programação Anual de Treinamentos Presenciais, voltada à capacitação da área operacional da empresa, com ênfase na saúde e segurança do trabalhador e no desenvolvimento técnico-operacional dos colaboradores.
Em 2024, com o objetivo de reduzir custos e minimizar deslocamentos, a CEDAE ampliou sua estrutura educacional com a inauguração do Posto Avançado de Ensino de Laranjal. Essa iniciativa permitiu que a Companhia desenvolvesse seus próprios treinamentos, ministrados por colaboradores que integram o Programa de Instrutores Internos, recebendo capacitação específica para essa função. Dessa forma, a empresa obteve maior personalização dos cursos e otimização de recursos.
Ao longo do ano, a UniverCEDAE também contratou instituições de ensino para a realização de treinamentos complementares.

Colaboradores	Carga Horária	Treinamentos
1.435	22.690 horas	92

PLATAFORMA EAD DA UNIVERCEDAE
A plataforma de ensino a distância da CEDAE registrou, em 2024, a conclusão de 1.243 cursos on-line, abordando temas como:
· Desenvolvimento de soft skills (competências comportamentais)
· Ferramentas de apoio à performance
· Temas estratégicos para a Companhia, como ESG e Governança
Os cursos são disponibilizados por meio de trilhas de aprendizagem personalizadas, considerando a carreira, o cargo e a especialidade do colaborador concursado (administrativa, operacional e universitária). Além disso, as trilhas também estão acessíveis a colaboradores extraquadros (cargos em comissão), estagiários e jovens aprendizes.

No total, foram oferecidas 19 trilhas de aprendizagem, com destaque para:
Administração – voltada à alta gestão
Liderança – direcionada a gestores e coordenadores de equipe
Capacitação técnica – especialmente para colaboradores da área operacional e para funções ligadas ao tratamento de água

RH ITINERANTE
Além das ações supracitadas, foi realizada mais uma edição do RH Itinerante em conjunto com a Superintendência Executiva de Governança Corporativa e Controle Organizacional. Esta ação tem como objetivo prestar atendimento aos colaboradores nas unidades da Cedae, orientando e esclarecendo eventuais dúvidas sobre temas relacionados à área de gestão de pessoas. Os principais temas abordados este ano foram: pagamentos, benefícios, atualização de informações cadastrais dos colaboradores, vale transporte, incentivo à realização de nossos treinamentos on-line, normas de segurança do trabalho e saúde ocupacional, além do apoio e assistência em questões sociais e pessoais (afastamentos, acidentes de trabalho, auxílio, etc). A área de Governança Corporativa participou abordando assuntos como: A Lei Geral de Proteção de Dados, Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Prevenção e Combate ao Assédio Sexual. As localidades atendidas foram Campos dos Goytacazes, Itaperuna, Macaé, Piraí e Teresópolis, com um total de 199 colaboradores.

LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES DE TREINAMENTO

Em 2024, a CEDAE realizou o Levantamento de Necessidades de Treinamento (LNT), ouvindo os representantes (focais) de cada diretoria para identificar as demandas específicas de capacitação.

A partir da análise das respostas, foram destacados temas prioritários e áreas com lacunas de conhecimento. Esses insights servirão de base para o planejamento dos programas de capacitação de 2025, garantindo uma gestão eficiente dos recursos e promovendo um ambiente de aprendizado contínuo.

Além disso, a UniverCEDAE, em parceria com a Área de Segurança do Trabalho, realizou um levantamento para avaliar a situação das certificações dos colaboradores relacionadas aos cursos de Segurança do Trabalho, visando identificar os profissionais que necessitam de certificação ou da atualização da certificação.

Com base nos dados coletados, foi desenvolvido um cronograma estratégico de treinamentos para 2025, visando garantir a conformidade com as normas regulamentadoras, NR-5 (CIPAA), NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços), NR-11 (Movimentação de Carga), NR-12 (Segurança em Máquinas e Equipamentos), NR-33 (Espaço Confinados) e NR-35 (Trabalho em Altura), e fortalecer a cultura de segurança no ambiente de trabalho.

PROGRAMA DE ESTÁGIO
O Programa de Estágio da CEDAE segue os critérios da Lei nº 11.788/2008 e tem como principal objetivo proporcionar aos estudantes uma vivência prática no mercado de trabalho, oferecendo-lhes uma visão ampla do ambiente organizacional.
A Companhia disponibiliza até 285 vagas, distribuídas da seguinte forma:
50 vagas para nível médio
235 vagas para nível universitário
Os estagiários cumprem uma jornada diária de 4 a 6 horas, com contrato de até 2 anos.

PROGRAMA JOVEM APRENDIZ
Criado em 2009, o Programa Jovem Aprendiz oferece formação técnico-profissional, respeitando o desenvolvimento físico, moral e psicológico dos aprendizes.

Em 2024, participaram 164 jovens, sendo 6 deles pessoas com deficiência (PCDs), contemplando deficiências visuais, físicas e intelectuais. Todos atuaram na função de auxiliar de escritório, sendo provenientes do Programa Riosolidário/DEGASE.

Essa iniciativa reforça o compromisso da CEDAE com a inclusão social e o desenvolvimento profissional de jovens, ampliando suas oportunidades no mercado de trabalho.

12. OBRAS E INVESTIMENTO

Desde 2022, a CEDAE investe massivamente em projetos e obras para aumento e otimização da captação e produção de água potável. Além dos sistemas de produção, houve investimentos em sistemas de distribuição de água e coleta de esgoto na região metropolitana e municípios remanescentes buscando melhorias técnicas e desenvolvimento tecnológico.
Ao longo de 2023 e 2024, a Companhia instituiu a inserção do conceito Building Information Modeling (BIM) nas obras e projetos de engenharia. A modelagem da informação com modelos 3D inteligentes, conhecido como BIM, é a representação digital das características físicas e funcionais de todos os ativos dos sistemas de água e esgotos, com objetivo de promover uma transformação digital na engenharia de construção e operação das infraestruturas.
Ademais, visando a segurança hídrica e a melhoria operacional, a funcionalidade e a interligação dos sistemas, a CEDAE estrategicamente elaborou investimentos no médio/longo prazo para continuar atendendo satisfatoriamente a produção de água no estado do Rio de Janeiro. Sendo elas:

PROGRAMA DE MELHORIAS NA ETA GUANDU- SISTEMA GUANDU
A Estação de Tratamento de Água do Guandu foi incluída no Guinness Book, o Livro dos Recordes, como a maior estação de tratamento de água do mundo em produção contínua. Por isso, é de fundamental importância que todos os componentes que permitem o funcionamento adequado da estação estejam em perfeito estado.
Pensando nisso, uma série de obras de reforma e melhoria estão sendo realizadas para garantir que o sistema continue atendendo a população de forma adequada. As ações em andamento no ano de 2024 são:
· Contratação de empresa especializada para a recuperação e adequação de 60 filtros da NETA – Nova Estação de Tratamento de Água;
· Reforma dos filtros na Estação de Tratamento de Água do Guandu – VETA;
· Contratação de serviço de remoção de macrófitas aquáticas e resíduos sólidos no espelho d'água a montante da captação da Estação de Tratamento de Água do Guandu;
· Reformas civis e modernização dos floculadores da VETA;
· Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva Predial, para adequações e modernizações;(lote 08 e lote 14;
· Contratação de empresa especializada para realizar a recuperação civil, elétrica e mecânica da Barragem Auxiliar, Barragem Principal, Canal de Purga, Tomadas d'Água e do Retentor de Sólidos Flutuantes da ETA Guandu;
· Implantação do sistema de macromedição de vazão nas adutoras da CEDAE;
· Ampliação do sistema de bombeamento de água de 7.200 m³/h para a lagoa maior.

PROGRAMA MAIS ÁGUA PARA A BAIXADA
Maior pacote de obras de infraestrutura em andamento no estado, com investimentos de R$ 3,4 bilhões. O Programa prevê a construção de uma nova estação de tratamento de água em Nova Iguaçu com capacidade de produção de mais de 7,5m³/s, o Novo Guandu. O projeto inclui também reservatório de 55 milhões de litros de água, atendendo não apenas a demanda atual, mas o crescimento estimado dos municípios da Baixada. O pacote de obras também inclui a construção de duas Estações de Tratamento de Água, o assentamento de 58 km de adutora, implantação de 7 elevatórias, construção de 8 reservatórios, além de assentamento de 495 km de troncos e rede de distribuição, além da execução de cerca de 5 mil ligações domiciliares. As obras vão beneficiar diretamente os municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Belford Roxo, Queimados, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Rio de Janeiro, Japeri, Seropédica e Itaguaí.

SISTEMA DE ABASTECIMENTO NOVO GUANDU
A CEDAE planejou a execução das obras da Etapa 1A para implantação do Novo Sistema de Tratamento de Água do Guandu (7,5m³/s), em fases , que são:
· Contratação de terraplanagem para o reservatório Novo Marapicu e construção das estruturas de drenagem para águas pluviais e das vias de acesso ao reservatório Novo Marapicu parte integrante do sistema Novo Guandu – concluída;
· Implantação básica, terraplanagem e macrodrenagem da nova ETA Guandu – concluída;
· Construção do reservatório Novo Marapicu, tronco, extravasor e adutora do sistema de produção de água Novo Guandu - em andamento;
· Construção da Estação de Tratamento de Água do Novo Guandu para 7,5m3/s, etapa 1ª – em licitação;
· Aquisição de tubos de aço para troncos, travessias e extravasor da ETA do Novo Guandu;
· Implantação básica, terraplanagem e macrodrenagem da Nova ETA Guandu – Etapa 2 – Fase 1

SISTEMA ACARI SUBSISTEMA TINGUÁ
A Unidade de Tratamento de Água (UT) Tinguá está localizada no interior da Reserva Biológica do Tinguá e foi inaugurada em 1908, quando foram concluídas as obras das cinco grandes adutoras de ferro fundido que, juntas, constituem o mais antigo sistema de suprimento de água do Rio de Janeiro, denominado Sistema Acari. A unidade é responsável pelo abastecimento de aproximadamente 160 mil habitantes, operando atualmente com uma vazão média de 450 l/s.
Como a água captada do manancial é de boa qualidade, a pré-decantação e a desinfecção simples com cloro seriam suficientes para garantir a eliminação dos microrganismos. No entanto, segundo o Anexo XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde, as águas provenientes de mananciais superficiais devem ser submetidas a um processo de filtração.
Dessa forma, a contratação de uma empresa especializada faz-se necessária para viabilizar a instalação de um Sistema de Microfiltração com capacidade de 650 l/s, que será implantado em um terreno pertencente à CEADE, fora da área biológica do Tinguá, adequando assim a unidade de tratamento às exigências do Anexo XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde.
O Sistema também contempla :
- Aquisição de 03 (três) Equipamentos de desinfecção por Ultravioleta com capacidade de 325 l/s para ETA Tinguá – Nova Iguaçu – RJ
- Aquisição e instalação de 03 (três) conjuntos Moto Bomba, cada conjunto com ponto de operação em 325 l/s e 28 mca para ETA Tinguá – Nova Iguaçu – RJ

Eufrázio



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta

Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4

www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO

SUBSISTEMA XERÉM

A construção da ETA Xerém tem como objetivo atender à Portaria nº 888/2021 do Ministério da Saúde. A estação possui capacidade para 1.300 l/s de vazão média (vazão firme) e 1.600 l/s de vazão máxima, utilizando a tecnologia de membranas de ultrafiltração, com recuperação global superior a 98%, incluindo pré e pós-tratamento.

A ETA Xerém conta com tratamento de efluentes líquidos e resíduos sólidos gerados no processo, elevatórias, produtos químicos e suas dosagens, além da infraestrutura de apoio para o tratamento, como áreas administrativas, controle de acessos, laboratório e subestação elétrica. O projeto também contempla:

- Adutora de água tratada com 216 m de extensão e Ø 1.000 mm;
- Tanque de carga;
- Tronco distribuidor com 604 m de extensão e Ø 1.000 mm.
- Adutoras de água bruta com aproximadamente 6.930 m de extensão, variando de Ø 900 a 600 mm;

SUBSISTEMA SÃO PEDRO

Aquisição do Sistema de Microfiltração Móvel para atendimento aos sistemas de abastecimento de água da CEADE, com vazão nominal de 650 l/s, inclui sua instalação, comissionamento e operação assistida.

SISTEMA LAJES

Contratação de estudo de análise de risco de vazamento de cloro na estação de tratamento de água de Lajes – município de Piraí, conforme especificações do órgão ambiental e elaboração dos planos para Tratamento dos Riscos da implantação da Estação de Tratamento de Água de Lajes.

SISTEMA IMUNANA LARANJAL

- Contratação de empresa especializada para a reforma dos floculadores da ETA3 do Laranjal, com o objetivo de aumentar as taxas de produção e o conforto operacional do complexo da ETA Laranjal, substituindo as chicanas de blocos de concreto por chicanas em fibra de vidro (PRFV) e realizando as adequações civis necessárias para sua instalação.
- Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva predial, incluindo adequações e modernizações (lote 09).
- Contratação de empresa para a elaboração de estudo, concepção e projeto básico de uma nova subestação elétrica automatizada para a Elevatória de Água Bruta Imunana, com tensão de 69 kV.

OBRAS E SERVIÇOS – DEMAIS LOCALIDADES

- Obras para ampliação do sistema de abastecimento de água da Zona Oeste – Guaratiba
- Aquisição de dois reservatórios em aço vitrificado, com capacidade de 5.000 m³ cada, para atender o sistema Guaratiba I.
- Obras para ampliação do sistema de abastecimento de água da Zona Oeste – Guaratiba
- Obras de complementação do sistema de esgotamento sanitário do Jardim Guanabara – Ilha do Governador.
- Contratação de serviços para restauração e revitalização, com acréscimo de área, do Chafariz da Glória.
- Contratação de serviços técnicos para levantamento topográfico planialtimétrico, sob demanda.
- Contratação sob demanda para prestação de serviços de sondagem.
- Serviço especializado para a realização da Inspeção de Segurança Regular (ISR) da Barragem Açude do Camorim, no município do Rio de Janeiro.
- Remanejamento de duas tubulações assentadas no terreno da Fundação Casa Rui Barbosa – Botafogo.
- Aquisição de tubos PEAD liso de 280 mm SDR17 – Ilha do Governador.

PROGRAMAS DE OBRAS

INVESTIMENTOS EM SANEAMENTO		Saldo R$ milhares
SISTEMA DE PRODUÇÃO DE ÁGUA	Sistema Guandu Existente	478.147
	Sistema Novo Guandu	1.972.164
	Sistema Macaé e Interior	394.751
	Sistema Lajes	976.000
	Sistema Laranjal	28.672
	Sistema Acari	482.063
DIVERSOS	Vários Sistemas – Região Metropolitana	34.020
TOTAL		**4.365.817**

13. GOVERNANÇA CORPORATIVA

O ano de 2024 representou um avanço significativo na governança da Companhia, com a criação de duas novas superintendências: Supex-1, focada na governança corporativa e controle organizacional, e Supex-2, alinhada aos princípios ESG (ambiental, social e governança). Essa estrutura fortaleceu a governança e expandiu as ações ESG em todas as unidades da Companhia.

A Supex-1 foi estabelecida para disseminar os princípios de governança corporativa e aprimorar as práticas empresariais. Suas principais atribuições incluem fornecer informações estratégicas para embasar decisões dos administradores, mitigar riscos, otimizar custos e investimentos, além de coordenar as áreas de Controle Interno, Gestão de Riscos, Compliance, Due Diligence, Controle Organizacional, Privacidade e Proteção de Dados. A superintendência também atua para fortalecer a transversalidade das práticas de governança, em alinhamento com a Assessoria dos Conselhos, visando reduzir retrabalhos e aprimorar a atuação estratégica da área.

A Supex-2 reforça o compromisso da CEDAE com a agenda ESG, essencial para uma empresa voltada ao saneamento ambiental e esgotamento sanitário. Sua criação visa alinhar as ações da Companhia aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e ao Novo Marco do Saneamento, garantindo conformidade com os marcos legais e promovendo práticas sustentáveis.

Com essas iniciativas, a CEDAE reafirma seu compromisso com a excelência na gestão, aprimorando suas operações e fornecendo subsídios qualificados para decisões estratégicas. Em 2024, no âmbito da Supex-1, foram planejadas 40 iniciativas, das quais 39 foram executadas, demonstrando elevado comprometimento com a evolução da governança.

Outro marco relevante foi o lançamento do projeto Cedae 2030, no primeiro semestre do ano, com o objetivo de estruturar o Planejamento Estratégico para o período 2025-2029. Esse processo resultou na elaboração do novo Mapa Estratégico da Companhia, direcionando esforços para o desenvolvimento de projetos e iniciativas alinhados aos objetivos estratégicos.

Entre as ações mais relevantes conduzidas pela Supex-1, destacam-se:

- **Carta Anual**

A Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa tem como principal objetivo destacar o compromisso da CEDAE com práticas transparentes, responsáveis e alinhadas aos interesses da sociedade e dos acionistas. Através deste documento, o Conselho de Administração presta contas demonstrando por meios de ações concretas, a responsabilidade em seguir diretrizes que promovam a ética, a sustentabilidade e o desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo em que fortalecem o relacionamento com as partes interessadas.

Confira a publicação na íntegra no link a seguir:

https://storage.googleapis.com/sitecedae/Governan%C3%A7a/Carta_Anual_de_Politicas_Publicas_e_Governanca_2023.pdf

- Indicador de Governança Corporativa

A CEDAE, com o assessoramento da Fundação Getúlio Vargas, iniciou a atualização de seu planejamento estratégico. Como parte desse processo, foi desenvolvido um indicador baseado em metodologias consolidadas no mercado para mensurar o nível de maturidade da governança corporativa da Companhia. O indicador consiste em canalizar ações objetivas almejando robustecer os mecanismos de governança, estabelecendo metas de curto, médio e longo prazo.

- Apoio ao Secretariado dos Órgãos Colegiados

Como parte do fortalecimento da governança da Companhia, a Superintendência de Governança Corporativa e Controle Organizacional, forneceu apoio técnico e estratégico ao secretariado dos Conselhos e Comitês, aprimorando a eficiência das decisões, a transparência e a conformidade com as melhores práticas de governança.

Esse suporte fortaleceu a integração entre os órgãos de governança, facilitando a comunicação de informações estratégicas com integridade e consistência. Exemplos desse avanço incluem o acompanhamento das reuniões do COAUD pela Supex-1 e Auditoria Interna, a revisão de regimentos internos e a estruturação de processos ágeis, resultando em maior confiabilidade e alinhamento estratégico.

- Revisão do Regulamento Interno de Licitações e Contratos

Atenta às atualizações da legislação, com foco em promover a eficiência operacional, aumentar a transparência e na gestão responsável nas contratações, a CEDAE promoveu a 4ª atualização do seu Regulamento Interno de Licitações e Contratos.

- Comissão de Gestão de Riscos e Controles Internos

Formalizada em dezembro de 2024, a Comissão de Gestão de Riscos e Controles Internos foi criada para estruturar a identificação, avaliação, monitoramento e gestão de riscos, assegurando a proteção dos ativos e a continuidade dos negócios. Como órgão consultivo e permanente, acompanha indicadores de risco, propõe medidas de mitigação e promove a integração dos temas estratégicos entre as diretorias. Composta pelos Gerentes de Gestão de Riscos e de Controles Internos, além de indicados pela Diretoria Executiva, a comissão conta com Pontos Focais para apoiar a gestão e disseminar a cultura de controles internos, alinhando suas ações às melhores práticas e ao Planejamento Estratégico.

- Atualizações na Gestão de Riscos

Alinhada à atualização da Política de Gestão de Riscos à nova realidade da Companhia, após o Leilão de Concessão para a Prestação dos Serviços de Esgotamento Sanitário e Abastecimento de Água em 2022, e ao lançamento da NBR 17080 em 2023, norma regulatória do setor, que versa sobre o "Plano de Segurança da Água – PSA", a Gerência de Gestão de Riscos em conjunto com as diretorias concluiu a atualização das premissas de impacto e probabilidade, apetite, tolerância e classificação/grau de riscos. Além de adequar a política às exigências da NBR 17080/2023, a revisão ampliou definições e responsabilidades para aprimorar a compreensão dos procedimentos corporativos e fortalecer o engajamento das partes interessadas.

- Incidente no Sistema Imunana-Laranjal (derramamento de tolueno)

A governança corporativa, em parceria com a equipe técnica, desempenhou um papel fundamental na resposta ao incidente ambiental, assegurando a conformidade das ações adotadas com os procedimentos estabelecidos. Durante a visita ao local, constatou-se que o controle da qualidade da água foi conduzido de forma rigorosa, com monitoramento laboratorial contínuo e a imediata paralisação do sistema ao detectar alteração aguda na água bruta. A Gestão de Riscos elaborou um relatório técnico detalhando as medidas adotadas após a contaminação do manancial do Sistema Imunana-Laranjal por Tolueno, garantindo transparência e aprimoramento das práticas de controle. Além das descargas da ETA e adutoras, a comunicação foi estruturada estrategicamente com o envolvimento dos departamentos Jurídico e de Gestão de Riscos, garantindo informações claras aos órgãos reguladores, concessionárias e à população. O evento reforçou a necessidade de aprimoramento contínuo da gestão de riscos, levando à implementação de melhorias, como a instalação de sensores para monitoramento em tempo real e a adoção de uma planta de carvão ativado para mitigar futuras contaminações.

- Sistema LGPD_NET

A adoção de sistemas de apoio à governança de dados pessoais trata-se de uma boa prática para o reforço do cumprimento de obrigações legais em proteção de dados. No âmbito do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, por meio do Decreto Estadual 48.891/2022, o uso desses sistemas é obrigatório. Apesar de a CEDAE manter o seu próprio Programa de Governança em Privacidade e Proteção de Dados, entendeu-se que a sistematização de informações pertinentes para adequada proteção dos dados pessoais era imprescindível para o reforço da maturidade institucional.

O sistema é disponibilizado na intranet da CEDAE, garantindo maior segurança. Os diferentes perfis de usuários apresentam níveis de permissão e acesso diferenciados de acordo com a função e/ou cargo assumidos por cada usuário interno. O sistema conta ainda com perfil de auditor, para visualização de todos os registros, com o objetivo de estimular uma atuação integrada entre a segunda e terceira linha de defesa da Companhia e facilitar eventuais fiscalizações e auditorias internas.

- Pacto pela Integridade do Instituto ETHOS

Desde 2022, a CEDAE tem sido integrante do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, promovido pelo Instituto Ethos, alinhando-se aos princípios universais do Pacto Global das Nações Unidas (ONU). Essa iniciativa reúne mais de mil empresas em todo o Brasil.

A empresa tem atuado de forma proativa, direcionando seus recursos para fortalecer o compromisso com esse engajamento, com o objetivo de promover a integridade, a ética e as boas práticas.

- Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC)

A CEDAE manteve sua participação no Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC) evidenciando seu comprometimento com a adoção e promoção de elevados padrões de integridade na Administração Pública Indireta. A empresa foi reconhecida como promotora dos valores de ética e integridade no contexto do programa, uma iniciativa conduzida pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Controladoria-Geral da União (CGU).

- Minimização e Anonimização de dados de faturas

Com os esforços voltados para as revisões de procedimentos e adequações dos fluxos informacionais para maior aderência normativa, a CEDAE destaca o trabalho de anonimização e minimização de dados pessoais nas atividades de prestação de contas por meio de lotes de faturas. Diante da demanda apresentada pelo Departamento de Faturamento, a Assessoria de Privacidade e Proteção de Dados propôs a anonimização e/ou supressão das informações que poderiam expor o titular a riscos de incidentes com seus dados pessoais e que não fossem exigidas pela legislação em vigor. As regras de minimização e/ou anonimização se basearam no levantamento de obrigações regulatórias.

A área de TI da Companhia operacionalizou as orientações em uma nova funcionalidade no sistema METRUS, por meio da qual os lotes passaram a ser gerados, por padrão, com as minimizações e a inclusão de tarjas de acordo com cada finalidade de prestação de contas, incluindo a possibilidade de geração de lotes com personalização das informações a serem minimizadas diante de solicitações pontuais das autoridades competentes.

COMPLIANCE

O Programa de Integridade e Compliance da CEDAE continua avançando em seu nível de maturidade. A pesquisa anual de conscientização realizada entre os colaboradores revelou um aumento na familiaridade com o termo "Compliance", demonstrando que os esforços para promover a conscientização estão gerando resultados positivos. Depreende-se da pesquisa que 66,3% dos colaboradores se consideram totalmente familiarizados, enquanto 10,6% têm pouca familiaridade. Na mesma pesquisa realizada no ano anterior, 2023, verificou-se que 59,5% se consideravam totalmente familiarizados, enquanto 17,5% alegaram ter pouca familiaridade com o termo.

A abordagem do programa mantém seu foco nos mesmos pilares e mecanismos, visando prevenir, detectar e corrigir eventuais atos lesivos à Companhia.

Adicionalmente, destaca-se a integração entre a gestão de riscos, os controles internos e a auditoria interna, aliada à utilização da ferramenta de Background Check, que possibilitou a realização de testes de Compliance mais eficazes. Esta ferramenta realiza buscas em bases de dados públicas a respeito de pessoas e empresas. Essa ação colaborativa contribuiu para prevenir riscos associados a fraudes e corrupção, especialmente no contexto das contratações e renovações contratuais conduzidas pela Companhia.

Para fortalecer a cultura de integridade, foram promovidas trilhas de aprendizagem no portal InovaCEDAE, palestras sobre ética e assédio, e a divulgação do Novo Código de Ética nos canais internos e LinkedIn. A adequação à Lei 14.457/22 incluiu treinamentos obrigatórios para membros da CIPAA, que agora atuam na prevenção do assédio e na promoção do Canal de Ética.

Em 2024, foram realizados 31 eventos de capacitação, treinando 679 colaboradores, um aumento de 27,39% em relação ao ano anterior.

- Canal de Ética

O Canal de Ética é um sistema operado pela CEDAE, voltado para a gestão e investigação de denúncias. Seu objetivo é assegurar que quaisquer condutas ou ações que estejam em desacordo (reais ou potenciais) com o Código de Ética e Conduta sejam devidamente analisadas e tratadas.

O processo de apuração garante uma investigação imparcial, respeitando o direito ao contraditório e à ampla defesa, permitindo a responsabilização de colaboradores ou terceiros, a reparação de eventuais danos causados à empresa e a adoção de medidas corretivas para mitigar riscos e prevenir novas violações.

Canal de Ética recebeu 82 denúncias ao longo de 2024 e desde a implementação, em novembro de 2018, foram regularmente registrados 777 casos.

- Comissão Permanente de Apuração (CPA)

A Comissão Permanente de Apuração (CPA) atua com dedicação exclusiva de seus integrantes investiga os relatos e denúncias recepcionadas pelo Canal de Ética. Compete à CPA a apuração de casos mais complexos que requeiram maior dilação probatória, cabendo a seus integrantes a elaboração de um relatório dos fatos apurados, emitido sem juízo de valor, que auxiliará a Comissão de Ética na conclusão da análise das denúncias. No ano de 2024 foram concluídas 38 investigações internas.

GESTÃO DE RISCOS

O gerenciamento eficaz de riscos tem como objetivo identificar, gerenciar e mitigar potenciais ameaças à Companhia, independentemente de sua forma de manifestação. Esse processo envolve o desenvolvimento de um planejamento para tratar os riscos, com o intuito de minimizar os impactos caso eles se concretizem.

A estratégia da Companhia está focada na antecipação de possíveis situações adversas, com o objetivo de responder rapidamente a eventos, incertezas e mudanças de cenário.

Os riscos estratégicos são acompanhados pela Diretoria Executiva, pelo Comitê de Auditoria e pelo Conselho de Administração, com o objetivo de definir as abordagens adequadas de tratamento, por meio de controles preventivos e mitigatórios, a fim de evitar a materialização dos eventos identificados.

Todas as ações são embasadas na Política de Gestão de Riscos, que estabelece princípios, diretrizes, competências e conceitos a serem observados e seguidos pela CEDAE.

Para a realização das atividades, são adotados como referência os padrões e princípios estabelecidos nos modelos consagrados internacionalmente, além da NBR 17080/2023, referente ao "Plano de Segurança da Água – PSA", que integra a nova versão da Política de Gestão de Riscos aprovada neste exercício, para facilitar a comunicação, mapeamento e a prestação de contas da gestão de riscos da Companhia.

Em 2024, a área de Gestão de Riscos e as Diretorias concluíram a reavaliação das premissas de impacto e probabilidade, apetite e tolerância a riscos, além da atualização da Matriz de Riscos Estratégicos e Operacionais, reforçando a segurança e continuidade das operações da Companhia.

CONTROLES INTERNOS

Os controles internos são essenciais para garantia o alinhamento ao planejamento estratégico e à cultura organizacional. Para assegurar sua eficácia, a integração com todas as áreas é fundamental, promovendo conformidade regulatória, eficiência operacional e geração de valor contínua.

A estrutura de controles internos previne e mitiga riscos identificados pela Gestão de Riscos, incorporando-os aos processos de negócios e reforçando a resiliência organizacional. Além disso, permite respostas ágeis a crises e mudanças externas, preservando a competitividade da Companhia.

O modelo adotado segue as Três Linhas do Instituto dos Auditores Internos (IIA):

- Primeira linha: unidades de negócios responsáveis pela execução de processos e gestão de riscos.
- Segunda linha: funções de suporte e monitoramento.
- Terceira linha: auditoria interna, garantindo independência e avaliações objetivas sobre os controles.

A CEDAE adota o framework COSO, fundamentado em cultura ética, avaliação contínua de riscos e implementação de controles eficazes para mitigar falhas e fraudes, assegurando transparência, comunicação eficiente e monitoramento constante.

AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração via Comitê de Auditoria Estatutário, atua de forma independente na avaliação dos riscos e controles internos da Companhia. Seu objetivo é garantir a gestão adequada desses riscos, contribuindo para aprimorar as operações e agregar valor à CEDAE.

A auditoria baseia-se na avaliação do mapeamento de riscos e dos controles internos definidos pela segunda linha de defesa. Suas diretrizes estão estabelecidas na Política Institucional de Auditoria Interna, aprovada pelo Conselho de Administração. Sua atuação segue o modelo de governança do Institute of Internal Auditors (IIA) e as diretrizes da Lei 13.303/2016, sendo integrada às áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos, Compliance e Proteção de Dados.

Em 2024, as auditorias foram direcionadas pelos macroprocessos estratégicos, definidos com base na criticidade dos riscos identificados. Os principais insumos para essa seleção incluíram a Matriz de Riscos Estratégicos, as Instruções Normativas da CGE, os fatores de risco do Formulário de Referência (FR), recomendações da Auditoria Externa Independente, demandas da Alta Administração e requisitos legais da Lei 13.303/2016.

Os resultados foram apresentados ao Comitê de Auditoria e à Diretoria Executiva, resultando em recomendações e planos de ação monitorados até sua conclusão, garantindo alinhamento ao planejamento estratégico da Companhia e fortalecendo sua governança.

14. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Garantir a produção e fornecimento de água visando o abastecimento de milhões de cidadãos fluminenses requer um planejamento de médio e longo prazo bem estruturado, capturando as tendências e desafios para o setor, sobretudo com a atenção necessária às dinâmicas populacionais, frente a crescente urbanização das cidades, alinhado com o compromisso da universalização e a preservação dos recursos naturais, especialmente dos recursos hídricos. É com esse foco que a CEDAE tem buscado formular o seu novo planejamento estratégico, direcionado pelos vetores ESG e Inovação, com o objetivo de contribuir na qualidade de vida das pessoas a quem servimos.

Ao longo de 2024, a CEDAE concentrou esforços na elaboração de seu novo Planejamento Estratégico. Baseado nos princípios ESG e guiado pelos pilares de sustentabilidade, inovação e eficiência, o projeto CEDAE 2030 foi desenvolvido com a missão de criar uma nova ferramenta gerencial capaz de orientar todo o corpo técnico da companhia no alcance dos novos objetivos estratégicos.

Alinhado ao Pacto Global da ONU e em consonância com o Novo Marco Legal do setor, a empresa formulou seu novo Mapa Estratégico, reforçando seu compromisso com a sociedade em buscar contribuir com a segurança hídrica e a universalização do saneamento a partir de um plano de negócio renovado e guiado pela sustentabilidade econômico-financeira e responsabilidade socioambiental Com o objetivo de orientar a formulação de iniciativas estratégicas, o Mapa resultou na concepção de projetos e ações alinhados aos objetivos estratégicos definidos nesse novo ciclo de gestão da Companhia. Foram desenvolvidos indicadores, metas e planos estruturados por cada Diretoria para apoiar no alcance dos objetivos estabelecidos, sendo esses monitorados pelo setor técnico afim de garantir a efetividade do planejamento.

Dessa forma, ao estabelecer uma visão corporativa alinhada à inovação e à responsabilidade socioambiental, a empresa busca, por meio deste novo ciclo de gestão, reforçar seu compromisso com a preservação dos recursos naturais para as futuras gerações. Ao mesmo tempo, transmite seus valores e define metas para uma prestação de serviços de referência, contribuindo para a qualidade de vida da população.

Assim, o Planejamento Estratégico CEDAE 2025-2029 tem a missão de integrar todas as Diretorias e colaboradores num único desafio: implementar as melhores práticas do setor na empresa e garantir a sustentabilidade e geração de valor para a sociedade, a partir da elaboração de um plano de negócio bem estruturado, já ajustado ao novo modelo de negócio da companhia. CEDAE 2030 reforça o protagonismo da companhia no setor e assegura o direcionamento dos esforços da empresa para enfrentar os desafios do futuro ao mesmo tempo que busca a preservação da água para as próximas gerações.

Outra entrega importante envolvendo diretamente o setor de planejamento da Companhia que cabe o destaque foi o apoio na apresentação e submissão de 7 (sete) cartas-consulta para financiamento de projetos estratégicos por meio do Novo PAC e do Orçamento Geral da União (OGU) no valor total de aproximadamente R$ 1,1 bilhão. Foram submetidos e aprovados projetos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Sistema de Ribeirão das Lajes e em diversos municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro. A estratégia de captação de recursos federais desempenha importante papel no planejamento de médio-longo prazo da empresa sendo viabilizador da execução de grandes obras relacionadas à universalização do saneamento.

Por fim, cumprindo as exigências da Lei de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007) e do Novo Marco Regulatório (Lei nº 14.026/2020), a CEDAE apresentou pela primeira vez os dados após processo de concessão dos serviços downstream no SINISA, sistema que substituiu o SNIS, necessitando a adaptação e o desenvolvimento de conceitos para o correto preenchimento das informações. O resultado do preenchimento do SINISA em 2024 não só garante a conformidade legal como também promove a uniformização de conceitos e reforça o controle interno sobre os processos produtivos da Companhia.

O esforço da área de planejamento reflete o compromisso da Administração da Companhia em garantir a sustentabilidade econômico-financeira bem como a eficiência na prestação dos serviços junto a toda sociedade fluminense.

15. SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

Esclarecemos que nossa Política de Relacionamento com os auditores independentes relativa à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, está substanciada nos princípios que preservam a independência do auditor.

A BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. foi contratada para os serviços de auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Destacamos que, em 2024, a BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. não prestou outros serviços à CEDAE além da auditoria das demonstrações financeiras.

16. AGRADECIMENTOS

A Diretoria Executiva da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE) registra, aqui, sua gratidão:

Ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, acionista majoritário da Companhia, representado pelo governador Cláudio Castro, e à Secretaria de Estado da Casa Civil, na pessoa do secretário Nicola Miccione, pelo apoio contínuo, pela orientação estratégica e pelo realização de investimentos essenciais para o alcance de nossos objetivos.

Ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e aos acionistas minoritários pela confiança, pelo apoio e pelas valiosas contribuições.

De forma especial, aos nossos colaboradores, que dedicam de forma comprometida seu talento e competência, base do sucesso da Companhia.

Às concessionárias, fornecedores e demais parceiros de negócios pelo esforço conjunto na busca dos melhores resultados para todos.

À população fluminense, que é a razão de nossa existência, agradecemos pela compreensão e pela confiança na qualidade dos serviços que prestamos.

Por fim, àqueles que, de alguma forma, fazem parte desta jornada, a CEDAE reafirma seu compromisso com a segurança hídrica, a preservação do meio ambiente e à defesa de um futuro melhor para todos.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta

Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4

www.cedae.com.br

GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023 (Reapresentado)
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	**2.784.708**	2.246.479
Contas a receber de clientes (Nota 8)	**1.470.234**	1.013.921
Estoques	**19.688**	23.627
Tributos a recuperar (Nota 14)	**31.289**	76.184
Outros	**10.858**	14.983
Total do ativo circulante	**4.316.777**	3.375.194
Não circulante		
Ativos financeiros concessões – ERJ (Nota 10)	**3.028.465**	3.086.459
Depósitos e bloqueios judiciais (Nota 16)	**1.723.598**	2.119.963
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	**101.262**	111.128
Contas a receber de clientes (Nota 8)	**168.787**	221.129
Contribuição social correntes e diferidos (Nota 17)	**352.271**	414.924
Outros	**18.829**	18.886
	5.393.212	5.972.489
Intangível e Ativo de contrato (Nota 11)	**4.648.697**	4.449.919
Imobilizado (Nota 12)	**90.612**	70.794
	4.739.309	4.520.713
Total do ativo não circulante	**10.132.521**	10.493.202
Total do ativo	**14.449.298**	13.868.396

	2024	2023 (Reapresentado)
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	**26.143**	15.871
Empreiteiros e fornecedores	**83.946**	76.514
Salários a pagar	**4.125**	4.710
Passivo atuarial (Nota 19)	**132.629**	121.936
Tributos a recolher (Nota 14)	**56.520**	48.680
Parcelamentos tributários (Nota 15)	**59.020**	87.423
Dividendos a pagar (Nota 20.c)	**242.312**	100.129
Provisões de encargos trabalhistas	**136.242**	146.173
Agência Reguladora – Agenersa	**44.798**	37.698
Adiantamento de Cliente - Teresópolis (Nota 01)	**-**	76.715
Outras contas a pagar	**29.162**	32.930
Total do passivo circulante	**814.897**	748.779
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	**573.825**	392.947
Parcelamentos tributários (Nota 15)	**175.887**	214.258
Provisão para contingências (Nota 16)	**3.349.709**	3.636.710
Passivo atuarial (Nota 19)	**2.873.279**	3.218.796
Adiantamentos para futuro aumento de capital (Nota 9)	**26.944**	26.944
Outras contas a pagar (Nota 18)	**217.429**	200.694
Total do passivo não circulante	**7.217.073**	7.690.349
Patrimônio líquido (Nota 20)		
Capital social	**4.027.560**	3.727.174
Reservas de lucros	**2.460.839**	1.887.506
Outros resultados abrangentes	**(71.071)**	(185.412)
Total do patrimônio líquido	**6.417.328**	5.429.268
Total do passivo e do patrimônio líquido	**14.449.298**	13.868.396

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023 (Reapresentado)
Receita operacional líquida (Nota 21)	**3.251.402**	3.199.564
Custo dos serviços prestados (Nota 22.a)	**(1.540.369)**	(1.745.497)
Lucro bruto	**1.711.033**	1.454.067
Receitas (despesas) operacionais		
Reversão de Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 22.b)	**197.148**	63.434
Despesas comerciais (Nota 22.b)	**(43.164)**	(42.601)
Despesas gerais e administrativas (Nota 22.c)	**(587.164)**	(516.649)
Outras despesas operacionais, líquidas (Nota 24)	**(650.456)**	(995.024)
Lucro/Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	**627.397**	(36.773)
Receitas financeiras (Nota 23.b)	**608.073**	680.385
Despesas financeiras (Nota 23.a)	**(98.561)**	(150.204)
Lucro antes da contribuição social	**1.136.909**	493.408
Contribuição social (Nota 17.a)	**(116.651)**	(39.430)
Lucro líquido do exercício	**1.020.258**	453.978
Quantidade de lotes de mil ações preferenciais e ordinárias	**629.071.608**	629.071.608
Lucro líquido (básico e diluído) por ação (em reais) (Nota 20.b)	**1,622**	0,721

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31de dezembro de 2024 e2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	**1.020.258**	453.978
Outros resultados abrangentes		
Ajuste de ganhos e perdas atuariais - PRECE (Nota 19)	**125.021**	(94.519)
Ajuste de ganhos e perdas atuariais - Cedae Saúde (Nota 19)	**102.248**	(860.543)
Ajuste de ganhos e perdas atuariais – Prêmio de Aposentadoria (Nota 19)	**3.624**	-
Contribuição social diferidos (Nota 19)	**(20.780)**	85.956
	210.113	(869.106)
Total de outros resultados abrangentes do exercício	**1.230.371**	(415.128)

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31de dezembro de 2024 e2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
Receitas		
Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto	**3.377.802**	3.324.617
Outras receitas	**3.455**	10.772
Provisão para perdas de créditos esperadas	**197.148**	63.434
	3.578.405	3.398.823
Insumos adquiridos de terceiros		
Material aplicado	**(201.351)**	(258.681)
	(876.181)	(991.626)
Perda e recuperação de valores ativos	**305.048**	(348.043)
Materiais, forç	**(772.484)**	(1.598.350)
Valor adicionado bruto	**2.805.921**	1.800.473
Depreciações e amortizações		
Depreciações e amortizações	**(153.788)**	(137.345)
Valor adicionado líquido produzido	**2.652.133**	1.663.128
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	**608.073**	680.385
Valor adicionado total a distribuir	**3.260.206**	2.343.513
Pessoal e encargos	**1.622.454**	1.367.507
Remuneração direta	**790.774**	691.371
Benefícios	**791.104**	634.251
FGTS	**40.576**	41.885
Impostos, taxas e contribuições	**454.831**	326.510
Federais	**449.778**	324.603
Estaduais	**3.990**	892
Municipais	**1.063**	1.015
Remuneração de capitais de terceiros	**162.663**	195.518
Juros e variações cambiais	**112.304**	146.545
Aluguéis	**50.359**	48.973
Remuneração de capitais próprios	**242.311**	100.129
Dividendos	**242.311**	100.129
Lucros retidos	**777.947**	353.849
Distribuição do valor adicionado	**3.260.206**	2.343.513

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31de dezembro de 2024 e2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes da contribuição social	**1.136.909**	493.408
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	**153.547**	137.323
Juros e variação monetária de empréstimos e financiamentos	**34.270**	39.927
Juros sobre parcelamentos	**36.310**	48.518
Juros e atualizações monetárias sobre outras obrigações	**25.169**	57.635
Baixa de bens do imobilizado	**2.823**	-
Provisão para contingências	**281.173**	859.765
Passivo atuarial	**293.719**	228.138
Atualização monetária das contas a receber	**(13.102)**	(14.106)
Atualização Monetária - Ativo Financeiro Concessões ERJ	**(148.847)**	(128.778)
Juros compensatórios - Ativo Financeiro Concessões ERJ	**(29.985)**	(29.156)
Provisão p/perdas – Ativo Financeiro Concessões Teresópolis	**53.708**	14.347
Provisão para perdas de crédito esperadas (Nota 21.b)	**(197.148)**	(63.434)
Rendimentos de títulos e valores mobiliários não realizados	**(10.043)**	(12.223)
Atualizações monetárias de depósitos judiciais	**(121.410)**	(154.807)
	1.497.093	1.476.557
Diminuição (aumento) nos ativos		
Contas a receber de clientes	**(193.721)**	(168.777)
Estoques	**3.939**	(5.061)
Tributos a recuperar	**44.895**	23.205
Depósitos e bloqueios judiciais	**517.775**	196.035
Contas a receber de partes relacionadas	**-**	(5.386)
Ativo Financeiro Concessões ERJ	**236.826**	150.000
Outros	**4.182**	5.047
Aumento (diminuição) nos passivos		
Empreiteiros e fornecedores	**7.432**	(24.890)
Salários a pagar	**(585)**	(5.395)
Impostos e contribuições a recolher	**51.419**	(245.483)
Parcelamentos tributários	**(92.114)**	170.865
Provisões de encargos trabalhistas	**(9.933)**	(9.144)
Provisão para contingências	**(568.174)**	(750.487)
Contribuições a benefícios pós-emprego	**(433.959)**	(346.030)
Agência Reguladora – AGENERSA	**7.100**	(64)
Adiantamento de Clientes – Teresópolis	**-**	76.715
Outras contas a pagar	**12.967**	(78.542)
Variações nos ativos e passivos	**(411.951)**	(1.017.392)
Contribuição social paga	**(118.185)**	(88.886)
Juros pagos	**(39.719)**	(35.215)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**927.238**	335.064
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de intangível, ativo de contrato e imobilizado	**(496.400)**	(406.661)
Títulos e valores mobiliários	**19.909**	693
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(476.491)**	(405.968)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Financiamento – Amortizações	**(20.117)**	(15.948)
Financiamento – Desembolsos	**226.393**	-
Financiamento - Devolução não funcionalidade	**(18.666)**	-
Pagamento de Dividendos	**(100.128)**	(6.703)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**87.482**	(22.651)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**538.229**	(93.555)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**2.246.479**	2.340.034
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**2.784.708**	2.246.479

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31de dezembro de 2024 e2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			Reservas de lucros					
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de Reavaliação	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023 (Reapresentado)	3.035.162	13.964	185.312	1.925.993	-	784.095	-	5.944.526
Ajustes de avaliação patrimonial								
Ganhos/(Perdas) atuariais	-	-	-	-	-	(869.107)	-	(869.107)
Mutações internas do patrimônio líquido								
Aumento de capital (Nota 20.a)	692.012	(13.964)	-	(678.048)	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação (Nota 20.f)	-	-	-		100.400	(100.400)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	453.978	453.978
Reserva legal (Nota 20.e)	-	-	21.080	-	-	-	(21.080)	-
Dividendos obrigatórios (Nota 20.c)	-	-	-	-	-	-	(100.129)	(100.129)
Reserva de lucros (Nota 20.e)	-	-	-	332.769	-	-	(332.769)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)	3.727.174	-	206.392	1.580.714	100.400	(185.412)	-	5.429.268
Ajustes de avaliação patrimonial								
Ganhos/(Perdas) atuariais	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**210.113**	**-**	**210.113**
Mutações internas do patrimônio líquido								
Aumento de capital (Nota 20.a)	**300.386**	**-**	**-**	**(300.386)**		**-**	**-**	**-**
Realização da reserva de reavaliação (Nota 20.f)	**-**	**-**	**-**	**-**	**95.772**	**(95.772)**	**-**	**-**
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.020.258**	**1.020.258**
Reserva legal (Nota 20.e)	**-**	**-**	**51.013**	**-**	**-**	**-**	**(51.013)**	**-**
Dividendos obrigatórios (Nota 20.c)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(242.311)**	**(242.311)**
Reserva de lucros (Nota 20.e)	**-**	**-**	**-**	**726.934**	**-**	**-**	**(726.934)**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**4.027.560**	**-**	**257.405**	**2.007.262**	**196.172**	**(71.071)**	**-**	**6.417.328**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eufrázio



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações Gerais

A Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE ("CEDAE" ou "Companhia") foi constituída em 1º de agosto de 1975 como sociedade anônima de economia mista domiciliada no Brasil, através da incorporação das entidades controladas pelo Estado do Rio de Janeiro: Empresa de Águas do Estado da Guanabara ("Cedag"), Empresa de Saneamento da Guanabara ("Esag") e Companhia de Saneamento do Estado do Rio de Janeiro ("Sanerj"). Atualmente, sediada na Cidade do Rio de Janeiro na Avenida Presidente Vargas, nº 2.655, Cidade Nova, a Companhia é vinculada atualmente à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança (SECCG) e tem como acionista controlador o Estado do Rio de Janeiro.

A Companhia atua no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, mediante delegação do Governo do Estado do Rio de Janeiro ("Estado do Rio de Janeiro") e nos municípios através de convênios, sendo suas principais atividades:

(i) Captação, adução e tratamento de água bruta, além da execução dos investimentos necessários no Sistema Produtor que atende a região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro;
(ii) Captação, adução, tratamento e distribuição da água nos municípios atualmente atendidos;
(iii) Coleta, tratamento e destinação de esgotos sanitários nos municípios atendidos;
(iv) Realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações e ampliação de redes.

Após a transferência dos serviços nos municípios integrantes dos blocos 1, 2, 3 e 4, conforme as Concorrências Internacionais 001/2020 e 001/2021, a Companhia continuou a prestar serviços de abastecimento de água em 17 municípios. Em 1º de janeiro de 2023, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Angra dos Reis assumiu a operação anteriormente realizada pela CEDAE. Em 6 de janeiro de 2024, o município de Teresópolis passou a ser atendido pela empresa Águas do Brasil, operando sob o nome Águas da Imperatriz.

Dos 15 municípios restantes, 12 possuem contratos vigentes com a CEDAE, que permanecerão em vigor até o término de seus prazos, conforme estipulado no art. 10, § 3º, da Lei nº 11.445/2007, incluído pela Lei nº 14.026/2020 (Novo Marco Legal). Esses municípios são: Barra do Piraí, Bom Jesus do Itabapoana, Cardoso Moreira, Engenheiro Paulo de Frontin, Italva, Itaperuna, Laje do Muriaé, Macaé, Mangaratiba, Santa Maria Madalena, Sapucaia e Varre-Sai. Nos municípios de Porciúncula, Quissamã e São João da Barra, os contratos expiraram, e os serviços estão sendo prestados em caráter precário (Nota 2.7.1). Nos termos do Novo Marco Legal, esses contratos deverão ser extintos, sendo necessárias as providências descritas no art. 42, § 5º, da Lei nº 11.445/2007.

Os contratos de programa/concessão, asseguram à Companhia o direito de cobrar pelos serviços públicos prestados aos clientes por meio de tarifas, durante o período de vigência estabelecido em cada contrato. Além disso, na maioria desses contratos, a Companhia realizou investimentos significativos que ainda não foram totalmente amortizados. Dessa forma, antes da transferência da operação para um novo operador, a CEDAE tem o direito de ser ressarcida por esses investimentos não amortizados.

Nos contratos em que não está prevista tal indenização (cinco contratos na totalidade), existe a obrigatoriedade do Poder Concedente prorrogar o prazo de concessão pelo tempo necessário para que a Companhia recupere o investimento efetuado.

As concessões em termos de número de economias (*) são:

		Concessões de água e esgotamento sanitário				
	Município	**Número de economias (*)**	**Início**	**Término**	**Valor do Ativo**	**Receita Líq. Gerada**
1	Macaé	82.794	2011	2041	35.356	94.922
2	Itaperuna	36.909	2008	2038	4.355	42.073
3	Mangaratiba	14.148	2013	2043	3.681	11.692
4	Bom Jesus do Itabapoana	11.457	2011	2041	1.032	14.486
5	Sapucaia	7.001	2010	2035	926	6.496
6	Italva	4.819	2012	2042	253	4.550
7	Barra do Piraí	4.527	2006	2036	622	3.534
8	Cardoso Moreira	3.974	2002	2027	532	3.505
9	Eng. Paulo de Frontin	3.649	2008	2048	1.381	3.937
10	Laje do Muriaé	2.890	2013	2043	488	2.843
11	Santa Maria Madalena	2.151	2009	2039	806	2.152
12	Varre-Sai	1.472	2009	2039	128	1.664
13	Quissamã	6.598	-	-	1.249	7.031
14	São João da Barra	18.661	-	-	1.547	19.519
15	Porciúcula	5.565	-	-	116	6.332

(*) Economia é uma unidade predial, caracterizada segundo o artigo nº 96 do Decreto Estadual do Rio de Janeiro nº 553/1976, para efeito de cobrança (informação não revisada pelos auditores independentes).

1.1. Leilão de concessão

Em 29 dezembro de 2020, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, acionista controlador da Companhia, divulgou no Diário Oficial do Estado o Edital para realização de leilão de concessão da Companhia, o qual previa que a distribuição de água e a coleta e tratamento de esgoto nos municípios do Estado, que eram de responsabilidade da Companhia, passaram para a iniciativa privada pelo período de 35 anos.

Os serviços que antes eram prestados, em regra, pela CEDAE foram divididos em duas etapas: a etapa upstream (serviços de reservação, captação, adução e tratamento de água bruta) e a etapa downstream (serviços de adução, reservação e distribuição de água tratada ao usuário final, bem como de coleta e tratamento de esgotos e disposição final de efluentes). A CEDAE permanecerá como prestadora da etapa upstream na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (RMRJ), ao passo que a etapa downstream será desestatizada, por meio de licitação. Já, no âmbito dos demais municípios do interior, todas as etapas (upstream e downstream) serão delegadas a concessionárias privadas.

As áreas geográficas de atuação da CEDAE foram divididas em quatro grandes blocos, que foram leiloados separadamente. Cada um abrange uma região da capital e um conjunto de 47 municípios.

Em 30 de abril de 2021, foi realizado concorrência pública para a concessão dos serviços de saneamento básico, que teve o seguinte resultado: (i) Blocos 1 e 4 - vencidos pela Águas do Rio; e (ii) Bloco 2 - vencido pela Iguá Saneamento. Nota-se que naquela oportunidade, dos quatro blocos definidos para a contratação dos concessionários privados, apenas um deles, o Bloco 3, não registrou oferta qualquer de lance durante o leilão e, consequentemente, restou deserto o procedimento para a área estabelecida.

Posteriormente, em 11 de agosto de 2021, foram assinados os contratos de concessão entre o Estado do Rio de Janeiro e as sociedades de propósito específico criadas pelas licitantes vencedoras dos leilões (Consórcio Iguá e Consórcio Aegea), coletivamente denominadas "Concessionárias" em cumprimento ao Edital. Segundo a cláusula oitava de tais contratos, o período de operação assistida do sistema teria a duração de até 180 (cento e oitenta) dias, ressalvando-se, nas subcláusulas 8.11 e 8.12, respectivamente, a possibilidade de antecipar ou postergar o prazo de tal operação.

Diante da ausência de licitantes interessados no Bloco 3, em 08 de novembro de 2021, o Estado do Rio de Janeiro, remodelando-o, publicou Edital de Concorrência Internacional n° 01/2021, passando o referido Bloco a conter os seguintes Municípios: Rio de Janeiro (Bairros da AP-5), Bom Jardim, Bom Jesus do Itabapoana, Carapebus, Carmo, Itaguaí, Itatiaia, Macuco, Natividade, Paracambi, Pinheiral, pirai, Rio Claro, Rio das Ostras, São Fidélis e São Jose de Ubá. Em 29 de dezembro de 2021, foi realizado o leilão para a concessão dos serviços de saneamento básico do Bloco 3, arrematado pela sociedade empresária SAAB Participações II S/A (Águas do Brasil).

Nesse cenário, quanto aos Blocos 1 e 4, foi assinado Termo de Encerramento Antecipado da Operação Assistida e Transferência do Sistema, no qual ficou acordada a data de 1º de novembro de 2021 para a eficácia do Termo de Transferência do Sistema. Quanto ao Bloco 2, o Termo de Transferência foi celebrado em 07 de fevereiro de 2022. Por fim, com relação ao Bloco 3, foi assinado em 29 de julho de 2022 o Termo de Encerramento da Operação Assistida e a Transferência do Sistema ocorreu em 01 de agosto de 2022.

1.2. Imunidade Tributária

Conforme divulgado na Nota 15, em 19 de junho de 2018, transitou em julgado junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Cível Ordinária nº 2757/RJ, de autoria da Companhia. Nessa ação a CEDAE requereu imunidade tributária nos termos do artigo 150, VI "a" da Constituição Federal, por ser entendimento de seus Administradores e consultores jurídicos e legais que a Companhia, por ter como único acionista o Governo do Estado do Rio de Janeiro e prestar serviços de utilidade pública, estava imune a impostos por se equiparar a um ente público. O êxito obtido pela Companhia lhe assegurou a imunidade a impostos e, a partir da data do trânsito em julgado, a Administração deixou de apurar e recolher os impostos federais; baixando os valores a eles relacionados, sejam impostos a recuperar, recolher ou diferidos, uma vez que não existirá base de cálculo para apuração e realização desses impostos. Deve-se observar que a imunidade foi concedida à CEDAE no pressuposto desta ter como único acionista o Estado do Rio de Janeiro e que tal imunidade poderá ser revista, e perdida, caso terceiros passem a deter participação no capital da Companhia. Conforme nota técnica do escritório Sacha Calmon datada de 10 de fevereiro de 2023, a Companhia manteve posicionamento a ação provável, mas não praticamente certo, visto que a Fazenda Nacional continua recorrendo em todas as ações, com possibilidade de alteração nos entendimentos firmados, que ainda não transitaram em julgado.

1.3. Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Em 1º de julho de 2020, ocorreu na sede da Companhia uma operação conjunta da Polícia Civil, do Ministério Público do Estado do Rio de janeiro - MPRJ e do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE. A operação, denominada "Águas Claras", investiga alegação de fraude em licitações e contratações emergenciais nos anos de 2015 a 2020 e deu cumprimento a medidas de busca e apreensão de documentos envolvendo a Companhia, a empresa contratada Chison Empreendimentos Imobiliários Ltda e determinados colaboradores (atuais e passados) da CEDAE. Adicionalmente em fevereiro de 2021 e em novembro de 2020 as polícias federal e civil do Rio de Janeiro nos solicitaram acesso aos contratos firmados entre a Companhia e as empresas contratadas RC Vieira Engenharia Ltda ("RC") e Emissão Engenharia e Construções Ltda ("Emissão"), respectivamente.

A Companhia está acompanhando a investigação em andamento na Operação Águas Claras e vem prestando todas as informações solicitadas pelas autoridades. Os documentos pertinentes a investigação (mandado de busca e apreensão e termos de solicitação de informação do TCE) não mencionam valores e até a presente data nenhum colaborador ou ex-colaborador da Companhia foi indiciado.

Em 22 de julho de 2020, a Administração da Companhia designou uma Comissão Permanente de Sindicância para realização de investigação interna e independente, com supervisão e monitoramento contínuo pela Comissão de Ética da CEDAE e acompanhamento pelo Comitê de Auditoria Estatutário, sendo executada por colaboradores da Companhia, com o objetivo de averiguar possíveis irregularidades no âmbito da operação "Águas Claras".

Em continuidade ao processo de investigação interna a Companhia determinou a contratação de consultoria especializada em procedimentos forenses que possa, com ferramentas e recursos adicionais, complementar o trabalho efetuado pela Comissão de Sindicância. Neste contexto, em 01 de junho de 2021, foi assinado o contrato com consultoria especializada em investigação forense, Mazars Cabrera Assessoria, Consultoria e Planejamento Empresarial Ltda. Os serviços foram executados conforme prazo acordado e o Relatório Final foi emitido em 23 de fevereiro de 2022. As constatações reveladas pela consultoria não geram impacto contábil, ou seja, não repercutiram nas Demonstrações Financeiras e foram encaminhadas ao Comitê de Auditoria para encaminhamentos e providências cabíveis.

Durante todo o processo de investigação, a Administração da Companhia apresentou diversas iniciativas, como: (1) acompanhamento processual; (2) colaboração com as autoridades; (3) investigação independente pela Comissão Permanente de Sindicância; (4) contratação de consultores especializados em análises forenses; e (5) acompanhamento "*shadow*" do trabalho de análise forense pela Auditoria Independente. Tais medidas são apropriadas para o adequado esclarecimento dos fatos e proteção dos interesses da Companhia.

1.4. Programa de Demissão Voluntária - PDV

Em 16 de outubro de 2023, a Companhia expediu a Ordem de Serviço NR/ADM nº 16.099/00, que estabeleceu os critérios de adesão ao Plano de Demissão Voluntária 2023 - PDV 2023.

O PDV 2023 teve como objetivo promover desligamentos por adesão ao programa, de forma livre e espontânea, no período entre 17 de outubro a 16 de novembro de 2023 (prorrogado até 16 de dezembro de 2023), rescindindo os contratos de trabalho na modalidade por acordo dos empregados aposentados e não aposentados, na forma e proporção definidos na ordem de serviço acima mencionada, tendo 289 adesões deferidas, sendo estes desligados ao longo do mês de dezembro de 2023 e o pagamento das verbas rescisórias ocorreu no próprio mês.

2. Resumo das principais políticas contábeis materiais

2.1. Refazimento dos valores correspondentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022(01 de janeiro de 2023) e 2023.

A Companhia identificou durante a preparação das demonstrações financeiras do 3° trimestre de 2024, a necessidade de reapresentar os valores correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2023, em detrimento da conclusão do levantamento das obras em andamento (Ativo de Contrato) que ainda constavam no ativo da Companhia, mas que já foram transferidas no processo de desestatização parcial do serviço público de saneamento básico abrangido pelas Concorrências 001/2020 e 01/2021. A CEDAE deixou de ser a concessionária responsável pela prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em uma gama de municípios e, como efeito direto, também deixou de operar e controlar os respectivos ativos de concessão, na conclusão das etapas previstas nas respectivas Concorrências (novembro de 2021 e julho de 2022). Adicionalmente, os respectivos ativos (obras em andamento) não foram abrangidos pelo Termo de Compromisso para pagamento de Indenização de Ativos, firmado em 25 de abril de 2023, junto ao GERJ – Governo do Estado do Rio de Janeiro e a AGENERSA - Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro. Adicionalmente, foram corrigidos erros de não capitalização de juros de empréstimos sobre Obras em andamento e de correção de erros de atualização de saldo do Ativo Financeiro com o GERJ – Governo do Estado do Rio de Janeiro em contrapartida ao resultado do exercício de 31 de dezembro de 2023.

Apresentamos a seguir os impactos dos ajustes efetuados nos balanços patrimoniais e nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa em cada um dos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras, em atendimento ao CPC 23 - "Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro".

2.1.1. Balanço patrimonial ajustados em 31 de dezembro de 2022 (01 de janeiro de 2023) e 31 de dezembro de 2023:

	01/01/2023 Publicado	**Ajustes**	**01/01/2023 Reapresentado**	**2023 Publicado**	**Ajustes**	**2023 Reapresentado**
Ativo						
Total ativo circulante	**3.363.397**	**-**	**3.363.397**	**3.375.194**	**-**	**3.375.194**
Ativos Financ Concessões-ERJ (b)	2.786.821	-	2.786.821	3.057.303	29.156	3.086.459
Outros ativos não circulantes	2.983.724	-	2.983.724	2.886.030		2.886.030
Intangível (a)	5.810.243	(1.616.948)	4.193.295	6.063.640	(1.613.721)	4.449.919
Imobilizado	69.201	-	69.201	70.794	-	70.794
Total ativo não circulante	**11.649.989**	**(1.616.948)**	**10.033.041**	**12.077.767**	**(1.584.565)**	**10.493.202**
Total do Ativo	**15.013.386**	**(1.616.948)**	**13.396.438**	**15.452.961**	**(1.584.565)**	**13.868.396**
Passivo						
Total passivo circulante	**1.019.585**	**-**	**1.019.585**	**748.779**	**-**	**748.779**
Total passivo não circulante	**6.432.327**	**-**	**6.432.327**	**7.690.349**	**-**	**7.690.349**
Patrimônio líquido	7.561.474	(1.616.948)	5.944.526	7.013.833	(1.584.565)	5.429.268
Total do Passivo	**15.013.386**	**(1.616.948)**	**13.396.438**	**15.452.961**	**(1.584.565)**	**13.868.396**

2.1.2. Demonstração do resultado ajustada em 31 de dezembro de 2023:

	2023 Publicado	**Ajustes**	**2023 Reapresentado**
Receita operacional líquida	3.199.564		3.199.564
Custo dos serviços prestados	(1.745.497)		(1.745.497)
Lucro bruto	**1.454.067**		**1.454.067**
Despesas comerciais	20.833		20.833
Despesas gerais e administrativas	(516.649)		(516.649)
Outras despesas operacionais, líquidas	(995.024)		(995.024)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro e da contribuição social	**(36.773)**		**(36.773)**
Resultado financeiro	497.798	32.383	530.181
Lucro (Prejuízo) antes da contribuição social	**461.025**		**493.408**
Contribuição social	(39.430)		(39.430)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**421.595**		**453.978**

2.1.3. Demonstração da mutação do patrimônio líquido ajustada em 31 de dezembro de 2022 (01 de janeiro de 2023) e 31 de dezembro de 2023:

			Reservas de Lucros			
	Capital Social	**Reserva de Capital**	**Reserva Legal**	**Reserva de Retenção de Lucros**	**Outros Resultados Abrangentes**	**Total**
Saldo em 31/12/2022 (Publicado)	3.035.162	13.964	185.312	3.542.941	784.095	7.561.474
Baixa de Obras em Andamento (Ajuste Retrospectivo)	-	-	-	(1.616.948)	-	(1.616.948)
Saldo em 01/01/2023 (Reapresentado)	**3.035.162**	**13.964**	**185.312**	**1.925.993**	**784.095**	**5.944.526**

			Reservas de Lucros			
	Capital Social	**Reserva de Capital**	**Reserva Legal**	**Reserva de Retenção de Lucros**	**Outros Resultados Abrangentes**	**Total**
Saldo em 31/12/2023 (Publicado)	3.727.174	-	206.392	3.265.679	(185.412)	7.013.833
Baixa de Obras em Andamento	-	-	-	(1.616.948)	-	(1.616.948)
Capitalização de Juros de Empréstimos (Obras em Andamento)	-	-	-	3.227	-	3.227
Correção de 1% de Juros com o Governo do Rio de Janeiro	-	-	-	29.156	-	29.156
Saldo em 31/12/2023 (Reapresentado)	**3.727.174**	**-**	**206.392**	**1.681.114**	**(185.412)**	**5.429.268**

2.1.4. Demonstração do fluxo de caixa ajustada em 31 de dezembro de 2023:

	31/12/2023 (Publicado)	**Ajustes**	**31/12/2023 (Reapresentado)**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	**461.025**	32.383	**493.408**
Ajustes para reconciliação do lucro	**1.015.532**	(32.383)	**983.149**
Variações nos ativos e passivos	**(1.017.392)**	-	**(1.017.392)**
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**335.064**	**-**	**335.064**
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(405.968)**	**-**	**(405.968)**
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(22.651)**	**-**	**(22.651)**
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	**(93.555)**	**-**	**(93.555)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**2.340.034**	**-**	**2.340.034**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**2.246.479**	**-**	**2.246.479**

2.1.5. Demonstração do resultado abrangente ajustada em 31 de dezembro de 2023:

	31/12/2023 (Publicado)	**Ajustes**	**31/12/2023 (Reapresentado)**
Lucro líquido do exercício	**421.595**	32.383	**453.978**
Outros resultados abrangentes			
Ajuste de ganhos e perdas atuariais – PRECE	(94.519)	-	(94.519)
Ajuste de ganhos e perdas atuariais - Cedae Saúde	(860.543)	-	(860.543)
Prêmio de aposentadoria		-	-
Contribuição social diferidos	85.956	-	85.956
	(869.106)	-	(869.106)
Total de outros resultados abrangentes do exercício	**(447.511)**	**32.383**	**(415.128)**

Comentários dos ajustes efetuados:

(a) Baixa de ativos de contrato (obras em andamento) em 31 de dezembro de 2022 (01 de janeiro de 2023), vinculados às concessões licitadas pelas Concorrências 001/2020 e 01/2021, deixou de operar e controlar os respectivos ativos de concessão no montante de R$1.616.948. Adicionalmente, foi corrigido erros de não capitalização dos juros dos financiamentos destinados aos investimentos (obras em andamento), em atendimento ao CPC 20 – Custo de Empréstimos, no montante de R$ 3.227 que saíram do resultado financeiro em contrapartida ao Intangível em 31 de dezembro de 2023.

(b) Correção anual de 1% do saldo devedor dos Ativos Financeiros Concessões – ERJ, referente a indenização dos ativos não amortizados em decorrência do encerramento antecipado dos contratos de programa dos serviços municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário no valor de R$ 29.156 em contrapartida a receita financeira, conforme Termo de Compromisso firmado pelo Estado do Rio de Janeiro, com a interveniência e anuência da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA firmado em 25 de abril de 2023.

As principais práticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os Pronunciamentos Técnicos ("CPCs"), as Interpretações Técnicas ("ICPCs") e Orientações Técnicas ("OCPCs") do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão da Companhia. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando o custo histórico como base de valor (exceto pela reavaliação de ativos ocorrida em 2006), e no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 17 de junho de 2025 aprovou a emissão destas demonstrações financeiras.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os equivalentes de caixa são mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação, enquanto aquelas com vencimento superior a três meses são normalmente classificadas como títulos e valores mobiliários.

2.4. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

a) Ativos financeiros

2.4.1. Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado (Nota 5.5).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
Companhia Aberta
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

mensurados pelo preço de transação determinando de acordo com o CPC 47.
Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

2.4.2. *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:
(i) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumento de dívida).
(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumento de dívida).
(iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
(iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

a) *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)*
A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:
- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.
b) *Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumento de dívida)*
A Companhia avalia os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se forem atendidas ambas as condições a seguir:
- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.
c) *Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)*
No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente.
Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando constituído o direito ao pagamento, exceto quando a Companhia se beneficia desses proventos a título de recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que estes ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.
d) *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado*
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.
Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento.
2.4.3. *Desreconhecimento*
Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

(i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram;
(ii) A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativos a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.
Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.
Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.
O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

2.4.4. *Impairment de ativos financeiros*
A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:
(i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor.
(ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal.
(iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria.
(iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira.
(v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.
(vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira; ou
- O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em valor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será registrada na demonstração do resultado.

b) Passivos financeiros

2.4.5. *Reconhecimento inicial e mensuração*
Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado.
Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.
Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar.

2.4.6. *Mensuração subsequente*
Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

(i) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
(ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

2.4.7. *Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado*
Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.
Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 38 - Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, e também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos.
Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.
Aos passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

2.4.8. Passivos financeiros ao custo amortizado (*empréstimos e financiamentos)*
Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.
O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.
Essa categoria se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide Nota 13.

2.4.9. *Desreconhecimento*
Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.4.10. *Compensação de instrumentos financeiros*

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.5. Contas a receber de clientes
As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.
As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito esperadas.
A Provisão para perdas de crédito esperadas é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa.

2.6. Estoques
Os estoques de materiais destinados ao consumo, manutenção dos sistemas de águas e esgotos e materiais para obras (investimentos) são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor de realização e estão classificados no ativo circulante. Os estoques consumidos são baixados ao resultado pelo custo médio das aquisições.

2.7. Depósitos judiciais
Os depósitos judiciais são contabilizados no ativo não circulante e atualizados monetariamente. Os depósitos envolvendo processos classificados como perda "provável" tem a provisão judicial registrada contabilmente no passivo circulante.

2.8. Contratos de concessão (intangível e ativo de contrato)
A infraestrutura utilizada pela CEDAE relacionada aos contratos de concessão é considerada controlada pelo Município quando:

(i) O Município controla ou regulamenta quais serviços o operador deve fornecer com a infraestrutura, a quem deve fornecê-los e a que preço;
(ii) O Município controla a infraestrutura, ou seja, mantém o direito de retomar a infraestrutura no final da concessão;
(iii) Os direitos da CEDAE sobre a infraestrutura operada em conformidade com contratos são contabilizados como intangível como bens afetos a concessão, uma vez que a CEDAE tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura e os consumidores devem pagar pelos serviços da CEDAE; ou
(iv) A Companhia ainda considera como intangível, bens não afetos (bens que são utilizados em conjunto por mais de um município, não sendo individualmente afetos a nenhum município) a concessão, a captação e as estações de tratamento, bem como suas respectivas adutoras de água.

O valor justo de construção e outros trabalhos na infraestrutura representa o custo do ativo intangível, desde que se espere que esse trabalho gere benefícios econômicos futuros.
A grande maioria dos contratos de concessão de serviços da Companhia firmados com os municípios é regulada por acordos de concessão de serviço, nos quais a Companhia tem o direito de receber, ao fim do contrato, um pagamento equivalente ao saldo residual dos ativos intangíveis de concessão (que historicamente se opera através de renovação das concessões), que nesse caso é amortizado de acordo com a vida útil dos respectivos bens tangíveis definida pela Administração, quais sejam: infraestruturas de água e esgoto 2%; equipamentos 10%; equipamentos de transportes 20%; móveis e utensílios 10% e outros ativos 4%.
No entanto, o direito de receber caixa previsto nos contratos de concessão não é incondicional, pois, em todos os contratos, existe a opção de prorrogação do prazo ao final da concessão por parte dos municípios. Dessa forma, a Companhia não reconhece em seu balanço patrimonial qualquer ativo financeiro relacionado às indenizações futuras.
Ativos intangíveis de concessão, em que não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com o período do contrato ou vida útil, o que ocorrer primeiro.

2.8.1. Contratos operados de forma precária
Nos municípios de Quissamã, São João da Barra e Porciúncula, cujos contratos expiraram, os serviços estão sendo prestados de forma precária e apresentam previsão de recebimento de indenização ao final do contrato, conforme composição abaixo apresentada:

	2024	2023
Quissamã	**1.249**	1.289
São João da Barra	**1.547**	1.691
Porciúncula	**116**	129
	2.912	3.109

2.8.2. Contratos não mais operados
Nos casos de Angra dos Reis e Teresópolis, onde a CEDAE já não opera, a Companhia tem direito à indenização pelos investimentos não amortizados, conforme a legislação vigente.

	2024	2023
Angra dos Reis (a)	**7.038**	7.038
Teresópolis (b)	**-**	127.685
	7.038	134.723

(a) Em Angra dos Reis, conforme o "Termo de Transferência do Serviço de Abastecimento de Água" celebrado em sede de Ação Civil Pública, o valor da indenização foi estabelecido em R$ 7.038 já aceito pelo Município.
(b) A concessão de Teresópolis foi licitada em 25 de agosto de 2023, com a Companhia Águas de Imperatriz sendo a vencedora do processo licitatório para administrar a concessão. O contrato de concessão foi assinado em 01 de dezembro de 2023, e a Cedae deixou de operar a concessão em 06 de janeiro de 2024. O valor residual dos ativos não amortizados nesta data era de R$127.685. Inicialmente, o contrato estimava o valor da indenização no mesmo montante, contudo, a Agenersa deveria firmar o valor indenizatório posteriormente, utilizando a metodologia adequada.
Por meio do Ofício SCEXEC nº2417, de 30 de agosto de 2024, a Agenersa definiu o montante de R$74.153 como indenização pela transferência da concessão de Teresópolis. Deste valor, R$44.290 (60%) foram pagos em 2023, e o saldo de R$29.863 foi quitado em 06 de dezembro de 2024. Devido a isso, a Companhia constituiu uma provisão para perdas relacionadas a essa transação (impairment) de R$53.708 (Nota 11 e 12).

2.9. Imobilizado
O imobilizado compreende, principalmente, as instalações administrativas que não integram os ativos objeto dos contratos de concessão. Esses ativos são demonstrados ao custo de aquisição ou construção menos a depreciação e as perdas por recuperabilidade, quando necessárias. Quando aplicável, os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado para os ativos qualificáveis.
O imobilizado tem a sua depreciação iniciada quando se torna disponível para uso, em seu local e na condição necessária, a partir do momento que esse ativo entra em operação. A depreciação é calculada de acordo com o método linear e as taxas médias são apresentadas na Nota 12. Os terrenos não sofrem depreciação. As vidas úteis dos ativos são revisadas e ajustadas, se apropriado, ao final de cada exercício.
Os ganhos e as perdas sobre alienações são determinados pela diferença entre o valor de venda e o saldo residual contábil e são reconhecidos no resultado do exercício, em outras receitas (despesas) operacionais.

2.10. Impairment de ativos não financeiros
Os ativos não financeiros que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.
Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente, denominados de Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.
A Companhia considera sua operação pela interligação das redes como uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), dado que a Companhia realiza subsídio cruzado conforme previsto pela Lei Federal nº 11.445/2007, e em sua avaliação não há qualquer indicativo de que os valores contábeis não serão recuperados através de operações futuras.

2.11. Empreiteiros e fornecedores
As contas a pagar aos empreiteiros e aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são apresentadas como passivo não circulante.

2.12. Salários e encargos sociais
Representado, substancialmente, pelos valores de salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes são derivados de apropriação por competência (*accruals*) e são divulgados como parte das contas a pagar.

2.13. Provisões
As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.
As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

2.14. Contribuição social corrente e diferida

As despesas de contribuição social compreendem as parcelas correntes e diferidas desse tributo.
Os tributos sobre renda que se encontram dentro do escopo do pronunciamento técnico CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro são: o Imposto de Renda sobre Pessoas Jurídicas ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") que estão reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesses casos, os tributos também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.
Os encargos de contribuição social corrente e diferida são calculados com base nas Leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço da Companhia. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas nas declarações de contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável oferece margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.
A contribuição social corrente é apresentada líquida, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.
A contribuição social diferida é reconhecida sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.
A contribuição social diferida ativa é reconhecida somente na proporção em que for provável que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.
A contribuição social diferida ativa e passiva é compensada quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos incidentes pela mesma autoridade tributável, e pretender liquidar em bases líquidas ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.15. Benefícios a empregados

a) Obrigações de aposentadoria
Os custos com planos de pensão Prece I, Prece II, Prece III, Prece IV e Prece CV são administrados pela Previdência Complementar ("Prece"), o plano de assistência médica Caixa de Assistência dos Empregados da CEDAE ("Cedae Saúde") e prêmio de aposentadoria são registrados com base em modelos atuariais em consonância com os requerimentos estabelecidos nas práticas contábeis.
A Companhia reconhece de forma imediata em outros resultados abrangentes os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mutações das premissas atuariais.

a.1) *Plano de Benefício Definido ("BD")*
O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido (Prece I, II e Prece CV - optantes por renda vitalícia) utiliza modelos com atribuição que geralmente desdobra eventos individuais ao longo da vida estimada dos funcionários no plano. A política da Companhia é de financiar seus planos de aposentadoria com base em recomendações atuariais e em consonância com a legislação e os regulamentos aplicáveis.
As receitas ou despesas líquidas de aposentadoria são calculadas utilizando-se as premissas do início de cada exercício. Essas premissas são definidas ao final do exercício anterior e incluem as taxas de retorno de longo prazo esperadas nos ativos do plano, taxas de desconto e aumentos de taxas salariais. Um conjunto de taxas históricas reais, taxas esperadas e dados externos são utilizados pela Companhia para determinar as premissas usadas nos modelos atuariais. Quando os cálculos resultam em benefícios para a Companhia, o reconhecimento do ativo fica limitado ao total líquido de qualquer serviço passado não reconhecido e ao valor presente de qualquer reembolso do plano ou reduções das contribuições futuras do plano.

a.2) *Plano de Contribuição Definida ("CD")*
Para o plano de contribuição definida (Prece III, IV e CV), a Companhia paga contribuições em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do exercício em que são devidas e, assim, são incluídas nos benefícios a empregados (Nota 19).

a.2.1) *Plano de Contribuição Variável ("CV")*
O Plano Prece CV surgiu da necessidade de se equacionar o Plano Prece I, de caráter de benefício definido que apresentava déficits contínuos. Nesse plano, a contribuição é definida previamente e o benefício é calculado de acordo com a reserva acumulada até a aposentadoria do participante. Esse plano foi desenvolvido com base nas últimas tendências do mercado de previdência com características mais seguras e exposição a menos riscos.
No Plano Prece CV, o benefício é desvinculado do plano do Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"), o que significa que a renda de aposentadoria e os critérios para elegibilidade aos benefícios independem das mudanças da previdência oficial.
A renda de aposentadoria será resultante do saldo acumulado das contribuições do participante e da patrocinadora, creditadas em contas individuais em nome de cada participante. O participante ativo poderá realizar contribuições adicionais e esporádicas com o objetivo de aumentar a sua reserva individual e, consequentemente, sua renda futura de aposentadoria.
O plano oferece, ainda, diferentes modalidades de percepção dos benefícios de aposentadoria que poderão ser resgatados nos modelos de renda vitalícia, por prazo determinado ou ainda por prazo indeterminado com ou sem pensão, à escolha do participante no momento de sua aposentadoria.

Eufrázio

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
Companhia Aberta
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4
www.cedae.com.br
GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO

a.3) *Plano de assistência médica*

A Companhia oferece a seus funcionários benefícios de plano de saúde pós-aposentadoria. O direito a esses benefícios é concedido quando o funcionário permanece trabalhando até a idade de aposentadoria e cumpre um período de trabalho mínimo de 35 anos. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários qualificados.

a.4) *Prêmio de aposentadoria*

A Companhia, conforme Acordo Coletivo de Trabalho, pagará aos empregados que venham preencher os pré-requisitos para aposentadoria, requerendo-a no prazo máximo de 90 dias da data de aquisição do direito por motivo de aposentadoria e respectivo desligamento, um prêmio aposentadoria no valor correspondente à proporção de tempo de serviço prestado à CEDAE, considerando a data de admissão existente no registro do empregado. De acordo com os critérios estabelecidos no referido acordo, o valor do prêmio para o empregado beneficiado será equiparado ao seu piso salarial nas seguintes proporções de tempo de serviço trabalhado, efetivamente, na Companhia e antecessoras:

(i) 10 pisos salariais àquele que possua 30 ou mais anos de serviço.

(ii) Aquele que possua 10 ou mais anos e menos de 30 anos de serviço será computado 0,33 pisos salariais, para cada ano completo de serviço.

2.16. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

O Valor de distribuição de dividendos que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo na rubrica "dividendos a pagar e juros sobre o capital próprio", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que é aprovado ou pago, o que ocorrer primeiro.

2.17. Gastos ambientais

Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como despesa no resultado do exercício na medida em que ocorra, em 2024 R$1.541 (R$1.537) Os programas contínuos, tais como os promovidos pelo Instituto Estadual do Ambiente ("Inea"), são elaborados para minimizar o impacto ambiental causado pelas operações e para a gestão dos riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia.

2.18. Reconhecimento da receita

a) Prestação de serviços de fornecimento de água e coleta e tratamento de esgoto

As receitas pelo fornecimento de água tratada para os blocos 1, 2, 3 e 4 são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos incidentes sobre elas, devoluções, abatimentos e descontos.

As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto dos municípios que a Cedae ainda opera são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou pela coleta de esgoto. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos incidentes sobre elas, devoluções, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi mensurado e faturado até o final de cada período. São reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) os serviços são fornecidos; (ii) a receita pode ser mensurada com segurança; (iii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e (iv) é provável que os valores serão recebidos. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas.

Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas ou custos, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados, e estão refletidas no resultado do exercício em que a Administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

b) Tributos sobre receitas

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas à incidência do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público ("Pasep") e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("Cofins") de forma cumulativa, pelo regime de competência, calculadas pelas alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.19. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. Os demais passivos são registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

Os ativos e passivos decorrentes de operação de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data da transação.

2.20. Apresentação de informações por segmento

Dada a peculiaridade da Companhia, que atua em um setor considerado pela legislação como serviço público essencial, as decisões de investimentos tomadas pela Administração estão pautadas, principalmente, pela responsabilidade social e ambiental. Dessa forma, são considerados como único segmento os serviços públicos de água e esgoto, uma vez que o controle gerencial da Companhia é o conjunto das atividades de água e de esgoto. Outro fator considerado é a venda a uma base de clientes geograficamente dispersa, o que não permite uma análise segmentada dessa natureza. A mensuração de desempenho e apuração das informações por um único segmento está consistente com as práticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras, uma vez que a Administração utiliza essas informações para analisar o desempenho da Companhia.

2.21. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de seu conjunto de demonstrações financeiras.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para perdas de créditos esperadas), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos considerados no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.22. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A demonstração dos fluxos de caixa está sendo apresentada separando as seguintes atividades:

- Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia e outras atividades que não são de investimento e de financiamento;
- Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalente de caixa; e
- Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

3. Novos pronunciamentos e interpretações

3.1. Pronunciamentos novos ou revisados

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2024, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2024: Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) – alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7; Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26 (IAS 1) e CPC 23 (IAS 8); Passivo não circulante com covenants – alterações ao CPC 26 (IAS 1); Passivos de arrendamento em uma venda e leaseback – alterações ao CPC 06 (IFRS 16); e Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua associada ou joint venture – alterações ao CPC 36 e CPC 18 (IFRS 10 e IAS 28).

3.2. Novas normas ainda não efetivas

Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão.

Outras Normas Contábeis As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras: Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); e Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

a) Provisão para perdas de créditos esperadas para contas a receber e ativos de contrato

A Companhia registra a provisão para perdas de crédito esperadas (impairment) em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise da rubrica "Contas a receber de clientes", e de acordo com a prática contábil estabelecida na Nota 8.

A Companhia objetivando estimar os valores de provisão para perdas esperadas em suas contas a receber que serão reconhecidas no período, realiza análises de seus créditos considerando a expectativa de perda esperada sobre os montantes a vencer e sobre montantes vencidos, tendo como base a inadimplência média observada nos períodos anteriores.

b) Ativos intangíveis resultantes de contratos de concessão

A Companhia registra ativos intangíveis decorrentes de contrato de concessão de acordo com o CPC 04 (R1) - Ativo Intangível e com a ICPC 01 (R1). A Companhia estima o valor de mercado das construções e outros trabalhos de infraestrutura para reconhecer o custo dos ativos intangíveis, sendo reconhecido quando a infraestrutura é construída e é provável que tal ativo gere benefícios econômicos futuros.

Ativos intangíveis de concessão, em que não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com o período do contrato ou vida útil. Informações adicionais sobre a contabilização dos ativos intangíveis estão demonstradas na Nota 11. Adicionalmente, a Companhia não registra ativo financeiro de potencial indenização futura pelo retorno dos ativos de infraestrutura ao Poder Concedente ao final dos contratos, uma vez que entende que tais contratos serão renegociados para períodos futuros e a Companhia não terá direito aos valores de indenização.

O reconhecimento do valor de mercado dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão está sujeito a premissas e estimativas. O uso de diferentes estimativas pode afetar os registros contábeis. A estimativa de vida útil dos ativos intangíveis também requer um significante nível de premissas e estimativas, e o uso de diferentes premissas, estimativas e mudanças futuras pode afetar a vida útil dos ativos intangíveis e pode ter um impacto relevante no resultado das operações.

c) Provisão para redução ao valor recuperável

A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

A Companhia revisa anualmente os ativos não financeiros para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável. Esses ativos incluem os ativos imobilizados e os intangíveis resultantes de contratos de concessão relacionados aos sistemas de água e esgoto.

A avaliação do *impairment* dos ativos imobilizado e intangível exige o uso de premissas e estimativas significativas, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxos de caixa futuros, que não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste, taxas de crescimento futuro, para fins de extrapolação, vida útil remanescente dos ativos e/ou prazo de duração do contrato de concessão, entre outros fatores.

Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

A Companhia também utiliza como premissa uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC) para fins de avaliação de *impairment* (Nota 2.10).

Caso a taxa de desconto utilizada pela Companhia (10,26%) tivesse um incremento ou um decréscimo de um ponto percentual, teríamos a seguinte situação, conforme demonstrado a seguir:

2024	**Cenário WACC**	
	9,26%	**11,26%**
Valor contábil dos ativos imobilizado e intangível	**3.590.338**	**3.590.338**
Fluxo de caixa descontado	**5.887.612**	**4.250.280**
Provisão de perda (*impairment*)		

Não foram identificadas evidências de necessidade de reconhecimento de *impairment* no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

d) Benefícios pós-emprego

O valor atual de obrigações pós-emprego depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido(a) para os planos de pensão, estão a taxa de desconto, a taxa de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas anualmente.

A taxa de desconto deve ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, além de ser utilizada para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade como por exemplo debêntures emitidas por corporações de elevada solvência e títulos do Tesouro Nacional sendo esses mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações dos planos de pensão.

Adicionalmente, a Companhia avalia os ativos existentes para cobertura das obrigações atuariais a valor justo ao fim de cada exercício quando da preparação da sua avaliação atuarial.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

A Companhia utilizou para o cálculo atuarial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as tábuas de mortalidade, específica por sexo, descritas na Nota 19.

e) Provisões

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, trabalhistas, cíveis e previdenciárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos nossos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia constitui provisão para processos cuja probabilidade de perda é provável e o valor possa ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros, cujos resultados podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados.

f) Contribuição social diferidos

O registro da contribuição social diferida ativa e passiva e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperado.

A Companhia reconhece, quando aplicável, provisão para perda nos casos em que acredita que créditos fiscais não sejam totalmente recuperáveis no futuro.

g) Receitas não faturadas (17 Municípios ainda operados pela Cedae)

As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil, tendo por base o consumo médio dos três últimos meses, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

5. Gestão de risco financeiro

5.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxas de juros, risco cambial e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

a) Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía empréstimos e financiamentos captados a taxas variáveis de juros, sendo esses valores projetados.

A tabela abaixo mostra os empréstimos, financiamentos e outros parcelamentos mantidos pela Companhia sujeitos à taxa de juros variável:

	2024	**2023**
Taxa Referencial ("TR'')	**601.944**	408.657
Índice Nacional de Preço ao Consumidor ("INPC")	**325.818**	386.076

b) Risco de crédito

De acordo com a Legislação Estadual de Saneamento, o devedor é o imóvel ocupado e, portanto, todos os valores devidos são atrelados aos imóveis correspondentes e, caso essas dívidas não sejam liquidadas, ficam imputadas em suas matrículas. A Companhia só pode proceder à baixa da dívida após a constatação da inexistência do imóvel por meio de vistoria no local. O cadastro de clientes da Companhia é permanentemente atualizado através de vistorias realizadas pelas lojas comerciais e o setor de cadastro acompanha diariamente todas as alterações efetuadas em seu banco de dados.

O risco de crédito decorre de contas correntes, aplicações financeiras e depósitos judiciais mantidos em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os riscos de crédito são monitorados pela Companhia da seguinte forma:

(b.1) A Companhia constitui provisão para perdas de crédito esperadas de acordo com a expectativa de perda esperada, utilizando como base a inadimplência média e a recuperação de créditos históricas.

(b.2) Exposição ao risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2024, a exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação dessas demonstrações financeiras é de R$4.524.991 (R$3.592.657 em 2023) composto pelo valor contábil dos títulos de dívida classificados como equivalentes de caixa, depósitos em instituições financeiras e contas a receber de clientes na data do balanço representando 31% do total do ativo e 71% do patrimônio líquido (Notas 6 a 8).

c) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, dos empréstimos de instituições financeiras do Governo Federal e dos financiamentos nos mercados locais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender as suas despesas de capital e operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros a serem pagos de acordo com as cláusulas contratuais.

	Menos de um ano (ii)	**Entre um e dois anos (ii)**	**Entre dois e cinco anos (ii)**	**Acima de cinco anos (ii)**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2024 (i)					
Empréstimos e financiamentos	**99.891**	**315.785**	**1.139.711**	**3.440.830**	**4.996.217**
Parcelamentos judiciais e extrajudiciais	**62.428**	**76.893**	**105.744**	**193.255**	**438.321**
Empreiteiros e fornecedores	**83.946**	**-**	**-**	**-**	**83.946**
Outras contas a pagar e Agenersa	**73.960**	**-**	**-**	**30.133**	**104.093**
Em 31 de dezembro de 2023 (i)					
Empréstimos e financiamentos	77.895	164.915	853.361	2.854.783	3.950.954
Parcelamentos judiciais e extrajudiciais	67.286	84.286	166.519	220.661	538.751
Empreiteiros e fornecedores	76.514	-	-	-	76.514
Outras contas a pagar e Agenersa	70.628	-	-	12.047	82.675

(i) Como os valores incluídos na tabela são fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos financiamentos e parcelamentos.

(ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em convenção da Administração da Companhia, de modo a garantir uma análise adequada dos fluxos de pagamentos das principais obrigações ao longo do tempo.

Conforme demonstrado na tabela acima e detalhado na Nota 13, a Companhia vem buscando alinhar a sua geração de caixa às suas necessidades de desembolso e, ações concretas vêm sendo adotadas pela Administração, como a captação de recursos através de diversas operações financeiras, e que resultou em uma redução nas taxas de juros e consequente alongamento dos prazos de pagamento.

5.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a CEDAE monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (considerando os de curto e os de longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Em 31 de dezembro de 2024, os índices de alavancagem financeira são calculados da seguinte forma:

	2024	**2023**
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 13)	**599.968**	408.818
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	**(2.784.708)**	(2.246.479)
(Excesso de Caixa) / Dívida líquida	**(2.184.740)**	(1.837.661)
Total do patrimônio líquido	**6.417.328**	5.429.268
Capitalização total	**4.232.588**	3.591.607
Índice de alavancagem financeira (dívida líquida/patrimônio líquido)	**N/A**	N/A

5.3. Classificação dos níveis hierárquicos de mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros, a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado.

A Nota 5.5 apresenta a definição da classificação dos níveis hierárquicos de mensuração do valor justo para os principais ativos e passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2024.

5.4. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado estão apresentados a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos e aplicações financeiras têm seus valores de mercado idênticos ou muito próximos aos saldos contábeis.

Empréstimos e recebíveis

Incluem recebíveis, depósitos judiciais, saldos com fornecedores, bem como empréstimos e financiamentos e debêntures, ambos em moeda nacional.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A gestão desses instrumentos é efetuada pela Administração por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicação de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta

Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4

www.cedae.com.br



5.5. Definição da classificação dos níveis hierárquicos dos instrumentos financeiros

	2024	2023
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa (Nível 1)	**2.784.708**	2.246.479
Títulos e valores mobiliários (Nível 2)	**101.262**	111.128
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Contas a receber de clientes (Nível 2)	**1.639.021**	1.235.050
Ativos Financeiros Concessões – ERJ (Nível 2)	**3.028.465**	3.086.459
Depósitos judiciais (Nível 2)	**1.723.598**	2.119.963
Outros créditos (Nível 2)	**29.687**	33.869
	9.306.741	8.832.948

	2024	2023
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos e debêntures (Nível 2)	**599.968**	408.818
Empreiteiros e fornecedores (Nível 2)	**83.946**	76.514
Outras contas a pagar (Nível 2)	**217.429**	200.694
	901.343	686.026

5.6. Qualidade de crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou sujeitos à provisão para deterioração pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como caixa e aplicações financeiras, a Companhia considera o menor *rating* da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de *rating* (Moody's, Fitch Ratings e Standard & Poor's), conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

	2024	2023
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo (Nota 6)	**2.784.708**	2.246.479
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	**101.262**	111.128
	2.885.970	2.357.607
Depósitos e bloqueios judiciais (Nota 16)	**1.723.598**	2.119.963

As aplicações financeiras foram realizadas em instituições com as seguintes classificações de risco de crédito:

31/12/2024		
RATING	**VALOR**	**%**
AAA	2.537.706	92%
A-	231.620	8%
TOTAL	**2.769.326**	**100%**

5.7. Análise de sensibilidade

A seguir é apresentado o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que possam gerar impactos significativos para a Companhia. São apresentados dois cenários, a fim de demonstrar os saldos dos ativos e passivos financeiros convertidos a uma taxa projetada para 31 de março de 2025 com apreciação de 25% e 50% no Cenário I e 25% e 50% de deterioração no Cenário II, conforme tabela abaixo.

Cenário I

		Projetada para 31 de março de 2025		
Instrumentos financeiros	**Indexador**	**Valor de risco provável**	**Taxa maior em 25%**	**Taxa maior em 50%**
Ativo financeiro				
Aplicações financeiras	CDI	**2.967.211**	**2.992.293**	**3.017.374**
Total		**2.967.211**	**2.992.293**	**3.017.374**
Passivo financeiro				
CCB - Subcréditos	TR	**603.160**	**603.463**	**603.767**
Prece	INPC	**329.785**	**330.777**	**331.768**
Total		**932.945**	**934.240**	**935.535**

Referências para passivos financeiros - Cenário I	**Taxa projetada para 31 de março de 2025**	**Aumento da taxa em 25%**	**50%**
CDI - trimestral	**3,50%**	**4,37%**	**5,25%**
TR - trimestral	**0,20%**	**0,25%**	**0,30%**
INPC - trimestral	**1,22%**	**1,52%**	**1,83%**

Cenário II

		Projetada para 31 de março de 2025		
Instrumentos financeiros	**Indexador**	**Valor de risco provável**	**Taxa menor em 25%**	**Taxa menor em 50%**
Ativo financeiro				
Aplicações financeiras	CDI	**2.967.211**	**2.942.130**	**2.917.048**
Total		**2.967.211**	**2.942.130**	**2.917.048**
Passivo financeiro				
CCB - Subcréditos	TR	**603.160**	**602.856**	**602.552**
Prece	INPC	**329.785**	**328.793**	**327.801**
Total		**932.945**	**931.649**	**930.353**

Referências para passivos financeiros - Cenário II	**Taxa projetada para 31 de março de 2025**	**Redução da taxa em 25%**	**50%**
CDI - trimestral	**3,50%**	**2,62%**	**1,75%**
TR - trimestral	**0,20%**	**0,15%**	**0,10%**
INPC - trimestral	**1,22%**	**0,91%**	**0,61%**

Os índices utilizados tiveram como fonte:

CDI - https://calculadorarendafixa.com.br/#
TR - https://www.portalbrasil.net/tr_mensal/
INPC - https://sidra.ibge.gov.br/**tabela**/7063#/n1/all/n7/all/n6/all/v/68/p/202312/c315/all/d/v68%202/l/,t+p+v,c315/resultado

Essas análises de sensibilidade têm como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os instrumentos financeiros da Companhia. Tais valores quando de sua liquidação poderão apresentar valores diferentes dos demonstrados acima, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e contas movimento	**15.382**	9.721
Aplicações financeiras	**2.769.326**	2.236.758
	2.784.708	2.246.479

Aplicações financeiras

	Modalidades	2024	2023
BTG Pactual	Fundos Renda Fixa	**850.631**	**820.310**
Caixa Econômica	Fundos Renda Fixa	**547.967**	**422.828**
Itaú	Fundos Renda Fixa	**435.217**	**401.285**
XP	Fundos Renda Fixa	**51.292**	**214.660**
Santander	Fundos Renda Fixa	**263.051**	**146.097**
Master	CDB	**231.620**	**206.212**
Banco do Brasil	Fundos Renda Fixa	**128.063**	-
Bradesco	Fundos Renda Fixa	**178.759**	-
Outros	Fundos Renda Fixa ou CDBs	**82.726**	**25.366**
Total		**2.769.326**	**2.236.758**

O excedente de caixa da Companhia é aplicado em ativos financeiros de acordo com as diretrizes e limites definidos na Política de Aplicações Financeiras da Companhia: ativos financeiros de alta liquidez, de baixo risco e em moeda nacional, tendo como meta esperada repor a rentabilidade do CDI do ano.

Os instrumentos financeiros são predominantemente representados por fundos de investimentos com alta liquidez, sendo conversíveis em recursos disponíveis em até um dia útil (D+1), sendo que a maioria é resgatável em D+0, de acordo com as necessidades de caixa da Companhia, sem que o resgate implique em relevante alteração de valor.

Em 2024 as aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 100,26% do CDI, equivalente a 10,90%.

As receitas financeiras decorrentes de aplicações financeiras, classificadas nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, totalizaram R$271.454 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R$303.803 em 2023) (Nota 24.b).

7. Títulos e valores mobiliários

	Natureza	2024	Rentabilidade	2023	Rentabilidade
Não Circulante					
Fundo de Investimento imobiliário Caixa Cedae (Fiicc)	Fundo Invest. Renda Fixa	**64.206**	**10,74%**	57.980	12,91%
Fundo de Investimento em cotas Fundações – Novo Guandu (Fic)	Fundo Invest. Renda Fixa	**23.554**	**10,31%**	39.477	12,48%
Fundo de Investimento Imobiliário – Banco do Brasil (“Ficc”)	Fundo Invest. Imobiliário	**7.260**	**-1,21%**	7.349	10,72%
Outros	Fundo Invest. Renda Fixa	**6.242**	**10,74%**	6.322	12,69%
		101.262		111.128	

* Os fundos de investimentos possuem prazo de vencimento indeterminado.

8. Contas a receber de clientes

	2024	2023
Contas a receber faturadas (Antes do Leilão dos Blocos)	**17.406.124**	17.504.502
Contas a receber – Concessionárias (a)	**1.536.824**	1.164.819
Parcelamentos	**282.402**	349.618
Consumo a faturar	**3.317**	2.905
	19.228.667	19.021.844
Provisão para perdas de créditos esperadas (Nota 8.1)	**(17.589.646)**	(17.786.794)
Contas a receber de clientes	**1.639.021**	1.235.050
Circulante	**1.470.234**	1.013.921
Não circulante	**168.787**	221.129
	1.639.021	1.235.050

(a) As contas a receber do Bloco 4, totalizam R$1.212.034, desse total R$611.817 refere-se a faturamentos à vencer, e R$600.217 (saldo sem atualização) são relacionados ao diferimento concedido a Águas do Rio 4 SPE S/A, conforme Termo de Compromisso assinado em 10 de julho de 2023. Em 06 de junho de 2025 a CEDAE e a Concessionária Águas do Rio 4 firmaram acordo de cooperação e convergência, no qual a Águas do Rio 4 se compromete a quitar o diferimento atualizado até a data do referido acordo (06/06/25) no montante de R$811.760 mil, através da entrega de obras em um período máximo de três anos. O acordo firmado entre as partes foi submetido a análise de sua validade ao jurídico interno da Companhia, bem como, à Procuradoria Geral do Estado (PGE), que emitiram parecer favorável, conforme parecer DJU/DMMR nº 016/2025 – CEDAE datado de 12 de maio de 2025 e o parecer PGE nº 033/2025 – GUB/PG 17 datado de 22 de maio de 2025.

8.1. Composição de contas a receber por classificação de cliente e por idade

A segregação das contas a receber entre órgãos da Administração Pública e terceiros, em 31 de dezembro de 2024, encontra-se detalhada a seguir:

	Terceiros	Federal	Estadual	Municipal	Total
A vencer	**1.700.712**	**192**	**99.779**	**14.209**	**1.814.892**
Vencidas em até 30 dias	**7.581**	**33**	**91**	**793**	**8.498**
Vencidas de 31 a 60 dias	**9.934**	**31**	**11**	**582**	**10.558**
Vencidas de 61 a 90 dias	**11.601**	**11**	**10**	**692**	**12.314**
Vencidas de 91 a 180 dias	**20.255**	**3**	**91**	**2.136**	**22.485**
Vencidas mais de 180 dias	**15.709.848**	**236.003**	**65.119**	**815.399**	**16.826.369**
Grandes Clientes	**927.533**	**-**	**-**	**-**	**927.533**
Arrecadação a Discriminar	**(393.982)**	**-**	**-**	**-**	**(393.982)**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**17.993.482**	**236.273**	**165.101**	**833.811**	**19.228.667**

	Terceiros	Federal	Estadual	Municipal	Total
A vencer	1.364.545	181	127.857	17.591	1.510.174
Vencidas em até 30 dias	12.173	1	2.578	3.413	18.165
Vencidas de 31 a 60 dias	16.802	-	7	1.027	17.836
Vencidas de 61 a 90 dias	8.841	-	24	973	9.838
Vencidas de 91 a 180 dias	24.477	-	35	5.235	29.747
Vencidas mais de 180 dias	15.809.226	236.373	64.481	803.783	16.913.863
Grandes Clientes	906.260	-	-	-	906.260
Arrecadação a Discriminar	(384.039)	-	-	-	(384.039)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	17.758.285	236.555	194.982	832.022	19.021.844

Abaixo, são apresentadas as informações sobre a exposição ao risco de crédito nas contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2024, utilizando-se de uma matriz de provisão:

Taxa de atraso em 31/12/2024	Terceiros	Federal	Estadual	Municipal
A vencer	**0,04%**	**100%**	**100%**	**100%**
Vencidas em até 30 dias	**0,05%**	**100%**	**100%**	**100%**
Vencidas de 31 a 60 dias	**0,06%**	**100%**	**100%**	**100%**
Vencidas de 61 a 90 dias	**0,07%**	**100%**	**100%**	**100%**
Vencidas de 91 a 180 dias	**0,13%**	**100%**	**100%**	**100%**
Vencidas mais de 180 dias	**98,47%**	**100%**	**100%**	**100%**
Grandes Clientes	**95,31%**	**-**	**-**	**-**

Taxa de atraso em 31/12/2023	Terceiros	Federal	Estadual	Municipal
A vencer	0,04%	100%	100%	100%
Vencidas em até 30 dias	0,08%	100%	100%	100%
Vencidas de 31 a 60 dias	0,11%	100%	100%	100%
Vencidas de 61 a 90 dias	0,06%	100%	100%	100%
Vencidas de 91 a 180 dias	0,15%	100%	100%	100%
Vencidas mais de 180 dias	99,12%	100%	100%	100%
Grandes Clientes	94,06%	-	-	-

A composição por idade do contas a receber líquido da provisão para perdas de crédito esperadas está apresentada a seguir:

	Terceiros	Federal	Estadual	Municipal	Total
A vencer	**1.700.071**	**-**	**-**	**-**	**1.700.071**
Vencidas em até 30 dias	**7.577**	**-**	**-**	**-**	**7.577**
Vencidas de 31 a 60 dias	**9.928**	**-**	**-**	**-**	**9.928**
Vencidas de 61 a 90 dias	**11.593**	**-**	**-**	**-**	**11.593**
Vencidas de 91 a 180 dias	**20.229**	**-**	**-**	**-**	**20.229**
Vencidas mais de 180 dias	**240.145**	**-**	**-**	**-**	**240.145**
Grandes Clientes	**43.460**	**-**	**-**	**-**	**43.460**
Arrecadação a Discriminar	**(393.982)**	**-**	**-**	**-**	**(393.982)**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.639.021**	**-**	**-**	**-**	**1.639.021**

	Terceiros	Federal	Estadual	Municipal	Total
A vencer	1.363.999	-	-	-	1.363.999
Vencidas em até 30 dias	12.164	-	-	-	12.164
Vencidas de 31 a 60 dias	16.784	-	-	-	16.784
Vencidas de 61 a 90 dias	8.836	-	-	-	8.836
Vencidas de 91 a 180 dias	24.440	-	-	-	24.440
Vencidas mais de 180 dias	138.990	-	-	-	138.990
Grandes Clientes	53.876	-	-	-	53.876
Arrecadação a Disc.	(384.039)	-	-	-	(384.039)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.235.050	-	-	-	1.235.050

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas pode ser demonstrada da seguinte forma:

Saldo em 1º de janeiro de 2023	(17.850.228)
Constituição (Nota 22.b)	(289.932)
Reversão (Nota 22.b)	353.366
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(17.786.794)
Constituição (Nota 22.b)	**(105.141)**
Reversão (Nota 22.b)	**302.289**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(17.589.646)**

9. Transações com partes relacionadas

i) Transações e saldos

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía os seguintes saldos com o acionista Controlador, o Estado do Rio de Janeiro, e órgãos relacionados:

	2024	2023
Ativo		
Circulante		
Contas a receber de órgãos estaduais (a)	**68.145**	69.893
	68.145	69.893
Não circulante		
Ativos Financeiros Concessões – ERJ (Nota 10)	**3.028.465**	3.086.459
Contas a receber de órgãos estaduais (a)	**64.568**	64.335
	3.093.033	3.150.794
	3.161.178	3.220.687

	2024	2023
Passivo		
Circulante		
Prece (c)	**(96.801)**	(35.943)
Cedae Saúde (c)	**(35.828)**	(28.934)
	(132.629)	(64.877)
Não circulante		
Adiantamentos para futuro aumento de capital (b)	**(26.944)**	(26.944)
Prece (c)	**(263.797)**	(324.559)
Cedae Saúde (c)	**(2.569.688)**	(2.742.946)
	(2.860.429)	(3.094.449)
Saldo líquido	**168.120**	61.361

	2024	2023
Resultado		
Passivo atuarial (Nota 19)	**(293.719)**	(228.138)
Serviços de abastecimento de água e esgoto (d)	**36.030**	30.969
Provisão para perdas de crédito esperada	**(68.145)**	(69.893)
Instituto Estadual do Ambiente (“Inea”) (e)	**(1.541)**	(1.537)
	(327.375)	(268.599)

Eufrázio



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta

Inscrição Estadual: 84.780.707 **CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04** **NIRE n.º 33.3.000.8797-4**

www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO

(a) Contas a receber de órgãos estaduais são valores a receber pela prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos para o Estado do Rio de Janeiro e demais órgãos a ele relacionados, em termos e condições praticados com terceiros não relacionados.

(b) Os créditos para futuro aumento de capital foram decorrentes de pagamentos efetuados diretamente pelo Estado do Rio de Janeiro, de obras com saneamento básico, contratados pela CEDAE.

(c) Os saldos do passivo atuarial com a Prece e Cedae Saúde estão devidamente demonstrados na Nota 19.

(d) Refere-se à prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos para o Estado do Rio de Janeiro e demais órgãos a ele relacionados, nos mesmos termos negociais efetuados com terceiros.

(e) Refere-se a valores pagos ao Inea pela retirada de água dos rios e mananciais, para utilização no processo operacional da Companhia.

ii) Remuneração do pessoal-chave da Administração e da Governança

O pessoal-chave da Administração e da governança inclui os conselheiros e diretores, os membros do Comitê de Auditoria e o chefe da auditoria interna. A remuneração paga e a pagar está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Salários e encargos sociais	**9.789**	8.159
Plano de assistência médica	**161**	81
Planos de aposentadoria e pensão	**125**	75
Outros	**592**	285
	10.667	8.600

Esses valores foram aprovados na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2024.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços acordados pelas partes. Os saldos em aberto no fim do exercício não estão atrelados a garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

10. Ativos Financeiros Concessões - GERJ

	31/12/2024	31/12/2023
Indenização dos Ativos Leiloados (a)	**2.797.075**	2.794.755
Valores a receber – Obras Realizadas (b)	**231.390**	291.704
	3.028.465	3.086.459

a) A Companhia possui registrado em 31 de dezembro de 2024 o montante de R$2.797.075 (R$2.794.755 em 31 de dezembro de 2023) referentes à indenização dos ativos não amortizados em decorrência do encerramento antecipado dos contratos de programa dos serviços municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário. O saldo é realizado em parcelas, anuais e sucessivas, no valor mínimo de R$ 150.000, acrescida de atualização monetária anual, com base na inflação oficial acumulada nos meses de intervalo entre os pagamentos, considerando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ou outro índice que vier a substituí-lo. As parcelas serão adimplidas até 31 de dezembro do ano de vencimento preferencialmente por intermédio de dividendos e juros sobre capital próprio pagos pela CEDAE, apurados com base no balanço patrimonial do exercício anterior. Em caso de insuficiência dos dividendos e juros sobre capital próprio para o adimplemento da obrigação prevista no Termo de Compromisso, o Estado do Rio de Janeiro complementará o pagamento por meio de recursos orçamentários até alcançar o valor mínimo previsto.

O saldo foi registrado conforme Termo de Compromisso firmado pelo Estado do Rio de Janeiro, com a interveniência e anuência da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA, aprovado pela Diretoria e pelo Conselho de Administração da CEDAE, conforme ATA da Reunião do Conselho do dia 17 de abril de 2023.

A movimentação do Ativo Financeiro pode ser demonstrada da seguinte forma:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.786.821
Atualização monetária	128.778
Juros compensatórios	29.156
Baixa Compensação de Dividendos	(257)
Recebimento do Governo do Rio de Janeiro	(149.743)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2.794.755**
Atualização monetária	135.022
Juros compensatórios	27.694
Baixa Compensação de Dividendos	(100.128)
Recebimento do Governo do Rio de Janeiro	(60.268)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**2.797.075**

A metodologia de precificação dos ativos não amortizados da Companhia foi analisada pela Comissão Especial criada pela Secretaria de Estado da Casa Civil, através da RESOLUÇÃO N° 85, de 05 de outubro de 2022, conforme Relatório publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 06 de outubro de 2022(SEI/ERJ - 42198661 – Relatório).

b) Em 28 de dezembro de 2023 foi celebrado o Oitavo Termo Aditivo ao encontro de contas de 08 de agosto de 2007 entre o Estado do Rio de Janeiro e a CEDAE, em que o Estado reconhece ser devedor de R$ 291.705, em valores de abril de 2023, resultante da inadimplência parcial do Estado na quitação da dívida prevista na Cláusula Segunda do Termo Aditivo de 19 de setembro de 2012, Processo Administrativo nº SEI-150001/010085/2023, no qual o ESTADO se comprometeu a realizar a dação em pagamento, para a CEDAE, dos bens patrimoniais, que seriam incorporados ao ativo da Companhia, após a conclusão das seguintes obras: (i) Ampliação do sistema de abastecimento de água do bairro Parque Fluminense; (ii) Implantação do sistema de abastecimento de água de Inoã e Itaipuaçu; (iii) Ampliação do sistema de abastecimento de água do bairro Campo Grande;

Para a quitação do débito reconhecido e confesso, o ESTADO se compromete a pagar o valor de R$ 291.705, equivalente a 67.323.219 (sessenta e sete milhões, trezentos e vinte e três mil, duzentos e dezenove) UFIR-RJ do exercício 2023, igual a 4,3329, segundo Resolução da SEFAZ nº 482 de 23 de dezembro de 2022, atualizado pelo INPC, em 48 parcelas mensais no valor de R$6.077 (seis milhões e setenta e sete reais), com início em janeiro de 2024 e vencimento todo dia 25 de cada mês, ou primeiro dia útil subsequente. Os valores das parcelas serão corrigidos pela UFIR-RJ do ano do efetivo pagamento, acrescidos de 1% a.a. a título de juros compensatórios.

A movimentação do Ativo Financeiro pode ser demonstrada da seguinte forma:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	291.704
Pagamento do ERJ – Estado do Rio de Janeiro	(76.430)
Atualização monetária	13.825
Juros compensatórios	2.291
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**231.390**

11. Intangível e ativo de contrato

	Taxa de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil 2024	Valor contábil 2023
Contratos em negociação para renovação	**12**	**89.689**	**(79.475)**	**10.214**	137.832
Contratos programas	**3**	**16.732**	**(9.935)**	**6.797**	7.365
Contratos concessão	**7**	**42.953**	**(17.052)**	**25.901**	26.821
Município do Rio de Janeiro	**10**	**2.595.433**	**(880.148)**	**1.715.285**	1.769.894
Intangíveis não afetos	**12**	**2.936.164**	**(1.194.685)**	**1.741.479**	1.599.633
Marcas e patentes	**7**	**127**	**(77)**	**50**	58
Ativo de contrato (obras em andamento)	**-**	**1.148.971**	**-**	**1.148.971**	908.316
		6.830.069	**(2.181.372)**	**4.648.697**	4.449.919

	31/12/2023	Adições (*)	Baixa	Prov. Perda Teresópolis	Baixa Adiantamento Teresópolis	Amortização	Créditos Fiscais	Transferências	Capitalização de Juros	31/12/2024
Contratos em negociação para renovação (i)	137.832	**200**	**-**	**(53.627)**	**(74.047)**	**(144)**	**-**	**-**	**-**	**10.214**
Contratos programas (ii)	7.365	**-**	**-**	**-**	**-**	**(568)**	**-**	**-**	**-**	**6.797**
Contratos concessão (iii)	26.821	**-**	**-**	**-**	**-**	**(920)**	**-**	**-**	**-**	**25.901**
Município do Rio de Janeiro (iv)	1.769.894	**-**	**-**	**-**	**-**	**(54.673)**	**64**	**-**	**-**	**1.715.285**
Intangíveis não afetos (v)	1.599.633	**568**	**-**	**-**	**-**	**(90.837)**	**135**	**231.980**	**-**	**1.741.479**
Marcas e patentes	58	**-**	**-**	**-**	**-**	**(8)**	**-**	**-**	**-**	**50**
Ativo de contrato (obras em andamento) (vi)	908.316	**486.374**	**(2.056)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(252.652)**	**8.989**	**1.148.971**
	4.449.919	**487.142**	**(2.056)**	**(53.627)**	**(74.047)**	**(147.150)**	**199**	**(20.672)**	**8.989**	**4.648.697**

	2022	Adições (*)	Baixa	Prov. Perda Teresópolis	Amortização	Créditos Fiscais	Transferências	Capitalização de Juros	31/12/2023
Contratos em negociação para renovação (i)	157.395	-	-	(14.327)	(5.236)	-	-	-	137.832
Contratos programas (ii)	7.935	-	-	-	(570)	-	-	-	7.365
Contatos de concessão (iii)	27.697	45	-	-	(921)	-	-	-	26.821
Município do Rio de Janeiro (iv)	1.824.580	-	-	-	(54.687)	1		-	1.769.894
Intangíveis não afetos (v)	1.653.972	6.370	-	-	(73.296)	18	12.569	-	1.599.633
Marcas e patentes	66	-	-	-	(8)	-	-	-	58
Ativo de contrato (obras em andamento) (vi)	521.650	396.076	-	-	-	-	(12.637)	3.227	908.316
	4.193.295	402.491	-	(14.327)	(134.718)	19	(68)	3.227	4.449.919

(*) As adições ocorridas no exercício de 2024 totalizaram R$487.142 com recursos próprios, (R$402.491 em 2023 com recursos próprios).

A Companhia opera contratos de concessão que preveem a prestação de serviços de saneamento básico e ambiental, captação, adução, tratamento e distribuição de água tratada, e coleta, e tratamento de esgotamento sanitário. Esses contratos de concessão estabelecem direitos e deveres relativos aos bens relacionados à prestação de serviço público. Os contratos preveem que os bens relacionados à prestação de serviços serão revertidos aos municípios ao fim do período de concessão.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia operava em 15 municípios no Estado do Rio de Janeiro (17 em 31 de dezembro de 2023). Na maior parte desses municípios o período de concessão é de 30 anos (Nota 1).

Os intangíveis estão assim classificados:

(i) Contratos em negociação para renovação

Até 31 de dezembro de 2024, permaneciam em fase de negociação cinco contratos de concessão com municípios, sem prejuízo da continuidade da prestação de serviço. O valor contábil do intangível utilizado nestes municípios totalizava R$10.214 em 31 de dezembro de 2024 (R$137.832 em 2023) e os encargos de amortização desses municípios durante o exercício findo nessa data foram de R$5.637 (R$79.331 em 2023). Os contratos de concessão preveem que os bens afetos à distribuição serão revertidos aos municípios no final do prazo, mediante indenização pelo valor residual ou valor de mercado de acordo com o estipulado em cada contrato ou a prorrogação da vigência do contrato (Nota 1).

A Companhia vem trabalhando recorrentemente para a obtenção de resultados positivos no processo de renovação dos contratos de programas junto aos municípios que ainda não renovaram seus contratos com a CEDAE (Nota 2.8.2).

(ii) Contratos de programa - investimentos realizados

Referem-se às renovações dos contratos celebrados nas décadas de 70 e 80, denominados de concessão, através de contratos de programa nos moldes da Lei Federal nº 11.445/2007, que tem por objeto a prestação de serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em que a Companhia detém concessão dos bens existentes, adquiridos ou construídos durante a vigência destes contratos que estão sendo amortizados pela vida útil dos bens relacionados. Ao final dos contratos de programa, o valor residual dos ativos afetos aos contratos é calculado pela Companhia e caso o Poder Concedente opte pela assunção dos serviços deverá antes adimplir o montante apurado dos ativos afetos. Se a quitação de tais ativos não ocorrer, a concessão é prorrogada até a efetiva quitação.

(iii) Contratos de concessão

Os contratos de concessão e de programa preveem que os bens de distribuição serão revertidos ao município ao final do período contratual, pelo valor residual ou valor de mercado, de acordo com os termos de cada contrato. A amortização é calculada de acordo com método linear, que considera a vida útil dos bens. Ao final dos contratos de concessão, o valor residual dos ativos afetos aos contratos é calculado pela Companhia e caso o município opte pela assunção dos serviços deverá antes adimplir o montante apurado dos ativos afetos. Se a quitação de tais ativos não ocorrer, a concessão é prorrogada até a efetiva quitação.

(iv) Município do Rio de Janeiro

No Município do Rio de Janeiro foi celebrado o Termo de reconhecimento recíproco de direitos e obrigações que constitui um ato jurídico perfeito firmado pelo Estado, Município e CEDAE para a gestão associada dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário pelo prazo de 50 anos, automaticamente renovável por mais 50 anos.

Como parte desse termo, a Companhia tem a obrigação, em conjunto com o Município do Rio de Janeiro, de instalar, em suas respectivas áreas de atuação, de forma gradual e progressiva, sistemas de esgotamento sanitário pelo método de separadores absolutos, substituindo a utilização das galerias de águas pluviais e canais de drenagem pluvial para transporte de efluentes provenientes de unidades de tratamento de esgotos, que permanecerá em caráter transitório e sem quaisquer ônus. A Administração da Companhia cumprirá essa obrigação até o término do referido termo, previsto para o ano de 2057. Os bens estão sendo amortizados durante o tempo de vida útil.

(v) Intangíveis não afetos às concessões (adutoras e outros)

Referem-se à infraestrutura necessária à execução dos serviços prestados em comum a todos os contratos de concessão, a qual, consequentemente, não pode ser individualmente vertida a nenhum município ao final do contrato de concessão. Essa infraestrutura em comum fica de forma vitalícia sob contrato de concessão, uma vez que os prazos dos contratos com os municípios não convergem.

(vi) Obras em andamento - Ativo de contrato

As obras em andamento referem-se, principalmente, a novos projetos e são representados por redes e ligações de tratamento de água no valor de R$1.148.971 em 31 de dezembro de 2024 (R$908.316 em 2023).

(vii) Reavaliação

A Companhia optou pela isenção do custo atribuído, conforme permitido pelo pronunciamento técnico CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, mantendo, assim, os seus bens do imobilizado, transferidos posteriormente para o intangível, pelos valores reavaliados na data-base de 2006. Em virtude do exposto, a Companhia reclassificou, em 1º de janeiro de 2009, o valor integral da reserva de reavaliação para outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Foram realizados, por amortização ou baixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os montantes de R$95.772 (R$100.400 em 2023) de outros resultados abrangentes, registrados em contrapartida da conta de "Lucros acumulados", deduzidos dos efeitos tributários (Nota 20.f).

Em 31 de dezembro de 2024, a contribuição social registrada no passivo não circulante decorrente desse acréscimo patrimonial de R$9.472 (R$9.930 em 2023) (Nota 17).

12. Imobilizado

	Taxa de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil 2024	Valor contábil 2023
Terrenos	-	**51.037**	**-**	**51.037**	50.438
Edificações	4	**18.172**	**(10.844)**	**7.328**	7.411
Máquinas, equipamentos e instalações	10	**25.862**	**(14.022)**	**11.840**	11.114
Móveis e utensílios	10	**4.879**	**(3.685)**	**1.194**	956
Computadores	20	**30.433**	**(11.642)**	**18.791**	447
Veículos	20	**2.294**	**(2.284)**	**10**	15
Benfeitorias	2	**1.096**	**(684)**	**412**	413
Máquinas, tratores e similares	20	**1.249**	**(1.249)**	**-**	-
		135.022	**(44.410)**	**90.612**	70.794

As movimentações do ativo imobilizado durante os exercícios de 2024 estão demonstradas a seguir:

	2023	Adições	Baixas	Depreciação	Crédito fiscal	Prov. Perda Teresópolis	Baixa Adiantamento Teresópolis	Transferências	2024
Terrenos	50.438	**599**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**51.037**
Edificações	7.411	**562**	**-**	**(645)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**7.328**
Máquinas, equipamentos e instalações	11.114	**2.659**	**-**	**(1.781)**	**-**	**(66)**	**(86)**	**-**	**11.840**
Móveis e utensílios	956	**442**	**-**	**(168)**	**-**	**(15)**	**(21)**	**-**	**1.194**
Computadores	447	**1.668**	**-**	**(3.996)**	**-**	**-**	**-**	**20.672**	**18.791**
Veículos	15	**-**	**-**	**(5)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**10**
Benfeitorias	413	**-**	**-**	**(44)**	**43**	**-**	**-**	**-**	**412**
Máquinas, tratores e similares	-	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
	70.794	**5.930**	**-**	**(6.639)**	**43**	**(81)**	**(107)**	**20.672**	**90.612**

	2022	Adições	Baixas	Depreciação	Crédito fiscal	Prov. Perda Teresópolis	Transferência Ativo Imobilizado	2023
Terrenos	50.438	-	-	-	-	-	-	50.438
Edificações	8.056	-	-	(645)	-	-	-	7.411
Máquinas, equipamentos e instalações	9.133	3.597	-	(1.636)	-	(20)	40	11.114
Móveis e utensílios	875	203	-	(150)	-	-	28	956
Computadores	178	369	-	(100)	-	-	-	447
Veículos	20	-	-	(5)	-	-	-	15
Benfeitorias	453	-	-	(43)	3	-	-	413
Máquinas, tratores e similares	48	-	-	(48)	-	-	-	-
	69.201	4.169	-	(2.627)	3	(20)	68	70.794

a) Ativos dados em garantia

A Companhia não possui ativos imobilizados dados como garantia em operações realizadas com terceiros.

b) Imóveis pendentes de regularização

Conforme apresentado no laudo de avaliação dos peritos (exercício-base 2005), a Companhia possui a posse de 581 imóveis, no valor de R$115.583 e de 85 terrenos no valor de R$55.803, pendentes de legalização. A Administração determinou a área de patrimônio que envide todos os esforços necessários para regularização dos imóveis no menor tempo possível. Somente quando da regularização desses imóveis é que tais ativos serão reconhecidos contabilmente pela Companhia.

c) A depreciação acima não está apresentada com os efeitos de redução ocorridos através do benefício de recuperação de créditos fiscais de Pasep e Cofins baseados nas Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003.

13. Empréstimos e financiamentos

	2024	2023	Vencimento	Taxa
Financiamento - CCB FGTS 1ª Tranche (b)	**438.150**	378.239	2038	8,5% + TR a.a.
Financiamento - CCB FGTS 2ª Tranche (b)	**111.976**	27.597	2039	8,5% + TR a.a.
Financiamento - CCB FGTS 3ª Tranche (b)	**49.842**	2.982	2041	8,7% + TR a.a.
	599.968	408.818		

	2024	2023
Circulante	**26.143**	15.871
Não circulante	**573.825**	392.947
	599.968	408.818

Os financiamentos junto à Caixa Econômica Federal (CEF) foram captados para aplicação em ampliação de redes de águas e esgotos sanitários, como também para ampliação de estações de tratamento, incidindo sobre eles as taxas de juros demonstradas acima. Os referidos empréstimos e financiamentos não apresentam cláusulas restritivas e garantias.

A movimentação dos financiamentos é dada como segue:

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	**408.818**	416.827
Captação	**226.393**	-
Devolução não funcionalidade	**(18.666)**	-
Juros e variação monetária	**43.259**	43.154
Amortizações	**(20.117)**	(15.948)
Juros pagos	**(39.719)**	(35.215)
Saldo	**599.968**	408.818



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta

Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4

www.cedae.com.br



As parcelas de longo prazo referentes aos contratos de financiamentos, com base nas regras definidas, têm os seguintes vencimentos:

	2024	2023
2026	**26.143**	15.871
2027	**26.143**	15.871
2028 em diante	**521.539**	361.205
	573.825	392.947

Financiamento junto à Caixa Econômica Federal (Ampliação e Melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense Construção Complexo Guandu 2)

Em 30 de dezembro de 2014, a Companhia assinou com a Caixa Econômica Federal a CCB nº 433.257-52 no valor de R$1.076.596 (1ª tranche) em 23 de dezembro de 2015, a CCB n° 441.050-71 no valor de R$1.390.817 (2ª tranche) em 30 de junho de 2017, a CCB n° 441.054-75 no valor de R$570.087 (3ª tranche). Esses valores referem-se à totalidade da operação de crédito de R$3.037.500, que foi captada junto à Caixa Econômica Federal para a ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense, tais obras foram transferida para a concessão referente ao bloco 4 e na construção do Complexo Guandu 2, que consiste na implantação de uma nova estação de tratamento com produção de 12 mil litros de água por segundo, com elevatória de água tratada, linha de recalque (tubulação que abastece o reservatório) e reservatório com capacidade para armazenar 57 milhões de litros de água potável.

Esses recursos também estão sendo usados para a implementação de novos sistemas de tratamento de água para a Baixada Fluminense como o Sistema de Tratamento de Água do Novo Guandu, que consiste na construção de da ETA Novo Guandu , Adutoras, Tronco Distribuidor e um reservatório com capacidade de 55 milhões de litros, e Sistema de Tratamento de Xerém em Duque de Caxias. Além das referidas obras, esses recursos foram utilizados para o assentamento de 46km de adutoras, implantação de 04 elevatórias, construção de 05 reservatórios, além do assentamento de 338km de troncos e rede de distribuição, além da execução de cerca de 4 mil ligações domiciliares, beneficiando diretamente os municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Belford Roxo, Queimados, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Rio de Janeiro.

No momento, todas as tranches estão na fase de desembolso. O prazo para o desembolso dos recursos é de 48 meses da data da assinatura das referidas cédulas, sendo permitida a sua prorrogação.

O Financiamento (CCB nº 433.257-52 - 1ª tranche) possui carência de 48 meses, encerrados em 20 de janeiro de 2019. A amortização será feita por meio de 240 parcelas mensais, sendo a primeira amortização com vencimento em 15 de fevereiro de 2019. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo constituído deste financiamento é de R$438.150 (R$378.239 em 31 de dezembro de 2023). Os juros remuneratórios dessa CCB são de TR + 8,5% a.a. Cumpre informar que houve uma devolução no valor de R$ 17.084, devido a obras já realizadas que não se enquadram nos quesitos de funcionalidade avaliados pelo corpo técnico do credor do referido financiamento. Consequentemente, esse montante é deduzido do saldo devedor e retorna ao montante do crédito previsto em contrato a ser desembolsado. Em 13 de novembro de 2024 ocorreu um novo desembolso de R$ 90.713.

A 2ª tranche (CCB nº 441.050-71) também apresenta carência de 48 meses com juros remuneratórios de TR + 8,5% a.a. A amortização será feita por meio de 240 parcelas mensais, sendo a primeira amortização com vencimento em 15 de janeiro de 2020. Em 30 de setembro de 2024, o saldo constituído desse financiamento é de R$111.976 (R$27.597 em 31 de dezembro de 2023). Informamos que, em maio de 2024, houve um desembolso de R$ 63.378, indicando a retomada dos desembolsos dos valores aprovados em contrato para a execução dos investimentos. Em 29 de agosto de 2024 ocorreu um novo desembolso de R$ 21.387. Em 14 de novembro de 2024 ocorreu um desembolso de R$ 2.078.

A 3ª tranche (CCB nº 441.054-75) também apresenta carência de 48 meses com juros remuneratórios de TR + 8,7% a.a. A amortização será feita por meio de 240 parcelas mensais, sendo a primeira amortização com vencimento em 15 de julho de 2021. Em 30 de setembro de 2024, o saldo constituído desse financiamento é de R$49.842 (R$2.982 em 31 de dezembro de 2023). Informamos que, em maio de 2024, houve um desembolso de R$ 30.560, indicando a retomada dos desembolsos dos valores aprovados em contrato para a execução dos investimentos. Cumpre informar que houve uma devolução no valor de R$ 1.582, devido a obras já realizadas que não se enquadram nos quesitos de funcionalidade avaliados pelo corpo técnico do credor do referido financiamento. Consequentemente, esse montante é deduzido do saldo devedor e retorna ao montante do crédito previsto em contrato a ser desembolsado. Em 29 de agosto de 2024 ocorreu um novo desembolso R$ 15.121. Em 10 de dezembro de 2024 ocorreu um novo desembolso de R$ 3.502.

14. Tributos a recuperar e a recolher

	2024	2023
Tributos a recuperar		
Imposto de renda e contribuição social (i)	**30.220**	75.115
Pasep e Cofins	**1.069**	1.069
	31.289	76.184
Impostos, taxas e contribuições a recolher		
IRRF e CSLL (ii)	**23.425**	14.661
Pasep e Cofins a recolher (iii)	**13.469**	14.227
Pasep e Cofins (iv)	**18.828**	18.885
ISS a recolher	**798**	907
	56.520	48.680

(i) Refere-se a valores recolhidos de antecipação de IRPJ que se recupera devido à Imunidade Tributária conforme ACO nº 2.757/RJ, e CSLL e IRPJ retidos na fonte conforme Lei nº 9.430/96, conforme divulgado na Nota 17.
(ii) Refere-se a Contribuição Social s/ Lucro Líquido e IRRF s/ folha de pagamento.
(iii) Refere-se a valores provisionados da competência de dezembro de 2024.
(iv) Refere-se Pasep e Cofins diferidos sobre as contas faturadas de água e esgoto para órgãos públicos.

15. Parcelamentos tributários

	2024	2023
Refis IV (a)	**-**	33.533
Refis da Copa (b)	**42.648**	48.860
Parcelamento Simplificado – SRFB (c)	**192.259**	219.288
	234.907	301.681
Circulante	**59.020**	87.423
Não circulante	**175.887**	214.258
	234.907	301.681

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estava em cumprimento com todas as condições exigidas para sua manutenção nos parcelamentos tributários. As parcelas que vencerão a longo prazo possuem o seguinte cronograma de pagamentos:

Ano de vencimento	2024	2023
2026	**59.589**	54.121
2027	**59.589**	54.121
2028 em diante	**56.709**	106.016
	175.887	214.258

Em julho de 2003, a Administração da Companhia optou pela adesão ao Parcelamento Especial ("Paes") instituído pela Lei Federal nº 10.684/2003 e, em 28 de dezembro de 2006, aderiu ao Parcelamento Excepcional ("Paex") instituído pela Medida Provisória nº 303/2006. Parte dos saldos desses dois programas pertencentes à Receita Federal do Brasil (RFB), Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ("PGFN") e INSS foram incluídos em 30 de junho de 2011 no parcelamento Programa de Recuperação Fiscal IV ("Refis IV").

(a) Refis IV

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Parcelamento - Refis IV instituído pela Lei Federal nº 11.941/2009, visando equalizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento mais vantajoso para seus débitos de obrigações fiscais e previdenciárias.

Quando da opção pelo referido programa, a Companhia formalizou junto à Receita Federal do Brasil (RFB) a inclusão da totalidade dos débitos em aberto constantes da conta corrente junto à instituição, além da migração dos saldos a pagar remanescentes dos programas Paes e Paex, permanecendo os débitos junto ao Serviço Social da Indústria ("Sesi") e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial ("Senai") no parcelamento anterior.

O parcelamento do Refis IV está subdividido em débitos junto à Receita Federal do Brasil (RFB), PGFN e INSS, bem como os saldos dos programas Paes e Paex.

O parcelamento foi homologado em 180 parcelas mensais, atualizadas pela Selic, com término previsto para outubro de 2024. Os pagamentos estão regulares com a quitação da parcela de outubro de 2024 no valor de R$3.373, correspondente a 180ª parcela.

	2024	2023
Valor da adesão (principal)	**281.340**	281.340
Juros	**184.987**	185.194
Amortizações	**(466.327)**	(433.001)
	-	33.533

(b) Refis da Copa

Em agosto de 2014, com o advento da Lei Federal nº 12.996/2014 ("Refis da Copa"), que possibilitou a inclusão de novos débitos no Refis, a Companhia, por ser mais vantajoso em vista da anistia de juros e multas, desistiu do parcelamento ordinário e incluiu o saldo remanescente no Refis da Copa que apresenta o seguinte saldo devedor:

	2024	2023
Saldo remanescente do parcelamento ordinário	**122.230**	122.230
Juros	**6.511**	6.511
Amortizações	**(27.368)**	(27.368)
	101.373	101.373
Redução por anistia de juros e multas	**(14.617)**	(14.617)
Principal do Refis da Copa	**86.756**	86.756
Juros	**44.382**	41.855
Amortização	**(88.490)**	(79.751)
	42.648	48.860

(c) Parcelamento Simplificado – SRFB

A Comanhia reconheceu em seus registros contábeis os impactos financeiros e contábeis em virtude dos leilões de concessão realizados pelo ERJ em 30/04/2021 e 29/12/2021, ocasionando o reconhecimento da CSLL no valor de R$ 189.497. Em novembro de 2023, a companhia aderiu ao parcelamento Simplificado - SRFB, referente à CSLL de 2021, no prazo de 60 parcelas mensais, atualizadas pela SELIC, com término previsto para outubro de 2028.

	2024	2023
Valor da adesão (principal)	**224.818**	224.818
Juros	**22.922**	2.001
Amortizações	**(55.481)**	(7.531)
	192.259	219.288

16. Depósitos e bloqueios judiciais e provisão para contingências

a) Depósitos e bloqueios judiciais

A composição dos depósitos e bloqueios judiciais está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Trabalhistas	**917.485**	1.098.948
Cíveis (i)	**750.005**	945.624
Tributárias (ii)	**56.108**	75.391
	1.723.598	2.119.963

O decréscimo apresentado nos depósitos e bloqueios judiciais se deu em função dos pagamentos relevantes registrados no primeiro semestre de 2024, com destaque para processos cíveis com execuções parceladas totalizando R$128 milhões e também o direito concedido por liminar de pagar seus débitos judiciais por meio do regime de precatórios que determinou a suspensão dos efeitos de medidas de execução judicial contra a CEDAE que impliquem bloqueio, penhora e liberação de valores constantes das contas bancárias da CEDAE à revelia do regime previsto no artigo 100 da Constituição Federal, com a imediata liberação dos valores à conta bancária da estatal, através da devolução/desbloqueio dos recursos.

b) Provisão para contingências

A Administração da Companhia, embasada nas informações remetidas pelos seus assessores internos, externos e nas análises das demandas judiciais pendentes, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis com as ações em curso, como segue:

	2024	2023
Cíveis (i)	**2.515.637**	2.682.698
Trabalhistas (ii)	**737.519**	863.570
Tributárias (iii)	**96.553**	90.442
	3.349.709	3.636.710

As movimentações das provisões relativas ao exercício de 2024 estão apresentadas como segue:

Natureza da contingência	2023	Constituições (*)	Reversões (*)	Pagamentos	2024
Cíveis	2.682.698	**406.664**	**(216.430)**	**(357.295)**	**2.515.637**
Trabalhistas	863.569	**97.284**	**(12.455)**	**(210.879)**	**737.519**
Tributárias	90.443	**16.212**	**(10.102)**	**-**	**96.553**
	3.636.710	**520.160**	**(238.987)**	**(568.174)**	**3.349.709**

Natureza da contingência	2022	Constituições (*)	Reversões (*)	Pagamentos	2023
Cíveis	2.632.039	1.147.309	(450.201)	(646.449)	2.682.698
Trabalhistas	809.208	207.380	(48.981)	(104.038)	863.569
Tributárias	86.185	14.893	(10.635)	-	90.443
	3.527.432	1.369.582	(509.817)	(750.487)	3.636.710

(*) Contém atualização monetária.

As constituições e reversões ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 apresentam o valor líquido de R$281.173 (R$859.765 em 2023) e tem como contrapartida a conta de "Constituição de provisão para contingências líquida" no grupo de "Outras despesas operacionais" (Nota 24).

Os objetos das causas classificadas como perda provável, segregados por natureza, estão informados abaixo:

(i) Ações cíveis

	2024	2023
Juizados Especiais Cíveis		
Questionamentos de cobrança	**210**	413
Demais ações	**3.179**	415
Desabastecimento	**993**	499
Total dos Juizados Especiais Cíveis	**4.382**	1.327
Juizados de Fazenda Pública		
Desconstituição da tarifa diferenciada/progressiva/mínima	**1.402.676**	1.287.752
Desconstituição da tarifa de esgoto	**275.577**	342.692
Demais ações	**269.706**	293.704
Descumprimentos de contratos	**243.746**	421.268
Cobranças indevidas	**150.491**	164.735
Acidentes vazamentos/bueiro	**22.833**	25.003
Dano ambiental	**146.226**	146.217
Total de Varas Cíveis e de Fazenda Pública	**2.511.255**	2.681.371
Total das ações cíveis	**2.515.637**	2.682.698

(ii) Ações trabalhistas

	2024	2023
Desvio de função	**123.550**	132.386
Incremento salarial	**165.642**	177.124
Progressão horizontal	**87.064**	124.326
Horas extras	**119.709**	135.640
Demais ações	**163.192**	194.751
Reintegração/reintegração aposentado	**40.163**	49.247
Retenção salarial	**17.652**	23.210
Equiparação/diferenças salariais	**7.051**	8.000
Enquadramento e reenquadramento	**13.496**	18.885
	737.519	863.569

(iii) Ações tributárias

As contingências de natureza tributária referem-se, principalmente, a questões ligadas à cobrança de tributos, questionada em virtude da divergência de interpretação da legislação por parte dos assessores legais da Companhia, tendo como o objeto mais relevante o auto de infração.

A Companhia realiza constantes revisões nos critérios de provisionamento, de forma que revelem valores mais apurados. Nesse contexto, em relação a diversos objetos de demandas judiciais repetitivas e que envolvam questões fáticas similares, foram atualizados os valores médios de condenações para fins de provisionamento, de modo a adotar critério que demonstre, tanto quanto possível, o quantitativo de futuras condenações.

c) Causas possíveis

Em 31 de dezembro de 2024, as causas classificadas como possíveis totalizam R$1.443.934 (R$1.835.547 em 2023), sendo R$414.737 de ações trabalhistas, R$448.101 de ações cíveis e R$581.096 de ações tributárias (R$379.003, R$507.306 e R$949.238, respectivamente, em 2023). As principais causas possíveis estão abaixo elencadas:

	2024	2023
Riscos trabalhistas		
Desvio de função	**135.859**	129.765
Progressão horizontal por antiguidade	**20.731**	21.618
Reintegração	**43.878**	38.236
Enquadramento	**2.558**	2.761
Isonomia salarial	**2.131**	2.131
Outros	**209.580**	184.492
	414.737	379.003
Riscos cíveis		
Esgoto	**157.611**	189.230
Cobrança indevida	**604**	603
Contratos	**47.251**	52.726
Concessão de serviços	**61.310**	62.580
Outros	**181.325**	202.167
	448.101	507.306
Riscos tributários		
Pasep e COFINS	**229.600**	616.683
IRPJ e CSLL	**331.489**	276
Outros	**20.007**	332.279
	581.096	949.238

Conforme as decisões do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro em diferentes procedimentos administrativos, a Companhia poderá vir a ser titular de créditos (ativo contingente) que atingem o montante de R$36.731 em 31 de dezembro de 2024 (R$36.731 em 31 de dezembro de 2023), referente a decisões que determinaram a devolução de valores pagos em razão de contratos celebrados mediante declaração de dispensa ou inexigibilidade de licitação. Tais valores não estão registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, visto que não existem certezas em relação à realização desses montantes, uma vez que o processo não transitou em julgado a favor da Companhia.

c.1) *Correção dos passivos trabalhistas pelo IPCA*

(I) A atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial e a correção dos depósitos recursais em contas judiciais na Justiça do Trabalho deverão observar a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a incidência da taxa SELIC

(II) Serão considerados válidos os pagamentos já realizados com a utilização da TR (ou IPCA-E ou qualquer outro índice), não ensejando qualquer rediscussão;

(III) Serão mantidas e executadas todas as decisões transitadas e julgadas que adotaram em sua fundamentação a TR (ou o IPCA-E) e os juros de mora de 1%, não cabendo discussão sobre o índice à luz do novo entendimento firmado pelo STF;

(IV) Os processos em curso que estejam sobrestados na fase de conhecimento (ainda sem decisão ou em fase recursal) devem ter aplicação, de forma retroativa, da taxa SELIC (juros e correção monetária).

17. Contribuição social corrente e diferida

	2024	2023
Contribuições diferidas passivas		
Reavaliação de Ativo - CSLL (Nota 11.vii)	**218.877**	228.348
Depósitos judiciais – CSLL	**97.328**	86.650
	316.205	314.998
Contribuições diferidas passivas		
Provisões para contingências – CSLL	**(286.557)**	(312.636)
Perda atuarial – CSLL	**(349.660)**	(374.501)
Perda PECLD – CSLL	**(22.068)**	(32.723)
Outras perdas – CSLL	**(10.191)**	(10.062)
	(668.476)	(729.922)
Não circulante	**(352.271)**	(414.924)

A contribuição social diferida é calculada sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo da contribuição sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. A alíquota desse tributo é de 9%.

Contribuição social ativa é reconhecida na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Como divulgado na Nota 17.b, a Companhia se tornou ente imune a impostos, consequentemente os créditos e débitos diferidos sobre IRPJ foram revertidos, uma vez que não existirá base de cálculo, que possibilite a realização dos valores diferidos de IRPJ.

A partir dos recolhimentos da Contribuição Social sobre o lucro do exercício de 2020 a Companhia optou pelo regime de apuração anual. Com recolhimento apurado com base no balancete de suspensão e redução mensal.

Eufrázio



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta

Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4

www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO

Movimentação das contribuições diferidas – Ativas e Passivas

	(Ganho) perda atuarial	Diferenças temporárias	Diferença temporária sobre reavaliação	Depósitos judiciais	Outras perdas	Total
Em 1º de janeiro de 2024	374.501	312.636	(228.348)	(86.650)	42.785	414.924
Perda atuarial	**(24.841)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(24.841)**
Provisão para contingências	**-**	**(26.079)**	**-**	**-**	**-**	**(26.079)**
Depósitos e bloqueios judiciais	**-**	**-**		**(10.678)**		**(10.678)**
Ativo intangível	**-**	**-**	**9.471**	**-**	**-**	**9.471**
Outras perdas	**-**	**-**	**-**	**-**	**(10.526)**	**(10.526)**
Em 31 de dezembro de 2024	**349.660**	**286.557**	**(218.877)**	**(97.328)**	**32.259**	**352.271**

	(Ganho) perda atuarial	Diferenças temporárias	Diferença temporária sobre reavaliação	Depósitos judiciais	Outras perdas	Total
Em 1º de janeiro de 2023	291.276	303.032	(238.278)	(72.948)	31.295	314.377
Perda atuarial	83.225	-	-	-	-	83.225
Provisão para contingências	-	9.604	-	-	-	9.604
Depósitos e bloqueios judiciais	-	-	-	(13.702)	-	(13.702)
Ativo intangível	-	-	9.930	-	-	9.930
Outras perdas	-	-	-	-	11.490	11.490
Em 31 de dezembro de 2023	374.501	312.636	(228.348)	(86.650)	42.785	414.924

a) *Reconciliação da despesa da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)*

A reconciliação entre a despesa da contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social	**1.136.909**	461.025
Alíquota nominal da contribuição social - %	**9%**	9%
Contribuição social às alíquotas vigentes	**(102.322)**	(41.491)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva		
Cancelamento de contas	**(8.605)**	(7.295)
Outros	**(5.724)**	9.356
Contribuição social no resultado do exercício	**(116.651)**	(39.430)
Contribuição social corrente	**(74.779)**	(54.021)
Contribuição social diferido	**(41.872)**	14.591
Contribuição social no resultado do exercício	**(116.651)**	(39.430)

b) *Imunidade Tributária sobre impostos federais "Ação Cível Ordinária nº 2.757/RJ"*

Como reflexo da decisão, foram revertidos todos os ativos e passivos fiscais diferidos de IRPJ sendo também baixados os impostos a recuperar e a recolher em aberto até a data da obtenção da imunidade.
A CEDAE efetuou o pedido de restituição administrativa, junto à Receita Federal do Brasil, dos impostos federais recolhidos nos 5 (cinco) anos anteriores à propositura da ACO 2757, bem como durante o trâmite da ação, no valor de R$2.984.166 (Dois Bilhões e Novecentos e Oitenta e Quatro Milhões e Cento e Sessenta e Seis Mil) atualizados pela SELIC. Esse montante não está registrado nas demonstrações financeiras, uma vez que sua realização depende de eventos futuros (resultado de processos judiciais) que não estão integralmente no controle da Companhia. Esse crédito será reconhecido contabilmente pela CEDAE somente quando forem cumpridas todas as etapas legais e judiciais aplicáveis à sua realização e quando tal realização puder ser considerada praticamente certa.

c) Mudança da forma de Tributação do PIS e da COFINS de Não Cumulativa para Cumulativa - Processo nº 0031167-36.2018.4.02.5101 em razão da "Ação Cível Ordinária nº 2.757/RJ"

A CEDAE peticionou junto à Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro ação de mudança da forma de tributação do PIS e da COFINS para Cumulativa e também solicitou a repetição de Indébito Tributário solicitando devolução de valores, uma vez que foi reconhecida a imunidade tributária de R$1.516.154 (Um Bilhão e Quinhentos e Dezesseis Milhões e Cento e Cinquenta e Quatro Mil) atualizados pela SELIC. Esse montante não está registrado nas demonstrações financeiras, uma vez que sua realização depende de eventos futuros (resultado de processos judiciais) que não estão integralmente no controle da Companhia. Esse crédito será reconhecido contabilmente pela CEDAE somente quando forem cumpridas todas as etapas legais e judiciais aplicáveis à sua realização e quando tal realização puder ser considerada praticamente correta.

18. Outras contas a pagar

	2024	2023
Indústria Antárctica do Sudeste (a)	**122.043**	122.043
General Electric do Brasil (b)	**50.735**	50.735
Provisão para licença prêmio (c)	**13.311**	14.664
Outras contas a pagar	**31.340**	13.252
	217.429	200.694

(a) Indústria Antarctica do Sudeste
Refere-se ao parcelamento decorrente de acordo judicial por pagamento a maior de tarifa de tratamento de esgoto, efetuado em abril de 1999.
(b) General Electric do Brasil
A Companhia assinou, no ano de 2001, com a General Eletric do Brasil o Termo de Transição Geral de Direitos para encerrar definitivamente as ações cautelares e declaratórias acumuladas perante o juízo da 7ª Vara de Fazenda Pública da Capital do Rio de Janeiro de números 96.001.121535-0 e 96.001128412-8. O valor de R$20.910, correspondente ao débito da Companhia perante a General Eletric do Brasil equivalente a 1.770.420 metros cúbicos (informação não auditada).
© Conforme disposto no Acordo Coletivo de Trabalho, assinado em 1º de setembro de 2016, referente ao período de 2016 a 2018, a licença-prêmio de três meses para cada cinco anos de serviços prestados é um benefício adquirido pelos empregados que tenham sido admitidos até de 2001 pela Companhia. A partir de 1º de janeiro de 2009, não serão computados novos períodos de licença-prêmio, e para aqueles empregados que não tenham cinco anos completos a licença será computada de forma proporcional. Esse valor é atualizado mensalmente considerando os períodos de direitos adquiridos completos, sendo R$15.755 em dezembro de 2024 (R$16.339 em 2023) registrados no passivo circulante (no grupo de contas de provisões de encargos trabalhistas) e R$ 13.311 no passivo não circulante (R$14.664 em 2023).

19. Passivo atuarial

A Prece - Previdência Complementar ("Prece") e a Cedae Saúde foram instituídas pela CEDAE como política de recursos humanos na forma de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e com autonomia administrativa e financeira, com o objetivo de complementar os benefícios previdenciários e de assistência médica de seus funcionários, respectivamente. Na condição de patrocinadora, juntamente com seus empregados participantes, a CEDAE contribui mensalmente com o montante equivalente a 100% da contribuição base dos contribuintes ativos para a Prece

A composição das obrigações registradas no balanço patrimonial é a seguinte:

	2024	2023
Plano de previdência complementar - Prece (a)	**34.781**	143.268
Dívida Prece	**325.818**	386.386
	360.599	529.654
Plano de assistência médica - Cedae Saúde (b)	**2.605.516**	2.771.880
Prêmio aposentadoria (c)	**39.793**	39.198
	2.645.309	2.811.078
	3.005.908	3.340.732
Circulante	**132.629**	121.936
Não circulante	**2.873.279**	3.218.796
	3.005.908	3.340.732

(a) Prece

A Prece administra os planos de benefícios previdenciários PRECE I, PRECE II, PRECE IV, PRECE III e PRECE CV, sendo os planos PRECE I e PRECE II estruturados na modalidade de benefício definido, os planos PRECE III e IV estruturados na modalidade de contribuição definida e o plano PRECE CV estruturado na modalidade de contribuição variável (ativos classificados na modalidade de contribuição definida e os assistidos na modalidade de contribuição definida para os optantes pela renda financeira e na modalidade de benefício definido para os optantes pela renda vitalícia). A quantidade de participantes por plano em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2024		
	Quantidade		
Participantes	**Ativos**	**Pensão**	**Aposentadoria**
Prece I	**35**	**566**	**296**
Prece II	**-**	**159**	**46**
Prece III	**696**	**2**	**13**
Prece CV	**650**	**1.725**	**2.067**

	2023		
	Quantidade		
Participantes	**Ativos**	**Pensão**	**Aposentadoria**
Prece I	**44**	**639**	**315**
Prece II	**-**	**174**	**47**
Prece III	**489**	**2**	**11**
Prece CV	**801**	**1.783**	**2.052**

Plano Prece I

O Plano Prece I está determinado na modalidade benefício definido para os funcionários e diretores das patrocinadoras (Cedae Saúde, Prece e CEDAE), garantindo um benefício na aposentadoria cujo valor é 70% da diferença entre a pensão do INSS e a média dos 36 últimos salários, respeitando o salário limite expresso no regulamento.

Para a aposentadoria por tempo de contribuição são necessários 15 anos de filiação à Prece, 55 anos de idade e estar aposentado pela previdência oficial do INSS.

O plano garante aos participantes o benefício mínimo de 20% do salário, possuindo benefícios de risco de morte e invalidez permanente, podendo incluir como dependentes os mesmos beneficiários do INSS, e filhos até 21 anos de idade.

Este plano está fechado para novas adesões.

Em 31 de dezembro de 2010, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar ("PREVIC") aprovou o equacionamento do déficit do Plano Prece I (Análise Técnica nº 488/ CGTA/DITEC/PREVIC), da seguinte forma:

- Criação de contribuição extraordinária de 4,3 vezes a contribuição normal dos participantes (ativos e aposentados), de modo a proporcionar o equilíbrio do plano.
- Alteração dos regulamentos dos planos Prece I e Prece II, ambos na modalidade de benefício definido, de modo a facultar o saldamento.
- Possibilidade de migração, com incentivo de participantes ativos (que optarem pelo saldamento), aposentados e pensionistas para um novo plano "Plano Prece Contribuição Variável - CV".

Como reflexo desse processo, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2010 um ganho de R$559.081 no resultado de 2010 e que foi apurado através de cálculos atuariais efetuados pelos atuários independentes contratados pela Companhia, sendo oriundo exclusivamente da redução do passivo atuarial da Companhia compensado pelo aumento da contribuição dos participantes.

Em 29 de maio de 2011, foi encerrado o período de migração dos planos de benefício definido para o novo plano de contribuição variável, com o resultado de 7.312 migrantes, representando 62,9% de optantes sendo 3.136 ativos, 2.603 aposentados e 1.573 pensionistas.

Em junho de 2011, a Prece e a CEDAE foram notificadas da ação ajuizada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiente do Rio de Janeiro e Região - SINTSAMA ("SINTSAMA"), para suspender a cobrança da contribuição extraordinária e, dessa forma, encontra-se suspensa a cobrança daqueles empregados remanescentes no Plano Prece I.

Como resultado da ação mencionada, a Companhia estendeu o período migratório até outubro de 2011.

Adicionalmente, para os participantes que optaram pela migração, a Companhia pagará a título de incentivo o montante equivalente ao déficit acumulado do serviço passado. O valor dos incentivos totais oferecidos pela Companhia compreendeu R$607.015, cujo contrato financeiro foi firmado em 15 de dezembro de 2011, prevendo o pagamento em 73 parcelas mensais, tendo o ocorrido o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2012. A correção do saldo devedor é de 6% ao ano, acrescido de INPC até a data do efetivo pagamento.

A Companhia utiliza como uma das premissas para mensuração do passivo atuarial, as contribuições extraordinárias de 4,3 vezes a contribuição normal dos participantes (ativos e aposentados). As contribuições extraordinárias foram aprovadas pela PREVIC como parte do processo de equacionamento do déficit do Plano Prece I e encontram-se suspensas desde julho de 2011 em função de determinação judicial. A Companhia entrou com recurso contestando a referida decisão, no entanto, até a presente data, não houve decisão do mérito.

Em 2014, a PREVIC, como resultado da fiscalização das contas da Prece, determinou que a entidade de previdência efetuasse a provisão das contribuições extraordinárias não recebidas dos participantes e da patrocinadora. A Companhia manteve no passivo não circulante o valor de R$177.310, que corresponde à parcela sob sua responsabilidade com relação às contribuições extraordinárias em 31 de dezembro de 2017. No exercício de 2018 houve decisão do mérito favorável a Companhia, tendo a PRECE revertido a provisão das contribuições extraordinárias não recebidas dos participantes e da patrocinadora, sendo que o valor das contribuições sob sua responsabilidade já se encontra incorporado no passivo não circulante.

Para a massa remanescente no plano PRECE I, em 2022 foi aberta nova migração para o plano criado na modalidade de contribuição definida, denominado como PRECE IV. A migração estava contemplada no projeto da Estratégia Previdenciária, que tinha como principal objetivo a redução dos riscos atuariais dos planos de benefícios administrados pela PRECE. A nova migração foi aprovada através da Portaria nº 814, de 07/12/2021, publicada no DOU em 14/12/2021, e teve o período de opção vigente de março/2022 a maio/2022. Após o atingimento das metas estabelecidas pela PREVIC para a efetivação da migração, o novo plano foi operacionalizado a partir da competência de agosto/2022. Ao todo, cerca de 60% da massa e do patrimônio dos planos PRECE I e II foi migrado para o plano PRECE IV, representando a migração de mais de 1.500 pessoas para o novo plano.
No momento da migração, dois equacionamentos estavam vigentes no plano PRECE I, montando o valor de R$ 295.139. Desse montante, foi realizada a transferência de dívida para o PRECE IV proporcionalmente a parcela migrante, o que correspondeu ao valor de R$ 188.767, remanescendo no plano de origem o valor de R$ 106.372.

Em 31 de dezembro de 2024 não foram constituídas provisões atuariais, pois o saldo demonstrado no laudo atuarial conforme disposto no CPC 33 R1 (R$36.502) está menor que os valores contabilizados nos contratos financeiros existentes entre a Companhia e a PRECE (R$81.787).

Plano Prece II

Esse plano de benefício definido possui todas as regras idênticas ao plano Prece I e foi criado para suplementar a renda do Prece I, ultrapassando o teto seu limite. Esse plano também foi equacionado nos moldes descritos no item anterior e está fechado para novas adesões.

Para a massa remanescente no plano PRECE II, em 2022 foi aberta nova migração para o plano criado na modalidade de contribuição definida, denominado como PRECE IV. A migração do plano PRECE II estava condicionada também a migração do plano PRECE I, ou seja, àqueles que fossem vinculados ao PRECE II só poderiam migrar para o PRECE IV se migrassem também com o PRECE I.
No momento da migração, quatro equacionamentos estavam vigentes no plano PRECE II, sendo que destes somente os dois primeiros ainda possuíam saldo remanescente de responsabilidade da patrocinadora, uma vez que nos dois últimos equacionamentos a Companhia realizou a quitação do montante devido à vista. O valor total da dívida de equacionamento existente no PRECE II antes da efetivação da migração para o PRECE IV montava o valor de R$ 41.618, sendo que desse valor R$ 28.011 foi transferido para o novo plano, e R$ 13.607 remanesceu no plano de origem.

Em 31 de dezembro de 2024 não foram constituídas provisões atuariais, pois o saldo demonstrado no laudo atuarial conforme disposto no CPC 33 R1 (R$3.590) está menor que os valores contabilizados nos contratos financeiros existentes entre a Companhia e a PRECE (R$10.861).

Plano Prece CV

O plano Prece CV está estruturado na modalidade de contribuição variável e abrange os participantes que migraram dos planos de origem (Prece I e Prece II), e tem como patrocinadoras a CEDAE, Cedae Saúde e a Prece. Os participantes podem optar pelas modalidades de recebimento do benefício: renda vitalícia, renda por prazo determinado não inferior a 10 anos, e renda por prazo indeterminado com ou sem reversão em pensão.

Nesse plano o participante possui uma conta individual (exceto a modalidade Renda Vitalícia), cujo saldo total servirá para apuração dos benefícios no momento da aposentadoria.

O participante que migrou com opção pela Renda Vitalícia mantém o rol de dependentes do plano de origem. O participante optante pela Renda Indeterminada com Pensão pode inscrever-se como dependente a pessoa que guarde relação de dependência, observado os mesmos requisitos estabelecidos para o INSS.

Em caso de desligamento, o beneficiário pode resgatar o valor registrado em sua conta pessoal acrescido do montante de 0,25% por mês da conta Patronal.

Este plano está fechado para novas adesões.

Em 31 de dezembro de 2024 foram revertidas provisões atuariais no montante de R$125.021, pois o saldo demonstrado no laudo atuarial conforme disposto no CPC 33 R1 (R$169.630) está menor que os valores contabilizados nos contratos financeiros existentes entre a Companhia e a PRECE (R$134.849).

Plano Prece III

Criado para abranger os empregados admitidos a partir de 2006, que não possuem os outros dois planos de benefícios, sendo estruturado na modalidade Contribuição Definida (CD) com benefício de risco para morte e invalidez. Esse plano é exclusivo para os funcionários da CEDAE.

Nesse tipo de plano o participante possui uma conta individual cujo saldo total servirá para apuração dos benefícios no momento da aposentadoria.

O participante poderá incluir como dependente os mesmos beneficiários reconhecidos pelo INSS, além de filhos com até 24 anos que estejam cursando o nível superior e para a aposentadoria por tempo de contribuição é necessário um mínimo de 10 anos de vinculação ao plano, 55 anos de idade e término do vínculo empregatício com a Companhia.

Inexiste joia, taxa de inscrição ou regresso, nem limitação máxima para o salário participação.

Em caso de desligamento, o beneficiário pode resgatar o valor registrado em sua conta pessoal acrescido do montante de 0,25% por mês da conta Patronal, desde que o número de meses seja superior a 30.

Plano Prece IV

O plano PRECE IV está estruturado na modalidade de contribuição definida e foi criado em 2022 para contemplar os participantes e assistidos dos planos PRECE I e II que optaram por sua transferência na migração realizada no ano de 2022. Por ter sido criado exclusivamente para recepcionar os migrantes, o plano PRECE IV encontra-se fechado para novas adesões.

O novo plano possui características muito parecidas com o plano PRECE III, tendo destaque entre elas a possibilidade de alteração anual de modalidade, a oferta de saque à vista de até 25% do saldo acumulado no momento da concessão da aposentadoria, possibilidade de inclusão de qualquer pessoa como beneficiária sem a necessidade de comprovação de relação de parentesco, faixa de contribuição para escolha do participante, dentre outras.

O plano PRECE IV foi efetivado no mês de agosto/2022, sendo realizada na referida competência a transferência das dívidas de equacionamento registradas no plano de destino proporcionalmente à massa migrante. Ao todo foi transferido um montante de R$ 216.000, sendo R$ 188.000 oriundos do plano PRECE I e R$ 28.000 oriundos do plano PRECE II. No mês da implementação do novo plano, a Companhia realizou o adiantamento para o plano PRECE IV de parte da dívida transferida, pagando à vista o montante de R$ 54.000, para dar liquidez aos saques assumidos com os optantes pela migração.

Em 31 de dezembro de 2024 os valores contabilizados nos contratos financeiros existentes entre a Companhia e a PRECE montam o valor de R$98.320.

(b) Caixa de Assistência aos Servidores - Cedae Saúde

A Caixa de Assistência dos Servidores da CEDAE- Cedae Saúde administra o plano assistencial destinado aos empregados da CEDAE, Prece, Cedae Saúde e seus dependentes dos exercícios de 2024 e 2023.

	2024	
	Quantidade	
Participantes	**Ativos**	**Assistidos**
Plano Assistencial Cedae Saúde	**2.674**	**5.891**

	2023	
	Quantidade	
Participantes	**Ativos**	**Assistidos**
Plano Assistencial Cedae Saúde	2.807	5.914

O Estatuto da Prece e o Regulamento do Plano Cedae Saúde estão adaptados à legislação vigente.

Em julho de 2022, foi aprovado pela Caixa de Assistência dos Empregados da Cedae - Cedae Saúde e pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, a contratação do Bradesco Saúde S.A., pela Cedae Saúde, para prestação de serviços médico hospitalares aos seus beneficiários. Os planos oferecidos pelo Bradesco Saúde aos beneficiários da Cedae Saúde iniciaram sua cobertura a partir do dia 01 de agosto de 2022.

Como impacto deste processo será a redução do risco da operação do serviço assistencial da Entidade por meio da contratação de uma operadora de mercado com maior capilaridade de prestação de serviços com redução de custos de sua operação, associado ao ganho de escala da operadora de mercado contratada pela Entidade. Além disso, o impacto sobre a Patrocinadora está relacionado com a mitigação de risco futuro de novos aportes à Entidade e o impacto sobre os beneficiários está relacionado com a ampliação da rede credenciada disponível para acesso.

(c) Prêmio de aposentadoria
Em 31 de dezembro de 2024, o prêmio de aposentadoria da CEDAE possui 2.200 participantes (2.255 em 2023) (Nota 2.14.a.4).



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta

Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4

www.cedae.com.br



As contribuições da Companhia para o fundo totalizaram:

	2024	2023
Plano de benefícios (Prece)	**207**	229
Plano de assistência (Cedae Saúde)	**317.688**	256.860
Prêmio aposentadoria	**377**	31.595
	318.272	288.684

A conciliação dos valores reconhecidos no balanço é a seguinte:

	2024	2023
Valor presente da obrigação de benefício definido	**3.372.832**	3.763.371
Valor justo dos ativos do plano	**(517.798)**	(582.780)
Passivo atuarial líquido	**2.855.034**	3.180.591

A reconciliação dos ativos e passivos (valores negativos) líquidos pode ser assim demonstrada:

	Prece I	Prece II	Prece III	Prece CV	Cedae Saúde	Prêmio de Aposentadoria	Total
Em 1º de janeiro de 2023	(60.909)	(5.647)	-	(182.813)	(1.976.70	(35.399)	(2.261.475)
Custo do serviço corrente	24	-	-	(1)	(20.47	(1.468)	(21.922)
Custo com juros	(10.391)	(3.590)	-	(60.911)	(180.07	(3.051)	(258.014)
Rendimentos esperados dos ativos	4.736	3.066	-	43.996		-	51.798
Contribuições da patrocinadora	229	-	-	-	256.86	31.595	288.684
Ganhos (perdas) atuariais, líqui	(2.926)	(2.605)	-	(92.628)	(851.486	(30.017)	(979.662)
Em 31 de dezembro de 2023	(69.237)	(8.776)	-	(292.357)	(2.771.88	(38.340)	(3.180.591)
Custo do serviço corrente	**7**	**-**	**-**	**-**	**(24.196**	**(1.536)**	**(25.725)**
Custo com juros	**(8.990)**	**(3.570)**	**-**	**(62.012)**	**(233.583**	**(3.072)**	**(311.227)**
Rendimentos esperados dos ativos	**3.097**	**2.824**	**-**	**37.312**		**-**	**43.233**
Contribuições da patrocinadora	**207**	**-**	**-**	**-**	**317.68**	**377**	**318.272**
Ganhos (perdas) atuariais, líquidas	**38.414**	**5.932**	**-**	**147.425**	**106.45**	**2.778**	**301.004**
Em 31 de dezembro de 2024	**(36.502)**	**(3.590)**	**-**	**(169.632)**	**(2.605.516**	**(39.793)**	**(2.855.034)**

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios no exercício apresentado é a seguinte:

	Plano de benefício	Plano de assistência médica	Prêmio de aposentadoria	Total
Em 1º de janeiro de 2023	865.572	1.976.708	35.399	2.877.679
Custo do serviço corrente	(23)	20.477	1.468	21.922
Juros sobre obrigações atuariais	74.891	180.072	3.051	258.014
Reconhecimento de ganhos (perdas) atuariais, líquidos	108.493	851.486	30.017	989.996
Contribuições dos participantes	37.866	-	-	37.866
Benefícios pagos	(133.650)	(256.861)	(31.595)	(422.106)
Em 31 de dezembro de 2023	953.149	2.771.882	38.340	3.763.371
Custo do serviço corrente	**(7)**	**24.196**	**1.536**	**25.725**
Juros sobre obrigações atuariais	**74.572**	**233.583**	**3.072**	**311.227**
Reconhecimento de ganhos (perdas) atuariais, líquidos	**(211.985)**	**(106.455)**	**(2.778)**	**(321.218)**
Contribuições dos participantes	**36.648**	**-**	**-**	**36.648**
Benefícios pagos	**(124.856)**	**(317.688)**	**(377)**	**(442.921)**
Em 31 de dezembro de 2024	**727.521**	**2.605.518**	**39.793**	**3.372.832**

A movimentação das obrigações de benefícios pós-emprego durante os exercícios de 2024 e 2023 é demonstrada a seguir:

	Plano de benefício	Plano de assistência médica	Prêmio de aposentadoria	Total
Em 1º de janeiro de 2023	616.203	-	-	616.203
Rendimento esperado dos ativos	51.798	-	-	51.798
Ganho atuarial dos ativos do plano	10.334	-	-	10.334
Contribuições da patrocinadora	229	-	-	229
Contribuições dos participantes	37.866	-	-	37.866
Benefícios pagos	(133.650)	-	-	(133.650)
Em 31 de dezembro de 2023	582.780	-	-	582.780
Rendimento esperado dos ativos	**43.233**	-	-	**43.233**
Ganho atuarial dos ativos do plano	**(20.214)**			**(20.214)**
Contribuições da patrocinadora	**207**	-	-	**207**
Contribuições dos participantes	**36.648**	-	-	**36.648**
Benefícios pagos	**(124.856)**	-	-	**(124.856)**
Em 31 de dezembro de 2024	**517.798**	-	-	**517.798**

A composição dos ativos dos planos é como segue:

2023	Prece I	Prece II	Prece CV
Renda variável	-	-	-
Renda fixa	77,24%	82,00%	88,76%
Imóveis	13,87%	11,00%	5,82%
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-
Derivativos	-	-	-
Outros	8,89%	7,00%	5,42%
	100,00%	100,00%	100,00%

2024	Prece I	Prece II	Prece CV
Renda variável	**-**	**-**	**-**
Renda fixa	**73,57%**	**81,00%**	**89,63%**
Imóveis	**13,83%**	**10,00%**	**5,09%**
Caixa e equivalentes de caixa	**-**	**-**	**-**
Derivativos	**-**	**-**	**-**
Outros	**12,60%**	**9,00%**	**5,28%**
	100,00%	**100,00%**	**100,00%**

Todos os planos de benefícios definidos da CEDAE possuem fundamento, ou seja, existem ativos garantindo os passivos atuarias. Dessa forma, a Companhia só possui planos com cobertura parcial ou totalmente cobertos, por isso não segregou sua análise atuarial

Os valores reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes são:

	2024	2023
Custo do serviço corrente	**(25.725)**	(21.922)
Juros sobre obrigações atuariais	**(311.227)**	(258.014)
Rendimento esperado dos ativos	**43.233**	51.798
Reconhecido no resultado (Nota 24)	**(293.719)**	(228.138)

	2024	2023
Saldo inicial dos ganhos (perdas) atuariais acumulados do resultado abrangente em 1º de janeiro	**(2.243.842)**	(1.374.736)
Ajustes de ganhos (perdas) atuariais - Prece	**125.021**	(94.519)
Ajustes de ganhos (perdas) atuariais - Cedae Saúde	**102.248**	(860.543)
Ajustes de ganhos (perdas) atuariais - prêmio de aposentadoria	**3.624**	-
Contribuição social diferida	**(20.780)**	85.956
Total dos ganhos (perdas) líquidos (as) atuariais no exercício do resultado abrangente	**210.113**	(869.106)
Total dos ganhos (perdas) atuariais acumulados do resultado abrangente em 31 de dezembro	**(2.033.729)**	(2.243.842)

Apresentamos abaixo as contribuições esperadas para o encerramento do ano fiscal de 31 de dezembro de 2025

	Prece I	Prece II	Prece III	Prece CV	Cedae Saúde	Total
1. Companhia	**216**	**-**	**188**	**-**	**-**	**404**
2. Participantes	**1.129**	**449**	**-**	**-**	**-**	**1.578**

O perfil de vencimento do pagamento de benefícios:

	Prece I	Prece II	Prece CV	Cedae Saúde	Prêmio de aposentadoria	Total
2025	**19.369**	**7.374**	**106.103**	**179.636**	**6.508**	**318.990**
2026	**19.235**	**6.986**	**104.516**	**179.157**	**3.034**	**312.928**
2027	**19.119**	**6.609**	**102.883**	**179.261**	**3.232**	**311.104**
2028	**18.964**	**6.245**	**101.198**	**179.176**	**4.666**	**310.249**
2029 ou posterior	**91.973**	**26.285**	**478.537**	**1.089.587**	**28.192**	**1.714.574**
Duração (em anos)	**8,70**	**7,89**	**8,16**	**11,87**	**7,87**	**-**

Apresentamos abaixo a análise de sensibilidade da avaliação atuarial:

Prece I

Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto (R$)	Impacto (%)
Taxa de desconto	Aumento de 1,0%	**(7.023)**	**(7,87)**
	Redução de 1,0%	**8.104**	**9,08**

Prece II

Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto (R$)	Impacto (%)
Taxa de desconto	Aumento de 1,0%	**(2.282)**	**(5,76)**
	Redução de 1,0%	**2.567**	**6,48**

Prece III

Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto (R$)	Impacto (%)
Taxa de desconto	Aumento de 1,0%	**(45)**	**(2,72)**
	Redução de 1,0%	**48**	**2,89**

Prece CV

Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto (R$)	Impacto (%)
Taxa de desconto	Aumento de 1,0%	**(33.944)**	**(5,67)**
	Redução de 1,0%	**38.044**	**6,35**

Cedae Saúde

Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto (R$)	Impacto (%)
Taxa de desconto	Aumento de 1,0%	**(238.908)**	**(9,17)**
	Redução de 1,0%	**285.247**	**10,95**

Prêmio de Aposentadoria

Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto (R$)	Impacto (%)
Taxa de desconto	Aumento de 1,0%	**(2.094)**	**(5,26)**
	Redução de 1,0%	**2.337**	**5,87**

Premissas atuariais

As principais premissas atuariais utilizadas nos cálculos das provisões dos planos: Prece, Cedae Saúde e Prêmio de Aposentadoria em 31 de dezembro de 2024 são as seguintes:

Hipóteses econômicas	Plano de benefício - Prece I	II	III	CV	Plano de assistência médica Cedae Saúde	Prêmio de aposentadoria
Taxa de desconto ao ano - %	**7,48**	**7,61**	**7,79**	**7,56**	**7,44**	**7,38**
Crescimento salarial - %	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**0,07**
Inflação - %	**4,50**	**4,50**	**4,50**	**4,50**	**4,50**	**4,50**
Fator capacidade - %	**98,00**	**98,00**	**98,00**	**98,00**	**98,00**	**98,00**
Aging Factor - %	**-**	**-**	**-**	**-**	**2,50**	**-**
Inflação Médica - %	**-**	**-**	**-**	**-**	**2,50**	**-**

Hipóteses demográficas	Plano de benefício - Prece I	II	III	CV	Plano de assistência - Cedae Saúde	Prêmio de aposentadoria
Tábua de mortalidade	AT-83 IAM masculina	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000 suavizada em 10% segregada por sexo	AT-2000 Basic masculina	AT-2000 Basic masculina	AT-2000 Basic masculina
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss	MI-85 segregada por sexo	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Não Aplicável
Tábua de entrada de invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Americana	Não Aplicável	Mercer Disability segregada por sexo e desagravada em 30%
Rotatividade	Nula	Nula	Nula	Nula	Experiência Prece 2016/2020	Experiência Prece 2016/2020
Composição familiar - ativos	(*)	(*)	(*)	Não Aplicável	(**)	Não Aplicável
Composição familiar - assistidos	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Não Aplicável

(*) 70% casados, cônjuge sexo masculino 5 anos mais velho.
(**) 70% casados, cônjuge sexo masculino 5 anos mais velho e um filho com 16 anos.

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia é de R$4.027.560 (R$3.727.174 em 2023), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 629.071.608 ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal (629.071.608 ações em 2023).
Em 30 de abril de 2024, através da Ata da Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o aumento seu capital social em R$300.386 mediante capitalização do excedente do lucro líquido após as destinações legais, sem alteração do número de ações.

A composição do capital social por quantidade de ações está assim distribuída:

	2024 Quantidade de ações	2024 %	2023 Quantidade de ações	2023 %
Estado do Rio de Janeiro	**629.069.118**	**99,9996**	629.069.118	99,9996
Outros	**2.490**	**0,0004**	2.490	0,0004
	629.071.608	**100,0000**	629.071.608	100,0000

b) Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.
O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais em 31 de dezembro de 2024 e 2023, logo o lucro básico por ação é igual ao lucro diluído por ação, naquelas datas.
As tabelas abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros (prejuízo) básico e diluído por ação:

	2024	2023
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	**1.020.258**	421.595
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas - milhares	**629.072**	629.072
Lucro básico por ação (R$)	**1,62**	0,67

c) Destinação dos lucros para distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios em consonância com a legislação societária na ordem de 25% do lucro líquido remanescente, após a constituição da reserva legal. A Companhia tem utilizado o facultado pelo artigo 9 da Lei n° 9.249/1995, quanto aos juros sobre o capital próprio a título de remuneração aos acionistas, determinados com base na variação "*pro rata*" dia da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), aplicada sobre o patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Administração propôs a destinação do lucro calculado como segue:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**1.020.258**	421.595
Reserva legal - 5%	**(51.013)**	(21.080)
	969.245	400.515
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**(242.311)**	(100.129)
Distribuição proposta		
Dividendos a pagar	**(242.311)**	(100.129)
Quantidade de ações ordinárias	**629.072**	629.072
Dividendos por ação	**0,38519**	0,15917

d) Reserva de lucros e reserva legal

Conforme estabelecido pelo artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social.
A reserva legal é constituída pela alocação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social sendo que a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social, conforme previsto no artigo 193 da Lei Federal nº 6.404/1976. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da reserva legal é de R$257.405 (R$206.392 em 31 de dezembro de 2023).

A seguir a composição da reserva de lucros:

	2024	2023
Reserva legal	**257.405**	206.392
Retenção de lucros (*)	**2.203.434**	1.681.114
Reserva de lucros	**2.460.839**	1.887.506

(*) a reserva de lucros é composta: (i) reserva para expansão, que tem por fim assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante. Em 30 de abril de 2020, foi aprovada em AGO, a destinação de R$300.000, para esta reserva.; e (ii) reserva para retenção de lucros: que é formada com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações legais, conforme previsto na Lei Federal nº 6.404/1976.

e) Reserva estatutária

Reserva para expansão, que tem por fim assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante. É formada com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações legais, conforme previsto na Lei Federal nº 6.404/1976, não podendo o total desta reserva ultrapassar o valor do Capital Social da Companhia.
Em 30 de abril de 2020, foi aprovada em AGO, a destinação de R$300.000, para esta reserva.

f) Outros resultados abrangentes

A movimentação é composta pelo saldo da reserva de reavaliação, líquido das realizações do período que em 31 de dezembro de 2024, foram de R$95.772 (R$100.400 em 31 de dezembro de 2023), sendo ambos os saldos líquidos da contribuição social diferidos.

g) Remuneração aos acionistas

Nos termos do Estatuto Social, os acionistas têm direito a receber dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos
valores especificados nos incisos I, II e III do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4
www.cedae.com.br



21. Receita operacional líquida

A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é como segue:

	2024	2023
Serviço de fornecimento de água dos blocos 1, 2, 3 e 4 (a) (b)	**3.080.312**	2.967.119
Serviços de distribuição de água	**297.490**	357.498
Receita bruta de serviços	**3.377.802**	3.324.617
Tributos sobre faturamento	**(126.400)**	(125.053)
	3.251.402	3.199.564

(a) Conforme firmado nos contratos de interdependência entre a Cedae e as novas concessionárias, será efetuado o pagamento pelo fornecimento de água entregue até o término do quarto ano da concessão, o qual será faturado mensalmente. Atualmente, as concessionárias pagam o valor de R$1,70/m3 de água e partir do quinto ano da concessão será pago o valor de R$1,63/m3, sendo esses valores reajustados pelos índices e prazos aplicáveis. A Cedae deverá disponibilizar os volumes mínimos de água estipulados pela agência reguladora (Agenersa) para cada bloco durante os 3 primeiros anos de concessão. Em até 60 dias antes do término estipulado para encerramento do terceiro ano da concessão, a concessionária enviará a Agenersa o planejamento estimado de demanda de volume mínimo de água potável a ser fornecido pela CEDAE.
(b) Em julho de 2023 a CEDAE assinou o Termo de Compromisso originado da solicitação da Águas do Rio, concessionária do Bloco 4, junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, pleiteando uma redução do valor das faturas a serem cobradas referentes ao faturamento da venda de água tratada. Essa solicitação, conforme justificativa da concessionária, deve-se por ter sido identificado um número substancial de usuários com tarifa social na área de concessão do Bloco 4, que segundo a concessionária, excedia o previsto no Edital de concessão, resultando em um desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Em acordo realizado entre governo do Estado e a Concessionária, com o aceite da CEDAE, formalizado através do Termo de Compromisso, houve a concordância no diferimento temporário do pagamento das faturas em 22% do valor total limitada pelo tempo necessário para que a agência reguladora realize os ajustes necessários na tarifa de água, a fim de manter o benefício da tarifa social para as 1.263.600 pessoas residentes na área de concessão do bloco 4. O ressarcimento dos valores diferidos, conforme termo de compromisso, é garantido pelo Estado do Rio de Janeiro.

22. Custo dos serviços prestados e despesas operacionais

a) Custo dos serviços prestados

	2024	2023
Energia Elétrica (*)	**(397.044)**	(553.877)
Custos com serviços de terceiros	**(173.398)**	(190.354)
Custos com pessoal	**(584.869)**	(588.103)
Custos com depreciação e amortização (Notas 11 e 12)	**(153.789)**	(137.345)
Custos com material (**)	**(218.237)**	(274.901)
Créditos de Pasep e COFINS sobre depreciação	**242**	22
Outras	**(13.274)**	(939)
	(1.540.369)	(1.745.497)

(*) A primeira licitação para a compra de energia elétrica no mercado livre foi realizada no dia 1 de setembro de 2023, com a participação de seis empresas. A Lightcom, do Grupo Light, foi a vencedora dos dois lotes oferecidos: um da Estação de Tratamento de Água (ETA) Laranjal, em São Gonçalo; e outro da captação de água bruta de Imunana, em Itaboraí. O serviço foi iniciado em fevereiro de 2024, com duração até o fim de 2028.

(**) A redução é o resultado da implementação de tecnologia no monitoramento e na dosagem de produtos químicos e renegociações de preços em contratos já em andamento.

b) Despesas comerciais

	2024	2023
Despesas com serviços de terceiros	**(20.830)**	(21.753)
Despesas com pessoal	**(19.093)**	(20.661)
Despesas com material	**(1.750)**	(68)
Outras	**(1.491)**	(119)
	(43.164)	(42.601)
Reversão de prov. para perdas de crédito esperadas, líquida (Nota 8.1)	**197.148**	63.434

c) Despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Despesas com pessoal	**(286.293)**	(292.081)
Despesas com serviços de terceiros	**(202.392)**	(157.212)
Despesas com material	**(2.339)**	(2.221)
Outras	**(96.140)**	(65.135)
	(587.164)	(516.649)

23. Resultado financeiro

a) Despesas financeiras

	2024	2023
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	**(34.270)**	(39.927)
Juros passivos e sobre parcelamentos tributários	**(61.479)**	(67.696)
Multas, juros e acréscimos moratórios sobre pagamento em atraso das obrigações tributárias	**(390)**	(38.457)
Outras	**(2.422)**	(4.124)
	(98.561)	(150.204)

b) Receitas financeiras

	2024	2023
Atualização monetária	**134.512**	183.690
Atualização monetária e Juros compensatórios ativo financeiro (Nota 10)	**178.832**	157.934
Rendimentos de aplicações financeiras (Nota 7)	**271.454**	303.803
Multas por impontualidade	**2.600**	2.465
Juros auferidos	**17.200**	28.670
Descontos obtidos e bonificações	**3.475**	3.823
	608.073	680.385

24. Outras despesas operacionais, líquidas

	2024	2023
Outras receitas operacionais		
Demais receitas operacionais	**4.616**	12.026
Reversão de provisões (i)	**9.026**	93.621
Recuperação de despesas judiciais	**49.533**	27.538
	63.175	133.185
Outras (despesas) operacionais		
Constituição de provisão para contingências, líquida (Nota 16(b))	**(281.173)**	(859.765)
Constituição de passivo atuarial, líquida (Nota 19)	**(293.719)**	(228.138)
Despesas fiscais	**(6.423)**	(3.711)
Constituição de provisão para perda de ativos, líquida	**(59.781)**	(19.097)
Impairment concessão Teresópolis	**(53.708)**	(14.347)
Outras	**(18.827)**	(3.151)
	(713.631)	(1.128.209)
	(650.456)	(995.024)

(i) A variação da rubrica de reversão de provisões refere-se a faturas de consumo de energia elétrica que foram provisionadas na devida competência e estornada em março/23.

25. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros e importâncias seguradas:

	Data vigência			
Riscos	**De**	**Até**	**2024**	**2023**
Riscos operacionais (imóveis) danos materiais	11/09/2024	11/09/2025	**288.715**	288.715
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores	24/08/2024	24/08/2025	**20.000**	20.000

Aguinaldo Balon
Diretor-Presidente

Antonio Carlos dos Santos
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

Daniel Barbosa Okumura
Diretor de Saneamento e Grande Operação

Marco Aurélio Damato Porto
Diretor de Desenvolvimento das Cidades

Diogo Mentor de Mattos Rocha
Diretor Jurídico

Humberto de Mello Filho
Diretor Técnico e de Projetos

Renato Ferreira Coelho
Assessor de Controladoria
Contador - CRC-RJ089799/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL CEDAE Nº 001/2025

Senhores Acionistas,

1. O Conselho Fiscal da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.
2. Os exames foram efetuados, com base nas informações e esclarecimentos da auditoria externa e nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício, e ainda, no parecer da BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. O referido Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 apresentam, adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia.
3. Diante do exposto, este Conselho Fiscal aprova as contas da Companhia e opina no sentido de que o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, estão em condições de serem apreciados pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 2025.

LEONARDO DA SILVA MORAIS
Presidente do Conselho Fiscal
CPF nº. 052.450.977-88

LILIANE FIGUEIREDO DA SILVA
Membro do Conselho Fiscal
CPF nº. 057.465.807-67

AROLDO RODRIGUES GONÇALVES NETO
Membro do Conselho Fiscal
CPF nº. 131.004.697-20

SERGIO ALMIR FERNANDES
Membro do Conselho Fiscal
CPF nº. 011.383.407-15

FÁBIO TADEU NICOLOSI SERRÃO
Membro do Conselho Fiscal
CPF nº. 090.242.178-65

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA Nº. 001/2025

Em consonância com o disposto nas Legislações Federal e Estadual e em seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração da CEDAE, o Comitê de Auditoria reuniu-se mensalmente, ordinária e extraordinariamente, totalizando 02 (duas) vezes por mês, no curso do ano de 2024, mantendo como foco principal a avaliação dos trabalhos das Auditorias Interna e Independente e das áreas ligadas à Governança, notadamente Compliance, Controles Internos e Gestão de Riscos; o acompanhamento da elaboração das Demonstrações Financeiras; e, o assessoramento ao Conselho de Administração da CEDAE em outros assuntos considerados relevantes pelos Membros do Comitê ou por demanda específica do Conselho de Administração.

Em todas as atividades ligadas às áreas foco do Comitê de Auditoria observaram-se, no exercício de 2024, sensíveis melhorias, com efeitos positivos na qualidade das Demonstrações Financeiras e dos controles internos adotados na CEDAE.

Assim, fundamentado em suas avaliações e análises, considerando inclusive as reuniões realizadas até o mês de junho de 2025, e no relatório BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., empresa de auditoria independente responsável pela avaliação dos procedimentos contábeis adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras da CEDAE, bem como, considerando que os trabalhos de auditoria tiveram abrangência considerada suficiente para avaliar com segurança a qualidade e a transparência das referidas demonstrações, o Comitê de Auditoria propõe ao Conselho de Administração da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE a aprovação das Demonstrações Financeiras levantadas pela Companhia em 31 de dezembro de 2024.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 2025.

Marcos Sampaio Fialho
Presidente

Irineu dos Santos
Membro

João Carlos Derzi Tupinambá
Membro

Daniel Antunes de Azevedo
Membro

Paulo Cesar Candido Werneck
Membro

DELIBERAÇÃO Nº. 001/2025

Senhores Acionistas,
O Conselho de Administração da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, no exercício de suas funções legais e estatutárias, após apreciar o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, bem como os Relatórios da Auditoria Externa BDO RCS, do Comitê de Auditoria, o Parecer do Conselho Fiscal da Companhia e, ainda, o Balanço Social de 2024, manifesta-se de acordo com os referidos documentos e considera que a matéria examinada traduz, com propriedade, a Posição Patrimonial da CEDAE no Exercício de 2024 e, por seus Membros abaixo assinados, delibera que as mesmas estão em condições de serem encaminhadas à Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 2025.

Sérgio Cabral de Sá
Presidente

Homero das Neves Freitas Filho
Vice-Presidente

Aguinaldo Ballon
Membro

Rodrigo Ratkus Abel
Membro

Marcus Vinicius Fernandes Dias
Membro

Antonio Carlos dos Santos
Membro

Oswaldo Serrano de Oliveira
Membro

Felipe de Melo Fonte
Membro

Ricardo Lessa Carrazedo
Membro

Jorge Luiz Ferreira Briard
Membro Representante dos Empregados

Sinval de Oliveira Filho
Membro Rep. Acionistas Minoritários

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia de Águas e Esgotos - CEDAE
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da **Companhia de Águas e Esgotos - CEDAE ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia de Águas e Esgotos - CEDAE** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.2 às demonstrações financeiras, em julho de 2020, foi iniciada investigação conjunta da Polícia Civil, do Ministério Público do Estado do Rio de janeiro - MPRJ e do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE. A operação, denominada “Águas Claras”, investiga alegação de fraude em licitações e contratações emergenciais e deu cumprimento a medidas de busca e apreensão de documentos.

A operação Águas Claras ainda está em curso e neste momento, não é possível prever todos os desdobramentos futuros que poderão decorrer desses processos de investigação pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Reapresentação dos saldos do exercício anterior

Como parte das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa n°2.1, que foram efetuados para alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022 (01 de janeiro de 2023). Em nossa



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
Companhia Aberta
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4
www.cedae.com.br



opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Ativo intangível e ativo de contrato

Conforme apresentado na Nota Explicativa n°11, a Companhia possui registrado em 31 de dezembro de 2024 nas rubricas de ativo intangível e ativo de contrato, o montante de R$4.648.697 mil. O negócio em que a Companhia está inserida e a modelagem dos contratos de concessão com os Poderes Concedentes, requerem que a Companhia efetue investimentos relevantes na infraestrutura de suas concessões, os quais são classificados como, ativo de contrato e ativo intangível da concessão. Devido ao alto grau de julgamento exercido pela Companhia para definir e alocar os gastos entre: (i) custos capitalizados como ativo de contrato, que são os gastos com obras em andamento vinculados a concessão; (ii) custos capitalizados do ativo intangível, quando ocorre o aumento da capacidade e melhoria da rede; (iii) avaliação quanto ao direito incondicional de receber caixa no fim da concessão a título de indenização e referem-se à parcela que não é recuperada via tarifa e (iv) despesas de manutenção incorridas, as quais são reconhecidas no resultado do exercício; e, ao fato de que qualquer alteração das premissas utilizadas e dos julgamentos exercidos na classificação dos gastos podem impactar significativamente as demonstrações financeiras, além da aderência ao "Novo Marco Legal do Saneamento Básico", consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram avaliação da estrutura, implementação e a avaliação e entendimento dos controles internos chave existentes relacionados à adição de infraestrutura, amortização de ativos intangíveis, administração e gerenciamento dos contratos de concessão. Aplicamos procedimentos de testes amostrais para verificação de documentação suporte de adições e de sua elegibilidade à capitalização. Avaliamos a transferência de ativos em construção para ativos em operação e avaliamos a aderência dos contratos de concessões à respectiva norma contábil. Efetuamos visitas às principais obras em andamento e questionamos seus responsáveis acerca da existência de indicativos. Com relação à aderência ao novo marco legal do Saneamento Básico, nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do entendimento da Administração para manter os investimentos como ativos intangíveis mediante reuniões e entrevistas com os responsáveis chave da Companhia a respeito do tema, em especial com os Assessores Jurídicos da Companhia, acerca da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios com os quais a Companhia mantinha contratos vencidos e passou a realizar a prestação de serviço direta.

Com base no resultado dos procedimentos acima, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento, mensuração e apresentação do ativo intangível e Ativo de Contrato, bem como a avaliação de indícios de perda nos contratos e dos potenciais impactos do novo marco do saneamento básico são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Provisão para contingências

Conforme apresentado na Nota Explicativa n° 16, a Companhia é parte passiva em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades, cujo saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R$ R$3.349.709 mil.

Essas provisões foram constituídas considerando a probabilidade de perda atribuída a cada processo, ou seja, a probabilidade que recursos financeiros são exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança, com base nas avaliações dos assessores legais/jurídicos e da Companhia, que levam em consideração, inclusive, o histórico de condenações em cada processo judicial.

Devido a relevância dos montantes e as incertezas e julgamentos envolvidos para a mensuração dos passivos contingentes e provisões, consideramos que este é um assunto significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram:

i) Entendimento e avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes que envolvem o controle dos passivos contingentes e a mensuração dos montantes provisionados; ii)obtenção e avaliação de informações sobre processos judiciais por meio de confirmações recebidas dos assessores jurídicos externos e internos; iii) avaliação, com base em amostragem, das premissas utilizadas na mensuração dos processos selecionados, incluindo a inspeção da documentação dos processos judiciais; iv) avaliação da suficiência de provisão através do histórico de desembolso em relação aos respectivos valores de provisão; e

avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras descritas nas notas explicativas, de acordo com normas aplicáveis.

Com base nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração relativas aos Depósitos Judiciais e e Passivos Contingentes, bem como as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Reconhecimento de Benefícios Pós Emprego

Conforme mencionado na Nota Explicativa n°19 às demonstrações financeiras, a Companhia possui o montante de R$3.005.908 mil, relativo benefícios pós-emprego no qual a obrigação é calculada com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados. Em virtude da complexidade e subjetividade na estimativa decorrente da avaliação atuarial dos planos de saúde e benefício, conforme requerido pelo CPC 33 – Benefício pós–emprego, a Companhia possui risco quanto a adequada mensuração e contabilização dos ativos e passivos decorrente a benefícios pós-emprego, além do alto grau de julgamento associado ao processo de mensuração da obrigação atuarial da Companhia, que inclui a utilização de premissas altamente subjetivas e complexas tais como taxas de juros de longo prazo, taxas de rendimento dos ativos dos planos, índice de aumento salarial, rotatividade, mortalidade, taxas de desconto e inflação. Variações nestas premissas podem ter um impacto relevante sobre os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas da área atuarial para nos auxiliar na avaliação das premissas utilizadas no cálculo dos passivos atuariais dos planos de benefícios pós emprego, comparando as mesmas com dados de mercado comparáveis e parâmetros de referência desenvolvidos internamente a partir de cálculos independentes efetuados como parte de nossos procedimentos. Adicionalmente, nossos especialistas nos auxiliaram na avaliação da adequação das divulgações realizadas pela Companhia em relação ao assunto. Relativamente aos ativos dos Planos, nossos procedimentos de auditoria incluíram testes de confirmação de existência e avaliação em conjunto com especialistas sobre a avaliação efetuada desses ativos. Assim como a revisão da adequada divulgação nas notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria sumarizados acima, consideramos que são aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração relativas aos Benefícios Pós-Emprego, consideramos apropriadas os julgamentos e divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas Demonstrações do Valor Adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accouting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 2025



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 RJ 001837/F-4

Fernando Eduardo Ramos dos Santos
Contador - CRC 1 GO 014553/O-0 – RJ

Eufrázio



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
Companhia Aberta
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4
www.cedae.com.br



Balanço Social 2024

Instituição da Superintendência de Governança Socioambiental e consolidação da Política ESG

Os princípios ESG (Ambiental, Social e Governança, da sigla em inglês) são essenciais para as empresas alcançarem sustentabilidade e confiança de investidores e *stakeholders*. As organizações que implementam as práticas ESG de forma efetiva tendem a obter vantagens competitivas, atrair investimentos responsáveis e ampliar sua base de clientes. E a CEDAE é uma delas.
A responsabilidade socioambiental é um pilar fundamental para empresas que buscam atuar de forma sustentável e gerar valor para a sociedade. No setor de saneamento, essa responsabilidade torna-se ainda mais relevante, uma vez que a gestão eficiente dos recursos naturais, a preservação ambiental e o impacto social positivo são essenciais para garantir qualidade de vida e desenvolvimento sustentável.
A Companhia tornou-se signatária do Pacto Global da ONU em 2022, maior iniciativa de sustentabilidade empresarial do planeta. Com isso, se comprometeu a seguir os dez princípios universais baseados nos Direitos Humanos e do Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção, além de contribuir para os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) previstos na Agenda 2030 da ONU. Deles, a Companhia elegeu oito como prioritários, considerando questões pertinentes ao seu negócio.
Nesse contexto, a CEDAE reafirma seu compromisso com a sustentabilidade, incorporando as melhores práticas ambientais, sociais e de governança (ESG) às suas operações e estratégias corporativas. Para fortalecer essa atuação, a Companhia, em 2023, criou a sua área ESG e instituiu, em janeiro de 2024, a Superintendência Executiva de Governança Socioambiental, uma área estatutária vinculada à Diretoria da Presidência.
Esta nova área tem como missão estruturar, implementar, gerir e monitorar ações socioambientais, garantindo a conformidade com regulamentações e com as diretrizes compromissadas na Política ESG da CEDAE, bem como promovendo impactos positivos para o meio ambiente e a sociedade. A partir de uma abordagem integrada, a governança socioambiental da Companhia espelha o compromisso da empresa com a transparência, a inovação e o desenvolvimento sustentável, assegurando que suas operações estejam alinhadas às expectativas dos stakeholders e às melhores práticas do setor.

1, Relatório de Sustentabilidade
O Relatório de Sustentabilidade da CEDAE 2023, elaborado ao longo de 2024, reflete um esforço coletivo para consolidar práticas alinhadas aos princípios ESG e às melhores diretrizes globais de sustentabilidade. Com a participação de equipes multidisciplinares, o documento registra ações que consolidam a CEDAE como referência em governança e responsabilidade socioambiental, garantindo transparência e impacto positivo nas comunidades atendidas.
Guiado por normas internacionais, como a Prática Recomendada ABNT 2030, o relatório vai além de um registro técnico, sendo uma celebração do trabalho colaborativo e da capacidade da equipe de inovar e promover transformações. Entre os avanços destacados estão a aprovação da Política ESG da CEDAE, a ampliação de iniciativas como o Replantando Vida e o Aprendi na CEDAE, além da consolidação do Programa Cedae Por Elas, através da expansão dos espaços de acolhimento para mulheres colaboradoras.
O sucesso do relatório é resultado do compromisso dos colaboradores, que analisaram desafios e propuseram soluções para fortalecer a sustentabilidade da Companhia. Essa dedicação não apenas assegurou a qualidade do documento, mas também reforçou o engajamento e o propósito coletivo da CEDAE em construir um futuro mais sustentável e inovador mediante práticas transparentes no seu reporte de sustentabilidade.

2. Comissão Permanente de Diversidade de Gênero (CPDG)
Para responder a demandas que apontavam necessidade de um debate sistemático e permanente sobre as questões de gênero, sexualidade, raça e outros marcadores da diferença no âmbito da CEDAE, a Companhia instituiu a Comissão Permanente de Diversidade e Gênero (CPDG) em 2023, órgão colegiado de natureza plural, consultiva e deliberativa, que visa formular e propor ações, diretrizes e medidas de governança corporativa para promoção e defesa da diversidade e da igualdade de gênero.
Durante o ano de 2024, a CPDG realizou diversos eventos de educação corporativa em temas de diversidade, equidade e inclusão, como a capacitação em letramento D&I aos colaboradores da Diretoria Administrativa-Financeira e de Relações com Investidores e aberta também aos demais empregados da empresa; o Cine Debate sobre visibilidade trans; a visita à Pequena África para uma imersão na história e cultura afrobrasileira em alusão ao Dia da Consciência Negra; e a roda de conversa "Acessibilidade em ação: superação e inclusão das pessoas com deficiência".
Além das ações de conscientização e sensibilização, a CPDG aprovou o questionário censitário para a realização do 1º Censo Demográfico da Força de Trabalho da Companhia, ação estratégica que fortalece a gestão da diversidade nas organizações, através da realização de pesquisa de gênero, orientação sexual, raça e outras formas de diversidade em âmbito institucional, cuja iniciativa ainda não foi realizada pela Companhia em seus 49 anos. A realização do censo está programada para ocorrer em 2025.

3. Programa CEDAE Por Elas
Engajada em cumprir os ODS 3, 5, 10 e 17, e fomentar a igualdade de gênero, a Companhia criou o Programa Cedae Por Elas, a partir de diagnóstico elaborado por um grupo de funcionárias. O ano de 2024 foi demarcado pelo processo de consolidação do Programa com a inauguração de três novos espaços nas unidades operacionais: Gerência de Controle de Qualidade na Tijuca, Estação de Tratamento de Água do Laranjal e Estação de Tratamento de Água do Guandu. Além dos novos espaços, três salas de amamentação foram certificadas pelo Ministério da Saúde, recebendo o título público de sala de apoio à mulher trabalhadora que amamenta (SAMTA).
O ambiente de acolhimento destinado à trabalhadora da CEDAE tem como objetivo proporcionar suporte psicossocial, assistência à mulher após a licença-maternidade em seu retorno ao trabalho e incentivo ao aleitamento materno, assegurando um local seguro e acolhedor para a extração e armazenamento do leite materno. Em 2024, um total de 66 litros de leite foram extraídos e 13 litros de leite materno foram doados para instituições parceiras e mulheres da comunidade local. Já as atividades realizadas pelo Cedae Por Elas alcançaram 3.748 participações.

4. Programa de Restauração do Corredor Tinguá-Bocaina
Lançado em parceria com a *The Nature Conservancy Brasil* (TNC), com o Governo do Estado e municípios da região, o Programa de Conservação e Restauração Florestal no Corredor Tinguá-Bocaina, é uma resposta inovadora e necessária aos desafios ambientais e hídricos. São projetos de proteção e recuperação de mananciais concentrados estrategicamente na Região Hidrográfica responsável pelo abastecimento de 13 milhões de pessoas no Estado do Rio de Janeiro.
O Programa prevê a restauração e conservação de 10 mil hectares até 2030 e 30 mil hectares até 2050, contribuindo para mitigar os efeitos das mudanças climáticas. O reflorestamento e a conservação do corredor ecológico que conecta a Reserva Biológica do Tinguá ao Parque Nacional da Serra da Bocaina vão proteger a biodiversidade, garantir a manutenção dos recursos hídricos e promover o desenvolvimento sustentável na região que apresenta a maior ruptura do bioma da Mata Atlântica e abrange os Mosaicos da Serra dos Órgãos e do Norte de São Paulo e Sul do Rio de Janeiro. A área abrange nove municípios: Miguel Pereira, Vassouras, Paty do Alferes, Barra do Piraí, Piraí, Paracambi, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes e Rio Claro.

4.1 -Distribuição de mudas
Ao longo de 2024, a CEDAE forneceu 210.347 mudas florestais para instituições e produtores rurais, beneficiando 50 municípios no RJ, dois em SP e um em MG. Essas mudas foram destinadas a instituições parceiras e produtores rurais, além de serem utilizadas em plantios de restauração próprios realizados pelo trabalho prisional do Replantando Vida. As parcerias ampliam o alcance das ações ambientais da Companhia, colocando-a como uma das principais instituições de fomento da restauração florestal no estado.

4.2- Viveiros Florestais
No total, foram produzidas 371.526 mudas, destinadas à restauração florestal, educação ambiental e arborização urbana, contribuindo para a conservação da biodiversidade e iniciativas sustentáveis no Rio de Janeiro e regiões próximas. Os viveiros localizados em unidades prisionais tiveram papel central nesse processo, destacando-se o Viveiro Dorothy Stang, em Magé, com 122.275 mudas, e o Viveiro Dante Luvisotto, em Resende, com 95.585 mudas. Na ETA Guandu, o Viveiro Roberto e Rodrigues produziu 107.238 mudas, enquanto outros viveiros menores passaram por reformas e retomaram suas atividades gradualmente.
A coleta de sementes florestais também foi essencial para manter a diversidade e qualidade das mudas. Em 2024, foram coletados mais de 300 kg de sementes de 100 espécies nativas da Mata Atlântica, garantindo o abastecimento dos viveiros e fortalecendo as ações de reflorestamento promovidas pela CEDAE.

5. Programa Jovem Aprendiz
O Programa Jovem Aprendiz, desenvolvido em parceria com o CIEE Centro de Integração Empresa Escola e o RioSolidário, durante o ano de 2024 proporcionou a inclusão de 06 jovens com deficiências (visuais, físicas e intelectuais), para exercerem a função de auxiliar de escritório, atendendo nas áreas administrativas da Companhia, tendo como objetivo a integração social, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, bem como a facilitação de acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de todas as formas de discriminação e uma maior independência e responsabilidade dos mesmos no seu ambiente familiar.
Os jovens cumprem jornada diária de quatro horas e recebem remuneração mensal, vale-refeição, vale-transporte e seguro de vida.

5.1 Aprendi na CEDAE
O Aprendi na CEDAE é um projeto de extensão do já consolidado e tradicional Jovem Aprendiz, que oferece capacitação técnica e comportamental para os jovens, a maioria em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O projeto teve início em 2023 e, durante o ano de 2024, as capacitações multidisciplinares e o plano de desenvolvimento individual (PDI) foram conduzidos pelos mentores e monitores do projeto, empregados da própria Companhia. Ao término da primeira turma, 48 jovens se formaram, entre eles, aprendizes que já integravam a empresa e novos jovens aprendizes, que foram selecionados e sorteados do processo de seleção pública realizado em 2023, que tinha como público-alvo a juventude vulnerável dos bairros do entorno do prédio-sede da Companhia.
Com o sucesso alcançado pela turma piloto, a CEDAE decidiu implementar o Aprendi na CEDAE como porta de entrada para os novos jovens aprendizes, que participarão das trilhas de formação antes de iniciar suas atividades administrativas na Companhia. Dando continuidade a essa iniciativa, a segunda turma do Aprendi na CEDAE iniciou em outubro de 2024, composta por 20 jovens que já integravam o programa Jovem Aprendiz da empresa, mas que ainda não haviam passado por um processo formativo e comportamental.

6. Replantando Vida
O Replantando Vida conecta a ressocialização de pessoas em cumprimento de pena privativa de liberdade, que se encontram sob custódia do sistema prisional estadual, com as atividades da cadeia produtiva da restauração florestal, oferecendo oportunidades de trabalho, capacitação profissional, geração de renda e inclusão social, contribuindo para o retorno à convivência em sociedade, remição da pena e redução da reincidência criminal.
Tais iniciativas atuam no fortalecimento da infraestrutura verde dos mananciais para melhorar a qualidade da água bruta que chega até as captações. As equipes de mão de obra prisional são selecionadas por técnicos da Cedae que gerenciam o Programa, e recebem oportunidade de trabalho, com capacitação e remuneração, incluindo os benefícios trabalhistas e sociais previstos para pessoas privadas de liberdade.
Ademais, as pessoas em cumprimento de pena contratadas pela CEDAE também atuam em setores administrativos e operacionais, distribuídos por todo o estado do Rio de Janeiro. Suas atividades são diversas e incluem desde o auxílio nas atividades do tratamento de água e serviços gerais até a jardinagem, limpeza, manutenção predial, construção civil, mecânica geral e confecção de uniformes. Em 2024, o Replantando Vida iniciou com 409 pessoas e ao longo do ano, foram realizadas 345 contratações, para suprir as reposições de desligamento e necessidades da Companhia, fechando o ano com 454 trabalhadores em cumprimento de pena atuando na empresa. Portanto, o Programa beneficiou diretamente 754 pessoas ao longo de 2024.

6.1 Diagnóstico do Replantando Vida
A realização de um diagnóstico do Programa Replantando Vida é fundamental para avaliar o impacto do programa na vida dos apenados. A análise detalhada é essencial para entender não apenas a eficácia do programa em termos de ressocialização e desenvolvimento de habilidades, mas também seu impacto ambiental e social mais amplo.
Em 2024, o diagnóstico foi atualizado para cobrir a rotatividade de apenados do programa e elaborar um conjunto de publicações sobre o Replantando Vida, que será lançado em 2025. Foram entrevistados 345 trabalhadores do programa. Esse cenário evidenciou uma rotatividade significativa, resultando em uma renovação de aproximadamente 73% do quadro de apenados em um ano.

7. Projeto Educação no Canteiro de Obras
Foi desenvolvido nos canteiros de obra do reservatório Novo Marapicu e ETA Xerém, ao fim de 2024, uma turma havia concluído o curso, totalizando 45 alunos. Oferecia aulas no próprio canteiro, logo após a jornada, e os trabalhadores eram atendidos de acordo com suas necessidades individuais. As aulas foram ministradas por uma professora com formação em Pedagogia e experiência em educação para jovens e adultos e uma professora assistente. Livros do curso de Educação de Jovens e Adultos serviram de apoio para oferecer alfabetização e preparação para o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos ENCCEJA.

8. Centros de Visitações Ambientais (CVAs)
O Programa de Educação Ambiental desenvolvido nos Centros de Visitação Ambientais (CVAs) da ETA Guandu-Lameirão e da ETA Laranjal recebeu, em 2024, 11.284 visitantes, de132 instituições, abrangendo 29 municípios fluminenses. Os números demonstram o alcance e o impacto positivo do programa que promove educação ambiental de qualidade para milhares de crianças e jovens e está alinhado aos ODS da ONU.

9. Programa de monitoramento de qualidade dos mananciais análises laboratoriais
A Companhia realizou 488.021 análises laboratoriais bacteriológicas, microbiológicas, biológicas e físico-químicas de amostras de água. Além disso, o laboratório central coletou 45.459 amostras de água, que geraram 533.480 análises para atendimento das demandas externas das concessionárias privadas que atuam na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

10. Cedae Mais Sustentável Edital de Projetos Socioambientais
A CEDAE lançou, em 2024, seu primeiro edital para financiamento de projetos socioambientais, reforçando seu compromisso com a sustentabilidade e os princípios ESG. Com investimento superior a R$ 1 milhão, a iniciativa visou selecionar até 11 propostas de entidades privadas sem fins lucrativos, focadas em proteção ambiental, inclusão social, inovação e desenvolvimento socioeconômico nos municípios do Rio de Janeiro, São Gonçalo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu.
Após rigorosa seleção, 9 projetos foram contemplados em três eixos: meio ambiente e desenvolvimento social (até R$ 150 mil por projeto), cultura e educação (entre R$ 30 mil e R$ 80 mil) e direitos humanos e cidadania. Integrado ao Programa CEDAE Mais Sustentável, o edital apoia iniciativas alinhadas aos ODS da ONU, visando reduzir desigualdades e fomentar a economia verde.

11. Cedae é Ciência Edital de Fomento à Produção Científica
A CEDAE lançou uma Chamada Interna para incentivar a produção científica entre seus colaboradores, reunindo artigos inéditos em uma coletânea que será publicada pela Companhia em 2025. Essa iniciativa visa promover o compartilhamento de conhecimentos sobre saneamento, recursos hídricos, meio ambiente, mudanças climáticas e direitos humanos, fortalecendo o compromisso da empresa com a disseminação de boas práticas e sua responsabilidade socioambiental. Além disso, a ação contribui para consolidar a marca CEDAE como referência no setor, destacando a expertise técnica e científica de seus empregados.
No total, 81 inscrições foram recebidas, das quais 78 submeteram artigos contemplando as seis linhas temáticas. Após a análise da Comissão Científica, 13 artigos foram selecionados para compor um livro intitulado "CEDAE é ciência: Inovação, Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental no Saneamento", que será lançado em 2025, demonstrando o compromisso da CEDAE com o debate qualificado sobre os avanços, desafios e boas práticas na área do saneamento, alinhados aos princípios de inovação, sustentabilidade e responsabilidade social.

12. Desafios de Inovação Socioambiental - Desafios ODS Cedae
Para fortalecer a conscientização ambiental e a inovação entre os jovens, a CEDAE promoveu em 2024, na UniverCEDAE, um encontro entre coletivos de juventudes, reunindo jovens aprendizes, estagiários e representantes da ABES, SEAS e instituições parceiras. Durante o evento, a Companhia lançou a Oficina de Ideias: "Desafios de Soluções Socioambientais", estimulando os participantes a proporem soluções inovadoras para desafios reais da empresa, alinhados à sustentabilidade e inovação.
Foram apresentados quatro desafios estratégicos: Aproveitamento do Patrimônio Cultural Socioambiental da CEDAE, Otimização do Programa Replantando Vida, Valorização de Resíduos Sólidos pelas Unidades Operacionais e Resiliência dos Mananciais às Mudanças Climáticas. Ao longo das semanas seguintes, os participantes receberam mentorias especializadas para aprofundar seus conhecimentos e desenvolver soluções viáveis. O processo culminou no Pitch Day, onde 15 projetos foram apresentados a um júri composto por colaboradores da CEDAE e especialistas externos.
Três projetos se destacaram e foram premiados: Caravana CEDAE - Caminho das Águas, que propõe um museu itinerante para disseminar cultura e informação sobre o saneamento e o patrimônio da empresa; Renovando Vidas, voltado à reintegração social de apenados do programa Replantando Vida por meio da capacitação profissional; e EcoopGuandu, que promove a compostagem como alternativa sustentável para gestão de resíduos, geração de renda para cooperativas locais e redução da emissão de gases do efeito estufa. Os integrantes das equipes vencedoras foram premiados com tablets, incentivando-os a aprimorar suas propostas ao longo de 2025, com possibilidade de apresentação à diretoria da Companhia.
Além disso, todos os 118 participantes receberam certificação pelo envolvimento e dedicação ao projeto. Para ampliar o impacto da iniciativa, os 15 projetos foram reunidos em um livreto digital, disponibilizado internamente para que toda a CEDAE conheça e valorize as soluções desenvolvidas. O evento reafirma o compromisso da empresa em capacitar sua juventude, incentivando o protagonismo e a inovação para um futuro mais sustentável.

13. Seminário "Rumo à Agenda 2030: água e direito à cidade" na Casa G20
A CEDAE promoveu em 2024 o seminário "Rumo à Agenda 2030: Água e Direito à Cidade", realizado na Casa G20, em Ipanema. O evento reuniu especialistas para debater a segurança hídrica frente às mudanças climáticas, destacando medidas adotadas pelo Governo do Estado e pela CEDAE para a preservação dos recursos hídricos. A abertura contou com a presença do presidente da Companhia, Aguinaldo Ballon, e de representantes da SEAS, Aesbe e ONU-Habitat.
Três painéis abordaram temas estratégicos para a sustentabilidade hídrica no estado. O primeiro, "Restauração florestal e produção de água potável", destacou programas como o Replantando Vida e o Corredor Tinguá-Bocaina, que buscam recuperar 30 mil hectares de Mata Atlântica. Especialistas ressaltaram a meta de aumentar a cobertura florestal para 40% até 2030 e a importância do monitoramento das bacias hidrográficas para garantir a qualidade da água.
O segundo painel, "Contra o relógio: enfrentando as mudanças climáticas", discutiu os impactos do aquecimento global e a necessidade de ações alinhadas à Agenda 2030 da ONU. Foram abordados desafios como o aumento da temperatura dos oceanos e a necessidade de integração entre aspectos sociais, econômicos e ambientais para preservar os recursos naturais.
Já o terceiro painel, "Diálogos entre saúde pública, acesso à água e direito à cidade", tratou da relação entre qualidade da água e saúde pública. Os especialistas enfatizaram o papel do monitoramento das bacias hidrográficas e a atuação do Laboratório de Controle de Qualidade da CEDAE (Libra), que analisa substâncias não obrigatórias por lei, garantindo o abastecimento seguro da população.
O evento reforçou o compromisso da CEDAE com a segurança hídrica e a resiliência climática, contribuindo para o debate sobre o futuro sustentável das cidades.

14. Mega Hidratação - Carnaval e Show da Madonna
Desde 2010 a CEDAE trabalha intensamente em operações de hidratação para a população fluminense para minimizar os efeitos do calor extremo durante ações e megaoperações. As nossas principais premissas são atender ao público dos eventos e ações com pontos de hidratação e fornecer água potável, de qualidade e gelada.
Os aguadeiros da companhia atendem prioritariamente ações do Governo do Estado do Rio de Janeiro ou também em eventos com situação de calor extremo. A CEDAE, em 2024, esteve presente em megaoperações como o Carnaval Carioca e o Show da Madonna na praia de Copacabana.
A operação de aguadeiros esteve presente em 14 megablocos, 2 blocos infantis e no CARNAVOZ (carnaval de rua do complexo do alemão). Nossa operação no Carnaval de 2024 resultou em 30 mil litros de água por dia de bloco, 80 mil litros de água para refrescar ("chuveirinho"), 31 pontos de hidratação e mais de 70 colaboradores envolvidos por dia de operação.
A presença dos aguadeiros da CEDAE também ganhou destaque no Show da Madonna, que contou com mais de 100 pessoas envolvidas diretamente, quatro mega pontos de hidratação e mais de 50 mil litros de água potável ofertados. Nossos resultados no Show da Madonna em 2024 foram 4 mega pontos de hidratação, 1 kombi de hidratação, 1 bicicleta de hidratação e 2 bicas d'água.
O programa de aguadeiros da CEDAE possui um compromisso sustentável, utilizamos copos biodegradáveis, ofertamos lixeiras para coleta dos resíduos gerados, priorizamos encher garrafas e copos próprios da população e as Kombis e Bicas d'água coletam a água de reuso.

15. Sistemas de Monitoramento - Aprendi na Cedae | Cedae por Elas | Replantando Vida
Em 2024, a CEDAE avançou na consolidação de sua política ESG, implementando um monitoramento sistemático de seus projetos estratégicos. Em alinhamento com a ABNT 2030, a Companhia desenvolveu painéis dinâmicos (dashboards) para acompanhar iniciativas como Aprendi na CEDAE, Replantando Vida e CEDAE por Elas, permitindo uma análise clara e objetiva dos indicadores de desempenho e facilitando a tomada de decisões baseada em dados.
A adoção desses sistemas fortalece a transparência, permitindo que stakeholders acompanhem o progresso das iniciativas. Além disso, o monitoramento contínuo possibilita ajustes estratégicos, garantindo que os projetos atendam às demandas da empresa e da sociedade.
O Aprendi na CEDAE mede seu impacto social por meio do acompanhamento da capacitação e inserção profissional dos jovens. O Replantando Vida monitora indicadores ambientais, como inventário de mudas e doações, além da futura inclusão do acompanhamento dos trabalhadores apenados. Já o CEDAE por Elas utiliza a análise de dados para fortalecer ações de equidade de gênero, promovendo maior participação feminina na Companhia.

Gestão de Pessoas

1. Programa de Readaptação Profissional
O objetivo do programa é receber colaboradores que se encontram em auxílio-doença, encaminhados pela Previdência Social, solicitando a indicação de uma nova atividade laboral. Os colaboradores são avaliados pela Comissão Permanente de Readaptação do Setor de Medicina do Trabalho e Serviço Social da Companhia, e, se aprovados pelo médico do trabalho para o programa, são inseridos em cargos de atribuições compatíveis com sua capacidade laborativa e treinados para o desenvolvimento de novas atividades que respeitem as limitações apontadas pela Previdência Social. Este programa é realizado em parceria com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e registrou 1 processo em 2024.

2. Programa de Prevenção à Dependência Química (PROPAD)
O programa viabiliza internações, acompanhamento ambulatorial, tratamento psicoterápico e atendimentos em clínicas especializadas para os colaboradores participantes e é direcionado ao tratamento de problemas relacionados à dependência química de álcool e outras drogas. O Serviço Social da CEDAE faz o acompanhamento de todas as etapas do tratamento, estabelece o diálogo com as chefias dos colaboradores, com Recursos Humanos e CEDAE Saúde, realizando, quando necessário, visitas domiciliares e hospitalares. Também assessora os colaboradores e seus familiares em relação ao afastamento pela Previdência. Em 2024, foram 12 colaboradores para acompanhamento e 4 para tratamentos.

3. Treinamentos
Durante o ano de 2024, foram realizados treinamentos presenciais e à distância, entre cursos, palestras e workshops, abrangendo as áreas administrativa, gerencial, comportamental, operacional, *compliance* e segurança do trabalho. Foram concluídos 1.243 cursos on-line e 92 presencial, num total de 22.690 horas/aulas, e 1.435 colaboradores beneficiados. Esses treinamentos foram realizados em parcerias externas com instituições como: IDEMP, ATAC, FIRE, FIRJAN, IBAP, CONFISCO, TECHGEO, entre outras.

4. Estágios
Durante o ano de 2024, passaram pela CEDAE 427 estagiários, dos quais 202 ingressaram nesse período. Os benefícios concedidos pela Companhia aos estagiários são: bolsa-auxílio, auxílio-refeição, auxílio-transporte e seguro de vida. O estágio é de seis horas diárias e duração máxima de 2 anos. O programa oferece oportunidade de inserção no mundo do trabalho e vivência de situações práticas capazes de enriquecer a carreira profissional. O estágio também é um importante instrumento na gestão de pessoas, pois permite captar os estudantes com grande potencial empreendedor, contribuindo para o capital intelectual da Companhia.

5. Bolsas de Estudos
Foram disponibilizadas 432 bolsas de estudos na modalidade de reembolso para os colaboradores e seus dependentes. O objetivo é estimular colaboradores e dependentes a estudar, a fim de manter e atualizar os talentos existentes no quadro funcional e, por consequência, a melhora na qualidade dos trabalhos profissionais. As bolsas são para os cursos do ensino fundamental, médio, médio profissionalizante ou universitário. O valor do benefício foi de até R$ 802,57.

6. Instrutoria Interna
O Programa de Instrutoria interna contou com a adesão de colaboradores que atuaram nos treinamentos de capacitação e reciclagem em segurança e saúde nos espaços confinados, segurança para trabalho em altura, segurança em instalações e serviços com eletricidade, uso de equipamento de respiração autônoma. É desenvolvido na Universidade Corporativa UniverCedae, que aproveita colaboradores como voluntários para transmitir os conhecimentos acumulados ao longo de suas carreiras profissionais.
Em 2024 através da plataforma de ensino à distância, a InovaUniverCedae, e foram concluídos 1.243 cursos on-line, com temas com temas voltados para o desenvolvimento de soft skills (comportamentais) e ferramentas de apoio a performance, além de temas essenciais para o negócio da Companhia, como ESG, Governança etc. Os cursos foram disponibilizados por meio de trilhas de aprendizagem de acordo com a carreira, cargo e especialidade do colaborador efetivo, para colaboradores extraquadros (cargos em comissão), estagiários e jovens aprendizes. Foram 19 trilhas de aprendizagem disponibilizadas para todos os colaboradores, das quais destacamos: Administração, voltada para a alta gestão e Liderança, voltada para os gestores que possuem equipes, além das trilhas de aprendizagem para colaboradores da carreira operacional, especificamente nas especialidades ligadas ao tratamento de água.

7. Saúde e Segurança do Trabalho
A CEDAE contou, em 2024, com 32 profissionais, sendo 18 técnicos de segurança do trabalho, 2 engenheiros de segurança, 2 médicos do trabalho, 2 enfermeiros do trabalho, 4 assistentes sociais e 2 agentes administrativos. Nesse período, foram ministrados 58 treinamentos para 563 colaboradores em diversas áreas, como prevenção e combate a incêndio, práticas seguras no ambiente de trabalho e espaço confinado, entre outros.
A equipe elaborou 104 Programas de Gerenciamentos de Riscos Ambientais, com objetivo de prevenir acidentes e doenças relacionadas aos riscos identificados no programa. Também foram realizadas 127 avaliações ambientais nos colaboradores conforme exposição, além de 22 Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs) com a realização de 2 SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes), uma na Estação e Tratamento de Água Inumana-Laranjal (ETA Laranjal) e outra no Caju. Em 2024, ocorreram 88 acidentes de trabalho, sendo 61 acidentes típicos, 22 de trajeto e 5 de doença ocupacional.

8. Benefícios

8.1 Saúde e Assistência Médica
A Companhia oferece assistência médica para promover o atendimento das necessidades de seus colaboradores e dependentes. Para isso, mantém, juntamente com os colaboradores participantes, a Caixa de Assistência dos Empregados da CEDAE - CEDAE Saúde, constituída na modalidade plano de saúde de autogestão. Em 2023, a rede de credenciamentos dos



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
Companhia Aberta
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO

profissionais de saúde, até então vinculados à CEDAE Saúde, passou a ser administrada pelo Bradesco Saúde. A operadora passou a dar cobertura a 24.327 colaboradores, sendo 11.077 ativos, 9.394 dependentes e 3.856 agregados. Outras atividades de medicina preventiva são também realizadas pela CEDAE Saúde para o quadro de colaboradores, sendo as principais detalhadas a seguir.
O Programa de saúde Ocupacional (PROSAO) realiza exames admissionais, periódicos e retorno ao trabalho, além de exames de monitoramento pontuais solicitados pelo médico do trabalho e exames complementares, que são realizados para constatar a ausência de fatores de riscos nos colaboradores. Em 2024, foram atendidos pelo programa 3.105 colaboradores.
O Programa de Reeducação Alimentar é voltado para todos os colaboradores ativos com sobrepeso ou obesidade, com o objetivo de conscientizá-los sobre a importância na mudança de hábitos alimentares inadequados e no estilo de vida. Foram beneficiadas 100 pessoas ao longo do ano.
O Programa de Cirurgia Bariátrica tem como proposta auxiliar os colaboradores elegíveis à cirurgia, no acolhimento e no acompanhamento dos benefícios, a fim de reduzir a incidência de cirurgia nos casos em que ainda seriam possíveis outras condutas terapêuticas. Nos casos em que há indicação cirúrgica, é oferecido todo o acompanhamento definido pelo protocolo de Cirurgia Bariátrica, garantindo, sem custo para colaboradores, consultas e exames requeridos no período pré e pós-cirúrgico. É oferecido ainda acompanhamento multidisciplinar no período pós-cirurgia por 12 meses.
O Programa de Hipertensão Arterial foi criado para atender os colaboradores já diagnosticados com a doença. O objetivo do programa é reduzir fatores de risco; evitar a progressão da doença para casos de maior gravidade, como infarto do miocárdio; viabilizar a compra de medicamentos de acordo com a prescrição médica; e acompanhamento e monitoramento por equipe multidisciplinar. No ano de 2024, 2.941 colaboradores das CEDAE participaram do programa.
O Programa Diabetes Mellitus é direcionado aos colaboradores já diagnosticados que aderiram ao programa. O objetivo do programa é reduzir os fatores de riscos para prevenir a progressão da doença, melhorar o acesso à compra de medicamentos e o acompanhamento e monitoramento por equipe multidisciplinar.
Em 2024, foi realizada a campanha de vacinação contra a gripe influenza que alcançou 2.735 pessoas entre colaboradores, jovens aprendizes e colaboradores apenados. Foram também realizadas campanhas: Maio vermelho - conscientizar sobre a importância de adotar hábitos saudáveis para proteger o coração; Reumatologia menos dor e mais vida - ressaltando a importância da detecção precoce e dos cuidados para evitar o agravamento dessas condições, como a artrite reumatoide, lupus e osteoartrite, afetam as articulações e tecidos do corpo; Setembro amarelo - temática de prevenção ao suicídio, trazendo para debate o seguinte tema: "Suicídio na adolescência: identificando riscos e buscando soluções", abordando especialmente os danos causados pelo uso excessivo de telas e outras tecnologias, às crianças e adolescentes; Outubro Rosa Saúde da Mulher: Prevenir é a melhor Atitude; Novembro Azul Precisamos falar sobre a saúde do homem; e Dezembro Laranja Medidas preventivas e os cuidados que precisamos ter para combater o câncer de pele.

8.2 Auxílio Creche e Pré-Escolar
O benefício é concedido aos colaboradores com filhos de até 6 anos e 11 meses de idade, com reembolso mensal no valor unitário de até R$ 869,72 para creche e jardim pré-escola. Em 2024, foram contemplados 259 colaboradores, com 289 dependentes beneficiados.

8.3 Auxílio Filho ou Dependentes com necessidades especiais
O valor do auxílio mensal reembolsável é de até R$ 1.360,87 para cada filho ou dependente. O auxílio tem por finalidade auxiliar no custeio das despesas dos colaboradores que possuam filhos especiais ou dependentes reconhecidos como tal pela Previdência Social oficial ou tutelados na forma da Lei, cuja deficiência seja enquadrada pela legislação específica e atestada pela junta médica da Companhia e da CEDAE Saúde. O objetivo é proporcionar melhor qualidade de vida aos dependentes e tutelados de qualquer origem, natureza e gravidade. No ano de 2024 foi concedido a 142 beneficiários.

8.4 Auxílio Refeição
Os colaboradores da CEDAE receberam o vale-refeição por dias trabalhados, em quantidade máxima de 24 vales, com o valor mensal total de R$ 1.227,12, sendo R$ 1.022,64 de vale-refeição e R$ 204,48 para ticket café da manhã, todos contemplados no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT 2023/2024) e beneficiando todos os colaboradores das áreas operacional, comercial, administrativa e financeira. A Companhia também concede o vale-alimentação (cesta básica) no valor mensal de R$ 544,35 a todos, de acordo com o Programa de Alimentação do Trabalhador PAT.

8.5 Auxílio Transporte
Em 2024, foram contemplados com o auxílio 1.270 colaboradores de forma opcional e fornecido pelos órgãos oficiais Globalmob, Sindpass e Fetransporte. A Companhia oferece aos seus colaboradores o auxílio transporte para o itinerário residência-trabalho-residência após a jornada de trabalho através dos meios oficiais de transportes do Estado do Rio de Janeiro. Em 2024, o valor desembolsado pela Companhia neste programa foi de R$ 6.651 mil.

8.6 Previdência Complementar
A Companhia possibilita aos seus colaboradores, de forma facultativa, contribuir para a previdência complementar, para que, no futuro, possam desfrutar de uma complementação na aposentadoria e assegurar, conforme a opção escolhida, pensão aos seus beneficiários, objetivando dar maior qualidade de vida na fase pós-laborativa. A Companhia contribui de forma paritária com os colaboradores que participam de um dos planos da PRECE, utilizando esse benefício como ferramenta de política de recursos humanos. No ano de 2024, houve 236 adesões de colaboradores da Companhia ao plano PRECE 3, o único plano administrado pela PRECE aberto para novas entradas.
Sobre as saídas da Companhia e as opções realizadas nos planos de benefícios, foram observados 206 desligamentos dos planos com pagamento da reserva resgatável ou portabilidade e 100 aposentadorias concedidas no ano. É importante lembrar que os movimentos de desligamentos ou concessão de benefícios ao longo de 2024 foram ocasionados em sua quase totalidade pelo movimento remanescente dos desligamentos da Companhia pelo Programa de Demissão Voluntária (PDV) realizado ao final de 2023, com repercussão em 2024."

8.7 Programa Maternidade Cidadã
A Companhia libera suas colaboradoras para a amamentação de seus filhos recém-nascidos por mais 60 dias além da licença-maternidade oficial, contados do término da licença prevista no art. 7º da Constituição Federal. Após o retorno ao trabalho e com os filhos já sendo alimentados por outros meios além da amamentação, as colaboradoras retomam suas atividades mais tranquilas e seguras. Além de ser uma prática de liderança humanizada, esta reintegração está em linha com o ODS 5. Em 2024 foram beneficiadas 10 colaboradoras.

9. Ações Ambientais Corporativas

9.1 Reutilização da Água
A Companhia mantém em seu prédio-sede uma Estação de Tratamento de Águas Cinzas (ETAC), que possibilita o reaproveitamento de água de pias, lavatórios, ar-condicionado e águas pluviais captadas das chuvas. São usadas nos sistemas de descargas sanitárias e no tratamento dos jardins.

9.2 Coleta Seletiva Solidária e Descartes de Lâmpadas Descontaminadas.
Iniciado no prédio-sede, o programa Coleta Seletiva foi estendido para as unidades da Gerência Guandu-Lameirão, que receberam coletores de resíduos e caçambas para armazenamento de recicláveis. A ação visa conscientizar os colaboradores quanto à separação e descarte adequados dos resíduos por meio de palestras de sensibilização.
A área de Gestão Ambiental também implementou campanhas para estimular a destinação adequada de lâmpadas fluorescentes e materiais diversos recicláveis.
O projeto de compostagem orgânica, no prédio sede, gera resíduos que são transformados em adubo orgânico.
A Companhia incentiva a coleta seletiva de maneira permanente nos locais de trabalho, tanto de resíduos quanto de pilhas e baterias; cartuchos e toners de impressora; resíduos eletrônicos; medicamentos vencidos e lâmpadas, entre outros.

9.3 Melhoria da Qualidade da Água Captada para Tratamento
A CEDAE realiza o monitoramento de dezenas de mananciais do Estado do Rio de Janeiro, para garantir a segurança hídrica e a qualidade da água que será distribuída para a população. Em 2024 foram realizadas 2.473 análises de qualidade no manancial do Sistema Imunana-Laranjal e 94.132 análises no Sistema Guandu.
No Sistema Guandu, a Companhia adotou a tecnologia de boias de ultrassom para combater algas nas lagoas de captação de água, evitando a proliferação da geosmina. Foram instaladas oito boias, que formam uma barreira de ultrassom que submerge as algas e impede que voltem à superfície, evitando que absorvam luz solar para fazer a fotossíntese. A tecnologia elimina 90% das algas. As boias são abastecidas de maneira sustentável, por meio de placas fotovoltaicas.

9.4 Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos e Licença Ambiental
Durante o ano de 2024, foram requeridas 19 outorgas e licenças, das quais 13 foram concedidas. A Companhia busca exercer suas atividades alinhada com o desenvolvimento econômico-social e com o meio ambiente ecologicamente equilibrado. Considera fundamental a regularização das unidades operacionais, e trabalha continuamente para o seu licenciamento ambiental de forma a garantir melhores condições de vida à população e atender plenamente às legislações federal, estadual e municipal vigentes. Durante o ano de 2023, foram requeridas 19 outorgas e licenças, das quais 13 foram concedidas.
As principais licenças ambientais recebidas em 2024 foram as seguintes:
- Licença Ambiental Integrada das Obras de Implantação da ETA Xerém, para atender à crescente demanda e modernizar o sistema de abastecimento de Duque de Caxias. O projeto visa ao aumento da produção de água tratada para atender 450 mil habitantes.
- Licença Municipal de instalação da Nova ETA Macaé: Para ampliar o fornecimento de água potável e manter a qualidade operacional do Sistema de Abastecimento de Água de Macaé, que terá capacidade de tratamento de 1600 l/s.
- Autorização ambiental para operação do sistema de bombeamento de 3m³/s de água bruta do Rio Guandu para a Lagoa Maior, com objetivo renovar a água da lagoa, propiciando a melhoria da qualidade da água captada pela ETA Guandu.

10 Relacionamento com a Sociedade

10.1 Tarifa Social
Em 2024, a CEDAE operou com a tarifa social de R$ 3,934 por m³ pelo fornecimento de 6 m³ de água para os clientes de baixa renda nos municípios onde atua. Além de mais 100% desse valor para a coleta de esgoto. Assim, a Companhia proporciona à população carente o acesso aos serviços de saneamento básico, com a consequente melhoria de sua qualidade de vida, conforme estabelecido pelo Decreto Estadual 25.438/99.
A tarifa social oferecida pela CEDAE é aproximadamente 40% inferior às tarifas normalmente praticadas em sua área de atuação. Em 2024, após a concessão dos serviços de distribuição de água e coleta de esgoto, 17.415 habitantes foram beneficiados pelo programa. Também manteve a isenção das tarifas de água e esgoto para organizações com finalidades sociais.

10.2 Ouvidoria Geral - Aproximação com a Sociedade
No decorrer de 2024, funcionando como primeira instância por meio dos caminhos SAC e Fale com a CEDAE, a Ouvidoria Geral efetuou 4.792 atendimentos, sendo 486 por telefone, 2.609 por e-mail, 1.050 atendimentos presenciais, 492 via site da CEDAE e 155 por outros meios. Ao todo, 100% dos casos foram solucionados na primeira instância. Já em segunda instância, a Ouvidoria efetuou 78 atendimentos, tendo solucionado 100% dos casos.
A Ouvidoria Geral funciona como agente mediador das demandas da população, promovendo mudanças e operando internamente para a solução pacífica de conflitos. Desta forma, assegura que a sociedade tenha voz ativa nos processos decisórios internos, garantindo *accountability* social (prestação de contas / controle) e gerando a melhoria da gestão pública.
A Ouvidoria Geral pode ser acessada pelos telefones 0800-282.1195, 0800-282.3059 e 0800-031.6032; pelo e-mail ouvidoriageral@cedae.com.br; pela atendente virtual Nina, no site da Companhia (www.cedae.com.br); pelos sistemas e-sic e sic presencial; pelo Disque Denúncia; por atendimento pessoal e por meio da Agenersa (Agência Reguladora de Energia e Saneamento), dentre outros canais.

11 Prêmios Recebidos

11.1. A Companhia venceu o Prêmio ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico) na categoria "Empresas de Médio e de Grande Porte", que levou em consideração critérios como impactos socioambientais, potencial de difusão, aderência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), sustentabilidade e inovação. Também passou a integrar a Década da Restauração de Ecossistemas das Nações Unidas (2021-2030), iniciativa global que estimula ações de proteção e revitalização dos ecossistemas.

11.2. O projeto Reciclagem Florestal do lodo de Esgoto recebeu reconhecimento internacional ao ficar em segundo lugar no Prêmios Verdes, maior premiação socioambiental Ibero-América. A Companhia foi a única instituição brasileira selecionada para a final, que aconteceu em Miami, nos Estados Unidos. A iniciativa premiada transforma o resíduo gerado no tratamento de esgotos em substrato para a produção de mudas nativas da Mata Atlântica nos viveiros florestais da Companhia. O trabalho conta com a participação dos apenados participantes do projeto, e as mudas produzidas são utilizadas em plantios de restauração florestal para proteção dos mananciais de abastecimento público.

11.3. A Companhia conquistou ainda o "Prêmio Firjan de sustentabilidade na categoria "Gestão de Impacto e investimento Social com o projeto Replantando Vida.

11.4. O Programa Replantando Vida recebeu o Selo Regata, criado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

11.5. A CEDAE conquistou, ainda, o Selo Chico Mendes do Instituto Internacional de Pesquisas e Responsabilidade Social (Inpra). O selo é um reconhecimento à relevância do "Programa de Desenvolvimento Sustentável (PDS), conduzido pelo setor de Trabalho Técnico Social da Companhia desde 2015, e indica para o consumidor que a Companhia é ambientalmente correta, economicamente viável e socialmente justa. O certificado foi concedido após análise de 18 indicadores socioambientais pelo Programa de Certificação com Gestão Socioambiental Responsável (Procert) do Inpra e a CEDAE atendeu a 100% dos critérios observados pelo programa.

11.6. A CEDAE, através do Programa Replantando Vida, em 2024, recebeu 4 importantes reconhecimentos públicos advindos de diferentes setores da sociedade. O Prêmio ESG na categoria ambiental, concedido pelo Grupo Tribuna, prestigiou iniciativas que se destacaram nas áreas de sustentabilidade ambiental. Também foi agraciado com o Selo Prosegh - Programa Estadual de Segurança Hídrica, entregue pela Secretaria Estadual do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), pela atuação na proteção e recuperação dos principais mananciais de abastecimento público do estado do Rio de Janeiro.
O Replantando Vida foi ainda uma das 87 iniciativas certificadas pela Fundação Banco do Brasil (FBB) para integrar o Banco de Tecnologias Sociais (BTS), sistema de informação utilizado para fomentar a reaplicação das tecnologias sociais. Outro reconhecimento nacional conquistado em 2024 foi o Prêmio ECO, promovido pela AMCHAM (Câmara Americana de Comércio), onde o Replantando Vida foi reconhecido na categoria "Sustentabilidade em Processos" pelo seu compromisso com práticas inovadoras e sustentáveis que geram impacto positivo tanto social quanto ambiental.

12 Parcerias e Participações

12.1 Report Communication on Progress (CoP)
A CEDAE reforçou em 2024 seu compromisso com os princípios do Pacto Global das Nações Unidas, uma iniciativa que reúne empresas ao redor do mundo para alinhar estratégias e operações a valores universais em áreas como direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Como participante ativa do Pacto Global, a Companhia realizou a submissão do *Communication on Progress* (CoP) referente ao ano de 2024.
O CoP, ou Comunicação de Progresso, é o mecanismo de prestação de contas do Pacto Global das Nações Unidas. Trata-se de um requisito anual e obrigatório para todas as empresas participantes, que visa demonstrar como os princípios do Pacto estão sendo implementados nas estratégias e operações empresariais. Por meio do CoP, as organizações relatam suas ações e avanços no cumprimento dos Dez Princípios do Pacto Global e na promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
O preenchimento do CoP de 2024 foi realizado de acordo com as premissas estabelecidas pelo Pacto Global, garantindo transparência e responsabilidade no relato das ações da CEDAE. O documento destacou as iniciativas da Companhia voltadas à sustentabilidade, governança e impactos sociais positivos, alinhando-se aos objetivos globais para a construção de um futuro mais sustentável.

12.2 Fórum de Mudanças Climáticas do Estado do Rio de Janeiro
Participação de representante da CEDAE como titular e suplente da área ESG. Este ano as principais ações do Fórum foram: Minuta da revisão do Decreto que institui o Fórum de Mudanças Climáticas do Estado do Rio de Janeiro (FRJMC) e Minuta do Regimento Interno do FRJMC.

12.3 Rede Comunidade Acolhedora
A CEDAE, desde junho de 2023, compõe a Rede Comunidade Acolhedora - pacto pelo desenvolvimento territorial da Cidade Nova e adjacências. Esta rede é composta por instituições de natureza pública e privada com o objetivo de criar um consórcio comunitário para a realizar ações focadas no desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental, gerando melhoria da qualidade de vida no território da Cidade Nova e adjacência.
A atuação no território surge a partir da perspectiva do desenvolvimento socioterritorial como uma das ações de motivação da intervenção do ESG da CEDAE. A sede da companhia está localizada na região central do Rio de Janeiro, no bairro Cidade Nova, área de concentração de grandes empresas e, ao mesmo tempo, território com o menor índice de Progresso Social IPS entre os mais de 160 bairros do município, segundo dados da Prefeitura do Rio de 2022.
Em 2024, a CEDAE realizou ações focadas no desenvolvimento do território, como: atividades socioambientais com público infanto juvenil, atividades de fomento à geração de renda das mulheres empreendedoras da região e estruturação de grupo de trabalho voltado para a temática da mulher.

12.4. Assinatura de Memorando de Entendimento entre a CEDAE e o ONU-Habitat em 2024
A CEDAE deu um passo importante na sua trajetória de sustentabilidade ao formalizar uma parceria estratégica com a ONU-Habitat. A assinatura do Memorando de Entendimento (MOU) fortalece os esforços para promover o desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida das comunidades urbanas do Rio de Janeiro, com foco no acesso universal e igualitário à água potável e saneamento básico.
Por meio da assinatura do Memorando de Entendimento (MoU), uma parceria estratégica com a ONU-Habitat para promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida nas comunidades urbanas do Rio de Janeiro, a CEDAE deu um passo significativo em sua trajetória de sustentabilidade e reforça o seu compromisso com a Agenda 2030 e a década de restauração proposta pela ONU, a partir da implementação de soluções inovadoras e integradas que abordam desafios ambientais, sociais e econômicos, contribuindo para a resiliência urbana e a inclusão social.

12.5 Comitê Guandu
A CEDAE participa ativamente dos comitês de bacias hidrográficas em todo o Estado, atuando em consonância com os objetivos da Companhia e levando contribuições técnicas para as tomadas de decisão. Em 2024, destaca-se a atuação na presidência do Comitê Guandu RJ, responsável pela gestão de recursos hídricos da região hidrográfica mais estratégica do estado, onde está localizada a captação da ETA Guandu. Além disso, ocupou a presidência do CERHI (Conselho Estadual De Recursos Hídricos) e atuou no GTAOH (Grupo de Trabalho Permanente de Acompanhamento da Operação Hidráulica) do Paraíba do Sul, garantindo a análise e internalização das informações dos reservatórios. A Companhia atua também em diversos outros órgãos de decisão, bem como conselhos e associações, relacionados ao Sistema de Recursos Hídricos, saneamento ambiental e segurança hídrica.
Como resultado da forte atuação no Comitê Guandu, destacam-se as seguintes realizações estratégicas para a CEDAE:
Atualização do Plano de Contingência para abastecimento de água
O Plano de Contingência para Abastecimento de Água (Guandu) está sendo revisado e atualizado pelo Comitê Guandu em decorrência da parceria da CEDAE com o colegiado. O documento técnico contém diretrizes integradas para lidar com emergências ambientais que ameacem o abastecimento público. O Plano é fundamental para segurança da operação, pois detalha os procedimentos operacionais a serem tomados pela CEDAE em cada caso de emergência. Abrange a prevenção, preparação, resposta, recuperação e mitigação de acidentes que possam poluir mananciais superficiais, especialmente na área de contribuição hidrográfica do sistema de captação da ETA Guandu, considerando também a dependência da transposição de água de outras bacias.
PMMAs
O Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim entregou os Planos Municipais de Mata Atlântica a 12 municípios em 2024. Os Planos visam proteger, recuperar e usar de forma sustentável a Mata Atlântica, trazendo benefícios ambientais e sociais.
Os documentos identificam áreas de vegetação nativa remanescente, causas de desmatamento e formas sustentáveis de uso da vegetação, considerando inclusive os benefícios ecossistêmicos relacionados à promoção da segurança hídrica. São também instrumentos técnicos importantes para a operação do sistema, com fortalecimento da infraestrutura verde e melhoria da qualidade e quantidade de água.
Sanear Guandu
O Sanear é o maior programa de saneamento rural do País. Realizado pelo Comitê Guandu e desenvolvido em parceria com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, e do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), com operacionalização da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP). O programa busca evitar o descarte de 10 milhões de litros de esgoto por dia em rios que drenam para o Rio Guandu e nele próprio, melhorando a qualidade da água captada pelo sistema Guandu-Lameirão.
Até o fim de 2024, mais de R$ 31,2 milhões foram aplicados no Sanear Guandu, beneficiando 21.280 pessoas nos municípios de Japeri, Mendes, Nova Iguaçu, Paracambi, Piraí, Queimados, Itaguaí, Mangaratiba, Rio Claro, Rio de Janeiro e Seropédica, estratégicos para o processo de universalização do saneamento na região.
Observatório da Bacia
A execução deste projeto de monitoramento, modelado pelo Comitê Guandu, foi aprovada em 2023, trazendo a integração de mais de 106 estações de monitoramento estrategicamente distribuídas nas bacias para gerar dados sobre toda a região. As estações vão garantir informações precisas sobre diversos parâmetros hidrometeorológicos, desde pluviometria até a qualidade da água. O monitoramento permitirá uma avaliação detalhada das condições das bacias dos rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim. A rede modelada integra estações de monitoramento já existentes, somando a elas 88 novas estações e ampliando significativamente a cobertura do monitoramento na região, o que permitirá uma resposta rápida a qualquer alteração nas condições dos recursos hídricos.

Ações de Inovação Socioambiental

1. Manancial

Inaugurado em 2022, o Manancial Centro de Inovação Socioambiental é um espaço de convivência, ambientação e ativação disruptiva voltado para todas as pessoas colaboradoras da CEDAE se motivarem a mergulhar em uma jornada de fomento à cultura da inovação. Seu projeto foi desenvolvido para potencializar a ideação de soluções inovadoras e prospecção de novos negócios sustentáveis em produção de água, o core business da Companhia, além de sediar eventos alinhados à Agenda 2030 da ONU, que discutam a preservação ambiental, a segurança hídrica, as soluções baseadas na natureza, os direitos humanos, a diversidade e inclusão, e a inovação no saneamento.
Em 2024, foram realizados, no Manancial, importantes eventos relacionados à inovação no saneamento, com a liderança do CEO da Cedae e especialistas no assunto, tratando de assuntos diversos que vão desde o debate sobre a situação atual das companhias de saneamento, até a semana do meio ambiente, lançamento do novo planejamento estratégico da empresa, debate sobre mudanças climáticas e saneamento. Além disso, acolheu iniciativas voltadas à diversidade, bem-estar e desenvolvimento profissional, como as reuniões da Comissão Permanente de Diversidade e Gênero (CPDG), aulas de dança, ginástica laboral e práticas integrativas.

2. Acordos de Cooperação Técnica e Científica em Andamento

Ao longo do 2º semestre de 2024 e impulsionados pelas diretrizes da Política de Inovação a, foram orientados os acordos de parceria e de cooperação técnica e científica com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Técnica Federal do Paraná e o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), são eles:
· Projeto "Oxidação dos Compostos de Geosmina e Metilsorborneol utilizando o Processo Oxidativo Foto-Fenton" com a Universidade Técnica Federal do Paraná;
· Projetos "Avaliação da Correlação entre a Presença de Antibióticos no Rio Guandu com a proliferação de Geosmina Descontaminação por Argilominerais"; "Plano de ação integrado de gerenciamento de recursos hídricos: desafios e soluções diante da crise climática"; "Detecção e quantificação de compostos emergentes para monitoramento nas ETAs"; e "Inovação no Tratamento de Água: Implementação de Processos Oxidativos Avançados (POAs)" com a UFRJ;
· Projeto "Produção de Material de Referência de Microcistina-LR", parceria firmada com o INMETRO.

3. Política de Inovação
Em junho de 2024, a Companhia lançou o projeto "Cedae 2030", desenvolvido em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), que estabelecerá o novo planejamento estratégico para os próximos cinco anos, guiado por diretrizes ESG e de inovação. Após os trâmites internos de governança, em dezembro de 2024, o Conselho de Administração da CEDAE aprovou a primeira versão da Política de Inovação, que já se insere neste novo planejamento estratégico e fornece orientações às diversas áreas de negócios e operacionais à condução cotidiana das atividades de seus colaboradores e a toda pessoa, física ou jurídica, que venha se relacionar com a Companhia no que concerne à promoção da inovação.

4. Programa "BlueRio"
A CEDAE aderiu ao edital do Programa BlueRio, que objetiva conectar empresas e instituições do ecossistema da economia azul, do estado do Rio de Janeiro, com startups globais com vista ao desenvolvimento de soluções inovadoras que respondam aos desafios propostos pelas instituições que aderiram ao edital.
A Companhia elegeu três desafios e busca soluções inovadoras para a eficiência hidroenergética dos processos de captação e tratamento de água, o passivo ambiental (lodo) gerado nas estações de tratamento de água e tecnologias para dosar de forma mais precisa os produtos químicos utilizados no processo de tratamento de água.
Durante o ano de 2024, a Companhia e as startups selecionadas negociaram os termos contratuais da Prova de Conceito (PoC), cuja minuta do Contrato Público de Solução Inovadora já foi aprovada pelo setor jurídico, possibilitando a análise e deliberação pela Diretoria Executiva visando a aprovação da assinatura dos contratos e início da execução das PoC´s de cada solução inovadora em 2025.

5. PROJETO Iaguas
A CEDAE, na qualidade de interveniente cofinanciadora, firmou parceria com duas startups (VM9 e NOAH) para apoiar o Projeto IAguas, aprovado em 1º lugar na categoria "Cidades Inteligentes", submetido na seleção pública para subvenção econômica à inovação (Edital MCTI/FINEP/FNDCT nº 04/2022) promovida pela FINEP. Com investimentos tripartite (FINEP, startups e CEDAE), a Companhia investiu R$ 314 mil, e, durante o ano de 2024, o projeto foi orientado para promover o treinamento de um modelo de IA, que permite a antecipação de ações operacionais garantindo a segurança hídrica para a produção e fornecimento de água. A Cedae detém de 24,9% da propriedade intelectual deste projeto inovador.

Eufrázio

CEDAE

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
Companhia Aberta
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4
www.cedae.com.br



Quadro de Indicadores – CEDAE

1 - Base de Cálculo	2024			2023		
	Valor (mil reais)			Valor (mil reais)		
Receita líquida (RL)	3.251.402			3.199.564		
Resultado operacional (RO)	677.927			(36.773)		
Folha de pagamento (FP)	598.167			568.278		
2 - Indicadores Sociais Internos	**Valor (mil)**	**% sobre FP**	**% sobre RL**	Valor (mil)	% sobre FP	% sobre RL
Alimentação	68.240	11,41	2,10	66.786	11,75	2,09
Encargos sociais compulsórios	195.212	32,64	6,00	183.616	32,31	5,74
Previdência privada	24.722	4,13	0,76	16.081	2,83	0,50
Saúde	330.902	55,32	10,18	271.448	47,77	8,48
Segurança e medicina no trabalho	1.193	0,20	0,04	784	0,14	0,02
Educação	3.539	0,59	0,11	2.795	0,49	0,09
Cultura	0	0	0	0	0	0
Capacitação e desenvolvimento proissional	1.443	0,24	0,04	738	0,13	0,02
Creches ou auxílio-creche	2.175	0,36	0,07	2.247	0,40	0,07
Participação nos lucros ou resultados	25.880	4,33	0,80	18.312	3,22	0,57
Outros- vale transporte	6.651	1,11	0,20	6.784	1,19	0,21
Total - Indicadores sociais internos	**659.957**	**110,33**	**20,30**	**569.591**	**100,23**	**17,80**
3 - Indicadores Sociais Externos	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	2.786	0,41	0,09	2.786	(7,58)	0,09
Cultura	0	0	0	0	0	0
Saúde e saneamento	1.594.760	235,24	49,05	1.763.855	(4.796,60)	55,13
Esporte	0	0	0	0	0	0
Combate à fome e segurança alimentar	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0
Total das contribuições para a sociedade	**1.597.546**	**235,65**	**49,13**	**1.766.641**	**(4.804,18)**	**55,22**
Tributos (excluídos encargos sociais)	217.657	32,11	6,69	185.963	(505,71)	5,81
Total - Indicadores sociais externos	**1.815.203**	**267,76**	**55,83**	**1.952.604**	**(5.309,88)**	**61,03**
4 - Indicadores Ambientais	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	493.072	72,73	15,16	406.661	(1.105,87)	12,71
Investimentos em programas e/ou projetos externos	11.255	1,66	0,35	0	0	0
Total dos investimentos em meio ambiente	**504.327**	**74,39**	**15,51**	**406.661**	**(1.105,87)**	**12,71**
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eicácia na utilização de recursos naturais, a empresa	( ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%			( ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados(as) ao inal do período	2.835			2.926		
Nº de admissões durante o período	0			0		
Nº de empregados(as) com remuneração superior a dois salários mínimos	2.835			2.926		
Nº de empregados(as) com idade inferior a 18 anos	0			0		
Nº de empregados(as) com mais de 10 anos de efetivos serviços na organização	2.733			2.790		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	0			0		
Nº de estagiários(as)	253			246		
Nº de jovens aprendizes	119			141		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	2.355			2.373		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	402			409		
% de cargos de cheia ocupados por mulheres	31%			31%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	296			271		
% de cargos de cheia ocupados por negros(as)	5%			3,8%		
Nº de portadores(as) de deiciência ou necessidades especiais	43			46		
Nº de apenados em ressocialização	754			730		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	**2024**			**Metas 2025**		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	8,1			8,9		
Número total de acidentes de trabalho	88			70		
FAP - Fator Acidentário de Prevenção	1,12			1,08		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram deinidos por:	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram deinidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	(x) apóia	( ) organiza e incentiva	( ) não se envolve	(x) apóia	( ) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 4.792	no Procon 1.526	na Justiça 1.051	na empresa 2.522	no Procon 1.145	na Justiça 788
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	Na empresa 100%	no Procon 55,7%	na Justiça 16,0%	Na empresa 100%	no Procon 80,08%	na Justiça 19,2%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	**Em 2024: 3.260.206**			**Em 2023: 2.343.513**		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	14% governo 50% colaboradores (as) 7% acionistas 5% terceiros 24% retido			14% governo 58 % colaboradores (as) 4 % acionistas 9% terceiros 15% retido		

7 - Outras informações

1) A Companhia atua na atividade de Saneamento Básico com sede no município do Rio de Janeiro/RJ e é identiicada pelo CNPJ Nº 33.352.394/0001-04 emitido pela Receita Federal do Brasil – RFB.
2) A CEDAE não utiliza mão de obra infantil, trabalho degradante e análogo à escravidão, não envolvendo-se com prostituição ou exploração sexual infantil ou adolescente e não está envolvida com corrupção.
3) A Companhia valoriza e respeita a diversidade interna e externamente e coíbe as práticas discriminatórias.

Responsável pela elaboração do Balanço Social: Renato Ferreira Coelho

Tel: (021) 2332-3671 e-mail: renato.f.coelho@cedae.com.br